

# História na ponta do LAPESS:

*existir, resistir e  
esperançar na universidade*

**Laura Maria Cunha**  
**Francisco Jorge Nogueira Severo**  
**Vitória Régia Mesquita Café**  
**Ariel Cristina de Araújo Nascimento**  
Organizadoras/res



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

## REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

## VICE-REITOR

Dárcio Ítalo Alves Teixeira

## EDITORA DA UECE

Cleudene de Oliveira Aragão

## CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes Lucili Grangeiro Cortez  
Eduardo Diatary Bezerra de Menezes Luiz Cruz Lima  
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso Manfredo Ramos  
Francisco Horácio da Silva Frota Marcelo Gurgel Carlos da Silva  
Francisco Josênio Camelo Parente Marcony Silva Cunha  
Gisafran Nazareno Mota Jucá Maria do Socorro Ferreira Osterne  
José Ferreira Nunes Maria Salette Bessa Jorge  
Liduína Farias Almeida da Costa Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

## CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro | UFPE Maria do Socorro Silva Aragão | UFC  
Eliane P. Zamith Brito | FGV Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça | UNIFOR  
Homero Santiago | USP Pierre Salama | Universidade de Paris VIII  
Ieda Maria Alves | USP Romeu Gomes | FIOCRUZ  
Manuel Domingos Neto | UFF Túlio Batista Franco | UFF

## COMITÊ EDITORIAL DO SELO SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL

Cristiane Maria Marinho | (UECE) Mônica Duarte Cavaignac | (UECE)  
Laura Maria Cunha | (UECE) Teresa Cristina Esmerado Bezerra | (UECE)

## CONSELHO EDITORIAL DO SELO SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL

Alba Pinho de Carvalho | UFC Marcelo Dias Carcanholo | UFF  
Andrea Pires Rocha | UEL Mathias Sabel Luce | UFRJ  
Adriana Delbó | UFG Maria Lúcia Duriguetto | UFJF  
Daniele Maia Cruz | UNIFOR Maria João Cantinho | Universidade de Lisboa  
Elaine Behring | UERJ Lalo Watanabe Minto | UNICAMP  
Elias Ferreira Veras | UFAL Luzia Margareth Rago | UNICAMP  
Ernai Pinheiro Chaves | UFPA Mirla Cinse Álvaro | UERN  
Eveline Medeiros Pereira | UFPE Odílio Alves Aguiar | UFC  
Francilene dos Santos Rodrigues | UFRR Olegna de Souza Guedes | UEL  
Giovanni Alves | UNESP Reginaldo Ghiraldelli | UNB  
Gisele Caroline Ribeiro Anselmo | UERN Salyanna de Souza Silva | UFES  
Jaime Osório | UAM-X Tatiana Brettas | UFRJ  
Joana Maria Pedro | UFSC Yolanda Guerra | UFRJ  
Mauro Iasi | UFRJ

# História na ponta do LAPESS:

*existir, resistir e  
esperançar na universidade*

**Laura Maria Cunha**  
**Francisco Jorge Nogueira Severo**  
**Vitória Régia Mesquita Café**  
**Ariel Cristina de Araújo Nascimento**  
Organizadoras/res



1ª Edição  
Fortaleza - CE  
2021

# HISTÓRIA NA PONTA DO LAPESS: EXISTIR, RESISTIR E ESPERANÇAR NA UNIVERSIDADE

© 2021 *Copyright* by Laura Maria Cunha, Francisco Jorge Nogueira Severo, Vitória Régia Mesquita Café e Ariel Cristina de Araújo Nascimento

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceara

CEP: 60.714-903 – Tel: (85) 3101-9893

www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



## Coordenação Editorial

Cleudene de Oliveira Aragão

## Capa

André de Menezes Gonçalves

## Diagramação

Narcelio Lopes

## Revisão de Texto

Autoras/es e organizadoras/es

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Classe Brasileira de Livro, SP, Brasil)

História na ponta do LAPESS [livro eletrônico] :  
existir, resistir e esperançar na universidade /  
organizadoras/res Laura Maria Cunha... [et al.].  
-- 1. ed. -- Fortaleza : Editora da UECE, 2021.  
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Francisco Jorge Nogueira  
Severo, Vitória Régia Mesquita Café, Ariel Cristina  
de Araújo Nascimento.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-7824-813-8

I. Artigos - Coletâneas 2. Assistentes sociais -  
Educação profissional 3. Educação - Finalidade e  
objetivos 4. Laboratório de Pesquisas e Estudos em  
Serviço Social (LAPESS) 5. Políticas sociais 6.  
Serviço social - Aspectos econômicos 7. Serviço  
social - Aspectos políticos - Brasil 8. Serviço  
social - Estudo e ensino 9. Serviço social - História  
I. Cunha, Laura Maria. II. Severo, Francisco Jorge  
Nogueira. III. Café, Vitória Régia Mesquita.  
IV. Nascimento, Ariel Cristina de Araújo.

01-05632

CDD-85. 3071181

Índice para catálogo sistemático:

I. Serviço social : Produção de conhecimento :  
Brasil. 361.3071181

# Sumário

**PREFÁCIO**.....7

**APRESENTAÇÃO** ..... 10

**PARTE I**.....28

## **SERVIÇO SOCIAL, HISTÓRIA, FORMAÇÃO**

**PRÁTICA DOCENTE UNIVERSITÁRIA: QUEM ENSINA E QUEM APRENDE?** ..... 29

*Liana Brito, Letícia Sampaio Pequeno e Juliana Frota Dourado*

**A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO CEARÁ E SUA INTERLOCUÇÃO COM A ÁREA DA SAÚDE NA DÉCADA DE 1950** .....49

*Laura Maria Cunha e Gabriela Holanda Vieira*

**OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E ITALIANO: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE BASES HISTÓRICAS, TEÓRICAS E ÉTICO-POLÍTICAS**..... 71

*Gisele Caroline Ribeiro Anselmo e Salyanna de Souza Silva*

**CONTINUIDADES E RUPTURAS: conservadorismo em seus aspectos conceituações e conjunturais** ..... 103

*Ana Samilly Alexandre Moreira e Ivna de Oliveira Nunes*

**PENSAMENTO PÓS-MODERNO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS SUPERVISORES(AS) DE CAMPO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** ..... 121

*Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo*

**SERVIÇO SOCIAL EM LIBRAS: A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL** ..... 146

*Estênio Ericson Botelho de Azevedo, Stéphanie Cavalcante Barros, Francisco Jorge Nogueira Severo, Karina Claudia Mendes Simões e Vitória Carolina Lima*

**PARTE II.....169**

**ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA SOCIAL**

**A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A CHAMADA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL..... 170**

*Rogério Castro*

**ESTADO NEOLIBERAL, DEMOCRACIA RESTRITA E AUTORITARISMOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO..... 203**

*Estênio Ericson Botelho de Azevedo, Maria Cristina de Queiroz Nobre e Maria Elaene Rodrigues Alves*

**A SEGURIDADE SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL E SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-CE..... 223**

*Adinari Moreira de Sousa e Tais Ingrid Pinheiro Rodrigues*

**AGRICULTURA FAMILIAR, SUCESSÃO HEREDITÁRIA E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DE COLONOS DO PERÍMETRO CURUPARAIPABA-CEARÁ E SEUS DESCENDENTES..... 241**

*Virzângela Paula Sandy Mendes*

**IMPLICAÇÕES DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE NO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DE PESSOAS COM DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL .... 267**

*Camila da Costa Brasil Brasileiro, Lídia Pereira Batista, Elaine Al-bino da Silva e Lucia Conde de Oliveira*

**SOBRE OS/AS AUTORES/AS E ORGANIZADORES/AS ..294**

## PREFÁCIO

Inicialmente, quero manifestar o prazer de estar escrevendo este prefácio do livro **“HISTÓRIA NA PONTA DO LAPeSS: existir, resistir e esperar na universidade”** em comemoração aos 10 anos do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPeSS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O livro conta um pouco da história do LAPeSS, assim como apresenta pesquisas e ensaios que trazem importantes contribuições para a produção do conhecimento em Serviço Social.

O curso de Serviço Social completou 71 anos e conta com vários laboratórios e grupos de pesquisa que têm contribuído para a consolidação do curso e da UECE como produtores de conhecimentos. E o LAPeSS insere-se nesta tarefa com maestria, trazendo importantes pesquisas sobre a história do Serviço Social no Ceará.

Nestes 10 anos, fica clara a sua contribuição para a formação de assistentes sociais na graduação e na pós-graduação. Em sua trajetória, o LAPeSS tem honrado e colocado em prática o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os artigos que compõem a obra revelam a inventividade dos autores, o compromisso com o rigor acadêmico, com a história e com os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social

**Existir, resistir e esperar** é um mote significativo para os tempos em que vivemos. E o livro traz importantes análises para compreensão da realidade brasileira no contex-

to contemporâneo, agravado com a pandemia da covid-19, que tem se constituído em grande desafio para sociedade humana. Parafraseando Capra em sua obra “O tempo de mutação”, são tempos de “perigo e oportunidade”. Perigo porque podemos morrer e muitos morreram. Até o presente são mais de 616 mil brasileiros mortos. E não sabemos quantos mais poderão vir a morrer. Ao mesmo tempo, esta crise sanitária está sendo agravada pelas questões globais da crise do capitalismo, crise ambiental, crise dos sistemas de proteção social, precarização do trabalho e dos direitos sociais. O leitor poderá se apropriar de análises pertinentes sobre alguns destes temas ao longo do livro.

Na realidade brasileira, contamos com fatores particulares: a polarização exacerbada entre esquerda e direita, a crise política acelerada com o golpe contra a presidenta Dilma em 2016; a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos com as políticas sociais por 20 anos; a eleição de 2018 de um presidente de extrema direita, negacionista, que mesmo com baixa aprovação de seu governo e crescentes movimentos de contestação, segue no poder com o apoio do parlamento, setores militares e da imprensa.

Por outro lado, estes tempos também têm sido de oportunidade para muitos aprendizados. Tivemos que nos reinventar. E o LAPeSS tem feito isso muito bem. Continuou sua trajetória de pesquisa e extensão com o uso das tecnologias da informação e das plataformas virtuais, que em tempos de isolamento social têm exigido novas conexões e articulações em rede, em um trabalho colaborativo. E esta colaboração se manifesta no surgimento esta obra.

Assim, agradecemos ao LAPRESS pela contribuição ao Serviço Social no Ceará com suas pesquisas e com a publicação da “**HISTÓRIA NA PONTA DO LAPRESS: existir, resistir e esperar na universidade**”. E pela garra e a ousadia de **esperançar** nestes tempos complexos.

Vivemos um tempo de transição planetária com muitos sinais e sintomas. E para estarmos aptos a responder aos desafios destes tempos precisamos articular a produção do conhecimento e a luta política com o cuidado de si. Para tanto, precisamos estar no tempo presente e seguir em sintonia com nosso corpo. A música “Serra do luar” de Leila Pinheiro nos inspira:

*Viver é afinar o instrumento  
De dentro pra fora  
De fora pra dentro  
A toda hora, todo momento*

*Tudo é uma questão de manter  
A mente quieta  
A espinha ereta  
E o coração tranquilo.*

**Lucia Conde de Oliveira**

Coordenadora do LASSOSS

Fortaleza, 10 de dezembro de 2021

## APRESENTAÇÃO

Em 2021 publicamos o *E-book* “**HISTÓRIA NA PONTA DO LAPRESS: existir, resistir e esperar na universidade**”, que tem como objetivo a socialização das pesquisas realizadas durante os dez anos do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPRESS), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Igualmente em 2021, celebramos os 85 anos desde a primeira escola de Serviço Social no Brasil, os 25 anos da implementação das Diretrizes Curriculares, com uma direção teórico-política consolidada. Por sua vez, o Serviço Social apresenta-se como área de produção do conhecimento com a consolidação da pós-graduação. E como indica Netto (2016, p. 72), “na história do Serviço Social, o amanhã deve contar mais que o ontem – este, não podemos modificá-lo, mas aquele pode ser transformado pelo que fizermos hoje.”

Registramos que o Serviço Social, no Ceará, tem sua gênese em 1950, como Escola isolada, sendo incorporado em 1976 à UECE. Portanto, são 71 anos de contribuição do Serviço Social, que a partir da década de 1990 vem fortalecendo o projeto acadêmico-profissional comprometido com processos sociais e valores ético-políticos voltados à construção da democracia e da cidadania no País. Nessa direção, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social de 2007<sup>1</sup>, tinha como objetivo a formação de profissionais capazes de pro-

---

1 O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social foi aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UECE no dia 24 de outubro de 2005, e após aprovação na instância final, o projeto foi implantado em 2006.1. O Projeto Pedagógico teve atualização em 2012, e foi aprovado no Conselho Estadual de Educação, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), a partir de sua atualização 2016 (Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social de 2016).

duzir conhecimentos acerca da realidade social; de formular, planejar, implementar e gerenciar políticas sociais públicas e privadas; de assessorar e prestar consultoria às organizações públicas, privadas, ONGs, movimentos e grupos sociais populares em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos humanos, civis, políticos e sociais.

Nessa perspectiva, podemos dizer que o curso de graduação em Serviço Social (UECE) assegurava uma direção à formação profissional, pautando-se pela ética como princípio formativo; por oferecer rigor teórico, metodológico e histórico no trato da realidade social e do Serviço Social; por superar a fragmentação dos conteúdos na organização curricular (Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social (2007)). É relevante mencionar que o curso de Serviço Social tinha/tem como horizonte<sup>2</sup> de abrangência as dimensões inerentes à vida universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Considerando o desafio de efetivação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social, em 2008, surgiu a proposta de criação do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPRESS), que era resultado do esforço de docentes, pesquisadores(a), estudantes e assistentes sociais. Assim, é inegável que a trajetória do curso de Serviço Social

---

2 Como princípios norteadores, destacam-se: a) Permanente integração entre universidade e sociedade, de forma a garantir o enraizamento do curso na realidade regional/local e a permanente interlocução com a sociedade, b) Rigoroso trato teórico, metodológico e histórico da realidade social e do Serviço Social, apoiado na teoria crítica e no debate plural entre as principais matrizes do pensamento social. c) Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição fundamental da relação teoria e realidade; d) Reconhecimento do aluno como sujeito ativo do processo de ensino-aprendizagem, estimulando o desenvolvimento da sociabilidade, da eticidade e das competências cognitivas e habilidades operativas profissionais; e) Indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na efetivação das funções da universidade, possibilitando a integração entre teoria e prática. Os princípios norteadores estavam presentes no Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social de 2007 e foram reafirmados no Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social de 2016.

(UECE) está conectada com a do LAPRESS, que nos seus dez anos, buscou existir, resistir e esperar na Universidade Estadual do Ceará. No nosso ponto de vista, é basilar considerar os sujeitos individuais e coletivos que, em diferentes conjuntas, contribuíram para a história do LAPRESS, pois:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1978, p. 329).

Com escopo de resgatar a história na ponta do LAPRESS, apresentamos um panorama, de alguns marcos da trajetória coletiva, que foi registrada e arquivada de forma impressa, digital e virtual, em documentos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, artigos, livros, *lives*, entre outros. Registramos que a institucionalização do LAPRESS ocorreu através da Resolução nº 796/2011 CEPE/CONSU, de junho de 2011, sendo vinculado ao Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA). O Laboratório tem como objetivo geral: – contribuir com o aprimoramento de a formação profissional a partir do estudo de temáticas pertinentes ao exercício profissional do assistente social e que estejam relacionadas ao conhecimento da realidade brasileira, do Ceará e de Fortaleza. E como objetivos específicos: – promover atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação nas áreas de interesse dos pesquisadores; – publicar e socializar os conhecimentos produzidos pelos estudos, pesquisas dos integrantes do laboratório através de artigos, revistas, jornais, livros e eventos (encontros, seminários, palestras, grupo de estudo, *lives*, entre outros).

Em seu percurso o LAPeSS apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Estado e Sociedade; Estado, Questão Social e Serviço Social; Serviço Social, História, Formação e Trabalho; Questão Social, Lutas Sociais e Teoria Crítica. É mister, portanto, enfatizar que o LAPeSS procura fortalecer a compreensão da profissão como especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão sociotécnica do trabalho e a vinculação entre a profissão e as expressões da questão social, apreendidas no interior do processo de reprodução da relação entre capital e trabalho, como também da relação Estado e sociedade.

Destacamos que o laboratório é formado por corpo docente (professores/as pesquisadores/as efetivos/as e colaboradores/as; professores/as substitutos/as e temporários/as); corpo discente (estudantes da graduação e da pós-graduação, bolsistas de iniciação científica, de extensão, de permanência e voluntários/as) e assistentes sociais. E nos dez anos os membros do LAPeSS buscam parcerias com pesquisadores/as e instituições, por exemplo, a participação no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO/UECE); com o Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (LASSOSS/UECE) e os demais laboratórios<sup>3</sup>, e com interlocuções nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, no apoio de infraestrutura, na troca de saberes, afetos, experiências e vivências. E como aponta Freire:

---

<sup>3</sup> Nos últimos anos foram criados e consolidados os seguintes laboratórios no curso de Graduação em Serviço Social da UECE: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afro-brasilidades, Gênero e Família (NUAFRO); Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS); Laboratório de Estudo e Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA); Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPESS); Observatórios de Juventude, Educação Profissional e Trabalho (JEPTRA); Observatório de Políticas Públicas; Observatório da Violência Contra a Mulher no Ceará (OBSERVEM); Núcleo de Pesquisas Sociais (NUPES); Laboratório das Artes e das Juventudes (LAJUS); Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência da Universidade Estadual do Ceará (NAH); Grupo de Pesquisa Margens, Culturas e Epistemologia Dissidentes (GEPE MARGENS) e o Programa de Educação Tutorial (PET).

Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos poderemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria (FREIRE, 1997, p. 80).

Outrossim, um dos princípios do LAPRESS é a articulação entre a graduação e a pós-graduação, e nos dez anos do laboratório buscamos a parceria com o Mestrado Acadêmico de Serviço Social (MASS) da UECE, que foi criado em 2011. Em particular com a interlocução dos/das discentes do MASS com os/as estudantes da graduação e com os bolsistas do MASS do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES), nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na história na ponta do LAPRESS, outra parceria fundamental foi a participação de professores/as do laboratório na elaboração e implantação do curso de Serviço Social da Terra/Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), interlocução da UECE com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Movimento dos Sem-Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Comunidades Quilombolas. Este curso tinha como objetivo formar 60 bacharéis em Serviço Social, estudantes provindos das áreas de reforma agrária do território brasileiro. Em linhas gerais, no período de 2011, teve início a graduação para capacitar uma parcela da população rural em Serviço Social. Nessa perspectiva, as/os professoras/es do LAPRESS participaram na coordenação do curso de Serviço Social da Terra, lecionando disciplinas, orientando os/as educandos/as, assim como os/as bolsistas do

laboratório participaram como monitores de campo e acadêmicos. A conclusão do curso de Serviço Social da Terra/PRONERA ocorreu em dezembro de 2018 e se caracterizou como a inserção social do LAPRESS, em uma atividade de impacto local, regional e nacional.

Com o entendimento da importância da inserção social, os membros do LAPRESS buscam a interlocução com a comunidade do entorno da UECE, com as associações de moradores da Serrinha e os movimentos das juventudes; nas lutas por moradias do Cidade Jardim; nas lutas em defesa da universidade mais democrática, plural e de todos/as. Estas parcerias aconteceram principalmente através dos vários projetos de extensão. Assim, o LAPRESS contribui para que a Universidade esteja comprometida com as lutas e demandas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Ademais, o laboratório fortalece o princípio norteador da formação em Serviço Social, qual seja, a “integração entre universidade e sociedade, de forma a garantir o enraizamento do curso na realidade nacional, regional e local” (Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social de 2016, p. 35).

Igualmente, os membros do LAPRESS participaram das diretorias do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e do Sindicato dos Docentes da UECE (SINDUECE), do Movimento Estudantil, da Coordenação do MASS, da Coordenação da graduação, da Coordenação do Serviço Social da Terra/PRONERA, e de espaços representativos na universidade, como o Conselho de Centro (CONCEN/CESA), entre outros. Além disso, apontamos que em uma década os membros do LAPRESS participaram de diversos eventos, a saber: Semana de Integração; Semana Universitária da UECE; Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS); Encontro Nacional de Pesquisa-

dores de Serviço Social (ENPESS); Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), entre outros, com apresentação de trabalhos, oficinas, minicursos. Todos os eventos foram fundamentais para a publicação e socialização das dezenas de pesquisas vinculadas ao laboratório.

Na história na ponta do LAPESS, registramos que as atividades do laboratório<sup>4</sup> são organizadas em Comissões (Organização Interna, Registro e Frequência, Formação, Tecnologia e Mídias), em reuniões presenciais e virtuais, momentos de debates sobre a contrarreforma universitária, corte de verbas, precarização do trabalho docente e das condições dos/as estudantes na universidade, em especial na UECE. Concomitantemente, foram discutidas as particularidades do LAPESS no processo formativo em Serviço Social, o crescimento do Laboratório, com os/as novos/as bolsistas, e, contraditoriamente, a redução das bolsas de iniciação científica, que são fundamentais para garantir a permanência no laboratório dos/as jovens pesquisadores/as que afirmam toda a potência de existir, resistir e esperar na universidade pública.

Durante os dez anos do LAPESS, a pesquisa é um eixo fundamental das atividades do laboratório, com a elaboração, o acompanhamento e a execução de dezenas de projetos de pesquisa nas áreas de interesse dos/as participantes; na criação de um banco de dados sobre as temáticas pesquisadas; na organização de um acervo bibliográfico e na socialização dos resultados das pesquisas em livros, revistas, eventos científicos, *lives*, entre outros. Não resta dúvida que o laboratório busca

---

4 Nos dez anos o LAPESS ocupa duas salas, sendo a principal para reuniões e pesquisas dos/das bolsistas, dispendo de bancadas com 04 computadores e impressora, acervo bibliográfico próprio e ampla mesa de reuniões, é um espaço climatizada e com acesso à internet. A segunda sala dispõe de outra parte do acervo bibliográfico, bancada com 01 computador e 01 notebook, mesa de reuniões, também climatizada e com acesso à internet.

a concretização do princípio norteador da formação, que se expressa na “indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na efetivação das funções da universidade, possibilitando a integração entre teoria e prática” (Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social de 2016, p. 35).

Na trajetória do LAPRESS salientamos, que o grupo de estudos é um espaço de abertura e acolhida dos/das estudantes, em que dialogamos acerca das condições da universidade, as estratégias pedagógicas, os temas das pesquisas, as lutas e resistências, e de momentos de formação para os/as bolsistas e demais estudantes da graduação e pós-graduação, que se efetiva através de palestras, círculos de debates, rodas de conversa, oficinas, cursos, seminários, *lives*, grupo no *Whatsapp*, canal no *YouTube*, entre outros.

É fundamental mencionar, ainda, que todas as atividades do laboratório possibilitam a efetivação do princípio norteador da formação em Serviço Social, que reconhece o/a estudante como sujeito ativo do processo de ensino-aprendizagem, estimulando o desenvolvimento da sociabilidade, da eticidade e das competências cognitivas e habilidades operativas profissionais. Concomitantemente, a construção de relações entre os/as docentes e os/as discentes, que assegurem a autonomia, a liberdade, o pensamento crítico, a democracia, a troca de saberes plurais e de afetos, entre todos/as os membros do laboratório.

Assim, como defende o educador e filósofo Paulo Freire, o ato de educar é uma construção mútua de saberes entre estudantes e professores/as, em que as existências, experiências e vivências de cada um/a são essenciais no processo de ensino e aprendizado.

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. (...). Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1997. p. 32).”

Na história na ponta do LAPRESS, enfatizamos que este se constitui como um espaço coletivo de formação política, em particular no “Café com Conjuntura”, com debates acerca das Jornadas de 2013, do Golpe de 2016, da eleição de 2018; em 2020, a Pandemia mundial da COVID-19, que exigia medidas imediatas e alterando a dinâmica econômica, social e política, com o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e as suas consequências societárias. As discussões sobre alterações econômicas relacionadas à crise ambiental foram assinaladas por Harvey (2020, p. 13): “o capital modifica as condições ambientais de sua própria reprodução.”

O cenário mundial pandêmico, pelo espraiamento da COVID-19, se complexificou e apresentou novos desafios, em particular na educação, com a adoção do ensino remoto emergencial, que se constitui como alternativa para reduzir a disseminação da COVID-19. Sendo assim, toda a comunidade universitária foi submetida a longos períodos de atividades virtuais, mediadas por aparelhos eletrônicos, redefinindo o processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, com a intensificação da pandemia, todos os membros do LAPRESS foram submetidos a constantes sentimentos de medo, tristeza, desalento, incerteza, melancolia, cansaço e das perdas de vidas de amigos/as, familiares, professores/as, estudantes e servidores/as da UECE, e de toda a sociedade.

No Brasil, o primeiro caso de infectado por coronavírus foi registrado em fevereiro de 2020, e na realidade cearense em março de 2020, período em que a UECE cancelou todas as atividades presenciais. A última reunião presencial do LAPRESS ocorreu em fevereiro de 2020 e os demais encontros passaram a ser por plataformas digitais como o *Google Meet*, e foram utilizados o *WhatsApp*, *Instagram*, canal do *YouTube* e o e-mail. Os/as professores/as e os/as bolsistas definiram como atividade prioritária durante a pandemia o acompanhamento das pesquisas de iniciação científica. Ao mesmo tempo, foram realizadas pelos/as docentes orientações de monografias, dissertações, ensino remoto emergencial, *lives*, assim como elaboração de artigos para revistas científicas, eventos acadêmicos e livros.

Este período foi marcado por dificuldades decorrentes da pandemia e os professores/as e bolsistas definiram como a ação central o planejamento das comemorações dos dez anos do LAPRESS, em que destacamos a realizações de quatro<sup>5</sup> *lives* com as participações e mediações de membros e convidados/as do laboratório, que abordaram temáticas de pesquisas relacionadas ao Serviço Social, à educação, a organização política e sobre a crise pandêmica e o agravamento da questão social.

Nessa direção, em comemoração aos dez anos do LAPRESS, publicamos o *E-book*, com onze artigos que apresentam a produção intelectual desenvolvida no LAPRESS, que é um laboratório que luta para efetivar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, a coletânea foi organiza-

---

5 A primeiro *live*: História na ponta do LAPRESS – Trajetória do Serviço Social cearense (1950-1975) (30/4/2021); Segunda *live*: História na ponta do LAPRESS – Luxemburgo: os espinhos da Rosa (28/5/2021); terceira *live*: História na ponta do LAPRESS – Educação superior e formação profissional em Serviço Social no Ceará (25/6/2021) e a quarta *live*: Brasil: crise pandêmica e agravamento da questão social (30/11/2021).

da em duas partes. Na primeira, com seis artigos, socializamos os resultados de pesquisas concluídas e em andamento de pesquisadores/as do LAPRESS e convidadas que estão inseridas na linha de pesquisa “ Serviço Social, História, Formação e Trabalho”.

No primeiro artigo, **“PRÁTICA DOCENTE UNIVERSITÁRIA: Quem ensina e quem aprende?”**, suas autoras, Liana Brito, Letícia Pequeno e Juliana Frota Dourado, analisam a prática docente na formação universitária de discentes da graduação em Bacharelado em Serviço Social na UECE, a partir da questão: qual a contribuição do trabalho docente para a formação acadêmica a partir da nossa vivência em sala de aula?

Em **“A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E NO CEARÁ E SUA INTERCOLUÇÃO COM A ÁREA DA SAÚDE NA DÉCADA DE 1950”**, as autoras Laura Maria Cunha e Gabriela Holanda Vieira problematizam a gênese do Serviço Social no Brasil e sua interlocução com a área da Saúde na década de 1950 e as particularidades do Curso de Serviço Social no Ceará e seu diálogo com a Saúde, apresentando os resultados da pesquisa documental realizadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso da década de 1950.

As autoras Gisele Caroline Ribeiro Anselmo e Salyanna de Souza Silva, no artigo **“OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E ITALIANO: um estudo comparativo sobre bases históricas, teóricas e ético-políticas”**, realizam uma análise sobre as bases históricas, teóricas e políticas dos fundamentos do Serviço Social brasileiro e italiano, analisando principalmente três momentos: as condições concretas para a sua emergência e consolidação do Serviço Social en-

quanto profissão; o período de “contestação”/renovação profissional; e alguns elementos da contemporaneidade do Serviço Social de cada país.

Com o artigo **“CONTINUIDADES E RUPTURAS: conservadorismo em seus aspectos conceituações e conjunturais”**, as autoras Ana Samilly Alexandre Moreira e Ivna de Oliveira Nunes, apresentam os elementos que conformam o pensamento conservador clássico e moderno e seus diferentes estágios históricos tomados ao longo do capitalismo. Como metodologia foi utilizado o estudo bibliográfico, síntese de algumas reflexões realizadas pelo grupo de estudos “Conservadorismo e Realidade Brasileira.”

A autora Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo, em seu ensaio **“PENSAMENTO PÓS-MODERNO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS SUPERVISORES(AS) DE CAMPO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL”**, reflete sobre os influxos do pensamento pós-moderno no exercício profissional de assistentes sociais supervisores(as) de estágio em Serviço Social. Para tanto, desenvolveu pesquisa bibliográfica e observação simples em cinco espaços sócio-ocupacionais onde algumas estagiárias do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) realizavam estágio obrigatório durante a disciplina de Supervisão de Estágio em Serviço Social.

Os autores/as Estênio Ericson Botelho de Azevedo, Stéphanie Cavalcante Barros, Francisco Jorge Nogueira Severo, Karina Claudia Mendes Simões e Vitória Carolina Lima, no ensaio **“SERVIÇO SOCIAL EM LIBRAS: a importância da criação de sinais-termos para a formação profissional”**,

abordam o reconhecimento e formalização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que são conquistas dos movimentos de luta e reivindicação de direitos da comunidade surda. Neste sentido, este artigo tem por objetivo expor brevemente alguns desafios enfrentados por este público na efetivação de seus direitos, e apontar avanços necessários na melhoria da formação de surdos e ouvintes em Serviço Social, por meio da criação de sinais-termo voltados para a área.

A segunda parte da coletânea conta com cinco artigos, que trazem resultados de investigações concluídas e em andamento, que se inserem nas linhas de pesquisa: Estado e Sociedade; Questão Social e Serviço Social, e apresentam artigos de pesquisadores do LAPRESS e convidadas. Registramos que o último artigo foi elaborado por pesquisadoras do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (LASSOSS).

O artigo **“A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A CHAMADA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL”**, de Rogério Castro, se estrutura em dois momentos: primeiro, busca explicitar o significado da tese da centralidade do trabalho, aqui entendida também como *modelo da práxis social* (ou protoforma da vida social), algo muito mais amplo do que a diminuição do trabalho vivo na indústria. Em seguida, aborda, de modo panorâmico, algumas das principais (e primeiras) teses que passaram a advogar a perda da importância decisiva do trabalho (e dos seus agentes) na reprodução da sociedade.

Os autores/as Estênio Ericson Botelho de Azevedo, Maria Cristina de Queiroz Nobre e Maria Elaene Rodrigues Alves, no artigo **“ESTADO NEOLIBERAL, DEMOCRACIA RESTRITA E AUTORITARISMOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”**, apre-

sentam aspectos do desenvolvimento do Estado Neoliberal acentuado nas últimas décadas do século XX, articulado com o processo de acumulação flexível. Observou-se que essa forma estatal requer modelos particulares de consenso na sociedade, pois fortalece o mercado como ente absoluto em detrimento de demandas sociais, em especial dos segmentos mais empobrecidos.

No artigo **“A SEGURIDADE SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA: mapeamento de dados referentes às políticas de Assistência Social, Previdência Social e Saúde no município de Maracanaú”**, as autoras Adinari Moreira de Sousa e Taís Ingrid Pinheiro Rodrigues, socializam resultados da pesquisa realizada no período de agosto de 2018 a junho de 2019, que buscou mapear a Política de Seguridade Social (Assistência, Previdência e Saúde) no município de Maracanaú.

O artigo **“AGRICULTURA FAMILIAR, SUCESSÃO HEREDITÁRIA E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO: trajetórias e narrativas de colonos do Perímetro Curu-Paraipaba-Ceará e seus descendentes”**, de autoria de Virzângela Paula Sandy Mendes, analisa os significados do trabalho na agricultura familiar a partir da trajetória de famílias do Perímetro Curu-Paraipaba, espaço rural projetado pela política modernizadora do Governo autocrático militar sob o comando do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Através de narrativas biográficas de colonos, seus filhos e netos, a autora apresentou o “tempo da cana” e o “tempo do coco”.

Em **“IMPLICAÇÕES DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE NO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DE PESSOAS COM DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL”**, das autoras Camila da Costa Brasil Brasileiro, Lídia Pereira Batista, Elaine Albino da Silva e Lucia Conde de Oliveira, são apresentadas contribuições no campo da saúde, pois essa não se restringe à ausência de doença ou a fatores biológicos, mas sim abrange diversos elementos sociais e econômicos que precisam ser evidenciados. O artigo também fornece elementos que colaboram para que o gerenciamento, financiamento e atendimento nos serviços de saúde possam ser direcionados por uma visão mais sensível e holística.

Deste modo, gostaríamos de reconhecer o esforço coletivo dos/as autores/autoras e organizadores/as na produção e publicação do *E-book*, processo que ocorreu durante a pandemia da COVID-19, com profunda crise sanitária, econômica, política e cultural. Em uma realidade complexa, com 616 mil mortes em 14 de dezembro de 2021, urge existir, resistir e esperar, pois como diz o poeta Milton Nascimento, “há que se cuidar da vida, há que se cuidar do mundo”.

Portanto, desejamos que as reflexões apresentadas no *E-book* possam suscitar novas pesquisas e publicações. Igualmente, registramos o apoio nos dez anos do LAPRESS da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), da Iniciação Científica (IC/UECE), Programa de Bolsas de Permanência Universitária (PBPU) da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), que concederam dezenas de bolsas, que asseguram a permanência dos/as jovens pesquisadoras/es no laboratório.

Destarte, na história na ponta do LAPRESS, agradecemos a participação de todos/as docentes, discentes, pesquisadores/as, bolsistas e assistentes sociais que contribuíram e contribuem para a criação, o fortalecimento e a consolidação do LAPRESS, que se constitui como espaço coletivo de ensino, pesquisa e extensão; de articulação política e cultural; de trocas de saberes e afetos; de lutas, resistências e esperanças, porquanto como afirma o poeta :

*Mas renova-se a esperança  
Nova aurora a cada dia  
E há que se cuidar do broto  
Pra que a vida nos dê flor e fruto  
Coração de estudante  
Há que se cuidar da vida  
Há que se cuidar do mundo  
Tomar conta da amizade  
Alegria e muito sonho  
Espalhados no caminho  
Verdes planta e sentimento  
Folhas, coração, juventude e fé.  
Milton Nascimento*

Organizadoras/res  
Laura Maria Cunha  
Francisco Jorge Nogueira Severo  
Vitória Régia Mesquita Café  
Ariel Cristina de Araújo Nascimento

## REFÊRENCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HARVEY, David, *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: TSA, 2020.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NASCIMENTO, Milton. **Coração de Estudante**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47421/>. Acesso: em 20 out. 2021.

NETTO, Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil: Histórias de resistências e de ruptura como o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Projeto do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social/LAPRESS**. Fortaleza. 2009.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Fortaleza. 2007.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Fortaleza. 2016. <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/ccss%40uece.br/p3?projector=1>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Quero falar de uma coisa  
Adivinha onde ela anda  
Deve estar dentro do peito  
Ou caminha pelo ar  
Pode estar aqui do lado  
Bem mais perto que pensamos  
A folha da juventude  
É o nome certo desse amor  
Já podaram seus momentos  
Desviaram seu destino  
Seu sorriso de menino  
Quantas vezes se escondeu  
Mas renova-se a esperança  
Nova aurora a cada dia  
E há que se cuidar do broto  
Pra que a vida nos dê flor e fruto  
Coração de estudante  
Há que se cuidar da vida  
Há que se cuidar do mundo  
Tomar conta da amizade  
Alegria e muito sonho  
Espalhados no caminho  
Verdes planta e sentimento  
Folhas, coração, juventude e fé

Coração de Estudante  
Milton Nascimento



**LAPESS**

Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social

**10 Anos**

**Parte I**

**Serviço  
Social,  
História,  
Formação**

# PRÁTICA DOCENTE UNIVERSITÁRIA: QUEM ENSINA E QUEM APRENDE?<sup>1</sup>

Liana Brito  
Letícia Sampaio Pequeno  
Juliana Frota Dourado

## 1. INTRODUÇÃO

*Ninguém educa ninguém, como tão pouco  
ninguém se educa a si mesmo:  
os homens se educam em comunhão,  
mediatizados pelo mundo.*  
Paulo Freire

O trabalho aqui apresentado é resultado das reflexões sobre a nossa prática docente na UECE (Universidade Estadual do Ceará) na graduação em Serviço Social, com a parceria de monitoras de graduação e estagiárias do Mestrado em Serviço Social (MASS). Partimos de alguns questionamentos para pensarmos a formação universitária, tais como: qual o alcance da nossa prática docente para a formação crítica das/os discentes? Quem ensina e quem aprende? Inspiradas em Freire, observamos que docentes e discentes não são os/as mesmos/as ao término de cada aula e de cada semestre, ambos aprendem e ensinam. Tomamos a provocação de Marx e Engels (2001, p. 103) apresentada em uma das teses à Feuerbach quando afirmam: “os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado no XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), UFF-ES/ 2018, revisado para esta publicação.

maneiras; do que se trata é de transformá-lo” (grifo do autor). Assim, entendemos que a formação universitária tem esse desafio: formar sujeitos críticos e engajados na construção de relações sociais cada vez mais ricas, do ponto de vista humano genérico.

Tomando esta tese como guia, temos observado e analisado nossa prática pedagógica universitária, ao longo de dois anos (2017 - 2018)<sup>2</sup>, tendo como centro as diversas práticas educativas propostas em sala de aula e as respostas das/os discentes no processo de formação. Mesmo reconhecendo os limites de uma disciplina dentro do complexo processo de formação universitária, nos indagamos sobre o alcance de uma vivência educativa que assume como ponto de partida e de chegada os/as discentes em seu processo de apropriação e objetivação dos conteúdos propostos em sua formação profissional. Segundo Guerra, 2009, qual tem sido a instrumentalidade (em suas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, da nossa prática docente? Quais os desdobramentos perceptíveis na dinâmica da sala de aula em relação aos estudantes? São perguntas que nos instigam a irmos adiante. Nosso diálogo tem como base a perspectiva histórico-crítica, as contribuições de Paulo Freire acerca da educação popular e algumas metodologias que dele foram emergindo no processo educativo.

---

2 Os relatos de discentes aqui apresentados foram registrados no período da observação de campo, com a permissão dos/as mesmos/as, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## **2. ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

É com a base teórico-metodológica do pensamento crítico-dialético que nos encontramos em sala de aula e construímos nossas práticas pedagógicas. Estas buscam mobilizar e sensibilizar os sujeitos, docentes e discentes, que neste espaço caminham juntos e se retroalimentam. Fomos dessa forma descobrindo um jeito de trabalhar em sala de aula, analisando ao mesmo tempo os processos vivenciados em sua dimensão interventiva e investigativa (GUERRA, 2009).

Nosso método de análise foi construído, portanto, a partir das problemáticas da sala de aula e das escolhas dos diversos instrumentos de intervenção e de análise dos dados observados. Realizamos uma revisão da literatura, observação direta, análise dos materiais produzidos pelos/as discentes, além do uso do diário de campo, com registros das trocas entre docente, monitora de graduação e estagiário de docência e discentes da graduação. Do referencial teórico, destacamos a concepção da educação popular e da pedagogia crítica de Paulo Freire. Nosso objeto de estudo foram essas vivências em sala de aula, com a centralidade do instrumental de prática que identificamos como leitura teórica e escrita criativa da vida no cotidiano dos/as discentes. Para Paulo Freire é central na prática pedagógica leitura da palavra à leitura do mundo, pois a educação tem como função o desvelamento da realidade. Nesta dinâmica de produção escrita criativa no processo de formação universitária, observamos um processo rico de quebra do automatismo da vida cotidiana, conforme observamos nos relatos dos/as discentes.

O ser humano é essencialmente um ser social e prático, portanto fruto de sua *práxis* e das múltiplas relações sociais que daí se desdobram. Importante destacar a tese marxiana do trabalho como categoria ontológica do ser social, e central no processo de reprodução social da vida em sociedade. O trabalho, como intercâmbio do ser social com a natureza, garante a satisfação de necessidades humanas e, portanto, a reprodução material e espiritual da vida, pois sua dinâmica engendra, ao mesmo tempo, a objetivação de relações sociais para além de si mesmo, podemos destacar, por exemplo, a linguagem, a cultura e a educação.

A sociabilidade, como complexo de complexos (LUKÁCS, 2013), dá materialidade ao mundo em que vivemos. Está em permanente movimento dialético de mudança e continuidade (MARX e ENGELS, 1987). Toda prática humana é social, histórica e dialética, ao mesmo tempo em que altera o mundo exterior, altera o sujeito que a realiza. A sociabilidade é síntese de múltiplas determinações, das quais são postas em movimento pela atividade humana. Neste sentido, ao final de cada atividade humana realizada, o sujeito que a realiza se depara com o novo (criatividade humana posta) e assim, desencadeia novas possibilidades e necessidades. Tal movimento torna o mundo cada vez mais complexo em todos os sentidos, o que resulta em mediações cada vez mais complexas para o desenvolvimento humano. É no interior desse movimento da vida que a educação se coloca como complexo social parcial necessário à humanização do ser social, uma vez que o ser humano não nasce pronto, determinado, ele se constitui ser social a partir das relações e interações sociais vividas durante toda a sua vida, lançando mão de muitas mediações das quais temos a linguagem e a educação. Ela é fundamental para o desenvolvimento humano genérico. Segundo Ianni (1993, p. 123):

A rigor o indivíduo somente pode realizar-se, emancipar-se na sociedade. [...] As carências, continuamente recriadas, instituem a trama das relações sociais, a dialética indivíduo e sociedade, um implicando no outro, ambos constituindo-se reciprocamente todo o tempo. E quando a sociedade se torna global ele nada ganha refugiando-se no seu eu, em si, identidade, mesmidade. Ao contrário, adquire outras possibilidades de realizar-se, emancipar-se, precisamente no âmbito da sociedade, da trama das relações sociais. O mesmo contexto no qual ele se forma e transforma [...].

É nesta direção que fomos construindo nossa prática docente na Universidade pública. No espaço de sala de aula, e para além deste, formamos discentes do curso de Serviço Social, entendendo a dimensão interventiva e investigativa da prática profissional (GUERRA, 2009), parte da ‘trama das relações sociais’.

Freire (1994, p. 163) nos indaga acerca da função social da educação, do que e para que formamos. Isto porque nela está enraizada a sua dimensão política, pois “não há prática educativa que não se direcione para um certo objetivo, que não envolva um certo sonho, uma certa utopia”. Em outra obra Freire (1980, p. 26) nos chama a atenção de que:

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. [...] compromisso histórico [...] como sujeitos que fazem e refazem o mundo.

Outro elemento interessante é a sua preocupação em debater sobre quem ensina a quem. Neste questionamento, o educador nos aponta uma tensão e uma alternativa. Ele nos leva a pensar a relação entre docente e discente, propondo uma ruptura com as relações hierárquicas e autoritárias (FREIRE, 1980, 1983). Além disso, nos convida a nos percebermos como seres inconclusos, somos eternos aprendizes, pois docentes aprendem muito com seus/suas discentes, e vice-versa.

### **3. VIVÊNCIAS PRÁTICAS NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E SEUS APRENDIZADOS PARA A VIDA**

A realidade vivenciada por nós docentes e discentes neste presente relato nos leva a romper com a pedagogia bancária e a optar pela “pedagogia da liberdade, da autonomia, da esperança”, da criatividade e do engajamento. A proposta de educação popular em Freire tem como um dos eixos centrais o diálogo *do pronunciar e nomear o mundo*, à reescrita da *palavra mundo*. O autor percebe que a educação contribui, de forma significativa, no processo de construção do saber, da quebra do automatismo e da descoberta do prazer de aprender.

Para Freire (1982, p. 97), a educação é um ato político:

[... ] mas a gente ainda tem que perguntar em favor de que conhecer e, portanto, contra que conhecer; em favor de quem conhecer e contra quem conhecer. Essas perguntas que a gente se faz enquanto educadores, ao lado do conhecimento [...], nos levam à confirmação de outra obviedade que é a da natureza política da educação. Quer dizer, a educação enquanto ato de conhecimento é também, por isso mesmo, um ato político.

Nossa experiência tem sido pautada a partir desse diálogo proposto por Freire, de construção de uma postura democrática e da percepção da consciência da nossa *incompletude*. Assim, a prática de formação universitária em sala de aula cria um espaço do direito a vez e a voz dos docentes e discentes, como sujeitos do processo, pois ambos sabem e ensinam. Todavia, não negamos a posição do docente nesta relação dialética como o momento predominante (LUKÁCS, 2013), portanto, responsável pela direção no processo de formação. Outro elemento central dessa prática profissional é o compromisso com os conteúdos a serem ministrados em consonância com as Diretrizes Curriculares e o Projeto Ético Político do Serviço Social (ABESS e CEDEPSS, 1997).

Entendemos que no espaço da formação acadêmica temos a possibilidade de contribuir para a construção do novo. Barroco (2008, p. 65) corrobora com nossa argumentação quando afirma que:

A todo momento o indivíduo se depara com exigências que põe em movimento, em maior ou menor grau, seus sentimentos, sua consciência, sua racionalidade, sua subjetividade; situações de afirmação ou de negação de valores ético-morais, por exemplo, de injustiça, violência, discriminação [...].

Observamos este movimento no nosso cotidiano profissional, que se constitui como um espaço fértil para a construção de atividades que garantam a apropriação crítica de um saber elaborado, que contribua para a elevação de nossas consciências e de nossa posição frente o vivido. Trata-se de um saber que nos coloca em contato permanente com a dinâmica social da histórica e dialética do mundo. Esta experiência vivida nos

encanta e desafia permanentemente porque temos a clareza da riqueza da realidade a cada momento, com os elementos novos que vão sendo engendrados no cotidiano da sala de aula. O acúmulo da própria dinâmica social de toda prática anteriormente realizada nos permite olhar adiante, tendo o novo como possibilidade. Freire (1992, p. 78) nos ensina que:

[...] não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não se esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade.

Trabalhamos com diversas atividades, como mediações do processo ensino aprendizagem, num diálogo permanente com os conteúdos da disciplina. Logo no início de cada semestre, apresentamos o programa da disciplina, no caso deste relato trata-se da disciplina Trabalho e Sociabilidade, com seus conteúdos e possibilidades metodológicas com os/as discentes. Portanto, discentes são convidados/as a dar sugestões para o desenvolvimento dos trabalhos

Como uma primeira atividade criativa da disciplina, sugerimos a produção de uma pasta para arquivar o material produzido durante o semestre. Para isto todos são convidados a usar de sua criatividade e liberdade. Esta proposta tem o objetivo de permitir que cada discente realize um trabalho manual de transformação de meios e criação de algo útil, com o fim de arquivar as produções da disciplina. A partir disso, o/a mesmo/a pode identificar a dinâmica interna e externa da atividade ma-

nual, do trabalho realizado. Produz, em seguida, um relatório *manuscrito*<sup>3</sup> desse processo de criação. A primeira reação observada, em parte dos/as discentes, é de um estranhamento: para que isto? Após a aceitação da proposta, temos o momento da socialização da experiência criativa e da produção escrita.

O diálogo sobre esta atividade, por mais simples que seja, exige de cada sujeito a compreensão do processo realizado como o planejamento mínimo necessário e o estabelecimento de sua intencionalidade, teleologia. Segundo Lukács (2013), o trabalho, como atividade de intercâmbio do homem com a natureza (dada e transformada), implica uma posição teleológica, de estabelecimento de fins, frente às possibilidades objetivas que a realidade lhe oferece, ou seja, os meios para a sua criação. Este processo, o autor nomeia de causalidade posta e dada. O resultando desse processo é a produção do novo. No caso da atividade da proposta aos/as discentes, é uma pasta, para arquivar o material da disciplina. Deste momento, destacamos algumas falas dos/as discentes, que revelam a princípio certa resistência e, quando chegam ao momento final, certa satisfação:

Não queria, a priori fazer a pasta, mas quando parei para pensar e planejar. Resgatei meu tempo de escola, quando eu pintava, e foi muito bom.

Tive que fazer essa pasta duas vezes, porque na primeira vez ela não ficou como eu queria daí 'arranquei' tudo e fiz novamente.

Esta pasta fala de mim, do que acredito, gostei de fazer.

---

3 Desde o início propomos que as atividades de produção escrita fossem manuscritas, considerando que uma questão central na disciplina é demonstrar a importância do trabalho manual e seus desdobramentos para o sujeito que a realiza, em termos do desenvolvimento de habilidades e possibilidades. Neste sentido, nossa hipótese é que a atividade manuscrita gera processos distintos daqueles realizados através da produção escrita mediado por máquinas (computador ou celular).

Nos diversos relatos do processo desta produção fomos dialogando com as categorias internas do trabalho, segundo Lukács (2013), o que resultou em uma aproximação melhor da teoria trabalhada. Muitos desdobramentos puderam ser feitos a partir de suas próprias experiências. Como fica claro nesta fala:

A priori... achei desnecessária essa pasta... mas hoje, relacionando com o conteúdo da disciplina, vejo que foi muito importante, pois, utilizei da prévia ideação para confeccioná-la.

A partir da contribuição de Freire (1983) apresentamos outra atividade que definimos como “da leitura e escrita da palavra mundo” a partir da escolha de uma cena do cotidiano. Cada discente deveria observá-la e, em seguida, construir um texto descrevendo-a e analisando-a de maneira livre e, se possível, em diálogo com os conteúdos de sua formação em Serviço Social. Com este material, realizamos discussões em grupos em sala, semelhantes aos círculos de cultura. Os/As discentes com as cenas de seu cotidiano e a produção do texto manuscrita descrevem a cena e, em seguida, arriscam uma análise em diálogo com os conteúdos acumulados em sua formação. Assim tentam se apropriar do concreto pensado (BRITO, 2006), em seguida num grande círculo compartilham suas descobertas.

Neste processo, fomos identificando a riqueza dessa atividade aparentemente simples, mas decisiva na construção de outro olhar sobre o real e de si mesmo diante do mundo. Uma discente relatou que desde que realizou estas atividades, de observar as cenas do cotidiano, conseguiu romper, em certo sentido, com o “automático, pois [anteriormente] passava nos lugares e não me dava conta do que estava acontecendo”. Destacamos as seguintes falas:

Para eu conseguir realizar essa atividade, eu tive que me desconectar do celular, pois eu não conseguia me concentrar em nada e nem observar o que estava ao meu redor. Quando ‘parei’ para observar, eu vi que no terminal de ônibus havia um motorista tentando estacionar o veículo em uma vaga, mas ele não conseguia de jeito nenhum e ninguém se disponibilizava para ajudá-lo [...] Até que um fiscal que estava do outro lado [...] veio ajudar o motorista. Eu consegui perceber o quanto as pessoas são egoístas, preocupadas apenas consigo mesmo.

Eu observei um vendedor ambulante dentro do ônibus. Era uma criança e parecia iniciante, que fazia pouco tempo que estava exercendo esta função. Logo me questionei sobre isso: será que ele estuda? E a família, onde está?

A partir desses relatos os/as discentes constroem uma leitura do real na busca da superação do senso comum, em busca de uma visão crítica e universitária. Em seus relatos manuscritos e falados identificam, inclusive, as diversas expressões da questão social presentes nas situações que presenciam em seus cotidianos. Além disso, vão relacionando com as categorias teóricas da disciplina Trabalho e Sociabilidade. A linguagem produzida pela docente e discentes toma a forma de expressão do pensamento e do mundo concreto. O falar e o escrever tornam-se instrumentos de humanização. Estes aspectos podem ser observados no relato a seguir:

A cena que observei ocorreu na minha casa. Eu estava voltando de um seminário sobre a cultura negra e a minha mãe perguntou onde eu estava. Quando a respondi, pude

perceber sua falta de informação sobre a cultura negra, logo ela, mulher negra, não sabia da história de seus ancestrais. Depois disso me questionei sobre o recorte de gênero que há na história da cultura negra, o quanto o Zumbi dos Palmares é divulgado, enquanto Dandara, que foi tão importante quanto ele, não há tantos comentários. Além disso, eu consegui perceber o quanto a cultura negra é relacionada com a escravidão, sendo que não é só isso.

Tomar a cotidianidade mesma, em que se encontram, como objeto de sua leitura do mundo, da escrita da palavra e da análise constitui-se em um processo muito rico. Freire (1979) nos lembra que a leitura e escrita da palavra mundo tem o sentido de tornar mais clara a concepção do cotidiano. Assim, com estas atividades, os/as discentes vão alcançando, pouco a pouco, na continuidade da prática, a razão de ser da própria maneira como estão no mundo. Em outras palavras, é superar o conhecimento que permanece preponderantemente ao nível da sensibilidade dos fatos, pelo conhecimento que alcança a razão de ser dos mesmos.

No processo de registrar e pensar as cenas do cotidiano, os/as discentes vão se deparando com ricas questões, que são exploradas durante o semestre, como apresentam nestas falas:

Eu passei no terminal [de ônibus] e não me dei conta das mudanças que ali ocorreram; eu ... estava vivendo no automatismo; não percebia o que estava em meu entorno.  
[Passei a] ver com outros olhos sempre [o mundo]; ver o mundo, as relações sociais com outros olhos; depois da disciplina eu sempre observo as cenas cotidianas.

Em síntese, esta prática pedagógica, proposta desde o início da disciplina que ministramos, resulta em permitir que cada discente: a) coloque-se diante da realidade (do seu cotidiano ou não), escolhendo uma cena do real, para que possa pensar, refletir e registrar o que vê, o que percebe e analisa; b) perceba e busque conteúdos necessários para melhor dar conta desse real observado, vivido e analisado (inclusive em diálogo com as outras disciplinas do seu curso), em busca do concreto pensado, superando a sua “peseudoconcreticidade” (KOSIK, 1995).

As metodologias ativas (BORGES; ALENCAR, 2014), por exemplo, foram também instrumentos significativos para o desenvolvimento de atividades em sala de aula, inclusive, algumas vezes apresentamos notícias de jornais como ponto de partida para a apresentação de novos conteúdos, como no caso da categoria trabalho alienado. Utilizamos algumas vezes contos da literatura para serem relacionados com o real vivido e com o conteúdo programático. Dessas atividades, também realizadas em sala de aula, com pequenos grupos ou em conjunto com a turma, destacamos os seguintes relatos dos/as discentes:

O que eu achei interessante é que, embora cada conto seja distinto, ainda assim, há fatos e aspectos que os aproximam. Comentamos sobre ‘particularidade, singularidade e universalidade’, além de ‘intentio recta’. [Além disso, colegas] tinham o mesmo texto, mas a forma como os dois apresentaram foi diferente, cada um com sua singularidade.

Eu vi muito a questão do trabalho na nossa discussão. As nossas crises internas afetam no trabalho.

O texto o personagem se contradiz e isso a gente vai passar muito na nossa atuação profissional.

Trabalhamos com vídeos sobre a crise do capital, neoliberalismos, reestruturação produtiva e trabalho alienado, como apoio às leituras acadêmicas dessa temática. Propomos a realização de uma entrevista a um trabalhador, ou mais, dependendo das condições de cada discente. Esta atividade tinha como objetivo central construir um diálogo crítico com a temática e a realidade do/a trabalhador/a entrevistado/a. A turma fica livre para escolher quem entrevistar. Dessa atividade pedagógica, muitas surpresas se apresentam, pois, alguns/algumas discentes entrevistam seus familiares, como pai ou mãe e se deparam com uma realidade não conhecida em sua concretude até então. Daí surgem muitas reflexões e tomadas de consciência do nível de exploração que vivem, por um lado, e por outro, o nível de compromisso desses trabalhadores na reprodução material de suas famílias e da coletividade. Destacamos algumas falas:

Os trabalhadores do grupo [de uma grande escola da cidade] constroem toda a estrutura dos prédios, mas não podem usufruir do produto do seu trabalho, pois, as mensalidades do colégio custam bem mais que o salário que eles ganham.

Os trabalhadores devem ser cegos e mudos, pois, tem a necessidade de trabalhar, necessidades humanas e isso faz com que as pessoas se submetam a isso.

Se não trabalhar, o homem deixa de ser cidadão? Há muita cobrança.

Essa disciplina dá para relacionar com tudo. Lembrei da época em que eu e meu marido fabricávamos bolsas. Um dia o meu filho disse para o filho do patrão que as bolsas confeccionadas eram nossas, pois, éramos nós que produzíamos, mas logo a outra criança rebateu dizendo: 'Não! É do meu pai, pois, ele que pagou

os seus pais para fazerem as bolsas'. As bolsas que nós fazíamos eram vendidas no Shopping [...] com preços altíssimos e nós ganhávamos muito pouco pelo trabalho. O nosso salário não dava para comprar as bolsas e o enxoval do nosso filho, na loja que trabalhávamos.

Com a atividade da entrevista, provocamos um contato direto dos/as discentes, em sua maioria, com a realidade do trabalhador. As descobertas daí advindas são ricas, pois tem gerado tanto um descortinar do real como uma identificação com o outro. Assim, lembrando as palavras de Freire (1979, p. 145):

Não basta viver em sociedade, é necessário participar, intervir coletivamente para modificar o que há de desumano, em função de valores e fins determinados, resultantes da consciência que emerge das relações entre classes, entre grupos sociais. No processo de reinventar o mundo, de 'prever uma nova estrutura para a sociedade, o domínio da linguagem e da escrita é fundamental. [...] *pronunciar e nomear o mundo.* (Grifo do autor).

Como Marx e Engels (1987, p. 66) afirmam "a libertação humana é um ato histórico e não um ato de pensamento... trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar, praticamente, o estado das coisas".

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dessas práticas pedagógicas vivenciadas em sala de aula movidas e moventes dos conteúdos da disciplina em questão, vamos encontrando ricas relações com a realidade cotidiana, sempre em diálogo com a formação profissional de

futuros/as assistentes sociais. Assim vamos descortinando o real e aprofundando nosso conhecimento teórico para uma leitura do mundo, assim como, de nós mesmos. Assim, trocas de saberes e descobertas vão sendo ampliadas, enriquecendo nossa prática social e profissional.

Trata-se de uma dialética que se impõe, independente de nossas vontades, pois como diz Lulu Santos *nada do que foi será de novo de um jeito que já foi um dia. Tudo muda*. A sala de aula revela-se dessa forma. Provoca-nos a construção do novo com a criatividade necessária para o envolvimento do grupo de discentes. Cabe-nos tirar o melhor dessa permanente dialética, pois nosso planejamento está em relação dialética com a prática dos/as discentes, com seus questionamentos, dúvidas, divagações, silêncios ou desinteresses. Tudo isso nos indaga e provoca mudanças. Cabe-nos como docentes captar essa dinâmica dialética, que não tem uma forma de ser e parecer única, mas se faz em uma diversidade de possibilidades. A sala como uma totalidade parcial, é espaço da prática docente, ela não se finda em si, mas dialoga com a totalidade mais ampla da qual somos parte integrante.

Na prática docente percebemos o/a discente que fomos. Como docentes, acompanhamos as superações e resistências dos /as discentes, e de nós mesmos. Para o docente, uma aula concluída é material concreto para a próxima aula, para os/as discentes é material possível para futuras teleologias, dentre as quais colocamos a de manter o interesse e compromisso com seus estudos e a sua própria formação. Podemos avançar ou recuar, pois a dialética se impõe a cada movimento do real. Este sempre nos permite o estabelecimento de escolhas dentre as possibilidades. Embora tenhamos o impulso de seguir adiante, muitas vezes o real se impões de outra forma, e

não alcançamos o que estabelecemos em nossas teleologias. Esta realidade nos desafia frente às tensões postas nos questionamentos teóricos dos/as discentes, ou a uma possível (e real) incapacidade nossa de respondê-la de prontidão. Todo este movimento se torna matéria fértil para os próximos encontros ou trocas. O que de fato encontramos, diante de nós, é o movimento do processo pedagógico, o qual nos permite novos aprendizados, que se transforma a cada novo momento vivenciado. Dessa prática educativa Freire (2000, p. 43) nos apresenta que:

[...] é neste sentido, entre outros, que a pedagogia radical jamais pode fazer nenhuma concessão às artimanhas do *pragmatismo* neoliberal que reduz a prática educativa ao treinamento técnico-científico dos educandos. Ao treinamento e não à formação. A necessária formação técnico-científica dos educandos por que se bate a pedagogia crítica não tem nada que ver com a estreiteza tecnicista e cientificista que caracteriza o mero treinamento. É por isso que o educador progressista, capaz e sério, não apenas deve ensinar muito bem sua disciplina, mas desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica em que é uma presença (grifos do autor).

Aprendemos com os/as discentes sim, e com eles nos superamos a cada aula dada e disciplina ministrada. Nosso Projeto Ético Político nos dá os fundamentos da nossa prática profissional. Na prática docente, ele é nosso guia, juntamente com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que se consubstancia no projeto de formação do curso. Concluindo, as práticas docentes experimentadas e analisadas na sala de aula nos dão

a possibilidade de percebermos o nosso alcance na construção de sujeitos atentos e críticos frente o mundo. Isto nos vem afirmar a função social da Universidade pública brasileira na democratização e construção do saber e, na elevação da consciência humano genérica de homens e mulheres. É um espaço possível de construção de práticas emancipatórias, como destaca uma discente: *a disciplina mudou o meu pensamento através da leitura das cenas do real.*

Toda a teoria ensinada e aprendida na dinâmica da sala de aula, nos mais diversos cursos de graduação, contribuem, ao cabo e ao fim, para a formação de futuros profissionais assistentes sociais. Pensamos: que tipo de assistentes sociais queremos formar? A nossa resposta não é isolada, é construção coletiva da categoria de assistentes sociais organizados em suas instâncias do CFESS, CRESS, ENESSO e ABEPSS, pois de forma coletiva, assumimos o compromisso de uma formação crítica o suficiente para sermos capazes de formar sujeitos comprometidos com o PEP do Serviço Social.

Na sala de aula, direcionamos nossa prática pedagógica para a formação de sujeitos capazes de entender a complexidade da dinâmica da sociabilidade, em seus múltiplos processos (sociais, econômicos, político-ideológicos e históricos), e neste contexto, serem capazes de intervir e contribuir para o avanço das possibilidades humano-genéricas, pois estamos diante de uma realidade (re)construída pela prática social de homens e mulheres, como sujeitos históricos.

## REFERÊNCIAS

ABESS e CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). IN. Cadernos ABESS no. 7 – **Formação Profissional – trajetórias e desafios**. Edição Especial, S. Paulo: Cortez Ed, ABESS e CEDEPSS, 1997.

BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008. - (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 4).

BORGES, T.S. e ALENCAR, G. Metodologias Ativas na promoção da Formação Crítica do Estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante de ensino superior. **Caiiru Revista**. Jul/Agosto, 2014, Ano 03, no. 04. P. 119-143.

BRITO, L. A Questão do Método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real. IN. MENESES e FIGUEIREDO (org). **Trabalho, Educação e Sociabilidade**. Uma crítica à ordem do Capital. Fortaleza-Ce: Ed. UFC, 2003.

FREIRE, P. **Cartas à Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª. Ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1980;

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 12ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983;

\_\_\_\_\_. Educação: o sonho possível. In. BRANDÃO, C. R. (org.) **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-101.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da Liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARX, K E ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. (I- Feuerbach). Tradução de José C. Bruini e Marco A. Nogueira. 6<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

MARX, K. **O Método da Economia Política**. São Paulo: IFCH/ UNICAMP, 1997.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas da atividade humana. **Revista Temas de Ciências Humanas**, n. 4, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

# A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO CEARÁ E SUA INTERLOCUÇÃO COM A ÁREA DA SAÚDE NA DÉCADA DE 1950

Laura Maria Cunha  
Gabriela Holanda Vieira

## 1. INTRODUÇÃO

Registramos a relevância da publicação do *E-book* “**HISTÓRIA NA PONTA DO LAPESS: existir, resistir e esperar na Universidade**”, em comemoração aos dez anos do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPESS), pois a história do laboratório se insere na trajetória do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) na última década. Como pesquisadoras do LAPESS estamos vinculadas à linha de pesquisa “Serviço Social, História, Formação e Trabalho”<sup>4</sup>, e em 2019 iniciamos a investigação “A gênese e o processo de laicização do Serviço Social no Ceará, seu debate com a área da Saúde”, que tinha como objetivo analisar a produção do conhecimento pelo Serviço Social, em saúde, no período de 1950 a 1975<sup>5</sup>.

---

4 Nos dez anos do LAPESS e na linha de pesquisa “Serviço Social, História, Formação e Trabalho”, desenvolvemos as seguintes pesquisas: – História dos 60 anos do Curso de Serviço Social no Ceará: particularidades da formação profissional na Universidade Estadual do Ceará”; – “Particularidades da formação profissional do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE): implantação e consolidação do Projeto Político Pedagógico do Curso em 2006 frente às transformações contemporâneas”; – “O Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará: da gênese aos desafios contemporâneos. As pesquisas contaram com apoio da FUNCAP, do CNPQ e do IC/UECE, com bolsas de iniciação científica e ressaltamos as contribuições dos/as bolsistas na realização das pesquisas, como também, no fortalecimento do LAPESS como espaço de formação de jovens pesquisadores/as.

5 Esta pesquisa foi desenvolvida no Estágio Pós-doutoral realizado no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPSAC) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no período de maio de 2019 a abril de 2020, com a supervisão da Profa. Dra. Lucia Conde de Oliveira. A pesquisa contou com a bolsista de Iniciação Científica Gabriela Holanda Vieira.

Neste artigo socializamos alguns resultados da pesquisa acima citada, em especial a gênese do Serviço Social no Brasil e no Ceará e sua interface com a saúde na década de 1950. Em nossa incursão sobre o tema utilizamos uma criteriosa pesquisa bibliográfica que se fundamentou em autores como: Netto (1991, 2016), Yamamoto (1994), Vieira (1973), Carvalho (1980), Barroco (2001), Vieira (2008), Bravo; Matos (2007), entre outros. Nas particularidades do Serviço Social no Ceará, destacamos as contribuições teóricas e históricas de Cisne (2002), Tavares (2010), Costa; Bezerra; Pio (2010), Freitas (2017), além de outros autores que subsidiaram a análise e a exposição da temática.

Nos caminhos metodológicos, realizamos pesquisa documental nos arquivos do LAPRESS em diversos documentos, tais como estrutura curricular do curso, programas das disciplinas, leis, decretos e regimento interno. Também pesquisamos na Biblioteca Central do Campus do Itaperi da UECE, no banco de dados dos Trabalhos de Conclusão de Curso/TCC's, onde encontramos seis que tinham com objeto o Serviço Social e a sua interlocução com a área da Saúde, a saber: Araújo (1953), Silva (1958), Barros (1957), Bittencourt (1957), Barroso (1958) e Montefusco (1959).

Cabe ressaltar que após toda a coleta dos dados da pesquisa documental, e no processo de análise dos dados, buscamos as conexões entre o objeto de estudo e os diversos documentos, com o intuito de qualificar nossa interpretação acerca da história do Serviço Social no Ceará e sua interlocução com a área da Saúde na década de 1950. Ao analisar esta trajetória, afirmo Netto (2016):

A história da profissão (...) não comparece com destaque a concreção na ordem do dia e o seu desfavor se espelha igualmente nas grades curriculares dos cursos de graduação (e parece que também na formação pós-graduação) (NETTO, 2016), p. 64-65).

Nesta exposição problematizamos a gênese do Serviço Social no Brasil e no Ceará e sua interface com a saúde na década de 1950, em um segundo momento dialogamos com os resultados dos Trabalhos de Conclusão de Curso da década de 1950, e nas considerações finais, pontuamos sínteses dos principais temas analisados no decorrer do artigo.

## **2. APONTAMENTOS SOBRE A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA INTERLOCUÇÃO COM A ÁREA DA SAÚDE NA DÉCADA DE 1950**

É fundamental registrar que existe uma rica e profícua bibliografia, dos mais diferentes paradigmas teóricos, para analisar a gênese do Serviço Social no Brasil e sua interlocução com a área da Saúde. Assim, nesta exposição, priorizamos a trajetória do Serviço Social no Brasil<sup>6</sup> que é herdeira do legado das pioneiras das décadas de 1930 a 1950.

Parte-se do pressuposto de que conhecer o passado para entender o presente, outrossim, é preciso aprofundar as raízes da profissão, considerando os sujeitos individuais e co-

---

6 Em 1936, foi criada a primeira escola de Serviço Social no Brasil, em São Paulo e, no fim dos anos 1930, existiam duas no Rio de Janeiro. Na década seguinte, foram criadas onze unidades de ensino, em quase todas as regiões do país: Nordeste (Recife, Natal, Salvador); Sudeste (Belo Horizonte, Niterói); Sul (Curitiba e Porto Alegre); Norte (Manaus). Nessa direção, as escolas faziam um esforço de integração, para 'estudar e definir a posição dessas escolas, face à problemática da região, procurando identificar a contribuição do Assistente Social no desenvolvimento'" (ABESS, 1973, p. 16 *Apud* VIEIRA, 2008, p. 88).

letivos que, em diferentes conjuntas, contribuíram para sua história pois, conforme Marx:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1978, p. 329).

Buscamos argumentar que no âmbito do debate profissional, a década de 1930 marcou a gênese do Serviço Social no Brasil, que articulava o movimento interno da profissão com os processos da sociedade brasileira, pois “a profissão se expressa como uma resposta específica e especializada a demandas que não são postas por ela mesma” (NETTO, 2016, p. 59).

É mister, portanto, afirmarmos que a profissão tem sua gênese a partir do Capitalismo Monopolista, em um momento de contradições entre capital e trabalho, que se caracterizou pelo surgimento da questão social como expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político, com assecura Iamamoto (1994):

O Serviço Social se institucionaliza como profissão rompendo as fronteiras da mera filantropia, como um dos recursos mobilizados pelo Estado, pelo empresariado, com efetivo apoio da Igreja, para atuar na ‘questão social’ (IAMAMOTO, 1994, p. 121).

De tal modo, nos Cursos de Serviço Social, a Doutrina Social da Igreja Católica apresentava as diretrizes e as normas para a compreensão dos problemas humanos e para o exercício da fé católica, sendo constituídos por mulheres católicas,

como evidência Barroco (2001, p. 77), “defendem a preservação da família tradicional e uma determinada conduta moral”.

Nessa direção, segundo Vieira (1973), uma das principais pioneiras do Serviço Social, a profissão era como uma arte que devia utilizar os conhecimentos e a ciência das relações humanas para mobilizar as capacidades dos indivíduos, dos grupos e das comunidades, a partir de postulados como: da dignidade da pessoa humana; da sociabilidade essencial da pessoa humana e da perfectibilidade humana.

Ademais, a partir do processo histórico, marcado pela industrialização e urbanização, com profundas mudanças, políticas, econômicas, sociais e culturais, especificamente no campo da Saúde, surgiram as primeiras medidas adotadas para o cuidado da saúde. Segundo Bravo; Matos (2007), a Política de Saúde no Brasil se caracterizou pelo modelo sanitarismo campanhista e assistencialista, desse modo, tinha por finalidade controlar as doenças que ameaçavam o desempenho da classe trabalhadora e a dinâmica de produção capitalista.

Corroborando, Polignano (2005, p. 5) afirma que a questão social e a saúde eram tratadas como questões relacionadas à polícia, e “foi concebido dentro de uma visão militar em que os fins justificam os meios, e no qual o uso da força e da autoridade eram considerados os instrumentos preferenciais de ação”. Com o processo de industrialização no país no século XX, “a saúde despontava como ‘questão social’, ou seja, como um problema que não se restringia ao indivíduo, exigindo respostas da sociedade e do poder público” (PAIM, 2009, p.27).

Outrossim, ainda sobre os anos 1930, marcados tanto pelo desenvolvimento industrial e a crescente urbanização, o Estado passou a focalizar suas ações nos benefícios sociais, em particular com a criação do Ministério da Educação e Saúde, que tinha como escopo combater as endemias rurais e de proteger

a maternidade e a infância. Nesse cenário, em 1942, foi instituído o Serviço Especial de Saúde Pública, caracterizando-se como uma expressiva ação médico-sanitário no país (LUZ, 2013).

Para Bravo; Matos (2007) a conjuntura de 1930 a 1945<sup>7</sup> marcou o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social com sua formação profissional e, inegavelmente, foi a área da saúde que mais contratou assistentes sociais para desenvolver uma “intervenção normativa no modo de vida da ‘cliente’, com relação aos hábitos de higiene e saúde, e atuou nos programas prioritários estabelecidos pelas normatizações da Política de Saúde” (BRAVO; MATOS, 2007, p. 29). Esta formação se articulava com o crescente mercado nacional de trabalho para o Serviço Social, a exemplo do “desenvolvimento das instituições sociais médicas e educacionais, como também a normatização do ensino do Serviço Social é regulamentada em 8 de abril de 1954” (NETTO, 1991, p. 119).

É relevante apresentarmos a contribuição de Vieira (1980), que fez um resgate histórico do campo da Saúde, destacando o Serviço Social nos hospitais e nos ambulatórios, e “além do estudo dos antecedentes e do ambiente, assegurava também o atendimento e o tratamento, o *follow-up* depois da alta” (VIEIRA, 1980, p. 67). Cabe observar que, na França, o Serviço Social era médico-social, sendo o responsável pela parte social do tratamento, principalmente da proteção à maternidade e à infância. Em seu percurso, o Serviço Social no campo psiquiátrico tem sua origem nos Estados Unidos e tinha como função, no início, ajudar o paciente a se reajustar à vida normal (VIEIRA, 1980).

---

7 A década de 1930, a inserção do Serviço Social, na área de Saúde Mental, ocorreu através do campo psiquiátrico e teve influência das doutrinas da Igreja e do Movimento Higienista. “Na década de 1940, são identificadas, ainda, outras formas de atuação do Serviço Social na Saúde Mental, a partir de atuações desses profissionais nos Centros de Orientação Infantil (COI) e Centro de Orientação Juvenil – (COJ). Esses Centros foram desencadeadores de projetos que tinham como características, a adaptação e normatização dos indivíduos no que tange à prevenção de possíveis patologias” (SANTOS; GUIMARÃES, 2014, p. 19).

Outrossim, nos anos 1950 e 1960, a prática do ensino médico se constituiu uma tendência de organização do modelo de atenção criado pelas faculdades da área da Saúde. De acordo com Guazzalli (1971), eram objetivos do Ensino do Serviço Social Médico: – acompanhar as finalidades do Hospital de Ensino; – participar de programas educacionais, com o intuito de formulação da prática e o aproveitamento de profissionais diversificados; – integração da teoria à prática para assegurar o desenvolvimento das potencialidades e competências para a profissão. Desse ponto de vista, era competência do “Serviço Social Médico, desde a aplicação das suas técnicas de caso, grupo e comunidade, e emprego de outros métodos como administração, pesquisa e supervisão” (GUAZZEALLI, 1971, p. 42).

Nessa perspectiva, em abril de 1954, através do Decreto nº 35.311, era estabelecida a finalidade do ensino do Serviço Social: “prover a formação do pessoal técnico habilitado para execução de Serviço Social” (ABESS, 1977, p. 04). Convém frisar que o essencial era a formação moral e doutrinária dos futuros assistentes sociais, que eram capacitados para “intervenção junto à população cliente através, dos quais possam reproduzir isso de controle social e de legitimidade da estrutura social, objeto da ação das pioneiras” (CARVALHO, 1980, p. 66). Nitidamente como aponta Sondré (2010):

O Serviço Social demarcou sua entrada no campo da saúde pública pelo viés dos trabalhos com comunidade, por meio de práticas educativas sobre procedimentos de higiene aplicados à vida privada, incentivando o controle de natalidade, o controle de doenças infantis, de higiene bucal, de saneamento para a criação das primeiras políticas urbanas de saúde, muitas vezes realizado por meio de um trabalho educativo (SONDRÉ, 2010, p. 456).

De fato, o Serviço Social Médico consolidou uma tarefa educativa no modo de vida da ‘clientela’, em particular, nos hábitos de higiene e saúde, na mediação entre a instituição e a população, que se concretizava através das ações desenvolvidas, como plantão, triagem, visita, entrevista, encaminhamento, orientação, entre outras.

### **3. O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO CEARÁ E SUA INTERLOCUÇÃO COM A ÁREA DA SAÚDE NA DÉCADA DE 1950: ANÁLISES DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO**

#### **3.1 A gênese do Curso de Serviço Social no Ceará<sup>8</sup>**

O objetivo deste subitem é analisar a lógica de inserção do Serviço Social e suas particularidades no Ceará, para tanto torna-se indispensável apontarmos alguns dos principais determinantes que foram basilares para engendrar o surgimento da profissão no Estado. Deste modo, conforme Netto (2016, p. 52): “estamos confrontados com os 80 anos de história do Serviço Social”.

No contexto do Ceará, o Serviço Social tem sua gênese a partir da iniciativa de frações de classe dominante que se expressavam no movimento do apostolado leigo da Igreja Católica. Por sua vez, a profissão era resultado da vontade, inspiração, vocação, missão, aspiração de seus fundadores em cuidar e servir ao próximo. Igualmente, o Serviço Social era uma resposta às necessidades sociais da classe proletária, a qual, em situação de pauperização, poderia ser influenciada pelas ‘ideologias exóticas’, como o comunismo, o liberalismo, entre outras (TAVARES, 2010).

---

<sup>8</sup> Este subitem apresentou algumas questões que foram problematizadas no artigo “Gênese do Curso de Serviço Social no Brasil: as particularidades da conjuntura no Ceará (1950-1975)”. In: CUNHA, Laura Maria; AZEVEDO, Estênio E. B.; SILVA, Salyanna de Souza (Org.). **Serviço Social: história, formação profissional e ética**. Fortaleza: Socialis: Eduece, 2018.

O Serviço Social no Ceará surgiu da necessidade do capital em controlar a questão social, configurando-se uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. De acordo com Cisne (2002, p.68), “outro condicionamento externo é configurado a partir da relação da Universidade com a Sociedade pois definirá o processo de formação das/os profissionais”.

Ainda sobre a criação do Serviço Social no Ceará, de acordo com Freitas (2017), os profissionais do Serviço Social desenvolveram um trabalho de organização comunitária numa perspectiva de promoção social, como exemplo, foi criado o Centro Social Paroquial Lar de Todos, que era uma articulação entre a Escola de Serviço Social e a Igreja: “Nesse sentido, não podemos falar de intervenção estreitamente da Igreja, mas do Serviço Social como instrumento da Igreja no processo civilizador dos moradores” (FREITAS, 2017, p. 44).

Entre consenso e dissenso, no início da década 1950, surgiu a Escola de Serviço Social no Ceará, com a proposta de atender aos interesses da burguesia local, do Estado e da Igreja Católica. Em suma, a profissão era considerada como um desdobramento do apostolado social, inserindo-se no campo da vocação, da missão, do cuidado.

Desse modo, no ano de 1951, a primeira turma do Curso de Serviço Social iniciou suas atividades acadêmicas. O Curso de Serviço Social do Ceará<sup>9</sup> estava de acordo com a Lei nº 1.889, aprovada no dia 13 de junho de 1953, que dispunha sobre os objetivos do ensino do Serviço Social no País, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diploma. Por sua vez, em 1956, a Escola de Serviço Social do Instituto Social

---

<sup>9</sup> Consideramos que, nos anos 1950 e 1960, verificou-se um crescente estímulo à industrialização no Estado do Ceará, que se consolidou como o terceiro Polo Industrial do Nordeste, principalmente após a aprovação dos projetos da Sudene para a instalação de indústrias, como exemplos, os empreendimentos dos grupos Gerdau, Vicunha, Têxtil Machado, Artex etc. Nessa direção, outras ações importantes foram realizadas para a modernização do Estado e de Fortaleza, a saber: a ampliação do Porto do Mucuripe, o Distrito Industrial de Maracanaú e a Companhia Docas, entre outras.

de Fortaleza foi agregada à Universidade do Ceará, passando a se chamar Escola de Serviço Social da Universidade do Ceará (posteriormente Universidade Federal do Ceará/UFC), e sendo regida pela legislação de Ensino Superior e pelo Estatuto da UFC. Por suposto, e segundo uma tendência no país, o processo de vinculação da Escola à Universidade se deu por diferentes motivos, como a constante escassez de recursos financeiros para a manutenção da Escola; impossibilidade de contratar pessoal suficiente para os serviços de secretaria e biblioteca, entre outros (COSTA; BEZERRA; PIO, 2010).

De acordo com o Regimento Interno, em seu art. 1º, a Escola de Serviço Social, fundada pelo Governo Federal a partir do Decreto nº 39.511 de 04/07/1956, tinha como finalidades: – prover a formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos; – aperfeiçoar os profissionais em Serviço Social e propagar conhecimento e técnicas relativas ao Serviço Social; – cooperar para que se crie, no meio em que atua, o espírito de desenvolvimento comunitário; – constituir núcleo permanente de estudo de nível universitário e de pesquisa dos problemas sociais da comunidade, funcionando também como centro informativo para divulgar dados para a solução desses problemas.

O corpo docente da Escola de Serviço Social em Fortaleza era influenciado pela Juventude Feminina Católica e pela União dos Moços Católicos, e compreendia professores titulares e assistentes, nomeados pela Associação Mantenedora, mediante concurso de títulos e prova, feito de acordo com as disposições da Legislação Federal específica e que rege a matéria (Regimento Interno, Escola de Serviço Social de Fortaleza, 1976).

E para admissão dos/as discentes<sup>10</sup> era exigida a apre-

---

10 Desse modo, prevalecia a ideia de um perfil ideal para ser Assistente social, a saber: mulheres comunicativas, livres de todo espírito egoísta, tolerância, inspiração, vocação, missão, cuidar e servir ao próximo. Segundo Carvalho (1980), as alunas do Curso de Serviço Social

sentação dos seguintes documentos: carteira de identidade; certidão que comprove a idade mínima de 18 anos completos; prova de quitação com o serviço militar e com o serviço eleitoral; atestado de sanidade física e mental; atestado de idoneidade moral; atestado de vacinação antivariólica; prova de pagamento de taxa de inscrição; vida escolar.

O Regimento Interno, no Art. 5º, estabelecia que o curso de graduação, com duração de no mínimo três anos e no máximo cinco anos, formaria assistentes sociais de acordo com a legislação em vigor no país: mediante ensino de todas as disciplinas do Currículo Mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação (CFC); estágios supervisionados, Trabalho de Conclusão de Curso (na forma do regimento e elaboração pessoal, resultante de atividades, de estudos e sob a supervisão e orientação da Escola de Serviço Social).

Nas primeiras turmas de Serviço Social no Ceará, o currículo era formado pelas disciplinas que tinham conteúdos vinculados à Sociologia, Psicologia, Higiene, Enfermagem, Puericultura, Direito, Moral, Patologia Social, Medicina Social, Estágio II (Campo Médico). Nesse aspecto, o Serviço Social se inseria no campo da patologia social, com caráter higienista e na formação profissional do Curso de Serviço Social do Ceará o conteúdo da Saúde foi abordado nas seguintes disciplinas<sup>11</sup>: 1950-1952 – Medicina Social – Higiene – Pediatria – Serviço Social Médico

---

precisariam de determinadas qualidades "como devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, etc." (CARVALHO, 1980, p. 64).

11 Na pesquisa documental encontramos os programas das disciplinas Higiene e Medicina Social, com o seguinte conteúdo: Evolução da Medicina e da Saúde, Conceitos de Medicina Preventiva e Saúde Pública, Prática especializada da Medicina Preventiva e Prática Geral, Níveis de Prevenção, Conceito de Epidemiologia, Epidemia, Cadeia de Processo Infecioso, Fatores do Agente Causal, Doenças Transmissíveis, Saneamento Básico, Programa de Saúde Materno-infantil, Odontologia, Nutrição e Saúde, Saúde Mental, Programa Nacional de Imunização, Estatística em Saúde, Medicina do Trabalho, Medicina Sociológica, Sociologia Médica-conceito.

– Enfermagem; 1952-1962 – Serviço Social Médico – Aspectos Médico-sociais das moléstias e Nutrição (AQUINO, 2004).

É importante registrar, mesmo que de forma suscinta, que na década de 1930, em Fortaleza, era implantado o Centro Estadual de Saúde, com modelo centralizado na direção e descentralizado nos serviços de vigilância epidemiológica e sanitária, de inspeção médico-escolar e permanente imunização (MONTESUMA; *et al.*, 2006). No período, os hospitais não apresentavam as condições necessárias para atender as crescentes demandas da população, e como respostas foram implantados os Dispensários, que tinham caráter beneficente, curativo, como exemplo, o “Dispensário Oswaldo Cruz passou a concentrar-se no combate às doenças venéreas, o Posto de Saúde da Prainha e o Dispensário dos Pobres foram recuperados” (MONTESUMA; *et al.*, 2006, p. 13).

### **3.2. Análises dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos anos de 1950**

Segundo Tavares (2010), a primeira turma concluiu o curso de Serviço Social em

“1953, mas a maior parte das alunas só recebe o grau de assistente social em 1957 e 1958 quando do reconhecimento da escola pelo MEC e por ocasião da apresentação e defesa do TCC” (TAVARES, 2010, p. 328). Como registro histórico, destacamos que o primeiro Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social tinha como título “Experiência de Serviço Social junto a uma empresa de indústria têxtil” e foi apresentado pela estudante Sarah Fiúza Leão.

Para socialização da nossa pesquisa acerca da história do Serviço Social no Ceará e sua interlocução com a área da Saúde na década de 1950, indicamos que a pesquisa documental foi realizada em 2019, na Biblioteca Central do Campus do Itaperi (UECE), e a partir da monografia de Aquino (2003)<sup>12</sup>, foram identificados seis Trabalhos de Conclusão de Curso, que analisaram a gênese do Serviço Social e sua relação com a área da Saúde, a saber: Araújo (1953), Silva (1958), Barros (1957), Bittencourt (1957), Barroso (1958), Montefusco (1959). Nessa direção, para este artigo socializamos algumas reflexões dos seis Trabalhos de Conclusão de Curso.

Os TCC's de Araújo (1953), Barros (1957) e de Silva (1958) foram resultados das experiências de estágio em Serviço Social no Dispensário de Tuberculose do Centro de Saúde de Fortaleza. De acordo com Araújo (1953), Barros (1957) e Silva (1958), a tuberculose era conhecida como “peste branca”, uma doença infectocontagiosa<sup>13</sup> e social, que causava desajustamentos, tais como o desemprego, problemas conjugais, problemas emocionais e psicológicos, a vadiagem e o alcoolismo.

Como o tratamento à época demandava que as pessoas se isolassem em um dispensário, que consistiram em uma das primeiras instituições criadas pelo Estado para tratar a tuberculose, e foram essenciais como campos de estágio e trabalho do Serviço Social no Ceará. Ademais, o dispensário era uma

---

12 A monografia de Aquino foi fundamental para a etapa de coleta dos TCC's na Biblioteca Central da UECE e teve como “objetivo geral analisar a produção do conhecimento pelo Serviço Social da UECE, em saúde, no período de 1950 a 2003” (AQUINO, 2004, p. 9). Registramos que a pesquisa documental, foi realizada em 2019, na Biblioteca Central do Campus do Itaperi (UECE), e contou com o estudante Pedro Luiz Lima Martins que participou como bolsista de Iniciação Científica/IC-CNPq.

13 Na disseminação da tuberculose em Fortaleza, os bairros mais atingidos no período da pesquisa foram: Pirambu, Monte Castelo e Carlito Pamplona. A especificidade do padrão de vida era determinada não só pela renda, mas ainda pelas tradições recebidas, costumes do meio, temperamento, e educação do homem, ou seja, padrão de vida que diz respeito à habitação, aos costumes e à alimentação (ARAÚJO, 1953).

instituição de aconselhamento, distribuição de alimentos e medicamentos, de assistência médica e social. Neste sentido, a perspectiva orientadora e fiscalizadora do Serviço Social atuava acompanhando os indivíduos, para assegurar o ajustamento do reabilitado ao trabalho, à família e à sociedade.

É interessante pontuar que, na matriz curricular de 1953, as disciplinas como Higiene e Medicina Social refletem as ações junto às pessoas com tuberculose. Para Silva (1958), as principais ações realizadas pelo Serviço Social no Dispensário eram ações educativas: orientação a despeito da tuberculose, medidas profiláticas, importância dos exames periódicos, vantagens de uma conduta correta para o bem-estar físico, espiritual e social (perspectiva de ajuste e controle), reuniões em equipe (interdisciplinaridade), encaminhamentos a entidades sociais, como as Santas Casas e os orfanatos.

Nestes termos, para Araújo (1953), as funções do Serviço Social Médico eram: – prática do Serviço Social de caso; – colaboração no planejamento de programa e regulamento interno da instituição médica; – cooperação no desenvolvimento de programas sociais e sanitários da comunidade; – participação de programa educativo para o pessoal técnico; – pesquisa social e médico-social (ARAÚJO, 1953).

Vale mencionar que o assistente social auxiliava o médico no tratamento da tuberculose, por meio do aspecto social, ao exigir uma inteira participação do doente, e em uma instituição médica, era o profissional que prestava atenção e escutava o cliente. Conforme Araújo (1953, p. 28), “O médico conhece sua doença, trata-o; o assistente social conhece a família, entende-se com ela, visita-o”.

Apresentamos os dados dos TCC's de Bittencourt (1957), Barroso (1958) e Montefusco (1959) que foram realizados a

partir das experiências de estágio no Sanatório de Maracanaú e abordaram a questão da saúde mental e o tratamento da tuberculose. O TCC de Bittencourt (1957) destacava que a atuação do Serviço Social tinha como objetivo prestar assistência social, financeira, educacional, funerária e espiritual, como também realizava ações de cooperação com o Banco de Sangue e com o Serviço de Patologia Clínica; outrossim, facilitava o tratamento e, para isso, seria necessário o entendimento da natureza humana e suas relações sociais. De igual modo, o Serviço Social participava de forma direta ou indireta na luta contra a tuberculose, pois era inserido em diversos espaços sócio-ocupacionais como ambulatórios, hospitais, dispensários e, concomitantemente, era o profissional na linha de frente, na luta por melhores condições de vida da população (BITTENCOURT, 1957).

Conforme Montefusco (1959), no seu TCC foi elaborado o perfil (estado civil, escolaridade e habitação) dos clientes que eram atendidos no Sanatório de Maracanaú. A autora reitera que a tuberculose era uma doença com recorte de classe, a maioria eram casados, e pelo fato de experienciar mais responsabilidades financeiras (que os solteiros e viúvos), eram mais suscetíveis a más condições de higiene sanitárias e econômicas, logo poderiam contrair a tuberculose com mais facilidade. Aliás, a falta de instrução se caracterizava como um dado relevante, pois quanto mais alto o nível de escolaridade, maior a possibilidade de exercer profissões com melhor remuneração. No que diz respeito à habitação, os egressos residiam em habitações com ausência de energia e/ou água, número de cômodos insuficientes para o número de pessoas vivendo sob o mesmo teto e outros (MONTEFUSCO, 1959).

Com a conclusão das leituras e análises dos seis TCC's, elencamos as principais dificuldades apresentadas pelas pio-

neiras: – o Serviço Social estava sendo implantado nas instituições analisadas (a fundadora do Serviço Social Médico no Dispensário de Tuberculose foi Alzira Barbosa de Araújo) e o número de assistentes sociais era insuficiente diante do número de clientes, igualmente, existia a proteção excessiva e/ou o descaso familiar com o tratamento; – ausência de verba para dar assistência aos pacientes, sobretudo com a alta hospitalar, notadamente no que se refere a passagens aos que moravam no interior; – o Serviço Social tinha dificuldades em realizar suas atribuições na relação doente e família por falta de espaço (sala para entrevistas); – a falta de condições materiais para atender toda a população da capital e do interior do estado.

Ademais, os seis TCC's analisaram temáticas relativas ao Serviço Social Médico, revelando preocupação com a prática profissional, ou seja, a metodologia, as técnicas e os instrumentos utilizados. Logo, a atuação do Serviço Social estimulava as capacidades e a responsabilidade do paciente com o tratamento médico e hospitalar, fazendo a intermediação nas relações paciente/médico e organização/família (com o intuito de assegurar adesão ao tratamento médico). Com isso, proporcionava condições e, ainda, contribuía para a efetividade da administração hospitalar no Dispensário de Tuberculose do Centro de Saúde de Fortaleza e no Sanatório de Maracanaú.

Seguindo uma tendência da profissão, no que concerne aos instrumentos operativos da prática de estágio, verificou-se a realização de entrevistas, visitas domiciliares, palestras, pesquisas, reuniões, orientações, estudos, planejamentos, seleções, relatórios, campanhas de conscientização da população, entre outros. É importante afirmar que as autoras dos seis TCC's foram as pioneiras e contribuíram para a implantação do Serviço Social Médico nas instituições de saúde de Fortaleza.

Assim, para Marsiglia (2016), o processo de crítica teórico metodológica do Serviço Social, nas décadas de 1960<sup>14</sup> e 1970, não teve impacto na área da Saúde, que buscava um padrão técnico e que atendesse “às exigências das demandas que emergiam da assistência médica, reforçadas no pós-64” (MARSIGLIA, 2016, p. 43).

Destarte, esperamos contribuir para o debate acerca da interlocução a área da Saúde e o Serviço Social, que tem sua gênese na vocação e na missão ligadas ao catolicismo e que, a partir das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais do país, consolidou-se como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta exposição, reafirmamos que na década de 1930 foram criadas as primeiras Escolas de Serviço Social em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nessa conjuntura marcada pelo desenvolvimento capitalista, foram engendradas as condições que possibilitaram a institucionalização, a profissionalização e a legitimação do Serviço Social no País. Em nossa análise, em 1950 foi criada a primeira Escola de Serviço Social no Ceará, como resultado da vontade, inspiração, vocação, missão, para cuidar e servir ao próximo. A profissão se caracterizou como resposta às necessidades sociais da classe proletária, a qual,

---

14 O Serviço Social brasileiro, a partir da década de 1960, incorporou os ideais do movimento latino-americano de intenção de ruptura com o conservadorismo. Sobre esse período do Serviço Social, existe uma vasta e profícua produção bibliográfica, aqui apenas apontamos a relevância do processo de reconceituação da profissão, e suas influências no Serviço Social Médico. Em 1967, destacamos como um marco histórico, o I Seminário de Teorização do Serviço Social, em Araxá (MG); em 1970, o Seminário de Teorização do Serviço Social em Teresópolis (RJ), ambos promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio em Serviço Social (CBCISS).

em situação de pauperização, via-se influenciada pelas ‘ideologias exóticas’, tais como o liberalismo e o comunismo.

Na Escola de Serviço Social do Ceará, a profissão tinha um caráter higienista, o que é constatado com a constante assimilação dos conteúdos, de disciplinas oriundas de cursos da área da Saúde, tais como Higiene, Patologia Social, Puericultura, Medicina Social e no Estágio II (Campo Médico). Nesse contexto, em 1953, a Escola de Serviço Social foi incorporada à Universidade do Ceará, em um período de enfraquecimento das influências católicas e do início das incorporações de muitas Escolas de Serviço Social pelas universidades, em um quadro de reforma universitária e da criação do currículo mínimo para os Cursos de Serviço Social no Brasil.

Na década de 1950, período da pesquisa documental, foram apresentados seis TCC’s, como resultados das experiências de estágio, revelando preocupação com a prática profissional, as técnicas e os instrumentos utilizados na experiência de estágio. Os TCC’s apresentaram interpretações acerca da tuberculose, da saúde mental, como consequência das condições econômicas, educacionais, sanitárias e culturais.

Nessa direção, a profissão atuava nos desajustamentos sociais, e estimulava as capacidades e a responsabilidade do paciente com o tratamento médico e hospitalar; fazia a intermediação na relação paciente/médico/organização e família, com o intuito de assegurar adesão ao tratamento médico. Além disso, realizava entrevistas como meio de abordagem dos pacientes e suas famílias, visitas domiciliares, palestras, pesquisas, reuniões, orientações, estudos, relatórios, planejamentos, administração, plantão, triagem ou seleção, encaminhamentos, entre outras.

Concluímos nossa reflexão e destacamos alguns marcos históricos que determinaram as transformações no âmbito da formação e do exercício profissional do Serviço Social

brasileiro, tais como: Congresso da Virada em 1979; formulação do Currículo Mínimo de 1982; Código de Ética de 1986 e a organização da categoria com o fortalecimento de suas entidades representativas. Em síntese, em 2021, o Serviço Social no Brasil comemorou 85 anos, e 71 anos de profissão no Ceará, e como evoca Netto (2016):

mirando pelo retrovisor ou procurando vislumbrar o que à frente se situa (...). Na história do Serviço Social, o amanhã deve contar mais que o ontem – este, não podemos modificá-lo, mas aquele pode ser transformado pelo que fizermos hoje (NETTO, 2016, p.72).

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alzira Barbosa de. **Serviço Social no Dispensário de Tuberculose do Centro de Saúde de Fortaleza**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social do Instituto Social de Fortaleza. Fortaleza, 1953.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL – ABESS. **Documento Básico preparatório à XX Convenção Nacional da ABESS**. Curitiba, 1977.

AQUINO, Célia Maria Virginio. **A produção do conhecimento em Serviço Social no campo da saúde**. Universidade Estadual do Ceará - 1953-2003. Fortaleza, 2004.

BARROCO, Maria Lucia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROSO, Silva. **Vantagens do Serviço Social junto ao previdenciário**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social da Universidade do Ceará. Fortaleza, 1958.

BARROS, Maria Deusly de Carvalho. **Tentativa de interpretação dos Motivos e consequências do Abandono ao tratamento médico**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social da Universidade do Ceará. Fortaleza, 1957.

BITTENCOURT, Fernanda Maria de Barros. **Experiência de Serviço Social Médico no Sanatório de Maracanaú**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social da Universidade do Ceará. Fortaleza, 1957.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Reforma Sanitária e projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. *In*: BRAVO, Inês Souza. *et al.* (Orgs.). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; UERJ, 2007.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. *In*: MOTA, Ana Elizabete. *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho**. São Paulo: OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL **Decreto nº 39.511**. Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social do Instituto Social de Fortaleza. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1956. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1956-07-04;39511>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

BRASIL. **Decreto 35.311, de abril de 1954**. Regulamenta a Lei n. 1889, de 13 de junho de 1953. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1954. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35311-2-abril-1954-449402-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

CARVALHO, Raul. Modernos agentes da justiça e da caridade: Notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 2, 1980.

CISNE, Mirla. **Serviço Social no Ceará da década de 50**: o inter cruzamento entre classe, gênero e catolicismo. Monografia de Graduação do Curso de Serviço Social apresentada a Universidade do Estado do Ceará. Fortaleza, 2002.

COSTA Liduina Farias Almeida; BEZERRA, Leila Maira Passos; PIO, Maria da Conceição. **Fragments do Passado e do Presente**: 60 anos de Serviço Social no Ceará. Fortaleza: EdUECE, 2010.

FREITAS, Antônio de Pádua Santiago. Por um modelo de pobre Fortaleza: A Escola de Serviço Social em Fortaleza e a colonização do Pirambu (1950 -1959). *In*: FREITAS, Antônio de Pádua Santiago; ARAÚJO, Erick Assis de (Org.). **História das cidades do Nordeste** (Séc. XIX e XX). Fortaleza: EdUECE, 2017.

GOVERNO FEDERAL. UFC. Escola de Serviço Social agregada à UFC. **Regimento interno**. Escola de serviço social de Fortaleza, 08 maio de 1976.

GUZZELLI, Célia Figueiredo. Serviço Social médico e hospital de ensino. *In: Revista Debates Sociais*, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, n. 12, 1971.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1994.

LUZ, Madel Therezinha. **As instituições médicas do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2013.

LIMA, F. M.; CUNHA, L. M.; NOBRE, Q. M. C. Gênese do Curso de Serviço Social no Brasil: as particularidades da conjuntura no Ceará (1950-1975). *In: CUNHA, Laura Maria; AZEVEDO, Estênio E. B.; SILVA, Salyanna de Souza (Org.). Serviço Social: história, formação profissional e ética*. Fortaleza: Socialis; EdUECE, 2018.

MARSIGLIA, R. M. G.; CARREIRA, M. O. C. S.; AMARAL, D. P. **Do serviço social médico ao serviço social na saúde**: meio século de história em São Paulo. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 37-50, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8647307>. Acesso em: 10 set. 2020.

MARXK. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Os pensadores. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural.1978.

MONTEFUSCO. Margarida Maria Teixeira. **Problemas humanos vistos por uma Assistente Social, junto ao Sanatório de Maracanaú**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social da Universidade do Ceará. Fortaleza, 1959.

MONTESUMA, G. F; FÉ, M. B. A. M. *et al.* Saúde pública no Ceará. Cadernos ESP, **Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 06-19, jan./jun.2006. Disponível em: Vista do Saúde pública no Ceará | Cadernos ESP - Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará. Acesso em: 20 nov. 2020.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (Org.). Serviço Social no Brasil: Histórias de resistências e de ruptura como o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2009.

POLIGNANO, Marcus Vinícius. **História da Política de Saúde no Brasil.** 2005, p. 1-35. Disponível em [saude\\_no\\_brasil.doc](#) ([medicinadeemergencia.org](#)). Acesso em: 07 abr. 2021.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. **Conhecimento e currículo em serviço social: análise das contradições (1936-1975).** São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Catiane Maria Medeiros dos; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O Campo da Saúde e a Inserção do Assistente Social na Saúde. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 1, art. 20, p. 365-388, jan./mar. 2014.

SILVA, Elisa de Oliveira. **Resumo de uma experiência de Serviço Social Médico no Dispensário de Tuberculose do Departamento Estadual de Saúde.** Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social da Universidade do Ceará. Fortaleza, 1958.

SODRÉ, Francis. Serviço Social e o campo da Saúde: para além de e plantões e encaminhamentos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 453-475, jul./set. 2010. Disponível em: [Revista 103.indd](#) ([scielo.br](#)). Acesso em: 18 out. 2021.

TAVARES, Neíse F. Silva. As relações sociais e o serviço social no Ceará 1950/1960. In: COSTA, Liduina Farias Almeida; BEZERRA, Leila Maria Passos; PIO, Maria da Conceição. **Fragments do Passado e do Presente: 60 anos de Serviço Social no Ceará.** Fortaleza: EdUECE, 2010.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Serviço Social em Pernambuco: particularidades da formação e inserção profissional dos anos de 1940 aos 1980. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 95, 2008.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social: processos e técnicas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1973.

# **OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E ITALIANO: um estudo comparativo sobre bases históricas, teóricas e ético-políticas.**

Gisele Caroline Ribeiro Anselmo  
Salyanna de Souza Silva

## **1. INTRODUÇÃO**

Embora nos últimos anos o Serviço Social brasileiro, particularmente no debate sobre os fundamentos da profissão, tenha centrado esforços em realizar uma aproximação as experiências dos outros países<sup>15</sup>, notamos que ainda existe uma lacuna no que se refere a pesquisas que adotam um caráter comparativo, ou seja, que não se trata-se apenas de uma “justaposição da descrição de casos individuais” (SAVIANI, 2001, p. 08), mas que procuram analisar duas realidades diferentes considerando suas especificidades e particularidades. Tal fato pode ser explicado pelo caráter ainda inicial do debate da pesquisa comparativa no Serviço Social brasileiro.

No artigo em tela procuramos realizar um estudo comparativo sobre as bases históricas, teóricas e políticas dos fundamentos do Serviço Social brasileiro e italiano, analisando, principalmente três momentos: as condições concretas para a sua emer-

---

15 Vale ressaltar a existência de publicações frutos de pesquisas e seminários internacionais, a saber: MUSTAFÁ, Alexandra (org). O Ser Social: Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos. Serviço Social e Sociologia Brasileira e Italiana dialogando em busca de novas compreensões. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012; MARTINS, Alcina (orgs). Serviço Social Portugal – Brasil. Formação e Exercício em Tempos de Crise. Campinas: Papel Social, 2016; CUNHA, Laura Maria; SILVA, Salyanna de Souza; AZEVEDO, Estênio Ericson Botelho (org). Serviço Social. História, Formação Profissional & Ética. Fortaleza: SOCIALIS Editora, EdUECE, 2018; YAZBEK, Maria Carmelita. IAMAMOTO, Marilda Villela (orgs). Serviço Social na história. América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

gência e consolidação do Serviço Social enquanto profissão; o período de “contestação”/renovação profissional; e alguns elementos da contemporaneidade do Serviço Social de cada país.

Sinalizamos que tal trabalho bibliográfico e documental, apresenta alguns resultados fruto de uma pesquisa financiada pelo Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/CNPQ), a saber: - a pesquisa intitulada “Serviço Social, fundamentos ético-políticos e neoliberalismo: uma análise comparativa entre o Brasil e a Itália” desenvolvida junto ao Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) na Universidade Estadual do Ceará (UECE) entre os anos de 2017 e 2018.– e a pesquisa intitulada “O Assistente Social: o profissional da ajuda, da transformação e/ou da defesa dos direitos sociais? Uma análise comparativa entre os projetos acadêmico-profissionais do Serviço Social brasileiro e italiano” entre 2019 e 2020, fruto de um projeto enquanto Professora Visitante vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGSSDS/FASSO/UERN).<sup>16</sup>

Na busca pela compreensão crítica e dialética do movimento do real adotamos como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético de Marx. Tal método tem como principal objetivo conhecer a realidade concreta e reproduzi-la no plano do pensamento, a partir de sucessivas aproximações, o movimento real do objeto (NETTO, 2009). Entende-se que o materialismo histórico se constitui o método por excelência por permitir a análise das determinações e dos processos históricos, numa dimensão de totalidade.

---

16 Sinalizamos que atualmente as referidas docentes estão desenvolvendo a pesquisa “Desigualdade, neoliberalismo e precarização do trabalho: implicações ético-políticas para a/o assistente social brasileiro e italiano”, registrado na Pro - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

O artigo está fundamentalmente dividido em dois pontos principais, no primeiro procuramos analisar o surgimento do Serviço Social como uma profissão ligada a surgimento da questão social e das políticas sociais enquanto formas de seu enfrentamento. No segundo ponto apresentamos elementos presentes na trajetória do Serviço Social brasileiro e italiano, individualizando as principais aproximações e diferenças em três principais momentos: o da emergência, do período de Contestação/Renovação da profissão, e seus rebatimentos nas bases ideo-teóricas e políticas dos fundamentos da profissão nos dois países estudados na contemporaneidade.

## **2. SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL**

À luz de uma leitura crítico-marxista, compreendemos que foi no marco do desenvolvimento do capitalismo monopolista, caracterizado por Netto (2001) como momento representante do ápice da contradição capital *versus* trabalho, que surgiram as bases históricas e políticas para a necessidade e o aparecimento do Serviço Social como profissão.

As legislações e políticas sociais, enquanto mecanismos institucionais, visam responder de forma fragmentada e hierarquizada às diferentes expressões da chamada “questão social”,<sup>17</sup> o controle e a prevenção da “força de trabalho”. Ressalta-se que tal período foi caracterizado por “um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores” (NETTO, 2001, p. 27), com o surgimento de

---

17 A categoria “questão social” expressa as manifestações concretas o processo de acumulação do capital, que por meio de sua (re)produção orgânica e subsunção do trabalho pelo capital, produz a desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e relativa e a luta de classes. Segundo Iamamoto (2009), foram as lutas sociais históricas dessa classe que contribuíram com o processo de reconhecimento da “questão social” enquanto objeto de intervenção do Estado e legalização de direitos e políticas sociais.

partidos operários de massa. Surgem, em nível internacional, as condições sociais e históricas que demandam a expertise da(o) profissional de Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.

Behring e Boschetti (2016, p. 121) analisam que para a emergência do Serviço Social, ocorreu a relação necessária e visceral entre Política Social e o Serviço Social:

Quando nos referimos a um vínculo ontológico entre estes processos [política social e Serviço Social], trata-se de falar de uma requisição do movimento da realidade, ou seja, a relação entre a possibilidade histórica da profissão e do Estado Social com suas políticas sociais está relacionada ao movimento da totalidade concreta, o modo de produção capitalista (...) (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 121).

A partir da criação do seu espaço sócio-ocupacional, ou seja, as políticas sociais, afirma Netto (2001), o Serviço Social encontra o fundamento para sua profissionalização e requisição junto à sociedade. O desenvolvimento das políticas sociais está associado às transformações econômicas e políticas. Temos o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) como marco para a generalização das políticas sociais em todo o mundo. Este teve início na década 1940 perdurando pelos vinte anos seguintes (século XX). Tal modelo eximia o capital de boa parte dos ônus da preservação da força de trabalho – prestação de serviços públicos.

Esse fenômeno está relacionado a diversos elementos econômicos, políticos e historicamente datados: a primeira grande crise do capital ocorrida até então (1929-32); o pós-Segunda Guerra Mundial (1945) que, se por um lado representou novos mercados e espaços para ampliação da hegemonia nor-

te-americana que se deu principalmente pelo Plano Marshall, por outro não podemos esquecer que o fim da Grande Guerra e derrota do nazifascismo foi graças às tropas da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o movimento espontâneo de resistência das populações locais.

Destarte, o surgimento do histórico do *Welfare State* marcado pela Segunda Guerra mundial, organização de setores da sociedade civil europeia e a primeira experiência socialista. Diante tal complexo, a estruturação de políticas e medidas sociais seguiu a linha da conciliação entre o capital e as lutas e resistência da classe trabalhadora.

As primeiras iniciativas de políticas sociais incorporam algumas demandas da classe trabalhadora, transformadas em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais. Assim, o reconhecimento de direitos não colocou em xeque os fundamentos do capitalismo, não havendo ruptura radical com o Estado Liberal, que, em síntese, defende a manutenção de um Estado mínimo, enfatiza o individualismo e a liberdade de competição. A luta pela emancipação humana da classe trabalhadora, no final do século XIX e início do século XX, assegurou importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos<sup>18</sup>, contribuindo para tensionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo.

Assim, as políticas sociais devem ser entendidas sob diversos ângulos, possuem tanto a função social de gerar certa redistribuição de recursos sociais, como também se encarreram, através do Estado, de baratear os custos de produção e reprodução da força de trabalho, funcionando como salários indiretos. Possuem também uma função política/ideológica

---

<sup>18</sup> Podemos afirmar que os direitos políticos são direitos coletivos, garantidos a todos, diferentemente dos direitos civis orientados também para a garantia da propriedade privada. Assim a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora.

para conquistar a hegemonia e obter a aceitação e a legitimidade necessária para a manutenção da ordem social.

Behring e Boschetti (2007) afirmam que o surgimento das políticas sociais foi gradual e diversificado entre os vários países. Essa diferença dependia (e ainda depende) da força e organização do movimento e da pressão que a classe trabalhadora exercia (e exerce) no âmbito da correlação e composição de forças diante do Estado e da burguesia.

Além de sua função política e ideológica para a reprodução da sociedade capitalista, as políticas sociais constituem-se também como um conjunto de procedimento técnico-operativo, solicitando um conjunto de profissionais seja na sua formulação que implementação.

Dessa forma, o Serviço Social nasce em um contexto de conflitos e contradições, caracterizado principalmente pela influência, conservadora e restauradora, da ideologia da Igreja Católica e do projeto burguês, interagindo também com “outros projetos sócio-políticos” (NETTO, 2001), presentes na sociedade. Tal consideração pode ser caracterizada como geral, porém se configura de modo específico em cada contexto e momento histórico.

Inserido na divisão social e técnica do trabalho, a/o assistente social se configura como trabalhadora(o) assalariada(o), que mediado pelo mercado de trabalho, tem a compra e venda de sua força de trabalho intermediada pelo dinheiro/salário. Nesse sentido, tal profissional no exercício da profissão passa por dilemas próprios de qualquer outra profissão. Dentre esses, Yamamoto (2008) destaca a alienação, a precarização das relações trabalhistas e do próprio local de atuação, principalmente na esfera pública.

Essa relação de compra e venda, contudo, não subordina a profissão aos interesses exclusivos dos compradores de sua

força de trabalho. Concordamos com Yamamoto (2008) ao afirmar que tal difícil condição tende a gerar uma *tensão* entre o projeto profissional historicamente construído pela categoria e sua condição de assalariamento.

Se a condição assalariada coloca para a/o assistente social demandas meramente institucionais, a atuação principalmente as diferentes expressões da questão social aproximam tal profissional as demandas dos sujeitos e lutas sociais. Sendo assim de grande importância “resguardar a relativa autonomia na condução do exercício profissional” (IAMAMOTO, 2008, p. 219). A *relativa autonomia* dá a possibilidade de a profissão construir um projeto profissional coletivo, que acompanhe as lutas sociais travadas pelas classes sociais.

Concordamos com Raichelis (2020) ao evidenciar o significado do exercício da relativa autonomia no interior do Estado capitalista. Para tal análise a supracitada autora recorre ao pensamento do marxista italiano Antonio Gramsci, ao compreender o Estado e as políticas sociais como resultado de contradições, do movimento de construção e disputa pela hegemonia entre as classes dominantes e dominadas/subalternas.

Pensar o Estado é entendê-lo no processo de construção do consenso, e/ou mesmo coerção, que possui como uma de suas funções a criação da hegemonia e reprodução da subalternidade das classes sociais frente à classe dominante. Na luta pela construção da hegemonia, o Estado “educa ao consenso”, no sentido de ser uma entidade que adéqua à sociedade civil à estrutura econômica (GRAMSCI, 2014, Caderno 10, p. 1253).

A *relativa autonomia* da/o assistente social nasce no interior do movimento dinâmico e contraditório entre sociedade civil e política, construção do consenso, da hegemonia da classe dominante e imposição da subalternidade à classe

trabalhadora. Assim, entendemos que a *relativa autonomia* se expressa no movimento da sociedade, não sendo endógena a profissão, pois as/os assistentes sociais além de contribuírem no processo de reprodução ou não do consenso estatal/institucional, ocupando a função de “intelectuais”, são pertencentes à classe trabalhadora.

Pelo lugar que ocupa na divisão social do trabalho, respondendo as expressões multifacetadas da questão social, intermediada pelo Estado e suas políticas sociais, em contato com diferentes projetos e lutas sociais, o Serviço Social ver-se diante uma contradição que é própria da sociedade capitalista.

A depender do contexto, classes e formações sociais, a referida profissão é constantemente influenciada por diferentes projetos e filosofias, conforme sinalizamos acima, podendo ou não construir projetos profissionais próprios e autônomos.

No próximo ponto apresentaremos elementos históricos e sociais de constituição do Serviço Social brasileiro e italiano.

### **3. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E ITALIANO: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS**

Particularmente no tocante à origem do Serviço Social na Itália, nossa pesquisa identificou a presença de duas perspectivas principais: uma que afirma que associa o surgimento da profissão nos anos 1920, quando o Instituto italiano para a assistência social em Milão formava “secretárias sociais” que eram inseridas em fábricas com o objetivo de “oferecer aos operários informações sobre os serviços assistenciais, sanitários, previdenciários e para ajudá-los no manuseio de tais práticas.” (PIERONI; PONTICELLI, 2019, p. 63); e também, com a primeira escola em Roma, a *Scuola di San Gregorio al Celio*,

uma escola feminina para a formação de “assistentes sociais de fábrica”, criada em 1928 e fechada em 1943, financiada pelo Partido Fascista e a Igreja Católica.<sup>19</sup>

A segunda perspectiva, por outro lado, evidencia que a profissão surge somente após o segundo Pós-Guerra, como fruto do processo de reconstrução do país, entre os anos 1944 e 1945, com a Companhia de São Paulo. Os(as) autores(as) que defendem essa perspectiva destacam que escola de Milão “nunca obteve um enquadramento institucional” (CALOI, 2000, p. 14). Para Pieroni e Ponticelli (2019) o nascimento das “assistentes sociais de fábrica” não é considerado pela maioria dos autores como experiências significativas para poder fixar com estas a emergência do Serviço Social na Itália.

Embora estejamos de acordo com a primeira perspectiva, pois esta caracteriza historicamente a profissão inserida na trama das contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista italiano, vale ressaltar que ambas concordam que o período pós-Segunda Guerra foi de estruturação da profissão, considerando também o contexto da Itália. Ressalta-se também que o país, devido ao desenvolvimento do fascismo com Benito Mussolini, encontrou-se entre o grupo dos países derrotados (o Eixo) pela guerra, além de ter sido também alvo de bombardeios, ataques e destruição. Destaca-se o forte enfrentamento por parte da população e esquerda europeia e

---

19 Para o marxista sardo Antonio Gramsci, o fascismo, entendido como produto da história, da Grande Guerra e da cultura italiana, se expressa como uma nova forma de “revolução passiva” criada pelas classes dirigentes italianas para obstaculizar o risco de uma crise econômica e consequente precipitação do conflito social (Caderno 8, p. 1089). Tendo o apoio de instituições tradicionais (Igreja, magistratura e burocracia), Gianni Fresu (2017) evidencia que o fascismo, além de uma violenta cultura anticomunista e nacionalista, apresenta como novidade a mobilização plebiscitária junto às camadas médias e às massas populares, com recursos sistemáticos de campanhas políticas, sociais e culturais no intuito de constituir opinião pública e consenso popular. Daí a aprovação da “*Carta del Lavoro*”, do Ministério da Cultura Popular, e criação de empresas públicas. Fresu (2017) coloca que sua base social foi a pequena e média burguesia, aliou-se também a forças sociais do latifúndio e do capitalismo agrário.

italiana frente ao fascismo, expressa principalmente pela *resistenza*, ou *resistenza italiana*<sup>2021</sup>.

De acordo com Pieroni e Ponticelli (2019) a emergência do Serviço Social italiano ocorreu de uma forma completamente diferente em relação aos países anglo-saxões, foram as escolas de Serviço Social as promotoras da profissão e não a necessidade de operadores sociais para intervir nas políticas sociais.

No nosso país, por outro lado, não foram os diversos organismos que prestaram serviços e intervenções assistenciais que sentiram necessidade de formar ou requalificar o seu pessoal (apesar das transformações sociais e normativas e da atenção cada vez mais difundida aos direitos sociais surgidos no período de origem da profissão).

Pelo contrário, na Itália foram as escolas de serviço social (as primeiras surgidas entre 1945 e 1948) a promover a profissão; assim, foi estabelecida desde o início, uma especificidade do serviço social italiano (PIERONI; PONTICELLI, 2019, p. 62-63 – tradução nossa).

Para as autoras, é importante colocar as escolas em dois grupos principais: de um lado as escolas de inspiração cató-

20 Movimento caracterizado pelo enfrentamento armado de diversos grupos e organizações da sociedade civil italiana contra o nazismo e fascismo durante a Segunda Guerra Mundial. Como principais sujeitos que compuseram destacam-se os *partigiani* (os partidários), homem e mulheres de diversos grupos políticos (socialistas, progressistas, feministas etc.). Segundo Varela (2018), o número de *partigiani* chegou a ser de 300 mil. Dentre as formas de enfrentamento se destacavam também as greves, afirma a historiadora, sendo que em 5 de março de 1943, 21 mil trabalhadores entraram em greve na Fiat Mirafiori. Na Resistência italiana se encontra a origem da democracia e da república no país. Vale ressaltar que muitos partigianos compuseram a Assembleia Constituinte Italiana, que promulgou a Constituição Federal de 1948.

21 Identificou-se, a partir da literatura estudada, a presença de assistentes sociais em grupos da esquerda italiana. Dentre elas destacamos Lucia Corti, Maria Luisa Addario e Vera Maschesini. Todas participavam da *resistenza*. Lucia Corti foi *partigiana* e da esquerda católica. Vale ressaltar o *Gruppi di Difesa della Donna per l'Assistenza a volontaria della Liberta* (GDD), um grupo de mulheres que prestavam assistência aos combatentes partigianos (DELLAVALLE, 2008).

lica: em 1945, a *Opera nazionale per l'assistenza religiosa e morale agli operai* (Obra nacional para a assistência religiosa e moral dos operários – l'ONARMO) e, em 1946, o *Ente nazionale scuole italiane di servizio sociale* (Entidade Nacional Escolas de Serviço Social – l'ENSISS); do outro, as escolas de inspiração laica: em 1945, o *Centro di educazione per assistenti sociali* (Centro de educação para assistentes sociais – CEPAS) e, em 1946, *Unione nazional scuole di assistenti sociali* (União nacional de escolas de assistentes sociais – l'UNSAS). Cada uma dessas escolas teve sede em mais de uma cidade, concentrando-se inicialmente ao Norte industrializado do país, e posteriormente, também ao Sul do país.

Estas foram as principais escolas por algumas décadas e cada uma tinha características muito diferenciadas, desde as católicas com maior incorporação dos valores religiosos; como a CEPAS, que ainda segundo as autoras, tinha entre os apoiadores Guido Calogero, um antifascista, perseguido político, representante da tradição laica e socialista, portador dos valores da *resistenza*. Estas características determinaram profundamente os currículos de cada Escola.

Em acordo com Bernocchi (1987) é importante ressaltar, o que durante muitos anos estas escolas não serão reconhecidas; serão financiadas pela Igreja e/ou pela iniciativa privada com balanços muito modestos, incertos e precários, as aulas acontecem em prédios alugados, com muitos trabalhadores voluntários. Na maior parte dos casos, o curso tem duração de dois anos e acontecem em horário integral.

A literatura italiana sobre a história da profissão sinaliza como momentos fundamentais para discussão e introdução dos códigos normativos para o Serviço Social na Europa e posteriormente na Itália o Convênio Internacional ocorrido

na cidade de Bruxelas (setembro de 1947) promovido pela Uciss e o Seminário de Estudo sobre o Serviço Social na Suíça (janeiro de 1948) organizado pela Associação de Ajuda Suíça (CANEVINI, 2017).

Nos anos de 1940 o país se insere no Programa de Recuperação Europeia, conhecido como Plano Marshall, que, sob a hegemonia dos EUA, proporcionou diversas “ajudas” financeiras para a reconstrução dos países europeus, garantindo uma base de aliados. Nesse período, o Serviço Social assume uma importância no processo de reconstrução da Itália, devastada pela guerra.

Inserido principalmente nos projetos habitacionais de caráter nacional, com destaque para o Plano INA – Casa do Instituto Nacional de Seguros (*Istituto Nazionale delle Assicurazione*) –1949, direcionado para a construção de moradias populares; as(os) assistentes sociais italianas(os) contribuíram com o planejamento e a remoção das famílias e/ou indivíduos às novas moradias. Esse momento é marcado pelo desenvolvimento do trabalho social de comunidade no país, sendo o referido plano habitacional inspirado nas teorias econômicas de Keynes e no Plano Beveridge.

Um importante marco histórico para o Serviço Social pós-Segunda Guerra foi a Convenção para Estudos de Assistentes Sociais, o chamado “Congresso de Tremezzo”, realizado entre 16 de setembro e 6 outubro de 1946 na cidade de Tremezzo, na Região da Lombardia.<sup>22</sup>

---

22 Com objetivo de discutir os problemas do *Welfare* nascente, a necessidade de reorganizar a assistência como elemento necessário para o “renascimento democrático do país”, Stefani (2012) afirma que tal evento colocou o papel da(do) assistente social como figura profissional capaz de contribuir com a afirmação de uma maior justiça social e da democracia, o que para o momento histórico representou “a fundação do Serviço Social italiano moderno” (STEFANI, 2012, p. 11, tradução nossa).

Tem-se um ponto de inflexão para perspectiva de atuação das(os) assistentes sociais, pois se anteriormente o conceito de assistência era entendido como benfeitoria, no momento de reconstrução nacional passa a ser entendido como prevenção e educação (CALOI, 2000, p. 15), sob o viés de uma “nova cultura democrática”.

O Serviço Social passa a ter uma centralidade para a reconstrução nacional, elaboração do consenso e garantia da hegemonia norte-americana. Vale ressaltar então o período de disputa da Guerra Fria. Assim, destaca Michela Caloi (2000) que a “administração militar americana solicita imediatamente ajuda e colaboração dos assistentes sociais italianos (p. 14, tradução nossa).

Assim como o Serviço Social brasileiro, a profissão na Itália também sofreu influência teórico-metodológica e política dos Estados Unidos. No ano de 1952 se inicia “a ajuda e o apoio” por parte da *Amministrazione Aiuti Internazionali* (AAI – Administração das Ajudas Internacionais) junto às escolas de Serviço Social. Tais instituições divulgavam as técnicas e metodologias norte-americanas e inglesas (*case-word*, *group-work* e *community-word*) através seminários e jornadas de estudos. Muitos docentes também participavam de cursos no exterior e seminários internacionais. Começam também a difundir-se novas escolas de Serviço Social pelo país.

Canevini (2017) sinaliza que mesmo sendo influenciado pela literatura inglesa e a filosofia individualista do Serviço Social dos Estados Unidos, na Europa a profissão foi também influenciada pelos códigos internacionais ligados às organizações católicas de Serviço Social, como a Uciiss, conforme sinalizamos anteriormente. Tais organizações voltavam sua atenção para “temas da tradição católica e conceitos centrais

da moral no tempo, vinham a suprir um vazio de publicações europeias sobre os princípios e fundamentos teóricos” (CANEVINI, p. 152).

Dessa forma, o Serviço Social em cada país nasce em um contexto de conflitos e contradições, caracterizado principalmente pela influência, conservadora e restauradora, da ideologia da Igreja Católica e do projeto burguês (representado tanto pelas burguesias locais como pelo imperialismo norte-americano), interagindo também com “outros projetos socio-políticos” (NETTO, 2001), presentes na sociedade.

Particularmente no Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930, acompanhando o processo de industrialização pesada e a radicalização das expressões da “questão social”, segundo Santos (2012), acompanhado também por uma mudança de orientação quanto às formas estatais de concebê-la e respondê-la. Com a Constituição de 1934, do governo Vargas, são preservados os direitos sociais e regularizados os contratos de trabalho, as profissões e os sindicatos. Muito embora a repressão e o autoritarismo sejam uma marca da formação social do Estado e das elites brasileiras, na década de 1930 a “questão social’ teria deixado de ser ‘caso de polícia’ e se tornado ‘caso de política’” (SANTOS, 2012, p. 140).

Iamamoto e Carvalho (2003) afirmam que a institucionalização do Serviço Social no Brasil foi ligada à iniciativa particular de grupos e frações de classe, sob o intermédio da Igreja Católica. Em 1936 surge a primeira Escola de Serviço Social de caráter laico e profissionalizante na cidade de São Paulo e logo um ano depois é criada a Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro.

No tocante às matrizes teórico-metodológicas do Serviço Social, a literatura brasileira afirma que se evidencia um “caleidoscópio” (NETTO, 2002) de tendências e influências. Ini-

cialmente a profissão foi influenciada pelas ideias e conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica. Tais referências foram ligadas à histórica relação entre as “protoformas” e gêneses do Serviço Social e a referida instituição religiosa.

Em meados dos anos 1940, no âmbito do Estado Novo no Brasil, houve, segundo Netto (2002), o desenvolvimento das grandes instituições sociais, a reformulação organizacional e funcional do Estado e o aumento das médias e grandes empresas, tanto estatais quanto de capital privado o que representou para o Serviço Social a ampliação nacional do mercado de trabalho, expandido quantitativamente seu quadro e espaços sócio-ocupacionais.

A formação profissional do Serviço Social passa a compor o quadro dos cursos de ensino superior (tanto privado quanto público) no Brasil. Foi a inserção nos complexos universitários que contraditoriamente possibilitaram à formação da(o) assistente social brasileira(o) o contato e a interação com disciplinas vinculadas às ciências sociais, à psicologia, à antropologia, à sociologia e à filosofia.

Para Netto (2002), em tal momento a formação profissional objetivava o recurso ao positivismo e ao funcionalismo, o que caracterizou uma atuação profissional centrada no indivíduo e na família, sob a perspectiva de controle dos “desajustados” e dos “problemas sociais”, visando a integração dos sujeitos às instituições, tudo sob a perspectiva da “aspepsia política”, o que por sua vez respondia aos interesses e às funcionalidades da “autocracia burguesa”.

Em nível mundial, os anos 1960 representaram um período de ebulição e revoluções políticas, sociais e culturais. Tais manifestações, em suas particularidades nacionais e locais, influenciaram os profissionais do Serviço Social.

Nesse período, na Itália, o Serviço Social estava passando por um momento que foi denominado de “contestação”, com forte influência dos movimentos feminista e aqueles ligados à juventude (maio de 68), caracterizado por Caloi (2000) por possuir um teor revolucionário de mudança radical e crítica ao referencial teórico-metodológico norte-americano. De forma mais intensa, o continente latino-americano tornou-se, de forma geral, um espaço de grandes transformações e mobilizações, em reação à implementação de golpes militares em praticamente todos os países do Cone Sul, sob influência das políticas imperialistas norte-americanas. Dessa forma, sua trajetória foi marcada por lutas populares de libertação nacional e resistência, como por exemplo a Revolução Cubana.

Sobre esse período, Caloi (2000) afirma que nas escolas de Serviço Social italianas somente as(os) estudantes no interior das sedes formativas assumiram um papel de caráter mais contestador, com posterior disseminação entre alguns docentes.

Canevini (1987) realizou uma pesquisa documental analisando todas as escolas italianas de Serviço Social que viveram este período, da metade dos anos de 1960 a início dos anos de 1980, em um artigo denominado “A crise das escolas: pedidos de renovação”.

Ao contrário do que estava ocorrendo no Brasil, as escolas italianas não tinham ainda sido inseridas no âmbito universitário. Em acordo com a pesquisa citada, as escolas continuavam com grande dificuldade econômica, sendo financiadas por instituições privadas e por doações de privados. Apesar da criação da Associação Escolas Italianas de Serviço Social (ASISS), em 1965, entre algumas escolas na tentativa de unificar os planos de estudos e de propor às entidades oficiais um diálogo para o reconhecimento do Serviço Social enquanto

profissão, desenhando as condições legislativas, didático-organizativas e financeiras das escolas formativas, elas permaneciam com importantes diferenças nos currículos. Os cursos neste período tinham a duração trienal. A possibilidade de inseri-las no ambiente universitário foi um dos elementos de discussão entre as escolas existentes.

Ainda segundo Canevini (1987), entre 1968 e 1970, inicia um momento denominado pela autora de contestação “importadas” da Faculdade de Sociologia da Universidade de Trento que influenciou a escola local que pertencia ao grupo ENSISS e dos estudantes da *Università Cattolica dal Sacro Cuore* de Milão à escola que pertencia a escola do grupo UNSAS. A partir deste momento, as ideias se difundem inicialmente entre os estudantes e, posteriormente, entre alguns docentes. Em seguida, também entre os sindicatos e um grupo de profissionais. Cabe ressaltar, que neste período a Itália estava vivendo um importante movimento de crítica às instituições, como resalta a autora “de desinstitucionalização, antisegregacionismo, anti-psiquiatria, antiautoritarismo, introduzidos nos serviços por outros profissionais (professores, médicos, psiquiatras, burocratas e técnicos dos serviços)” (CANEVINI, 1987, p. 109), que para os assistentes sociais torna-se também, segundo a autora, crise sobre o seu papel, principalmente, por não ter ainda sido reconhecidas enquanto categoria profissional.

Em relação à formação profissional, Canevini indica alguns pontos da contestação:

A didática é contestada em modo maciço seja pelo conteúdo teórico que pelo estágio. Primeiramente, a Escola é criticada como lugar de transmissão dos valores e dos modelos de vida dominantes; se coloca em discussão em primeiro lugar os ensinamentos profes-

sionais e em modo particular o “casework”, colocados sob acusação junto à psicologia como um dos principais agentes de manipulação e de adaptação ao sistema; não se aceita a rígida divisão disciplinar dos planos de estudos e a abordagem dedutiva ao ensino (CANEVINI, 1987, p. 109 – tradução nossa).

A autora ainda apresenta dois importantes eventos em que os estudantes procuraram se inserir para debater o papel do assistente social. O primeiro, em 1968, no Congresso de Bolonha em que um número expressivo de estudantes das escolas de ONARMO, UNSAS, ENSISS e CEPAS de várias cidades se uniram e formularam um documento e uma proposta sobre o Serviço Social, em um dos trechos temos a seguinte análise: “A instituição do Serviço social é funcional ao desenvolvimento do capitalismo cumprindo uma função de controle dos vários fenômenos de desvios sociais.” (CANEVINI, 1987, p. 111). Vimos a partir desta análise uma perspectiva crítica em relação ao papel do Serviço Social na sociabilidade capitalista. Canevini afirma que os estudantes reconheceram a necessidade de olhar os problemas dos usuários sob uma dimensão socioeconômica e ver como a necessidade seja um problema social, derivada do conflito de classe.

Uma segunda ocasião, em março de 1970, foi no *Congresso da Associazione Nazionale Assistenti Sociali* (AssNAS)<sup>23</sup> em Rimini. Canevini afirma que este congresso teve como tema: “Funções e competências dos assistentes sociais e relativa a formação a nível universitário”. As discussões e debates muito calorosas entre dois principais grupos que apresentaram duas moções:

---

23 Esta Associação, deste sua emergência, em 1948, faz parte da Federação Internacional de Assistentes Sociais (Fits ou em inglês, International Federation of Social Workers - IFSW)

Uma, da corrente de maioria, afirmava que o serviço social tinha a competência de melhorar e racionalizar as estruturas assistenciais existentes agindo de estímulo e de propulsor. Uma outra, apresentada pelos estudantes e de um pequeno grupo de assistentes sociais, argumentava que o serviço social tinha desacelerado o processo de transformações estruturais e deveria colocar-se como parte do proletariado “para atuar formas de contato com os cidadãos emarginados e com as organizações da classe operária”. Contrariamente às previsões, esta segunda moção resultou vencedora (CANEVINI, 1987, p. 112 - tradução nossa).

A autora apresenta ainda que o documento se conclui assinalando que o objetivo é “a revolução social que possa portar à assunção do poder real da classe agora dominada”.

Canevini (1987) afirma que nenhuma Escola saiu deste processo de contestação completamente ilesa. No entanto, as escolas tomaram três caminhos diferentes: um grupo, que realizou poucas mudanças com o programa didático em relação às demandas de contestação; um outro grupo, realizou muitas mudanças em relação ao plano didático, principalmente com a introdução da participação de alguns estudantes na gestão das Escolas; e por último, as Escolas do Centro e do Norte (triângulo industrial) do país que implementaram as transformações mais profundas do plano didático, mas que ao final foram fechadas por falta de financiamento.

Para Caloi (2000), houve assim, um momento em que os cursos de Serviço Social põem em discussão as técnicas e metodologias que adotam. Contudo, a “contestação”, segundo a autora, não provocou mudanças orgânicas no âmbito da formação profissional, tendo em vista a diversidade e a diferença entre as escolas em todo o país.

Importante colocar em evidência que a maior parte da literatura sobre a história do Serviço Social italiano minimiza o período da Contestação. Normalmente, este período é visto como um período de “crise”, em pouquíssimas linhas nos livros e artigos, enfatizando que foi um período conturbado e sem conquistas relevantes para a formação profissional. Diferentemente, do contexto brasileiro em que temos o “Congresso da Virada”, como veremos a seguir, a Contestação foi “abafada” e a tentativa de desqualificação deste período é nítida entre os que estudam a temática.

Pieroni e Ponticelli (2019) afirmam que a partir do final dos anos 70 a perspectiva teórica que vai prevalecer será a ecológica-sistêmica, reconhecendo uma unitariedade do método de intervenção do Serviço Social, afastando da perspectiva tradicional: *casework*, *group work* e *community work*. Para as autoras, a Contestação e as mudanças que foram sendo demandadas pelas instituições onde trabalhavam as assistentes sociais, levaram a necessidade de um aprofundamento da base teórico-metodológica fazendo com que fosse necessário elaborar “modelos teórico-operativos de serviço social com uma chave italiana, orientados na direção de novas perspectivas” (PIERONI E PONTICELLI, 2019, p. 150), mas levando em consideração aos orientações teóricas das ciências sociais como o construtivismo, o cognitivismo, o interacionismo, a perspectiva relacional-sistêmica e o cognitivo-humanista. Dessa forma, podemos inferir que há uma mescla destas diferentes perspectivas teóricas, num sincretismo e ecletismo ideológico.

No interior do Serviço Social latino-americano emerge o “movimento de reconceituação”, que tinha como questão primária a reflexão sobre a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento, o questionamento sobre

o papel das(os) profissionais em face das manifestações da chamada “questão social”, e a adequação dos procedimentos profissionais às realidades regional e nacional. A “reconceituação” foi assim denominada por Netto (2002) como expressão de uma espécie de grande união profissional.

Destacam-se os Seminários de teorização da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess) e do Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (CBCISS). Ao fazer um resgate histórico e crítico dos referidos seminários, Netto (2002) destaca os de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), ainda sob a influência do positivismo e do funcionalismo.

Os Códigos de Ética do Serviço Social brasileiro de 1965 e 1975 são assim expressões desse processo no interior da profissão. Se no Código de 1965 evidenciam-se ainda as influências dogmáticas da Igreja Católica (neotomismo), prevalecendo a visão abstrata do “homem”, o de 1975 traz elementos das reflexões originárias dos seminários de Araxá e Teresópolis, reconhecendo já o Estado como gestor do “bem comum”, reproduzindo um viés governamental (ABATHE, MUSTAFA, 2006).<sup>24</sup>

A partir da década de 1970, seguindo os movimentos pela redemocratização, em nível nacional e internacional, o Serviço Social brasileiro dá continuidade ao processo de aproximação à matriz marxista, como expresso no “Método de Belo Horizonte – BH”.

Importante marco histórico desse processo foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, o “Congresso da Virada”, no qual a categoria afirmou a defesa dos direitos sociais e setores subalternos da população.

---

24 Vale destacar que no Brasil, no âmbito do processo de renovação e crítica ao Serviço Social tradicional, houve também iniciativas de parte de setores da profissão que buscaram fazer um recurso à fenomenologia, através de “uma nova proposta” de Anna Augusta Almeida. Essa iniciativa foi denominada por Netto (2002) de “reatualização do conservadorismo”.

Contudo, Netto (2002) destaca também que essa primeira aproximação não foi isenta de equívocos, pois se tratava de um marxismo sem o recurso a Marx e sob fortes influências de abordagens reducionistas e estruturalistas (baseadas principalmente no marxismo de Althusser e nas concepções presentes na II e III Internacional).

Barroco (2003) afirma que, dentre os equívocos do período, destaca-se o de querer transportar mecanicamente valores e concepções instituídos em situações revolucionárias para outros contextos. O que gerou na profissão processos como o de “deprofissionalização”, associação do trabalho profissional ao trabalho voluntário militante etc. Tais equívocos serão posteriormente questionados a partir de críticas ao marxismo vulgar, recurso às obras de Marx e incorporação de outros importantes autores e teóricos marxistas, como Antônio Gramsci e György Lukács.

O Serviço Social brasileiro, em seu processo histórico de consolidação, atualmente conta com um claro projeto profissional, configurado como uma direção social, ético e política vinculada a um projeto de transformação societária. Tal projeto profissional – Projeto Ético-Político (PEP) – foi herança histórica do processo de “renovação” das bases tradicionais da profissão.<sup>25</sup> Atualmente tem como marco hegemônico a forte influência na teórica social crítica, especificamente na teoria marxista.

Na dimensão político-organizativa, ancorada nos diferentes fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social, o PEP se expressa nos conselhos federal e estaduais (Conjunto CFESS/Cress), na Associação Brasileira de Ensino

---

25 Como expressão jurídico-política de materialização do PEP, temos principalmente o Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares. Um outro marco importante para o Serviço Social no Brasil foi o seu reconhecimento, em 1987, enquanto área de produção de conhecimento por parte das agências de fomento à pesquisa.

e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e no Movimento Estudantil de Serviço Social (Mess).

Embora possamos falar de hegemonia da teoria social marxista no Serviço Social brasileiro corroboramos com Yazbek (2009) de que não podemos esquecer que vivemos em uma sociedade que constantemente reafirmação tendências de caráter neoconservador, pautadas no fortalecimento de posturas preconceituosas, autoritárias e racistas, presentes na sociedade e também em parte dos profissionais, conforme sinalizamos acima. No âmbito universitário, ressalta a autora, tem-se ainda o fortalecimento da teoria e ideologia pós-moderna e conservadora. O que revela a permanência de tensões e ambiguidades no quadro das matrizes teórico-metodológicas do Serviço Social nacional.

Concordamos ainda com Santos (2007) ao sinalizar para existência de um pluralismo/sincretismo presente na profissão, bem como o peso do conservadorismo em sua constituição ideológica e histórica, sendo necessário uma maior atenção no sentido de não “superdimensionar” tal direção social, e sempre buscar fortalecer nos diferentes espaços (seja da formação que do exercício profissional) as bases concretas para sua materialização.

É importante sinalizar que “a existência de um código de ética não garante que a categoria vá reproduzi-lo” (BARROCO, 2012), sua legitimação e viabilização é um processo contínuo, perpassa uma mudança na totalidade do sujeito profissional e na sociedade. Algumas questões estão presentes no agir profissional das/dos assistentes sociais, dentre essas destacamos a dificuldade de relacionar o código de ética com o cotidiano profissional, por vezes baseada na afirmação de que seus valores são irreais, por vezes motivadas pelo próprio desconhecimento do código.

Os anos de 1980 e 1990 foram também de crescimento para o Serviço Social italiano. Graças à Associação Nacional das Assistentes Sociais (Assnas), com o apoio dos organismos de coordenação nacional das escolas dos docentes de Serviço Social, foi possível o seu reconhecimento jurídico, a partir do Decreto n. 14 de 15/01/1987, vimos desta forma, o quanto o reconhecimento da profissão foi tardio.

Com o mesmo decreto também ocorreu a inserção da formação profissional no âmbito universitário, com uma formação quadrienal, como o único percurso formativo. É importante ressaltar, que neste processo, o Serviço Social italiano não teve uma área de conhecimento própria reconhecida. Ela foi inserida na área de conhecimento da Sociologia Geral, impactando até os dias atuais nos cursos que são ofertados, principalmente, aqueles a nível de Pós-graduação. Campanini (2011) afirma:

As circunstâncias atuais significam que, por um lado, a maioria das aulas de disciplinas de Serviço Social é ministrada por professores em tempo parcial com salários baixos, que, portanto, não podem se dedicar em tempo integral ao desenvolvimento de conhecimento profissional ou engajar-se em atividades de pesquisa. Por outro lado, o fato de o Serviço Social não ser reconhecido como uma disciplina autônoma, mas de ser considerado parte da Sociologia Geral, implica que sociólogos com cadeira na universidade podem ministrar cursos de Serviço Social (por exemplo, Princípios de Serviço Social ou Métodos de Serviço Social), ainda que não tenham nenhum conhecimento específico ou experiência nesse campo (CAMPANINI, 2011, p. 641).

Vale observar também o surgimento da *Ordine Assistenti Sociali – Consiglio Nazionali* nesse mesmo período. Aumentam ainda os espaços sócio-ocupacionais para as(os) assistentes sociais, tanto no âmbito público quanto no privado.

No que se refere à formação, o contexto italiano foi impactado diretamente pela Declaração de Bolonha de 1999,<sup>26</sup> que passou a assumir dois níveis de formação: Seção B: graduação trienal em Serviço Social (duração: três anos, classe: L-39 – *Laurea triennale in Servizio Sociale*); Seção A: mestrado profissional em Serviço Social e Políticas Sociais (duração: dois anos, classe: LM-87 – *Laurea Magistrale in Servizio Sociale e Politiche Sociali*).

Enquanto marco para elaboração do Código de Ética do Serviço Social italiano, Canevini (2017) destaca o seminário sobre “*A deontologia profissional no Serviço Social*”, realizado em 1990. Essa atividade contou com um grupo de docentes de Serviço Social e de outras disciplinas, sendo posteriormente realizadas mais três edições.

E assim como a realidade brasileira, a atual Lei de Regulação (n. 84/93) é sancionada em 1993. Em 1992 é promulgado o primeiro Código Deontológico do Assistente Social na Itália, sendo aprovado pela Assnas no seu XVII Congresso (Canevini, 2017, p. 155). Contudo, somente com a criação da

---

26 O Processo de Bolonha iniciado em 1998 foi um conjunto de mudanças no sistema de ensino superior nos países que fazem parte da União Europeia (EU), estabelecendo o Espaço Europeu de Ensino Superior. O principal objetivo seria o de elevar a competitividade e promover um sistema de créditos através do Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (*European Credit Transfer and Accumulation System – ECTS*) que facilitasse a leitura e a comparação das disciplinas dos cursos. Outro motivador importante seria a possibilidade de maior mobilidade, com estímulos de intercâmbios. Esse modelo educacional está no quadro de reformas neoliberais, procurando adequar o ensino superior às exigências do mercado, que exige um perfil profissional polivalente, flexível, com uma formação rápida e aligeirada nos seus conteúdos.

*Ordine degli assistenti sociali*<sup>27</sup> (1994) foi instituído em 1998 um código de acordo com a Lei de Regulamentação. Tal documento foi revisado em 2002 e 2009. Em 2020 é aprovado um novo código de ética.

Tanto no Código de Ética anterior como no atual notamos a influência do personalismo. Embora o Código de 2020 traga fortes avanços no que se refere ao reconhecimento e respeito à diversidade sexual e multiplicidade de famílias (Título II – Princípios Gerais da Profissão), vemos também permanência de uma leitura de intervenção voltada a “pessoa”, que se expressa por exemplo no 8º Princípio, a saber: “O assistente social reconhece a centralidade e singularidade da pessoa em cada intervenção; considera também cada indivíduo em seu ponto de vista biológico, psicológico, social, cultural e espiritual, em relação ao seu contexto de vida e de relações”.

Assim, o Serviço Social italiano se utiliza a uma ética personalista, que segundo Canevini (2017) trata-se de uma “concepção fundada sob o valor ontológico de cada pessoa humana”, tal perspectiva pode apontar para uma leitura da profissão que reitera o *status quo*. Ao trazer termos como “solidariedade”, “tecido social”, tal código parece aproximar-se também da perspectiva conservadora funcionalista (SILVA, 2020).

Para Pieroni e Ponticelli (2019) o Serviço Social italiano utiliza como principal orientação teórica a perspectiva relacional-sistêmica, a partir da teoria construtivista, do interacionismo e da teoria da comunicação; além do cognitivismo. Nos últimos anos as autoras afirmam que se está se difundindo o “modelo de rede”, onde se valoriza a integração entre a

---

27 A *Ordine degli assistenti sociali* corresponde, no Brasil, ao Conselho Federal do Serviço Social. Posteriormente são instituídos o *Consiglio Nazionali dell'Ordine degli assistenti sociali* (CNOAS) e os *Consigli degli ordini regionali* (Croas).

família, as instituições, a comunidade onde o assistente social constrói, consolida as “redes de suporte”, promovendo a capacidade dos atores em resolver a “situação problema”.

Vimos desta forma, que a perspectiva teórico-metodológica do Serviço Social italiano teve o seu “caminho” traçado a partir do final dos anos de 1970. Ao contrário do Brasil, em que optou-se por uma ruptura com o conservadorismo e a construção de um Projeto Ético-Político profissional numa perspectiva da emancipação humana; naquelas quadras, as perspectivas mais críticas foram abafadas, silenciadas, e na contemporaneidade, suas bases teórico-metodológicas têm influências ecléticas predominando a perspectiva pós-moderna de base neoconservadora.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Enquanto profissão o Serviço Social é o tempo todo interpelado pela realidade, seu surgimento e desenvolvimento está diretamente relacionado às transformações sociais e da formação social de cada país. Ancorado ao método materialista histórico-dialético, o presente trabalho buscou realizar um estudo comparativo não apenas limitando-se a identificar semelhanças e diferenças entre o Serviço Social brasileiro e italiano, mas tentando explicar o motivo para tais a partir do movimento histórico do desenvolvimento do Estado, da questão social e das políticas sociais em cada país.

A partir de elementos apresentados no decorrer do artigo sobre a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro e italiano, percebemos um “caleidoscópio” de correntes filosóficas e teóricas. Embora em ambos tenhamos notado a influência tanto do projeto burguês quanto do projeto católico, ainda

hoje na Itália percebemos a presença de tendências personalistas, no Brasil por outro lado houve um momento de “intenção de ruptura” com correntes conservadoras e aproximação com a teoria crítica marxista.

Tendemos a afirmar que alguns elementos que talvez tenham sido decisivos para tal diferença se referem a esfera organização da sociedade e da profissão no referido continente, pois no caso do Serviço Social brasileiro é sabido que o contato com o marxismo deu principalmente durante o Movimento de Reconceituação.

Outra questão que podemos considerar relevante no aspecto dos fundamentos da profissão diz respeito à dimensão da formação profissional a nível nacional. Enquanto no Brasil o Serviço Social, por meio das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tenha conseguido dá uma uniformidade para sua formação centrada na teoria social marxista, na Itália os cursos e escolas de Serviço Social eram em sua maioria iniciativa de particulares, a própria inserção no âmbito universitário demorou a acontecer o que tendeu a dificultar uma homogeneização da formação.

Nossa ideia não foi de fechar “conclusões”, mas de “deixar abertas” novas reflexões sobre os elementos que influenciam os aspectos dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-político do Serviço Social nos diferentes países. Regatamos aqui uma questão apresentada por Silva (2020):

Quais elementos históricos, políticos e sociais podem influenciar na aproximação entre os movimentos de esquerda e suas históricas reivindicações e a direção social estratégica assumida pelo projeto profissional do Serviço Social nos diferentes países? (SILVA, 2020, p. 299).

Pois embora na Itália a esquerda tenha sido considerada uma das mais fortes e combativas dos países ocidentais, não identificamos influência direta no Serviço Social italiano. Conforme sinalizamos no item anterior, a Contestação vivida pela profissão é vista como um ponto negativo, de crise, sendo minimizada a sua importância histórica.

Para nós, fica a curiosidade e a vontade de pesquisar mais a fundo este período: quem são os principais personagens? Quais as principais referências teóricas? Neste período a Itália não vivenciava a autocracia burguesa, os textos de Marx, Gramsci e demais marxistas eram acessíveis e o Partido Comunista Italiano (PCI) tinha importante ressonância nos sindicatos e entre os trabalhadores. A “Contestação” tinha uma perspectiva marxista? A partir de alguns documentos que tivemos acesso podemos afirmar que tinha uma perspectiva crítica sobre a sociedade capitalista. Mas, para responder a estas perguntas precisamos realizar novas pesquisas para aprofundarmos estas questões.

## REFERÊNCIAS

ABATH, Edistia Maria; MUSTAFA, Maria Alexandra Monteiro. Notas introdutórias. In: **Coletânea Códigos de ética profissional do(a) assistente social**. 2. ed. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: CTC, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Parte I - Materialidade e potencialidade do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileira. In: BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. Fundamentos de Política Social. In: **Serviço Social e Saúde**. 2ª edição. São Paulo. Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço social e política social: 80 anos de uma relação visceral. In: SILVA, Maria Liduína de O. e. (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BERNOCCHI, Nisi Rosa. L'origini delle scuole per assistenti sociali nel secondo dopoguerra. In: BERNOCCHI, Nisi Rosa; CANEVINI, Milena Diomede; CREMONCINI, Vodia Maria; FERRARIO, Franca; GAZZANIGA, Luciana; PONTICELLI. **Le scuole di Servizio Sociale in Italia: aspetti e momenti della loro storia**. Padova: Fondazione Emanuela Zancan, 1987.

CALOI, Michela. Tesi. **Codice Deontologico e identità dell'assistente sociale**. Evoluzione storica, principi e identità. Università degli Studi di Verona. Facoltà di Lettere e Filosofia. Diploma Universitario in Servizio Sociale, 2000. Disponível in: <http://www.serviziosociale.com/comunicasit/download/viewdownload/27/227.html>. Acesso: 20 de outubro de 2017.

CANEVINI, Milena Diomede. Il Codice deontologico dell'assistente sociale. In: CAVEVINI, Milena Diomede; NEVE, Elisabetta. **Etica e deontologia del Servizio Sociale**. Roma: Carocci Editore, 2017.

CANEVINI, Milena Diomede. La crisi delle Scuole. Istanze di rinnovamento. In: BERNOCCHI, Nisi Rosa; CANEVINI, Milena Diomede; CREMONCINI, Vodia Maria; FERRARIO, Franca; GAZZANIGA, Luciana; PONTICELLI. **Le scuole di Servizio Sociale in Italia: aspetti e momenti della loro storia**. Padova: Fondazione Emanuela Zancan, 1987.

CONSIGLIO NAZIONALI DELL'ORDINE DEGLI ASSISTENTI SOCIALI. CodiceDeontologicodell'AssistenteSociale. Disponível em: [https://www.ifsw.org/wp-content/uploads/ifsw-cdn/assets/italy\\_codicedeontologico.pdf](https://www.ifsw.org/wp-content/uploads/ifsw-cdn/assets/italy_codicedeontologico.pdf). Acesso em: 22 de setembro de 2017.

DELLAVALLE, Marilena. Antecipazioni del Servizio sociale nella Resistenza. Disponível em: <http://www.oaspiemonte.org/wp-content/uploads/2015/04/25-aprile-2015-per-OASP-Dellavalle.pdf>. Acesso: 20 nov. 2017.

FRESU, Gianni. **Nas trincheiras do Ocidente**: Lições sobre fascismo e antifascismo. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017.

GRAMSCI, Antonio. Quaderno 8 (XXVIII) 1931-1932 (Miscellanea e Appunti di filosofia III). In: GRAMSCI, **Antonio**. **Quaderni del Carcere**, v. 2, Quaderni 6-11. Giulio Einaudi:Turim, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. V. Serviço Social eespaço sócio-ocupacionais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I; Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 3. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PIERONI, Gloria; PONTICELLI, Maria Dal Pra. **Introduzione al servizio sociale: storia, principi, deontologia**. 16ª ed. Roma: Carocci Faber, 2019.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Atribuições Privativas do/a assistente social em questão** – CFESS, Volume 2, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez 2012. Biblioteca Básica/Serviço Social.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões de Nossa Época).

SILVA, Salyanna de Souza. **Fundamentos éticos e projetos profissionais do Serviço Social brasileiro e italiano.** Revista Serviço Social & Sociedade, No 138, p. 283 a 301 (mai/ago). São Paulo: Cortez, 2020. Disponível em: [tps://www.scielo.br/j/ssoc/a/DjM65VBLQdcV-Q-QHZntCQBzq/?lang=pt#](https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DjM65VBLQdcV-Q-QHZntCQBzq/?lang=pt#) . Acesso em 02 de junho de 2021.

STEFANI, Maria (org.). **Le origini del servizio sociale italiano.** Tre-mezzo: un evento fondativo del 1946 – Saggi e testimonianze. Roma: ViellaLibreriaeditrice, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VARELA, Raquel. **Breve história da Europa:** da grande guerra aos nossos dias. Lisboa: Bertrand Editora, 2018.

# **CONTINUIDADES E RUPTURAS: CONSERVADORISMO EM SEUS ASPECTOS CONCEITUAÇÕES E CONJUNTURAIS**

Ana Samilly Alexandre Moreira  
Ivna de Oliveira Nunes

## **1. INTRODUÇÃO**

As formas de produção desenvolvidas ao longo da história da humanidade são acompanhadas pelo processo de reprodução social, sendo este responsável pela continuidade de saberes, práticas e objetivações que permitem à humanidade satisfazer não somente as necessidades preexistentes, mas também àquelas que são criadas ao longo do tempo.

Trataremos da produção e reprodução em um determinado momento específico: a sociedade capitalista. Suas formas de efetivação são marcadas pelo caráter diametralmente oposto entre a produção social da riqueza e a apropriação privada. É a monopolização dos meios de produção por uma parte da sociedade e a venda da força de trabalho pelos não possuidores, como forma de subsistência, que vai marcar centralmente esse modelo de produção capitalista. Desse modo, “se a produção tem a forma capitalista, também o tem a reprodução” (MARX, 2013, p. 621).

O processo de produção capitalista expressa uma maneira específica e historicamente determinada da humanidade viabilizar suas condições materiais de subsistência, bem como suas relações sociais. Não se produzem somente mercadorias, objetos e meios de subsistência, mas também relações sociais entre indivíduos e, neste caso, entre classes sociais. É o capital

que determina o conjunto de relações sociais de todo o processo da vida social.

Personificada como relação entre mercadorias, o construto social é estabelecido pela relação entre as classes antagônicas que disputam a satisfação de suas necessidades.

Para a manutenção da estrutura de classes, são exigidas a desapropriação dos meios de produção da classe trabalhadora, assim como o trato coercitivo das demandas geradas pelo acirramento dos conflitos entre capital e trabalho. É necessário um aparato político-ideológico que mantenha a alienação e a conformação daqueles/as que produzem a riqueza social e detêm a única via possível de criação de valor: a classe trabalhadora.

É imprescindível que as ideias dominantes se tornem cada vez mais universalizadas. Toda classe que toma o poder precisa apresentar seus interesses como comuns ao conjunto da sociedade, onde sejam expressos, idealmente, o conjunto de valores e pressupostos que mantém erguida aquela forma de sociabilidade. Esse conjunto de ideias passa a ser apresentado como única possibilidade racional e universalmente válida (MARX; ENGELS, 2007).

Na sociabilidade capitalista, o conservadorismo opera como um aparato político-ideológico central que busca manter e preservar as ideias dominantes da sociabilidade burguesa as quais se reavivam no cotidiano por meio de formas de exploração e opressão da classe trabalhadora.

Este ensaio é fruto de algumas sínteses realizadas no grupo de estudos “Conservadorismo e Realidade Brasileira” do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPeSS), vinculado à Universidade Estadual do Ceará (UECE). Objetivamos apresentar os elementos que conformam o pensamento conservador clássico e moderno, tal como os diferentes estágios históricos tomados por este no capitalismo. Realizamos um apanhado bibliográfico a partir de autores como

Almeida (2018), Casara (2018), Escorsim Netto (2011), Souza (2015; 2016), Burke (1892), Nisbet (1987) e Santos (2007).

Apresentamos *a priori* os aspectos que configuram o conservadorismo clássico e sua passagem ao conservadorismo moderno, delineando as rupturas e continuidades desse processo. Tratamos no tópico seguinte o contexto de crise estrutural do capital, suas formas de enfrentamento e as peculiaridades assumidas pelo conservadorismo.

Nas considerações finais apontamos algumas formas de incisão do conservadorismo na contemporaneidade a fim de suscitar elementos para o desenvolvimento do debate sobre essa temática.

## **2. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONSERVADORISMO CLÁSSICO**

A noção de reprodução da sociedade capitalista engloba não somente os elementos que consubstanciam o processo de trabalho, mas o ultrapassa na medida em que se refere à reprodução das formas de pensar da sociedade, isto é, a reprodução espiritual, que são as formas de consciência social que se materializam a partir das instituições e saberes jurídicos, políticos, religiosos, filosóficos e culturais.

A reprodução social é, portanto, a reprodução de um determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade e a forma pela qual homens e mulheres materializam suas formas de viver e trabalhar, suas crenças e valores.

Na sociedade de classes, podemos considerar que a busca constante das parcelas dominantes é realizada pela manutenção de uma determinada estrutura, sendo empreendidos para isto mecanismos materiais, políticos e ideológicos.

O conservadorismo cumpre um papel estratégico indispensável como suporte no processo de reprodução social e na conservação da estrutura de classes, mediado pela ideologia burguesa.

O pensamento conservador configura-se como uma expressão cultural que é particular nas determinações sócio-históricas da sociabilidade burguesa. Mesmo sendo estruturante no modo de produção capitalista, suas primeiras manifestações se dão na tentativa de dar respostas aos movimentos da Revolução Francesa, que teve como ápice a derrocada do feudalismo.

O conservadorismo apresenta-se, neste período, como uma movimentação antiburguesa que se contrapunha aos ideários e formas de sociabilidade que eram apontadas pela burguesia revolucionária à época. Ansiava pela conservação dos padrões de sociabilidade do Antigo Regime, repudiando as novas formas de ação política e a destruição das instituições sociais fundamentadas pela tradição (ESCORSIM NETTO, 2011).

O chamado conservadorismo clássico surge no contexto da emergência da sociedade moderna, dinamizada pela luta de classes. Suas manifestações são avessas aos princípios do Iluminismo, da Revolução Francesa e do liberalismo burguês. Se contrapunha aos elementos da modernidade que postulavam a emancipação do homem, sobretudo dos grilhões da fé e da tradição. A religião era tida como a base da sociedade e a fonte de toda a felicidade, sendo o homem, portanto, em sua natureza, um “animal religioso” (BURKE, 1982, p. 112).

O conservadorismo, nesse momento fundante, aparece como reflexão política e moral, dando ênfase às instituições e tradições para o bom funcionamento de uma sociedade harmoniosa e ordeira em suas relações sociais, tendo relevo cen-

tral a família e a Igreja, na defesa da autoridade e da propriedade como os principais conceitos da filosofia conservadora (NISBET, 1987). Para o conservadorismo clássico,

É impossível estimar a perda que resulta da supressão dos antigos costumes e regras de vida. A partir desse momento não há bússola que nos guie, nem temos meios de saber a qual porto nos dirigimos. A Europa, considerada em seu conjunto, estava sem dúvida em uma situação florescente quando a Revolução Francesa foi consumada. Quanto daquela prosperidade não se deveu ao espírito de nossos costumes e opiniões antigas não é fácil dizer; mas, como tais causas não podem ter sido indiferentes a seus efeitos, deve-se presumir que, no todo, tiveram uma ação benfazeja (BURKE, 1982, p. 102).

Havia por parte do pensamento conservador uma aceitação em níveis parciais do novo modelo de produção em que se reconheciam os avanços do capitalismo, mas havia uma tentativa de convivência deste com as instituições e formas de ser do Antigo Regime, a saber: o privilégio da nobreza, o lugar central da Igreja e a cristalização das hierarquias constituídas socialmente (SANTOS, 2007).

Por conseguinte, existia uma negação do caráter revolucionário da burguesia e dos ideários inaugurados pela modernidade, que supostamente contrariavam a ordem natural do universo. Acreditava-se que

O pior desses discursos revolucionários é que eles endurecem e insensibilizam os corações, de modo a prepará-los para os golpes desesperados que são usados apenas

em ocasiões extremas. Mas, como tais oportunidades podem nunca ocorrer, a mente recebe uma nódoa gratuita; e os sentimentos morais não se abalam quando a depravação não serve a propósito político algum. Essa espécie de gente está tão enlevada por suas teorias sobre os direitos do homem, que se esqueceu completamente de sua natureza. Sem abrir um novo caminho à compreensão, conseguiram bloquear todos aqueles que conduzem ao coração. Perverteram em si mesmos, e naqueles que os seguem, todos os sentimentos nobres do coração (BURKE, 1982, p. 92).

Os interesses da nobreza e do alto clero eram a expressão do pensamento conservador, numa perspectiva que negava a ciência em favor de um empirismo, tendo no irracionalismo sua marca distintiva. Essa característica do irracionalismo vai se contrastar com outras matrizes de pensamento que surgem também neste momento, como o liberalismo que se apresenta como teoria social de base científica e racional (SOUZA, 2016).

O conservadorismo só diminuirá sua discrepância com o aspecto da racionalidade a partir das contribuições das chamadas “sociologias científicas” de August Comte (1798-1857), Herbert Spencer (1820-1903) e Émile Durkheim (1858-1917). Não significa que, a partir do pensamento sociológico, o conservadorismo aderiu amplamente à racionalidade, mas “a sociologia (tanto clássica, quanto contemporânea) passou a assumir o papel de importante interlocutor e formulador mais sofisticado dos princípios conservadores” (SOUZA, 2016, p. 153).

As transformações ocorridas entre os anos de 1830 e 1848, que marcaram o abandono de qualquer perspectiva emancipatória por parte da burguesia, vão colocar em cena outras fun-

cionalidades ao pensamento conservador, desta vez servindo não mais ao pensamento antiburguês, mas à própria burguesia, seus interesses e necessidades de manutenção do poder.

Para atender às necessidades de manutenção da hegemonia econômica e social da burguesia esvaziaram-se e perderam funcionalidade

seus traços mais determinantes – *racionalismo, a autonomia individual, humanismo, historicismo* – e suas características mais marcantes – *secularização, dessacralização do mundo, valorização da experiência controlável e universalizante* (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 43, *grifos da autora*).

Se em suas primeiras manifestações o pensamento conservador se apresenta como antiburguês e restaurador, os acontecimentos que marcaram a decadência ideológica<sup>28</sup> da burguesia demonstram que esse pensamento passa a operar uma empreitada contra toda e qualquer manifestação revolucionária. É certo que se dá outro caráter à função social do pensamento conservador que “de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 49-50).

A função sócio-política do conservadorismo passa a se associar aos componentes culturais da ordem burguesa atendendo à alteração do papel sócio-histórico que, diante do acir-

---

28 A decadência ideológica, denunciada por Marx e Engels e formulada por Lukács (1968), dá conta do estado espiritual da burguesia após 1848, quando esta, frente à necessidade de amenização dos conflitos sociais oriundos da dinâmica de acumulação capitalista, passa a negar as categorizações teóricas da tradição moderna (racionalidade, sujeito, história, emancipação, humanidade e progresso) e a ter como norte a manutenção da ordem social pelas vias da formulação de respostas que justificassem os problemas decorrentes do conflito de classes procedentes da relação antagônica entre trabalho e capital. Passam a ser produzidas, a partir desse momento, uma orientação subjetivista e conservadora da burguesia, em detrimento dos fatos reais da história (LARA, 2013).

ramento das contradições entre as classes fundamentais, faz com que os conservadores busquem a todo custo a conciliação entre o progresso e a ordem social (SANTOS, 2007).

O conservadorismo mantém valores que permaneceram praticamente inalterados durante todo o século XIX e início do século XX: a legitimidade e a autoridade fundadas na tradição; o caráter restritivo da liberdade; a concepção de democracia como perigosa e destrutiva; a laicização como deletéria; a razão como destrutiva e incapaz de organizar a vida social e a desigualdade como necessária e natural (ESCORSIM NETTO, 2011).

Apesar de manter essas características, o conservadorismo clássico, surgido no período moderno, passou por inúmeras transformações galgadas no acirramento das contradições do modo de produção capitalista, sobretudo, a partir da consolidação dos monopólios.

Podemos considerar a vigência de constituição de um conservadorismo clássico entre 1789 e 1914, período que abarca dois acontecimentos históricos de grande relevo: a Revolução Francesa e o início da Primeira Guerra Mundial. O que se desenrola a partir de finais da década de 1910 até década de 1960-70 se constitui como o período de formação do pensamento conservador moderno.

### **3. ELEMENTOS PARA PENSAR O CONSERVADORISMO MODERNO E OS DESDOBRAMENTOS NA REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

As mudanças operadas no conservadorismo moderno em relação ao conservadorismo clássico são centradas na recusa em assumir uma filiação teórica ou ideológica consideradas como dogma.

Os conservadores modernos, diferente dos primeiros, não se vinculam à nostalgia das formas passadas. Há, na verdade, uma desistorização do tempo presente, que também nega a possibilidade de construção de projetos alternativos àquele vigente (SOUZA, 2015). Se ancoram em uma vertente pragmática e empirista que valoriza a situação como ela se apresenta em sua imediaticidade.

Outra característica do pensamento conservador moderno trata das mudanças. Estas não são negadas, exceto se advindas das classes subalternas. É importante considerar também outra peculiaridade do conservadorismo moderno: a formação de sua autoimagem como “traço de personalidade”. Ou seja, a elaboração que sujeitos conservadores fazem de si mesmos e de seu significado histórico e social cumpre uma funcionalidade à manutenção de determinadas estruturas de reprodução social no capitalismo.

Não são raras as produções que atribuem o conservadorismo a determinados “traços de personalidade”. Segundo elas, trata-se de tendências subjetivas, típicas dos indivíduos e grupos que são cautelosos e apegados à situação social vigente, tal como se apresenta no aqui e agora. Outras caracterizações qualificam o conservadorismo como “forma de ser”, uma “atitude mental” que se inclina à crítica de mudanças substantivas. Nesse tipo de análise, psicologizante, é conservador aquele que resiste às mudanças “arriscadas”, que se apegam a formas estabelecidas pela tradição (SOUZA, 2015, p. 9).

O conservadorismo rompe seu antagonismo com o liberalismo e passa a se vincular a ele, à medida em que este se apresenta como corrente de pensamento e ação sólida que dá

vazão às necessidades de reprodução em suas dimensões políticas, econômicas e sociais (SOUZA, 2015). Os conservadores modernos também ampliam sua relação com a razão, derivando daí a necessidade da produção de conhecimento próprio.

Diante dos aspectos de fissuras e continuidades do pensamento conservador, chamamos a atenção para a onda conservadora que se manifesta, sobretudo, a partir da crise estrutural do capital e dos acontecimentos políticos das décadas de 1970 e 1980 que, apesar de manter seus aspectos centrais, ganham outros adendos e profundidades, conforme se aprofundam também as contradições e necessidades do modo de produção.

As transformações ocorridas nesse período constituíram as bases para a emergência de uma onda conservadora de nova ordem, o que muitos estudiosos denominaram de neoconservadorismo. Este surge a partir de uma imbricada relação com o neoliberalismo, afetando diretamente não só os fundamentos do pensamento e da intelectualidade mundial, mas também das condições de vida das massas trabalhadoras dando ao pensamento conservador um fôlego inesperado.

[...] o neoconservadorismo estrutura-se como reação ao *Welfare State* [Estado de bem estar social], à contracultura e à nova esquerda, fenômenos atrelados ao pós-Segunda Guerra Mundial e ao advento do regime de acumulação fordista. Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela inter-

venção estatal. A crise, conforme esta leitura de mundo, não era do *Welfare State*; para os novos conservadores o intervencionismo característico do *Welfare State* era o principal motivo da crise (ALMEIDA, 2018, p. 26).

A aliança entre conservadorismo e neoliberalismo pretende integrar a racionalidade em que tudo e todos são negociáveis, o projeto de um mercado que não conhece limites e o controle social pelas vias da moralização e da repressão estatal da população. Os movimentos conservadores aparecem como fundamentais ao projeto neoliberal, na medida em que

se torna necessário ‘compensar’ os efeitos perversos (e desestruturantes) do neoliberalismo através de uma retórica excludente, moralista e aporofóbica, bem como de práticas autoritárias de controle da população indesejada (CASARA, 2018, p. 152).

Aliado a isso, mudanças culturais, das quais a pós-modernidade talvez seja sua maior expoente, se atrelaram a acontecimentos políticos de larga escala como a queda do muro de Berlim e a derrocada do chamado “socialismo real”, o que gerou certo descrédito aos projetos de transformação da sociedade.

Todo esse processo viabilizou a expansão e adesão de perspectivas e formulações ídeo-teóricas que desconsideram a luta de classes e os projetos revolucionários, reatualizando o pensamento conservador, ainda que sob novas bases, e o colocam na ordem do dia.

O avanço do conservadorismo nas últimas décadas se apresenta em diversos campos da sociedade fortalecido por determinações societárias de cunho econômico, social e ideocultural. No campo econômico, a crise do capital faz ressurgir

políticas, medidas e valores conservadores a partir da apologia ao livre mercado, do desemprego estrutural e do aumento dos níveis de exploração da força de trabalho, sobretudo a partir da informalidade e da terceirização.

O Estado tende a fomentar a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a usurpação dos recursos públicos para salvar as empresas e bancos em tempos de crise, atuando também pela via das privatizações das instituições públicas e da mercantilização das políticas (BOSCHETTI, 2015).

O sistema de proteção social passa a ser extremamente fragilizado a partir da justificativa de que não pode haver limites ao desenvolvimento econômico e à obtenção de lucros e, nesse sentido, o Estado conservador passa a servir sumariamente aos super-ricos (CASARA, 2018).

O Estado absorve as perspectivas de uma política de morte ou, nos termos de Mbembe (2016), uma Necropolítica, nos quais os interesses das classes dominantes, as questões de segurança pública e a resolução das desigualdades sociais são respondidas a partir da execução sumária dos indesejáveis nesta sociedade. Quando não executados, esses/as sujeitos/as são inseridos em “mundos de mortes”, “formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2016, p.146).

O conservadorismo atua como forma de articulação entre os campos econômicos e políticos, subsumindo a dimensão política aos interesses econômicos, a partir de sua articulação com o neoliberalismo. É capaz de produzir novas determinações subjetivas ou uma “nova economia psíquica”, em que ganha amplitude a satisfação de interesses meramente individuais, o consumismo, o abandono de perspectivas am-

plas e libertadoras de educação, a crença no uso da força em detrimento do diálogo, a repulsa à inteligência e à diversidade humana (CASARA, 2018).

Nesse íterim, uma das formas de avanço do conservadorismo é sua associação com o reacionarismo, ou seja, com a tentativa de retomada de formas sociais progressas às conquistas civilizatórias da sociedade moderna. Substitui-se o otimismo pelo desespero, favorecendo sua vinculação a filosofias que se afeiçoam e são funcionais ao fascismo (ESCORSIM NETTO, 2011).

É necessário adiantar que a democracia jamais foi um pressuposto central, nem para o conservadorismo nem para o neoliberalismo, sendo descartada sempre que preciso. Nos termos conservadores, seja em seu momento clássico ou contemporâneo, essa perspectiva “renuncia aos modernos ideais da democracia e justiça social, tomando-os como anacronismos niveladores sociais” (SOUZA, 2016, p. 116). Lança mão da opressão e do arbítrio selvagem na tentativa de acumular sem limites.

É evidente que os parâmetros de realização da democracia burguesa são extremamente contraditórios e se desenvolvem de forma diferenciada entre os países das economias centrais e periféricas. Nestes últimos, o caráter subordinado e com resquícios coloniais tendem a aprofundar o enfraquecimento do Estado garantidor de direitos sociais e nacionalmente soberano, além da fragmentação da classe trabalhadora e destruição dos ideários revolucionários que alimentam os movimentos e lutas sociais (SANTOS, 2007).

Nos moldes da sociedade burguesa sempre houve uma discrepância irresoluta entre a democracia formal, aquela prevista legalmente, e a democracia real, entendida não só como socialização da participação no exercício do poder e das

livres manifestações, mas também como processo de socialização das riquezas produzidas. Isso porque as configurações do Estado e do próprio Direito na sociedade capitalista são permeadas por contradições.

Essas estruturas, por estarem profundamente vinculadas às formas sociais das quais fazem parte, refletem também seus limites, que se relacionam com a necessidade de manutenção da propriedade privada e dos meios de produção e com o caráter estranhado (alienado) que é próprio da base da sociedade capitalista (IASI, 2005).

O que ocorre no capitalismo, sobretudo em sua fase contemporânea, é o uso do Direito como arma privilegiada para a reconstituição de movimentos reacionários e conservadores. Concomitantemente, o uso da legalidade e da exceção, sustentados pelos vastos controles morais e de informações pelos meios de comunicação em massa e pelas instituições sociais, passam a ser utilizados como instrumentos de dominação. O Direito e a negação dele se misturam para garantir o subsídio do rearranjo do capitalismo e de suas necessidades (MASCARRO, 2016).

Assim, a crise estrutural do capital e suas vias de “resolutividade” estão intimamente ligadas com as formas pelas quais se coloca o conservadorismo na cena contemporânea.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os elementos aqui apresentados são constitutivos das formas pelas quais o capitalismo amplia sua taxa de lucratividade, forjando político e ideologicamente o cenário propício para o enfrentamento de suas contradições.

A guinada à direita no aspecto político e econômico ocorrida nos últimos anos, responde diretamente aos interesses de apropriação do capitalismo internacional e se materializa a partir de um projeto hegemônico de renascimento do neoliberalismo sem qualquer tipo de concessões, com forte base conservadora e que repassa os custos da crise à classe trabalhadora, a partir dos programas de reformas que reivindicam as privatizações, sobretudo das empresas públicas, a abertura dos mercados, o dismantelamento das leis e direitos sociais como estratégias para a retomada do crescimento e estabilização econômica dessas nações (CARCANHOLO, 2018).

Se por um lado há uma retomada do presentismo conservador, a insegurança generalizada e a desvinculação de projetos coletivos tomam um caráter de alienação das condições de vida e trabalho. Faz ressurgir fortemente o fundamentalismo religioso, seja pela perspectiva da prosperidade, seja pelo viés da construção de uma sociedade sem imoralidades, cumprindo papel indispensável nas necessidades de reprodução do capital. É responsável por disseminar as mais diversas formas de discriminação e preconceito, materializando e enraizando o avanço do conservadorismo na sociedade.

Recorre-se a um movimento de fortalecimento da transcendência divina e da autoridade política. O caráter neofascista e o autoritarismo ganham vazão em formas de governo a partir do sentimento de insegurança e da necessidade de conservação que são sentidos socialmente.

Surgem também tendências à devoção de um líder “virtuoso” como figura de salvação e alento aos processos de crise, recebendo a confiabilidade do povo para reestruturar a sociedade. Novos partidos apresentam seus projetos em torno de pautas centralmente morais e que se apoiam no senso comum, negan-

do qualquer vinculação ideológica. Esses sujeitos e partidos se apontam como renovação política e estratégia mais viável para a superação da corrupção e da “incompetência” do Estado.

Atrelado a isso, a centralidade na família tradicional, nos moldes burgueses e heteronormativos, tomam relevo. Não por acaso, o reforço a essa centralidade é funcional à manutenção da coesão e ordem social, além de garantir a manutenção da propriedade privada.

Fica evidente a necessidade em se construir formas de valorização do capital para além das condições de produção e do aumento do capital financeiro. É preciso que se produza também a barbárie.

Os novos limites impostos à estrutura do capital implicam na necessidade de reprodução ideológica que conforme a classe trabalhadora às suas condições degradantes de vida e mantenha também a estrutura de classes sem necessariamente utilizar o aparato da força repressiva para isso. Obviamente esta não é descartada! Para isso, é necessário criar as condições materiais pelas quais se garanta a produção que não podem ser assumidas pelo capital e reprimir qualquer ameaça por parte das classes dominadas, utilizando para isso o Exército, a Polícia e o Sistema Judiciário.

Essas são novas formas de enraizamento do pensamento conservador que, por sua vez, são requeridas no processo de valorização do capital e objetivam aniquilar as organizações da classe trabalhadoras, os movimentos sociais e qualquer reflexão crítica sobre a realidade. As formas efêmeras e não refletidas de dar respostas à realidade ganham notoriedade e se proliferam no senso comum como forma de manutenção do *status quo*. Passam a ser rechaçadas todas as perspectivas que apontem para a resistência dos/as trabalhadores/as.

Obviamente essas direções encontram fecundidade nas condições materiais de vida da classe trabalhadora que, pelo desemprego estrutural, fragilização das políticas públicas e aumento da pobreza e violência, acaba por estar inserida em um espaço cada vez mais fragmentado, individualista e inseguro.

O processo de mundialização do capital, o crescimento das migrações por conta dos conflitos gerados pelo capital e sua sede insaciável de lucros, acabam por colocar esses/as trabalhadores/as em condição de disputa em níveis mundiais, o que tende a fragilizar seus processos de luta e organização.

No Brasil, todo esse movimento tem se delineado como uma das maiores crises pelas quais o país vive nos últimos tempos, tendo como expressão o desmonte dos direitos e políticas públicas, o extermínio da população jovem, negra e de periferia, o aumento do desemprego, a elevação dos níveis de pobreza e o aumento da intolerância e do preconceito. Tudo isso subsidiado por um aparato moralista que se assenta no conservadorismo e no fundamentalismo religioso.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, S. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 01, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

Burke, E. **Reflexões sobre a Revolução em França** [1790]. Brasília: ed. UnB, 1982.

CARCANHOLO, M. D. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, E.; DIAS, E.; MEDEIROS, R. B.; ALEXANDRE, T. (Org.). **Di-**

**mensões da crise brasileira:** dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: EdUECE, 2018.

CASARA, R. **Sociedade sem lei:** pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico:** elementos para sua caracterização. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, M. L. Direito e emancipação humana. **Revista do Curso de Direito.** São Paulo: UMSP, v.2, n.2, p.170-192. 2005.

LARA, R. Notas Lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Revista Katálisis.** Florianópolis: UFSC, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feueurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, A. **Todo direito é um golpe.** Blog da Boitempo. São Paulo, 25 mai. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/25/alysson-mascaro-todo-direito-e-um-golpe/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Revista Arte & Ensaios.* Rio de Janeiro: UFRJ, v.01, n.32, p. 123-151, dez. 2016.

NISBET, R. **O conservadorismo.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, J. M. A. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, v. 01, n. 122, p. 01-22, abr./jun. 2015.

SOUZA, J. M. A. **Tendências ideológicas do conservadorismo.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Recife: UFPE, 2016.

# **PENSAMENTO PÓS-MODERNO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS SUPERVISORES(AS) DE CAMPO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL**

Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo

## **1. INTRODUÇÃO**

A discussão sobre o pensamento pós-moderno é polêmica no Serviço Social brasileiro por resgatar a crítica ao (neo) conservadorismo profissional, questionar a atualidade do marxismo e do materialismo histórico-dialético para as intervenções dos(as) assistentes sociais e problematizar a heterogeneidade de projetos profissionais existentes na categoria. Neste sentido, é sempre válido o debate em torno de como este pensamento permeia a sociedade, porque nos ajuda a compreender a inserção e participação do Serviço Social nas transformações macrossocietárias e sua permissibilidade ou resistência a determinadas tendências socio-históricas, como o é a de reatualização do conservadorismo ou de defesa da permanência dos pressupostos da teoria crítica marxista (com a qual concordamos) em nosso projeto ético-político.

Em nossa dissertação de mestrado, investigamos sobre a percepção da categoria profissional a respeito do pensamento pós-moderno a partir dos artigos apresentados nos últimos Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e para professores do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Neste trabalho, por sua

vez, partimos do pressuposto de que o pensamento pós-moderno aparece pulverizado no exercício profissional dos(as) assistentes sociais, entre os(as) quais, os(as) que atuam como supervisores(as) de campo de estudantes de Serviço Social, a partir de suas ações profissionais e do posicionamento fatalista e de desesperança para a construção de uma nova ordem societária, diante do desmonte das políticas públicas e do mercado de trabalho precarizado e instável.

Assim, questionamo-nos: Em que medida os(as) assistentes sociais supervisores(as) de campo de estagiários de Serviço Social revelam a influência do pensamento pós-moderno em seu exercício profissional? Para responder a esta pergunta, este trabalho propõe refletir sobre os influxos do pensamento pós-moderno no exercício profissional de assistentes sociais supervisores(as) de campo de estágio em Serviço Social. A análise desta influência se deu a partir do debate com a literatura, por meio de pesquisa bibliográfica e de nossas observações de campo como supervisora acadêmica da disciplina de Supervisão de Estágio em Serviço Social I no curso de Serviço Social da UECE.

A pesquisa bibliográfica, “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50), foi amparada precipuamente em Alencar e Granemann (2009), Lyotard (1993), Maffesoli (1996), Paulo Netto (2009; 2012), Santos (1997), Santos (2013) e Sousa (2004). A observação simples ocorreu ao longo do primeiro semestre de 2019, durante os meses de março, abril e maio, como parte das visitas institucionais aos campos de estágio das alunas, recomendadas no programa da disciplina supramencionada, ofertada para o 5º semestre do curso.

Sabemos que a observação simples apresenta limitações, como desviar a atenção do(a) pesquisador(a) para o “lado pitoresco, exótico ou raro do fenômeno” (GIL, 2008, p. 102). Além de dar “ampla margem à interpretação subjetiva ou parcial do fenômeno estudado” (GIL, 2008, p. 102). Entretanto, esta técnica para coleta de dados nos pareceu plausível para podermos apreender o exercício profissional dos(as) supervisores(as) de campo, dentro das limitações postas pela carga horária de uma disciplina de 6 créditos teóricos e 14 práticos, assim como pela disponibilidade de tempo por parte desses(as) supervisores(as).

As visitas institucionais foram realizadas em cinco campos de estágio, havendo nove alunas na disciplina. Entre estas, algumas estagiavam em um mesmo campo de estágio, porém eram supervisionadas por profissionais diferentes. Dois campos de estágio não foram visitados, porém estabelecemos contato com os(as) supervisores(as) por *e-mail*, visando conhecer as condições da supervisão e nos dispormos para quaisquer necessidades de melhora do acompanhamento.

Na realização destas visitas, buscávamos: observar o campo de estágio das estudantes com relação às condições de trabalho em equipe, uso de instrumentais, forma como os atendimentos aos(às) usuários(as) se realizavam; identificar potencialidades e dificuldades na supervisão; entender as principais atribuições e competências desenvolvidas pelos(as) assistentes sociais naquele espaço socioocupacional; discutir sobre a articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa no exercício profissional; recomendar o diálogo entre estagiária e supervisor(a) de campo a respeito das demandas presentes no campo de estágio e motivar a transmissão dos pontos mais relevantes para

o momento de discussão em sala de aula; incentivar o(a) supervisor(a) de campo e a estagiária a discutirem as principais respostas dadas às expressões da questão social com as quais lidavam; e problematizar o mercado de trabalho, a democratização de informações e o acesso aos direitos sociais pelos(as) usuários(as) diante do Estado neoliberal e do desmonte das políticas públicas.

Ao realizarmos as visitas institucionais, notamos que as(os) assistentes sociais supervisores(as) muitas vezes validavam – sem perceber – traços do que se convencionou chamar de pensamento pós-moderno. Isto nos motivou à reflexão sobre a influência desta forma de pensar o momento contemporâneo sobre a realidade social, alcançando os indivíduos sociais e suas profissões. Uma categoria profissional como a nossa (que tem como projeto profissional hegemônico valores marxistas, ancorados na superação do capitalismo), também termina estabelecendo contato com esta forma de avaliar o cenário atual. Em consequência, podemos observar o pensamento pós-moderno nos espaços socioocupacionais a partir da valorização do efêmero, do descontínuo, do presente, entre outros aspectos.

Como compreendemos a existência de outros projetos profissionais, diferentes do hegemônico, e a permissibilidade das “ideias” pós-modernas na sociedade num contexto de radicalização das sequelas do capitalismo neoliberal, optamos por desenvolver nossa argumentação mediante, primeiro, uma caracterização do que seja o pós-moderno e, posteriormente, de como (os)as supervisores(as) de campo observados(as) demonstram a presença dos valores pós-modernos em suas ações e percepções sobre o exercício profissional.

## **2. PENSAMENTO PÓS-MODERNO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?**

Para começar nossa caracterização sobre o que é o pós-moderno, é importante afirmar que não acreditamos na existência de uma pós-modernidade (como tempo histórico). Acreditar nesta significaria desacreditar as possibilidades de efetivação dos valores modernos, indicando que a modernidade foi superada – o que significa dizer que o exercício da razão aliada à liberdade, igualdade e fraternidade, que conduziriam à emancipação humana, seriam impossíveis de se realizarem, ou seja, que o comunismo é improvável. Estamos, em nosso ponto de vista, frente a uma base econômica, política, cultural e social com novos traços, o que acarreta novas formas de viver, relacionar-se, produzir e reproduzir-se socialmente. Por isso, concordamos com Paulo Netto (2012) quando este afirma que:

Do ponto de vista dos seus fundamentos teórico-metodológicos [...] o movimento [pós-moderno] é funcional à lógica cultural do tardo-capitalismo: é o tanto ao caucionar acriticamente as expressões imediatas da ordem burguesa contemporânea quanto ao romper com os vetores críticos da Modernidade (cuja racionalidade os pós-modernos reduzem, abstrata e arbitrariamente, à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos irracionalismos). Mas, por esta mesma funcionalidade, a retórica pós-moderna não é uma intencional mistificação elaborada por moedeiros falsos da academia e publicitada pela mídia a serviço do capital. Antes, é um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo burguesa, tomadas na sua epidérmica imediatividade (PAULO NETTO, 2012, p. 420).

Neste sentido, o pensamento pós-moderno é o produto das reflexões geradas para se compreender a realidade no pós anos 1960/1970 ou no tardo-capitalismo, quando o mundo vivenciava uma crise do capital e alguns intelectuais pensaram que referida crise materializava o nascimento de uma nova era histórica, que rompia com as instituições da sociedade moderna (SOUSA, 2004, p. 146). O fim da modernidade teria como marca a crise de paradigmas nas ciências sociais, na qual a ciência moderna e seus valores por não mais serem válidos para explicar a realidade haveriam sido superados pelos valores sucessores, os da sociedade pós-moderna.

Para Kuhn (1998; p. 25; p. 121-122; p. 112-117), quando um paradigma não consegue mais resolver um problema pelas regras e procedimentos conhecidos, ferindo as expectativas de seus defensores, ocorre uma revolução científica, que coloca em xeque o paradigma anterior e abre margem para o surgimento de outros paradigmas que possam compreender e explicar a realidade da forma adequada. Para este autor, só ocorre uma crise de paradigmas quando há uma modificação na visão de mundo científica (KUHN, 1998).

Desse modo, os autores que defendem a existência de uma pós-modernidade dizem que a modernidade foi superada pelo fato de a sociedade contemporânea haver se modificado em diferentes aspectos a partir das décadas acima mencionadas, demonstrando alterações de tão grande potencial que indicariam uma nova forma de ver e viver o mundo, a cultura, a política, as relações sociais, a arte, etc. Conforme Callinicos (1995, p. 120; p. 123-125), porém, a ideia de uma pós-modernidade é produto da repulsa à revolução socialista e devido ao fracasso de sua materialidade, que deságua nas desilusões políticas com os resultados das revoltas de 1968 a 1976, além do estilo de vida

orientado pelo consumo. Logo, podemos dizer, que o pensamento pós-moderno ajuda a explicar e a aceitar o estado atual do capitalismo, seu desenvolvimento e sua possível permanência (com suas naturais modificações, reconstruções e crises).

Os anos 1960 foram emblemáticos pela emergência de muitas novas expressões nas artes plásticas, como na escultura, na pintura e na arquitetura (SOUSA, 2004, p. 123). Também se desenvolveu a contracultura nos países do Primeiro Mundo (drogas, rock, nova esquerda estudantil, movimento *hippie*, movimentos de massa antibelicista, avanço da eletrônica, tecnologias de informação, consumo e ciência) (SANTOS, 1997, p. 21-23); nos países do Terceiro Mundo, a descolonização da África inglesa e francesa (JAMESON, 1992, p. 84); e, na América latina, ditaduras e o socialismo real. No caso do Brasil, vivenciávamos a ditadura militar, a partir do golpe de primeiro de abril de 1964, o desenvolvimentismo, o fordismo à brasileira, reformas educacionais e surtos revolucionários (SANTOS, 2012). Na economia e política, víamos a superação do fordismo/taylorismo, do keynesianismo e dos compromissos estatais com a classe trabalhadora, dando lugar ao capitalismo neoliberal (HARVEY, 2014).

Aliando-se a este cenário, teria sido demonstrado que não são todos os homens e mulheres que almejam usar seu potencial revolucionário para realmente construir uma sociedade diferente da capitalista, sem exploração e desigualdades. Nas palavras de Maffesoli (1996), se a modernidade poderia ser entendida como defensora de uma tendência à homogeneização dos valores sociais, a pós-modernidade pregaria a variedade de manifestações culturais e coletivas, mediante um “[...] processo de massificação constante, [em que] operam-se condensações, organizam-se tribos mais ou menos

efêmeras que comungam valores minúsculos, e que, em um balé sem fim, entrechocam-se, atraem-se, repelem-se [...]” (MAFFESOLI, 1996, p. 32-33). Em outras palavras, nem todos querem o comunismo.

Em nosso ponto de vista, a revolução comunista não é apenas uma necessidade, mas sim uma possibilidade real, porém para realizá-la os homens e mulheres precisam decidir, resistir e organizar-se para desenvolvê-la (LESSA; TONET, 2011, p. 115) por reconhecerem que ela é a melhor alternativa à existente. Contudo, para os pós-modernos, poucos são os que querem a revolução. As relações sociais do hoje teriam revelado que os indivíduos sociais almejam coisas diferentes e movimentos minoritários, por exemplo, confirmam isso, em suas lutas segmentadas, por objetivos comuns a um grupo determinado e que nem sempre se compreende como pertencente a uma mesma e unívoca classe trabalhadora. Assim, expressões clássicas de classes teriam sido substituídas por uma maior expressão, mesmo que difusa, de inúmeras “políticas de identidade com a defesa de grupos de minorias por um espaço na realidade social” (EAGLETON, 1998, p. 7).

O pós-moderno supervaloriza, nesta perspectiva, as subjetividades por compreendê-las como necessárias para entender a particularidade dos indivíduos e suas articulações com aspirações, projetos e contextos sociais e relacionais. A subjetividade seria formada pela multidimensionalidade no sentido de alargar as razões para justificar os comportamentos dos indivíduos e alargar a racionalidade cognitivo-instrumental moderna, adicionando-se uma racionalidade moral prática e estético-expressiva (SANTOS, 1995, p. 334). Os(as) sujeitos(as) sociais poderiam lutar por objetivos individuais e não serem sempre orientados(as) pela perspectiva do coletivo.

O pensamento pós-moderno como expressão intelectual das ideias que supõem uma pós-modernidade ou como forma de explicar a realidade contemporânea se funda na incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes (LYOTARD, 1993, p. viii). A teoria crítica marxista seria um metadiscurso ou grande relato – com começo, meio e fim – sem efetividade na realidade, pois ao se fazer um balanço da história social, política e ideológica dos países desde as origens do capitalismo, estaria claro que os países que adotaram o socialismo materializaram o totalitarismo e a limitação da liberdade, assim como a luta de classes (de uma única classe trabalhadora que luta por objetivos comuns) teria se diluído em lutas de grupos minoritários, perdendo sua radicalidade: isto demonstraria que o socialismo e o comunismo propostos nos moldes marxistas seriam improváveis (LYOTARD, 1993, p. 22-25).

A análise pós-moderna do real se apega, portanto, ao que é palpável ou existente no agora, no ato, no presente, evitando previsões ou gradações temporais que poderiam produzir equívocos. Segundo Maffesoli (1996, p. 9), “de fato, as grandes certezas desmoronam regularmente”, pois o presente é a fonte para a compreensão do que acontece no hoje, devendo o conhecimento estar relacionado ao mundo para não estarmos em defasagem com a realidade. Em suas palavras, “a evidência do objeto, a certeza do senso comum, a profundidade das aparências, a experiência da proximidade” (MAFFESOLI, 1996, p. 9) podem nos guiar no caminho da compreensão dos “fatos brutos” (MAFFESOLI, 1996, p. 10), de como se apresentam as coisas como são, analisando-se sua “lógica interna [...] [pois] só o presente é a fonte fecunda do pensamento” (MAFFESOLI, 1996, p. 10).

Em síntese, podemos considerar que o pós-moderno entende a realidade como algo imprevisível, instável, inconstante, demonstrando a incredulidade diante da objetividade da razão e da verdade, da determinação histórica, da coerência das identidades, como previa a visão iluminista moderna (EAGLETON, 1998). Sendo assim, sua forma de pensar o mundo põe em destaque o presente em si mesmo, não avaliando ou propondo planos para um futuro distante humanitário, o que desacredita o marxismo e a emancipação humana; considera o efêmero, o incerto e a pluralidade das subjetividades individuais como relevantes; relaciona a decadência das grandes ideias ocidentais modernas como Verdade, Razão e Totalidade (SANTOS, 1997), sendo marcada pelo poder dos meios de comunicação e pelo fim da história unitária (VATTIMO, 1992). A partir destas considerações, passamos à articulação sobre os reflexos da influência do pensamento pós-moderno no exercício profissional dos(as) assistentes sociais supervisores(as) de campo de estudantes de Serviço Social.

### **3. SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E OS INFLUXOS DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO**

Nossas observações nos campos de estágio ao longo da disciplina de Supervisão de Estágio em Serviço Social I ocorreram em quatro instituições de saúde pública de Fortaleza/CE e em uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) da região metropolitana deste município. As visitas que possibilitaram as observações se deram durante o horário da tarde, geralmente durando em torno de três a quatro horas contínuas. Na visita, além de pedir permissão (ao) à assistente

social supervisor(a), após autorização da coordenação de Serviço Social ou setor correspondente, realizávamos uma caminhada pelo espaço da instituição para conhecer sua estrutura e durante ou após este momento empreendíamos uma conversa direcionada ao estilo de uma entrevista por pautas (GIL, 2008) com o(a) supervisor(a), observávamos o campo de trabalho e o exercício profissional deste(a) ou seus(suas) colegas. Nestas visitas, mantivemos contato com quatro supervisoras do sexo feminino e um supervisor do sexo masculino.

O resultado dessas entrevistas e de nossas observações realizadas ao longo das visitas foi registrado em diários de campo, havendo sido posteriormente organizado, sistematizado, transcrito e entregue como relatório de visita institucional ao Núcleo de Acompanhamento de Estágio (NAE) do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) da UECE, do qual o curso de Serviço Social faz parte. Para este trabalho, utilizamos, em específico, apenas nossas observações e as discussões com a literatura.

Em nossas observações, percebemos alguns aspectos recorrentes no exercício profissional dos(as) assistentes sociais supervisores(as) de campo que nos permitiram supor os influxos do pensamento pós-moderno em suas ações profissionais e na visão apresentada diante do seu trabalho e das condições postas pela atualidade. Entre outras coisas, observamos nos espaços socioocupacionais: dificuldades no trabalho entre a própria equipe de assistentes sociais por existirem diferentes projetos profissionais em exercício num mesmo espaço; dificuldades para a realização de um trabalho qualificado devido à quantidade de demandas, a escassez de recursos humanos, técnicos e financeiros, o esgotamento físico e mental, a instabilidade no emprego e as diferentes relações de trabalho (profissionais em cargos efetivos e profissionais com contratos de trabalho temporários por tempo determinado); frustrações por não compreenderem de

que forma o materialismo histórico-dialético instrumentalizaria seu exercício profissional num contexto de desmonte de direitos e sem garantias trabalhistas para eles(as) mesmas(os).

As dificuldades no trabalho entre a própria equipe de assistentes sociais demonstrada pela existência de diferentes projetos de profissão foram perceptíveis pela observação de alguns atendimentos realizados pelos(as) supervisores de campo e outros(as) assistentes sociais que estavam na sala do Serviço Social durante a nossa visita. Notamos que alguns(mas) profissionais atualizavam projetos diferentes do hegemônico ao realizarem ações pautadas no positivismo e no funcionalismo. Eram recorrentes atendimentos nos quais alguns(mas) profissionais não realizavam uma escuta qualificada, responsabilizavam o usuário por sua situação de saúde ou doença, sua gravidez precoce ou o uso abusivo de drogas, retiravam dinheiro do próprio bolso para custear passagens de ônibus (por exemplo) para os(as) usuário(as), não lhes garantiam o sigilo das informações prestadas. Em alguns momentos, notávamos o desconhecimento do(a) profissional em relação ao nosso projeto ético-político hegemônico, em outros, percebíamos que este buscava fazer o melhor possível dentro das condições dadas pela instituição. Sabemos que o projeto ético-político é um tipo de projeto profissional e que estes projetos:

*apresentam a auto-imagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclu-*

sive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (PAULO NETTO, 2009, p. 144, grifos do autor).

Este projeto profissional é construído pela categoria em seu conjunto, o que significa dizer que não deve representar apenas assistentes sociais pesquisadores(as) ou docentes, mas também instituições de formação, organismos corporativos, sindicais, profissionais que atuam na esfera pública e privada, entre outros, sendo marcante o papel das entidades representativas, como o conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (PAULO NETTO, 2009).

Devemos trazer a ressalva, porém, de que “o sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente *indivíduos diferentes* [...]” (PAULO NETTO, 2009, p. 145, grifos do autor). É por isso que mesmo que um determinado projeto profissional conquiste hegemonia, ele “nunca será exclusivo” (PAULO NETTO, 2009, p. 145), sempre existirão outros projetos individuais e societários em exercício, comprovando o espaço plural que constitui uma categoria profissional.

Assim, devemos estar cientes de que nem todos(as) os(as) assistentes sociais defendem o projeto ético-político hegemônico e, por isso, viabilizam ações amparadas em valores pessoais ou de manutenção da ordem estabelecida. Ao fazê-lo, é clara a articulação com o pensamento pós-moderno pelo fato de este defender a falência: das propostas marxistas, do avanço pela razão atrelada à liberdade, da emancipação humana e da construção do comunismo.

Em outras palavras, “a ideologia neoliberal pós-moderna declara o ‘fracasso’ dos projetos emancipatórios, das orientações éticas pautadas em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade” (BARROCO, 2011, p. 207, grifos da autora).

Santos, Rocha e Pinho (2016, p. 7) complementam que “à medida que o Serviço Social é permeado pelo pensamento pós-moderno, o atendimento acrítico de suas requisições profissionais torna-se uma possibilidade”.

Frisemos que as ações profissionais pulverizadas pelo teor do pensamento pós-moderno nem sempre foram realizadas pelos(as) supervisores(as) de campo. Na verdade, muitas vezes, presenciamos o(a) próprio supervisor(a) de campo se surpreender com as atitudes dos(as) colegas de profissão e questionar-nos sobre os empecilhos do trabalho com profissionais que não buscavam compreender o ponto de vista da teoria crítica em sua totalidade e efetivá-lo no espaço socioocupacional. Alguns(mas) destes(as) profissionais – que empreendiam projetos profissionais conservadores – haviam finalizado seu curso de graduação ainda nos anos 1970, o que poderia supor o resgate de ações de teor positivista/funcionalista.

Com base no que afirmamos, fica claro que o pensamento pós-moderno pode favorecer o resgate ao (neo)conservadorismo profissional. Apesar disso, não podemos esquecer que nossa profissão é permeada desde sua gênese pelo ranço do conservadorismo, havendo surgido da necessidade social de agentes qualificados para intervir sobre as expressões da questão social a partir da implementação de políticas públicas, mas formando, em seus primeiros grupos, assistentes sociais pertencentes ao movimento católico leigo – o que forneceu uma rela-

ção paradoxal entre Serviço Social e Igreja católica ou profissão liberal e caridade/filantropia/formas de ajuda assistencialistas (IAMAMOTO, 2015). Além disso, não devemos desconsiderar que a realidade atual vem se mostrando ultraconservadora e ultraliberal, o que afeta as profissões, como a nossa.

A conjuntura neoliberal e o avanço do conservadorismo nos levam às dificuldades para a realização de um trabalho qualificado devido à quantidade de demandas e a escassez de recursos humanos, técnicos e financeiros. Neste ponto, é clara a influência do pensamento pós-moderno no que ele carrega de crítica e descrédito ao marxismo e ao projeto de modernidade, uma vez que ao negar as possibilidades de construção de uma nova ordem societária, toma como adequada a adoção do capitalismo como modo de produção. E aceitar o capitalismo, como bem sabemos, significa aceitar a exploração entre classes, a apropriação dos frutos do trabalho na forma de mais-valia e, portanto, a reestruturação produtiva, a precarização no mundo do trabalho, o corte de gastos para as políticas públicas, o rerudescimento dos direitos sociais. O pós-moderno, ao propor alterações dentro do capitalismo e não sua superação para outra forma de sociabilidade, marca seu cariz conservador.

Quando observamos as dificuldades para a realização de um trabalho qualificado, vimos também profissionais envolvidos(as) nas determinações da cotidianidade. O cotidiano profissional é marcado pela heterogeneidade, espontaneidade, imediatividade e superficialidade extensiva (GUERRA, 2012), o que prejudica a reflexão sobre as demandas trazidas e impossibilita o exercício da mediação entre singularidade, universalidade e particularidade (PONTES, 2007), dificultando respostas profissionais críticas, alicerçadas no materialismo histórico-dialético.

Ao não suspender as determinações do cotidiano, reproduzir a ideologia dominante e o senso comum, assim como realizar ações fundamentadas no praticismo, pragmatismo, imediatismo, repetição, espontaneísmo, etc., o(a) assistente social revela a fragilidade da articulação entre as dimensões do exercício profissional e prejudica a imagem da própria profissão, que passa a ser encarada como algo impreciso, sobre a qual não existem funções determinadas, atribuições e competências legítimas. Quando isso ocorre, o Serviço Social passa a ser julgado como uma profissão “isenta de teoria, de uma racionalidade, da necessidade de se indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política e social” (GUERRA, 2012, p. 45), elucidando a tendência pós-moderna por avaliar os fatos pelo modo como se apresentam aos olhos.

Segundo Maffesoli (1996), “[...] não é inútil retomar incansavelmente ao que se dá a ver, fundamentar na razão a importância do fenômeno, insistir no que é ‘dado’, e, certamente, saber justificá-lo. Pode parecer paradoxal dizer ‘o mundo visível existe’” (MAFFESOLI, 1996, p. 125).

Para Santos (2007), o teor neoconservador presente no pensamento pós-moderno se apresenta no âmbito do exercício profissional reatualizado em intervenções fragmentadas, no reforço à singularidade e no apego à particularização. Igualmente, “traz à tona o messianismo, a velha requisição por modelos de ação profissional tecnicistas, consoante as requisições imediatas do mercado de trabalho” (SANTOS, 2007, p. 110). Diniz *et al.* (2016) asseveram que como o pós-moderno apreende a realidade de forma imediata, o(a) assistente social termina realizando ações embasadas em “procedimentos

burocráticos e demandas institucionais, por meio do empirismo, pragmatismo, voluntarismo e fragmentação entre teoria e prática” (DINIZ *et al.*, 2016, p. 9).

Seguindo esta linha de raciocínio, o neoconservadorismo pós-moderno se expressa nas ações profissionais repetitivas, pragmáticas, espontaneístas, fragmentadas, nas quais não se realiza uma análise da realidade social por completo, nem as mediações necessárias, tomando-se as expressões da questão social trazidas pelos(as) usuários em sua aparência.

Para nós, o projeto ético-político atual da categoria ainda é o mais completo e o que melhor representa o distanciamento da profissão do Serviço Social conservador. A aproximação aos valores marxistas ressalta nossa compreensão como trabalhadores(as) assalariados(as) e que tomam partido pelo lado do qual fazemos parte: o da classe trabalhadora. Todavia, também somos conscientes de que “os projetos profissionais [...] se renovam, se modificam” (PAULO NETTO, 2009, p. 144), o que demonstra a atualidade de nossos posicionamentos ético-políticos, mas também as possibilidades de novas alterações em nossa forma de compreender a realidade como categoria.

Quanto ao esgotamento físico e mental, a instabilidade no emprego e a diferença de vínculo de trabalho entre (os)as assistentes sociais supervisores(as), notamos que os(as) profissionais com vínculo efetivo de trabalho se sentiam muito mais à vontade para realizarem determinadas ações profissionais, proporem novos instrumentais de trabalho, novas abordagens para atendimento, eventos dentro da instituição, etc. Os(as) profissionais com contrato temporário de trabalho revelavam a preocupação com a instabilidade e com comportamentos que poderiam prejudicá-los(as) junto aos cargos superiores.

Igualmente, percebemos que alguns(mas) gostariam de realizar um trabalho mais profundo na instituição onde visitamos, conduzir a estagiária para momentos de leitura e estudo conjunto, rodas de conversa, estudos de casos, visitas às instituições da rede socioassistencial, porém nem sempre conseguiam, em decorrência da fragilidade do vínculo de trabalho e a insuficiência de recursos institucionais. No primeiro caso, os(as) profissionais precisavam atuar em mais de um local de trabalho, acarretando a presença naquele espaço de trabalho por um tempo restrito à carga horária; no segundo caso, a escassez de variedade de atividades e as limitações para alterações na rotina de trabalho, nos instrumentais e no tempo dos atendimentos.

Alencar e Granemann (2009) afirmam que as metamorfoses no mercado de trabalho do(a) assistente social têm como consequência

a precarização do trabalho [...], o elevado grau de sofrimento e frustração manifestos em reflexões nos ambientes profissionais e de organização da categoria, a dilatação e a intensificação da jornada de trabalho, a decadência geral das condições de vida e de trabalho (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 167).

Neste sentido, a tensão entre o projeto ético-político, a alienação do trabalho e os projetos profissionais individuais também se reafirma, onde identificamos traços do pensamento pós-moderno pulverizados.

Isto porque o pós-moderno expressa a lógica do cotidiano abalizado pelas tecnologias de massa e individuais; o uso da informática; a sociedade do consumo; o niilismo com seu vazio existencial, ausência de valores, de sentido para a vida e de esperança em um futuro possível. Logo, o presente e o prazer,

o consumo e o individualismo são característicos do pós-moderno (SANTOS, 1997) e se traduzem na ênfase pelo descontentamento com: o cenário atual, o espaço de trabalho, as possibilidades de construção de uma nova ordem societária, os impasses postos pelas instituições empregadoras, a escassez de recursos para as políticas públicas, gerando desgaste mental, desânimo e sofrimento nos(as) profissionais.

Visualizamos situações nas quais o(a) supervisor(a) de campo aparentava estar esgotado(a) em decorrência do cansaço com a rotina de plantões e do deslocamento entre diferentes locais de trabalho. Ainda, com a saúde mental fragilizada devido às diferentes expressões da questão social trazidas pelos(as) usuários(as), sobre as quais buscava dar resolutividade, mas esbarrava no desmonte das políticas públicas, através da falta de recursos físicos, humanos e financeiros e as limitações da rede socioassistencial.

No que concerne às frustrações por não compreenderem de que forma o materialismo histórico-dialético poderia instrumentalizar seu exercício profissional, resgatamos a importância de pensá-lo como um caminho que possibilita uma apreensão da demanda trazida pelo(a) sujeito(a) e sua família de forma aprofundada e articulada às determinações socio-históricas, sendo a teoria crítica marxista uma direção social a ser seguida como um horizonte para nossas ações profissionais. Como o método em Marx nos ensina, a realidade é síntese de múltiplas determinações, que apenas pode ser revelada provisoriamente, a partir de um caminho de idas e vindas, partindo-se da aparência para alcançar a essência do objeto presente no real. Portanto, assim como o(a) pesquisador(a) segue em direção ao seu objeto para conhecê-lo e elaborar uma teoria, entendida como a “reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto” (PAULO NETTO, 2009,

p. 675) e, para tanto, utiliza-se de instrumentos e técnicas de pesquisa, o(a) assistente social busca, a partir de uma dimensão investigativa, conhecer em profundidade a realidade sobre a qual atua para poder intervir.

O que acontece é que às vezes os(as) assistentes sociais, entre os quais, os(as) supervisores de campo observados e seus(as) colegas, acabam esbarrando no tecnicismo ou no teoricismo, que induzem à ideia de que “a teoria se transforma de imediato em ações e, ainda, que ‘instrumentos e técnicas são aferidos, diretamente, de uma teoria’” (SANTOS, 2013, p. 54, grifos da autora). Na realidade, teoria e prática no materialismo histórico-dialético são algo complexo. A teoria é justamente a reconstrução do movimento do real pelo pensamento e a “prática constitui este real, ela o cria, é o processo de construção da vida social e, nesse sentido, a própria existência humana” (SANTOS, 2013, p. 54). Logo, a teoria parte da prática, porque parte do real e também se volta para ela, iluminando-a.

Entretanto, para construir esta compreensão é necessário superar a visão fragmentada da aparência e alcançar a essência do objeto, suas leis e determinações. Se o(a) assistente social não consegue desenvolver estas mediações, seu trabalho se torna fragmentado e ele não consegue perceber a atualidade e importância deste método para a superação das ações conservadoras na profissão, que tendem a refletir a influência do pensamento pós-moderno.

Para o pensamento pós-moderno, inclusive, a distinção entre aparência e essência pode ser relativizada. Não deveria haver uma hierarquização entre elas, subjugando a aparência à ideia de ilusão que impede a compreensão do real e que precisa da ciência para elucidá-la e superá-la. Para os pós-modernos, “a distinção entre aparência e realidade nem sempre faz sentido e

quando faz é sempre relativa e a aparência não é necessariamente o lado inferior do par” (SANTOS, 1995, p. 331). Esta distinção teria ocasionado a inferiorização dos conhecimentos diferentes do paradigma moderno e o epistemicídio ao qual correspondeu à eliminação dos povos “estranhos” pelos europeus durante o processo civilizatório por acreditarem que seus conhecimentos e práticas de vida eram o parâmetro correto” (SANTOS, 1995, p. 328-330). Em se tratando do Serviço Social, devemos considerar que a adoção do materialismo histórico-dialético foi a opção viável para a superação das ações positivistas e funcionalistas, que redundavam no conservadorismo, sobre o qual a partir do movimento de reconceituação buscamos nos distanciar.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste trabalho, procuramos refletir sobre a presença dos influxos do pensamento pós-moderno no exercício profissional de assistentes sociais supervisores(as) de estágio em Serviço Social. Nesta perspectiva, argumentamos que o pensamento pós-moderno corresponde à expressão intelectual dos valores e formas de ver a realidade originados a partir dos anos 1960/1970 ou no tardo-capitalismo, os quais haveriam originado uma nova era histórica, posterior à moderna. Defendemos que, apesar de não estarmos na pós-modernidade, é possível ver traços do pensamento que lhe caracteriza na realidade social, pelo que este apresenta de fatalismo, desesperança, valorização do presente, do efêmero, descrença no marxismo e seu método.

Observamos nos espaços socioocupacionais onde os(as) assistentes sociais supervisores(as) de estágio trabalhavam que as condições postas pela realidade social permeadas pe-

los valores pós-modernos apareciam pulverizadas no exercício profissional e na forma de compreender a profissão e a realidade. Percebemos que os(as) supervisores vivenciavam percalços para trabalhar em equipe com outros(as) assistentes sociais devido à existência de projetos profissionais divergentes do projeto ético-político hegemônico, o que nos autoriza a dizer que esta evidência revela, além do ranço histórico do conservadorismo na profissão, a influência do pós-moderno, que o reatualiza, ao decretar a falência dos valores modernos e se contrapor à ideia marxista de emancipação humana e construção de uma nova ordem societária, defendidas pelo Serviço Social em seu Código de Ética (BRASIL, 2012).

Também percebemos que as dificuldades para a realização de um trabalho qualificado, a instabilidade no emprego e as relações de trabalho precarizadas manifestavam não apenas as determinações da cotidianidade no trabalho dos(as) assistentes sociais, mas também a tendência pós-moderna de descrença na superação do capitalismo (indicando reformas dentro deste sistema que preza pela exploração e gera compulsoriamente a pobreza e a desigualdade social), assim como retroalimenta o conservadorismo). Logo, são geradas dificuldades para lidar com: a quantidade de demandas para poucos(as) profissionais (limitando a variedade de ações realizadas, suprimindo o tempo para os atendimentos, prejudicando a realização de atividades de reflexão crítica permanentes com as estudantes estagiárias); a escassez de recursos humanos, técnicos e financeiros; a precariedade da rede socioassistencial. Esta realidade vem provocando o esgotamento físico e mental dos(as) supervisores(as).

Igualmente, identificamos reflexos da influência pós-moderna na frustração dos(as) assistentes sociais observados(as) por não compreenderem de que forma o método materialista histórico-dialético instrumentalizaria seu exercício

profissional. Para eles(as), a conjuntura político-social atual, marcada pelo desmonte de direitos e a limitação de garantias trabalhistas produz forte insatisfação, descrença no método marxista e nas possibilidades de superação da ordem do capital, o que lhes faz pensar na necessidade de avaliarem as possibilidades do agora, do presente.

Estas reflexões colocam em destaque a importância de não fecharmos os olhos para as transformações societárias e tampouco julgar sem conhecer em profundidade as condições postas para o exercício profissional dos(as) assistentes sociais, pois como seres humanos que somos, estamos imersos em contextos de alienação e, às vezes, reproduzimos os valores presentes em nossa sociedade sem refletirmos adequadamente. Isto acarreta a desesperança e a dúvida sobre a construção de uma sociedade diferente da atual, devido às barreiras impostas pelo capitalismo. Mesmo assim, mantemos nosso posicionamento de que nosso parâmetro, como assistentes sociais, deve ser o horizonte ao qual pretendemos alcançar, isto é, o de uma sociedade livre de desigualdades e emancipada, conforme nosso projeto ético-político atual postula.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. *Katál*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CALLINICOS, Alex. **Contra o postmodernismo**: uma crítica marxista. Santiago de Compostela: Edición Laiovento, 1995. Disponível em: <<http://www.lahaine.org/amauta/b2-img/Callinicos.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

DINIZ, Beatriz Rodrigues *et al.* Desafios do projeto ético-político do Serviço Social frente ao neoconservadorismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15, 2016, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** Ribeirão Preto, SP: ABEPSS, 2016. p.1-12.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2012. p. 39-68.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JAMESON, Fredric. Periodizando os anos 60. Tradução de César Brites e Maria Luiza Borges. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 81-126.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Tradução de Ricardo Correia Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAULO NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. p. 141-160.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Bárbara Bento dos; ROCHA, Islânia Lima da; PINHO, Luana Cavalcante. A reprodução do conservadorismo no Serviço Social e os limites para a consolidação do marxismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15, 2016, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** Ribeirão Preto, SP: ABEPSS, 2016. p.1-13.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática, a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. 17. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1997.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social, 6).

\_\_\_\_\_. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época, 132).

SOUSA, Adrianyce Angélica Silva de. **Pós-modernidade: mistificação e ruptura da dimensão de totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo**. 2004. 200f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

VATTIMO, Giani. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio D'água Editores/Antropos, 1992.

# **SERVIÇO SOCIAL EM LIBRAS: A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Estênio Ericson Botelho de Azevedo  
Stéphanie Cavalcante Barros  
Francisco Jorge Nogueira Severo  
Karina Claudia Mendes Simões  
Vitória Carolina Lima

## **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo nasce dos estudos realizados na pesquisa intitulada Serviço social em libras: Contribuição à lexicografia e terminologia da libras e à emancipação da comunidade surda, realizada entre os meses de agosto de 2019 e julho de 2020, e numa segunda edição por meio da pesquisa de título Serviço Social em Libras: a importância da criação de Sinais Termos na Formação Profissional, realizada em agosto de 2020 e encerrada em julho de 2021. As referidas pesquisas foram financiadas por meio de bolsas de iniciação científica, pelos seguintes órgãos: ICT/FUNCAP - Iniciação científica e Tecnológica da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A segunda edição da pesquisa contou ainda com os financiamentos do PIBIC/CNPq - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e Programa de Bolsas de Permanência Universitária (PBPU) da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Importa dizer que a iniciativa de realização destes estudos teve como ponto de partida a presença de uma assistente social surda no curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Esta interação entre surdo/a e ouvintes proporcionou a observação de barreiras linguísticas e de comunicação no processo de formação dos/as discentes Surdos/as. Neste sentido, trazemos estas reflexões como forma de socialização da pesquisa em contribuição a este E-book publicado pelo Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPRESS), contendo trabalhos e pesquisas desenvolvidos durante os seus 10 (dez) anos de existência pelo corpo docente e discente vinculados ao longo desse período. A construção desse material corresponde ao que aprendemos na fase inicial do desenvolvimento do glossário de Serviço Social em Libras.

Sabe-se que o período de reconhecimento e formalização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), através da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 coincide com o contexto atual de maturação do neoliberalismo no Brasil. Neste sentido, as Comunidades Surdas seguem enfrentando desafios cotidianos para evitar ou minimizar as violações de seus direitos linguísticos, vivenciando um contexto, ao mesmo tempo, de sua visibilidade - há um crescente interesse pela língua de sinais e uso da Libras em alguns espaços - e de retrocesso, na medida em que as ações desenvolvidas no campo das políticas educacionais, de modo mais particular, e das demais políticas sociais, de modo mais geral, seguem um percurso de desmonte e precarização.

Neste contexto é possível verificar a pouca difusão de sinais-termos da Libras, na área das ciências humanas e sociais. O recente ingresso mais amplo de Surdos/as nos cursos de graduação, nas instituições de ensino superior, ainda demons-

tra lacunas para com a inclusão e acessibilidade deste público. Destaca-se também a falta de profissionais bilíngues formados na área, inclusive no que se refere à formação específica do Serviço Social. Nosso grupo já conta com a segunda mes-tranda Surda, que chega para ajudar a catalogar, e desenvolver vocabulários em Libras para melhor assimilação de conceitos, contribuindo na formação de assistentes sociais Surdas/os e a intervenção destes no contexto das Comunidades Surdas.

Frisamos que as barreiras linguísticas e de comunicação que se manifestam durante o processo de aprendizagem da pessoa Surda não são exclusividade do curso. Entretanto, nos-so enfoque se volta para a necessidade da consolidação de um léxico com os conceitos, categorias e expressões usuais no co-tidiano da formação e intervenção do Serviço Social, a fim de contribuir tanto na vida do/a acadêmico/a Surdo/a, quanto na intervenção profissional e qualificação do/a docente, além de proporcionar um ambiente mais igualitário e emancipatório.

O/a profissional de Serviço Social diante de seus princí-pios fundamentais expressos no Código de Ética Profissional de 1993, manifesta compromisso de ampliação e consolidação da cidadania, visando à garantia dos direitos civis e políticos. Articulado com a lei de regulamentação da profissão (LEI N° 8.662, de 7 de Junho de 1993) e com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço So-cial (ABEPSS), o Código de Ética Profissional destaca-se como parte do tripé jurídico a partir do qual o curso e a prática pro-fissional são estruturados e orientados numa perspectiva de atuação crítica e reflexiva diante das múltiplas expressões da “questão social”. Este tripé é um dos marcos de consolidação do projeto ético-político que norteia o exercício e a formação profissional, permitindo um posicionamento ético e a cons-

trução de ferramentas que possibilitem viabilizar direitos como resposta às demandas sociais.

Em tempos de desmonte de políticas públicas pelo sistema neoliberal vigente, consolidar o projeto ético-político do Serviço Social, enquanto uma proposta articulada com um projeto societário que rompe com o sistema de desigualdades advindo da forma social capitalista, é um dos grandes desafios dos/as assistentes sociais. Sendo assim, o referido projeto profissional, no campo da projeção e da ação coletiva destaca-se como relevante ao auxiliar às/aos profissionais de Serviço Social no que se refere a “escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.11).

Com esta análise do léxico como ferramenta de emancipação, buscamos contribuir com a produção de conhecimento e proporcionar reflexões a quatro segmentos:

A categoria profissional de assistentes sociais (surdos/as e ouvintes), aos/às estudantes (surdos/as e ouvintes), aos/às pesquisadores/as (surdos/as e ouvintes) e aos/às profissionais intérpretes de libras.

## **2. CONQUISTAS POLÍTICAS E LEGAIS DAS PESSOAS SURDAS: A EMERGÊNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS**

É importante destacarmos inicialmente algumas diferenças no trato de conceitos e categorias relacionadas à Comunidade Surda. Rosa (2012, p. 24) traz que: “Alguns surdos negam sua identidade por ser vítima de preconceito, do ouvintismo, da falta de informação, do domínio do outro e da estigmati-

zação dada pela sociedade”, não reconhecendo a Libras como sua língua de instrução, e lançando mão de estratégias comunicativas como leitura labial e treinamento vocálico.

Em alternativa ao uso da língua de sinais como processo de reconhecimento de si por estes sujeitos, manifesta-se, em continuidade a uma perspectiva biomédica, o entendimento das pessoas com deficiência auditiva compreendidas como alvo de reabilitação, tratamento e cura. O que fez com que se encontre também no campo das normativas legais, determinados dispositivos que são constituídos a partir de alguns parâmetros clínicos. Nesta concepção, uma primeira diferenciação entre Surdos/as e deficientes auditivos manifesta-se pelo viés clínico, conforme destacam Brito e Dessen, ao citar Marchesi (1997, p. 113):

A deficiência auditiva é um tipo de privação sensorial, cujo sintoma comum é uma reação anormal diante do estímulo sonoro (Gagliardi & Barrella, 1986). A surdez é, portanto, caracterizada pela perda, maior ou menor, da percepção normal dos sons, havendo vários tipos de deficiência auditiva, em geral classificadas de acordo com o grau de perda da audição. Esta perda é avaliada pela intensidade do som, medida em decibéis (dB), em cada um dos ouvidos.

Para além da visão clínica, há a perspectiva sócio-antropológica que considera outros aspectos, dentre os quais, destacamos o processo de identificação cultural linguística, ou em outros termos a surdidade (SACKS, 1990). A identidade da pessoa Surda é algo importante para o/a Surdo/a, pois se manifesta na sua construção enquanto comunidade que luta

por direitos. Podemos observar, por exemplo, dentro da Comunidade Surda que o termo deficiente auditivo não é entendido como o mais apropriado para se referir aos/às Surdos/as, pois estes/as entendem que aquela forma insiste no conceito de “deficientes no sentido de falta, falha, incapacidade” (AZEVEDO, CAVALCANTI; HORA, 2020, p. 159).

A construção da identidade Surda é um processo de extrema relevância. Neste contexto é necessário nos atentarmos de que esta não se dá de maneira homogênea. Não existe um padrão de pessoa Surda, portanto, sua construção enquanto comunidade que luta por direitos ocorre de maneira difusa, heterogênea, por meio do encontro com a comunidade cultural e a partir da língua de sinais. Ao tentar enquadrar toda pessoa com deficiência auditiva como um todo homogêneo, desconsidera-se a singularidade desses sujeitos, dificultando seu próprio reconhecimento ao passo que incorpora na pessoa Surda um distanciamento de suas características próprias e dos processos que sua condição possibilitou. Tal condição foca-se não em seus limites, mas na potência política, social, cultural e linguística. A Surdidade, portanto, como o que marca a pessoa Surda, constitui-se justamente destas dimensões.

A Língua de Sinais Brasileira (Libras), vem se desenvolvendo em nosso país desde a época do império português, tendo sido institucionalizada na educação de Surdos/as com a fundação do Instituto Imperial de Surdos-mudos no Rio de Janeiro em 1857, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Lamentavelmente, apesar de existirem instituições de educação de Surdos/as desde o século XIX, o povo Surdo viu sua cultura e sua língua passarem por diversas tentativas de extinção. Apenas na segunda metade do século XX vagarosamente o respeito pelas línguas de sinais e cultura Surda

foi restaurado. A partir da década de 1980 os estudos linguísticos reconheceram a organização política dos/as Surdos/as, presente na criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, órgão essencial na defesa de políticas em educação, cultura, saúde e assistência social da comunidade surda brasileira.

Estes marcos históricos possibilitaram que a Libras se constituísse como a língua própria dos/as Surdos/as brasileiros/as, sendo ela reconhecida legalmente apenas tardiamente. Com a Lei de Libras 10.436, de 24 de abril de 2002, o Estado brasileiro veio a reconhecer por meio legal a comunicação e expressão em Libras, como destaca seu artigo 1º. Do art. 2º ao 5º tornam-se garantidos, pelo poder público, formas institucionalizadas e de apoio ao uso e à difusão da língua. A referida lei estabeleceu o atendimento e o tratamento devido a pessoas com perda auditiva nas instituições públicas e em empresas concessionárias de serviço público de assistência e saúde, além de garantir a inclusão obrigatória da disciplina de Libras nos cursos de de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, e de maneira optativa em cursos não integrados às categorias acima descritas.

Pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, foi regulamentada a lei de libras, fazendo deste documento algo notável na educação dos surdos no Brasil, com a difusão em todos os níveis de escolaridades (infantil, fundamental, médio e universitário), bem como órgãos e departamentos públicos e privados. O Decreto também compreende como pessoa surda “aquela que, devido à perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, e que manifesta sua cultura principalmente pela Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS”. Este decreto reconheceu a Libras como segunda lín-

gua oficial de nosso país e apontou também as diretrizes para a sua oficialização, garantindo o uso e a difusão desta no âmbito social, educativo e de saúde. O referido decreto ratificou também que a Libras se constitui como disciplina obrigatória na formação de professores e deve ser uma ferramenta para o acesso dos/as surdos a uma educação de qualidade. Estes reconhecimentos e determinações constituem caminhos necessários para mudanças efetivas nas condições de vida das pessoas Surdas, e fez com que o país voltasse os olhares para a perspectiva da inclusão educacional destes sujeitos.

Na prática, a partir da regulamentação da Lei de Libras, toda criança Surda adquiriu o direito de ser matriculada em turma comum das escolas regulares, devendo o ambiente escolar prover os recursos necessários para seu desenvolvimento e aprendizagem. Esta inserção dos/as Surdos/as em sala de aula com colegas ouvintes trouxe novos desafios, o primeiro deles foi a aceitação por parte da sociedade, que desconhecia e ainda desconhece o potencial da pessoa Surda, enxergando apenas limitações neste processo de inclusão. Evidentemente, o reconhecimento legal não foi suficiente para romper com as barreiras enfrentadas pelos/as Surdos/as no espaço educacional, e fizeram com que até hoje, mesmo com as leis que asseguram seus direitos, seu acesso à sala de aula seja limitado, com um preconceito ainda muito presente em nossa sociedade.

Outra questão que permaneceu e tornou-se objeto de estudos e luta da Comunidade Surda foi a necessidade de consolidação de um espaço escolar que melhor atenda às demandas socioeducacionais dos/as Surdos/as. Neste sentido intelectuais Surdos/as em articulação ao movimento Surdo vêm defendendo e construindo uma proposta de educação em que a Li-

bras seja reconhecida como língua de instrução e que o espaço da escola um espaço de aquisição da língua e da cultura desta comunidade. Assim, no dia 13 de julho de 2021, como conquista desta luta, foi aprovada uma alteração na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de sujeitos surdos usuários de Libras.

O Projeto de Lei 4909/20, do Senado Federal, determina a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino independente, com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda língua. [...] O texto que veio do Senado inclui na LDB, entre os princípios do ensino no País, o “respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva”. Também acrescenta à LDB o capítulo “Da Educação Bilíngue de Surdos.

Estas normativas e questões legais da Língua de sinais brasileira e da educação bilíngue de Surdos/as, desde o seu vigor implementado, passaram a orientar a reivindicação e proteção dos direitos da pessoa Surda, em consonância com os direitos assegurados pelo Estado brasileiro, estipulando a convivência com as pessoas Surdas de forma humanizada e sem discriminação. Conforme Sacks (1990) historicamente, a surdez era comumente considerada como déficit mental ou incapacidade intelectual, uma concepção que se provou incorreta conforme o avanço da ciência e de estudos posteriores.

É interessante observarmos um aspecto importante nestes marcos legais no contexto brasileiro. Historicamente, as

leis brasileiras foram implementadas sob forte influência de documentos internacionais. Grande parte das conquistas da comunidade surda se deram em um primeiro momento no cenário internacional e à medida que ganharam força, foram sendo incorporadas na legislação nacional. Dentro deste prisma, apontamos os impactos da elaboração do documento da Organização das Nações Unidas (ONU, 2014), que expõe os direitos das pessoas com deficiência.

A Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, elaborada em 2014, deu os primeiros passos no âmbito mundial, na construção e consolidação dos direitos da pessoa com deficiência. Abriu caminhos para este debate com a finalidade de promover, proteger e assegurar todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, respeitando-as. O documento visa, conforme indica seu artigo primeiro, “promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade” (ONU, 2014).

Seus artigos 5º, 10º, 12º, 14º mais particularmente, abordam a igualdade, a não-discriminação, a saúde, educação, lazer, o direito à vida, à liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação, entre outros. Em particular, responsabilizando o Estado pela efetivação de ações que garantam isto. Podemos observar uma semelhança com a declaração universal dos direitos humanos a partir de seus princípios estabelecidos, citamos como exemplo: o respeito pela dignidade inerente e independência da pessoa com deficiência. Se faz importante destacar os principais artigos que caracterizam direitos básicos da pessoa com deficiência:

Art.3. Incorpora os seguintes princípios: o respeito pela dignidade inerente, independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e autonomia individual; a não-discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade; a igualdade entre o homem e a mulher; e o respeito pelas capacidades em desenvolvimento de crianças com deficiência e respeito pelo seu direito a preservar sua identidade. Art.19. Aborda a vida independente e inclusão na comunidade, reconhecendo por igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade como as demais e deverão tomar medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno desfrute deste direito e sua plena inclusão e participação na comunidade. Art.24. Aborda a educação, reconhecendo o direito das pessoas com deficiência à educação. Para realizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes deverão assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis; (ONU, 2014).

Por se tratar de um panorama mais geral, que abrange toda e qualquer pessoa com deficiência, grupo que se constitui de forma bastante heterogênea, o conteúdo de seus artigos estipula ações igualitárias considerando suas diferentes necessidades. Estabelecendo então os mínimos sociais assegurados a este público, o documento da ONU se tratou de um importante aparato legal na luta da Comunidade Surda no contexto brasileiro.

### **3. PROJETO ÉTICO POLÍTICO E A AFIRMAÇÃO DE DIREITOS: A POSIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À QUESTÃO SURDA**

Cabem aqui algumas reflexões que marcam de modo significativo a posição do Serviço Social na chamada cena contemporânea. Seguindo aqui a linha de interpretação de Alba Pinho, o Brasil contemporâneo vai se destacar pela “confluência de dois processos estruturais básicos: por um lado, *processo de democratização* em curso a partir de meados de 1970; por outro *processo de inserção do Brasil à nova ordem do capital*, deflagrado nos anos 1990, configurando o que se convencionou chamar de ajuste estrutural, com a implementação de políticas neoliberais” (PINHO, 2007, p. 1). Segundo a autora citada, este é um processo que caracteriza de modo mais geral o contexto continental latino americano. Outro elemento a ser destacado é que, certamente, estes projetos

encarnam projetos políticos qualitativamente distintos que se articulam num confronto permanente de perspectivas e direcionamentos da política: uma perspectiva progressista de alargamento da política e redefinição dos direitos e cidadania VERSUS uma perspectiva conservadora neo-liberal de despolitização, com a destituição e flexibilização de direitos, restringindo a cidadania a uma integração individual no mercado (PINHO, 2007, p. 2).

É neste período que se matura um processo de discussão em torno da práxis profissional dos/as assistentes sociais, bem como do processo de formação destes/as, caminhando-se para a consolidação de um novo projeto profissional he-

gemônico. Deste processo, resultou o que conhecidamente se denomina de Projeto Ético-político do Serviço Social. Este, compreende novos elementos calcados na teoria social crítica que permite aos/às profissionais enxergarem/voltar seus olhos à questão social como essencialmente constitutiva da sociedade burguesa. É este viés crítico que confere bases sociais capazes de romper com a lógica do lucro, motor do capital e aposta na possibilidade de um projeto societário que tenha como centro não mais o mercado, mas o ser humano.

No Serviço Social, as influências ocorridas por conta da nova ordem de organização do capital se deram em articulação com o momento então vivenciado pela profissão, o qual proporciona a busca pela consolidação do seu projeto ético-político. Com bases crítico-dialéticas, a concepção que, a partir de então, se torna hegemônica acerca da profissão expressa-se fundamentalmente na formulação das novas diretrizes curriculares da ABEPSS – Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa em Serviço Social (aprovadas pela revisão de 1996) e no novo Código de Ética profissional (1993) que “conformam o amplo arcabouço ideo-cultural, prático-operativo e ético-político do projeto profissional”. Como claramente expressa no referido código:

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente. A dinâmica deste processo -

que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social - materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional (CFESS. 1993, p. 19).

Ora, o projeto profissional representa a auto-imagem de uma profissão que não se explica por si só, mas sim se recria no âmbito das relações entre o Estado e a Sociedade, fruto de sujeitos individuais e coletivos. Sua legitimidade está diretamente relacionada com o que José Paulo Netto denominou como “duplo dinamismo”, segundo o qual o estabelecimento de toda e qualquer profissão ocorre com base na relação entre as exigências sociais e a composição de seu constructo teórico-metodológico. Compreendendo, pois, as transformações que ocorrem na sociedade, as respostas que estas profissões vão dar serão repensadas de acordo com as novas demandas que lhe são advindas. Como esclarece a seguinte citação de Netto (1996, p. 85):

a afirmação e o desenvolvimento de um estatuto profissional (e dos papéis a ele vinculados) se opera mediante a intercorrência de um duplo dinamismo: de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas que lhe são socialmente colocadas; de outro, aquele que é utilizado pelos seus recursos próprios de forças (teóricos e prático-sociais) aptos ou não para responder às requisições extrínsecas [...] Precisamente este duplo dinamismo que concorre nos momentos de giro (fundação, renovação e/ou refundação) de um estatuto profissional é obscurecido na auto imagem que tradicionalmente o Serviço Social constrói de sua definição.

Outro fundamento desta análise é o entendimento do significado sócio-histórico do Serviço Social, enquanto uma forma de especialização da divisão social e técnica do trabalho que tem como matéria de sua intervenção a questão social, no âmbito da sociedade capitalista consolidada e madura. Nesta sociedade produtora de mercadorias, a qual se estabelece como uma forma própria de relação entre os homens, o Serviço Social conduz-se como elemento integrante da reprodução das relações sociais. Nesta perspectiva, concorda-se com Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho (2011, p. 79) de que a reprodução destas relações não é senão

*a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. Envolve a reprodução do modo de produção [...] Trata-se, portanto, de uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente. Entendida dessa maneira, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, etc., como também na profissão (grifos dos autores).*

Não resta dúvida de que a conjuntura atual impõe novas demandas ao Serviço Social. As novas relações entre mercado, Estado e sociedade civil, afetam diretamente as relações entre o Serviço Social, suas construções teórico-metodológicas e as exigências histórico-sociais. A formação profissional passa constantemente por processos de ajustamento, sendo,

de um lado, tencionada pelo impacto das ideias neoliberais, expressas nas constantes reformas do ensino superior, da previdência, retrocessos no investimento na educação superior pública, na saúde e na assistência social. De outro lado, se manifestam as disputas de hegemonia dos projetos e fundamentos que permeiam a história da profissão. Dentre estes projetos, despontam-se posturas negacionistas, que se opõem ao pensamento crítico e ao caráter público e sentido universal da educação superior.

Realizar produções de materiais teórico-metodológicos para o Serviço Social, encontra seu primeiro desafio, pois, na precarização dos investimentos públicos, o que acarreta certas dificuldades. Dentre elas podemos citar, o baixo investimento público em pesquisa e produção de conhecimento científico. Pela lógica neoliberal o Estado tem investido capital no ensino privado por gerar lucratividade, deixando a produção científica crítica e de qualidade sem investimentos. Dentro desta lógica neoliberal desqualifica-se a ciência e desestabilizam-se as produções acadêmicas.

Os acontecimentos estruturais na educação acadêmica em Serviço Social vivenciaram uma série de transformações desde a aprovação das diretrizes curriculares do curso e a implementação do seu projeto profissional. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), são diretrizes que acompanham e monitoram a implementação das entidades junto aos cursos de Serviço Social, em escolas e entidades, através de uma forma didático-pedagógico, com: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e etc. Além das atividades integradoras, como: estágio supervisionado e trabalho de conclusão do curso que também compõem a carga horária dos cursos.

O documento normativo que orienta, de modo mais específico, o processo de formação é o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPCSS). As discussões em torno da proposta pedagógica para o Curso de Bacharelado em Serviço Social da UECE, naquela perspectiva crítica tem origem por volta do ano de 1982, por meio de uma proposta de currículo que foi revista no ano de 1993. Destaque-se que em 1990 a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), desencadeou um amplo processo de discussão acadêmico-profissional e pedagógica, objetivando a formulação de um novo Currículo Mínimo.

O amplo debate ocorrido culmina com a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UECE no dia 24 de outubro de 2005. Após aprovação na instância referida, o novo projeto iniciou sua implantação em 2006. O PPCSS da UECE teve sua última atualização em 2012, com ajustes que consideraram a ampliação dos laboratórios e demais questões referentes ao estágio e à organização do Curso. Com esta atualização ele foi aprovado no Conselho Estadual de Educação, em dezembro de 2012, exigindo nova aprovação pelo CEPE e reconhecimento pelo CEE, a partir de sua atualização em 2015. Em 2015, houve a última atualização do PPC, que sistematizou com a proposta de currículo mínimo de 2006, revedo as necessidades relacionadas às disciplinas, em especial as de pesquisa, as oficinas e seminários.

Este projeto demarca o direcionamento dos objetivos do curso e do currículo da instituição, considerando as dinâmicas das relações sociais, marcadas por profundas transformações dos padrões capitalistas com rebatimento no ordenamento do Estado na produção e na organização da vida social, na

vertente Marxista. O PPCSS/UECE objetiva assegurar uma profissão regulamentada num projeto acadêmico-profissional comprometido com os processos sociais e valores éticos-políticos. Traz em seu projeto dimensões de ensino como: Ensino teórico-prático, pesquisa e extensão, no âmbito da formação profissional. Através das fiscalizações da ABEPSS, apresenta também as diretrizes de ensino no curso.

Para o Serviço Social, um curso que deve estar em constante aprimoramento no intuito de compreender a realidade dinâmica da sociedade capitalista, a ideia de produzir materiais para subsidiar a categoria profissional, estudantes, colide com a falta de investimento do Estado na educação, dificultando o processo de materialização de suas produções.

Todavia, observamos a necessidade de contribuir com o vocabulário da Libras na área, respeitando o protagonismo de pessoas surdas inseridas no ambiente acadêmico, a fim de desenvolver sinais que estejam em conformidade com os conceitos e respeitando a língua e seus sinais já existentes na área, contando também com a contribuição do profissional Tradutor e Intérprete de Libras - TILS, com o intuito de viabilizar maior acessibilidade durante a formação de assistentes sociais Surdos/as e ouvintes, possibilitando assim, a intervenção destes no contexto das comunidades surdas.

Este é um direcionamento que já tem sido seguido pelo conjunto CFESS/CRESS – Conselho Federal de Serviço Social/ Conselho Regional de Serviço Social, que segue na ampliação do debate mais geral das pessoas com deficiência e particularmente no que se refere às pessoas Surdas. Tais debates foram importantes para a orientação da tradução em Libras do Código de Ética Profissional do Serviço Social e da Lei de Regulamentação da Profissão, concluídos em 07 junho de 2020,

trazendo um avanço na categoria profissional. Com isso, o Serviço Social se colocou mais uma vez na luta pela inclusão e no reconhecimento da comunidade surda.

Tão importante quanto ampliar o debate acerca da criação de sinais-termos no Serviço Social é reconhecermos que para que isto ocorra de forma plena, não basta somente construir este diálogo entre ouvintes. Deve-se buscar um maior envolvimento da comunidade Surda, uma vez que somente a esta confere-se a legitimidade de construir novos sinais e o uso dos mesmos só se realiza através de sua validação. Ressaltamos neste processo, o protagonismo da pessoa Surda, que é quem de fato vivencia os desafios aqui apresentados e sente na pele as limitações impostas a eles pelo não-reconhecimento da cultura Surda e o povo que a constitui em diversas esferas sociais.

De acordo com Santos (2017, p. 50-51) “termo é a unidade lexical especializada de determinada área técnica e científica” e sinal trata-se do “sistema de relações que constitui de modo organizado as línguas de sinais”. A autora aponta ainda que o sinal é usado como necessidade linguística e o sinal-termo conceitua os vocabulários na língua de sinais para as áreas específicas. No nosso caso será utilizado um campo particular que é o Curso de Serviço Social.

Segundo Lima e Seabra (s.d./s.p) no processo de formação de sinais em Libras é necessário compreender o conceito em ambas as línguas, em Libras e em Português para posteriormente criar os sinais. Além das mudanças ou variações linguísticas e os empréstimos da língua, seja interno (da própria língua) ou externo (palavras estrangeiras).

Buscamos com estas reflexões fomentar esta aproximação com a comunidade Surda no âmbito acadêmico e estender este diálogo para além da academia, na perspectiva de inclu-

são e acessibilidade em todos os espaços. Diante dos avanços e conquistas apresentados, é importante que o Serviço Social se coloque em colaboração à luta da Comunidade Surda, pela ampliação de direitos, pela autonomia e liberdade dos sujeitos. Iniciar este debate durante a formação profissional é um importante passo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, preparada para acolher e respeitar as diferenças.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este processo nos permitiu um novo olhar para a graduação, mostrando que devemos nos manter atentos e atentas para a carência de produções em Libras no âmbito do Serviço Social, buscando minimamente um maior aprimoramento profissional a partir desta discussão. Ao propor esta reflexão, buscamos um fortalecimento das pesquisas neste sentido, pois são um importante instrumento de inclusão. Estas produções, quando materializadas, serão um referencial para auxiliar os profissionais do Serviço Social nas suas áreas de atuação, os/as Surdos e os/as intérpretes de Libras.

Considerando o desconhecimento da Libras em diversos espaços sócio-ocupacionais, buscamos trazer à luz a possibilidade e a viabilidade de construção de um glossário que sirva de um instrumento profissional, trazendo uma qualificação aos/às assistentes sociais vigentes e aos/às futuros/as assistentes sociais sobre as intervenções das expressões da questão social junto à comunidade Surda. Ou seja, capacitando os/as profissionais a trabalharem em um atendimento qualificado, não dependendo exclusivamente de intérpretes em um atendimento sigiloso, ou utilizando ferramentas como aplicativos tradutores, papéis, celulares, dentre outros.

A oportunidade de conviver com a Comunidade Surda e com intérpretes, proporciona uma experiência enriquecedora para o/a estudante de Serviço Social e pesquisador/a. Esta interação permite-nos entender como funciona na prática o processo de consolidação de sinais, os desafios da validação de um novo sinal pela Comunidade Surda, e todo processo de desenvolvimento de sinais desde sua criação.

Isto implica um maior aprimoramento desta temática para que possamos atender e intervir em seus campos de atuação, de forma qualificada e coerente, viabilizando para o/a Surdo/a um atendimento pleno, para que este/a usuário/a saia do atendimento com a compreensão do assunto em que foi encaminhado para o Serviço Social. O debate sobre Libras dentro do Serviço Social traz repercussões para além do ambiente acadêmico e profissional. Acreditamos que será algo bastante relevante não só para a nossa profissão, mas para os/as usuários surdos/as, seus familiares e a sociedade em geral.

Com isso, chamamos atenção para que este diálogo não se esgote apenas na criação de sinais-termos, mas se amplie para a valorização da cultura Surda. Em contribuição a esta luta, estes estudos continuam em andamento, tendo como objetivo final a materialização de um glossário em Libras de acordo com as referências do Serviço Social e áreas afins. Ou seja, as categorias chaves serão desenvolvidas a partir de referenciais gerais e específicos do curso, em seguida será submetido aos processo de tradução e validação de sinais por pessoas Surdas. E por fim pretende-se construir mais uma produção de materiais do Serviço Social em Libras, como os que já existem, a exemplo da Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética do Serviço Social entre outros.

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso De Serviço Social**. Rio de Janeiro, Novembro de 1996.

AZEVEDO; CAVALCANTI; HORA, Estênio Ericson Botelho de; Mirella Correia e Sá; Mariana Marques da. **Acesso à justiça por pessoas surdas: garantias legais e pesquisas acadêmicas**. Teoria Jurídica Contemporânea, PPGD/UFRJ, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/27997/19929> Acesso em: 01 de Ago de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: MEC, 2002.

BRAZ, M; TEIXEIRA, J. B. **O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf). Acesso em: 28 de jul de 2021.

BRITO; DESSEN, Angela Maria Waked de; Maria Auxiliadora. **Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil**. Paidéia FFCRLP-USP, Rib. Preto, Fev./Ago, 97. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1997000100009> Acesso em: 01 de Ago de 2021.

BRITES, C. M. & Sales, M. A. **Ética e práxis profissional**. Caderno II, Curso ética em movimento; Comissão de Direitos Humanos/CFESS. Brasília, CFESS, 2000.

CARDOSO, Vilma Rodrigues. **Termologia de língua brasileira de sinais glossário de nutrição**. Brasília/DF. 2017.p.17-30.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 30 mar. 1993. Brasília: CFESS, 1997.4

CURITIBA. Flávio José Arns. Senado Federal. **PL 4909**. 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/matéria/145112>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35 .ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016**. *Temporalis*, v. 16, n. 32, p. 23-49, 2016.

LIMA, Vera Lúcia de Souza e; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Produção lexical para um glossário terminológico bilíngue: línguas e língua portuguesa**. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.letras.ufmg.br/padroao\\_cms/documentos/eventos/gtlex/vERA%2520I%25C3%259A-CIA%2520DE%2520sOUZA%2520E%2520IIMA.pdf&ved=2ahUKE-wjt-cKD-7TtAhVhHrkGHTxpBx4QFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw3BD-m6fJQCrruLCOOk3OGW&cshid=1607122344132](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.letras.ufmg.br/padroao_cms/documentos/eventos/gtlex/vERA%2520I%25C3%259A-CIA%2520DE%2520sOUZA%2520E%2520IIMA.pdf&ved=2ahUKE-wjt-cKD-7TtAhVhHrkGHTxpBx4QFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw3BD-m6fJQCrruLCOOk3OGW&cshid=1607122344132). S/P.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2 ed, São Paulo: Cortez, 1996.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, 2014.

ROSA, Emiliana Faria. Identidades surdas: o identificar do surdo na sociedade. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (org.). **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. Curitiba: Crv, 2012.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos Surdos**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1990.

SANTOS, Patricia Tuxi. **A terminologia na língua de sinais brasileira: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue**. Universidade de Brasília – UnB. Brasília – DF, 2017. Disponível: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23754/1/2017\\_PatriciaTuxidosSantos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23754/1/2017_PatriciaTuxidosSantos.pdf). Acesso em: 08 Mai de 2021.

UECE, Universidade Estadual do Ceará. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social - Bacharelado Implantado em 2017.1**. Disponível em: <http://www.uece.br/servicosocial/index.php/projetopedagogicodocurso>. Acesso em: 09 Mai de 2021.



**LAPESS**

Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social

**10 Anos**

**PARTE II**

**Estado,  
Sociedade  
e Política  
Social**

# A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A CHAMADA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

Rogério Castro

Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior, CAPES.PNPD.

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no âmbito da produção material de bens de consumo não mais ou menos meio século suscitaram sociólogos e pensadores a afirmarem que o longo período em que as sociedades eram regidas pelo trabalho humano – e, por conseguinte, com o papel de destaque exercido pelos seus executores – havia chegado ao fim. O uso cada vez mais ampliado das tecnologias (automação, etc.) no processo produtivo – a chamada era informacional – estaria gerando, como consequência, uma necessidade cada vez menor de uso de força humana de trabalho no processo de criação de bens úteis através da transformação da natureza (trabalho). As sociedades estariam ingressando numa nova época, designada de pós-industrial, cuja característica central seria o uso das tecnologias e a diminuição de trabalhadores manuais na indústria (o chamado setor secundário). Como consequência, essas sociedades iriam experimentar um incremento das atividades do setor de serviços com um correspondente aumento do número de trabalhadores nesse setor, chamado de terciário<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> As diferenças entre trabalho operário e demais assalariados, trabalho produtivo e trabalho improdutivo, o profícuo debate entre os marxistas sobre esse assunto, pode ser encontrado em autores como Braverman (1987), Antunes (2003, 2009), Lessa (2007), Tonet e Lessa (2012), Castro (2012), etc. Ademais, leituras que trilham noutra direção acerca das transformações do capitalismo contemporâneo podem ser encontradas em: Mészáros (2002), Harvey (1994), Antunes (2003, 2009, 2018), Vasapollo (2005), etc.

Ao se admitir a veracidade das mudanças acima, pareceriam de anacronismo ao menos cinco teses fundamentais acerca do funcionamento das sociedades modernas, fundadas no modo de produção capitalista: I) o trabalho, enquanto atividade humana de transformação da natureza, não é mais a viga mestra de manutenção da sociedade; II) a classe operária, enquanto classe diretamente produtora da riqueza material, perdia relevância central, uma vez que a substituição progressiva dela por máquinas traria como consequência a sua redução a um número cada mais insignificante; III) a tese de que a mais-valia – esse coágulo de trabalho materializado nos produtos cuja extração ocorre por meio da apropriação de uma quota-parte da jornada de trabalho que não é paga ao seu produtor direto – enquanto base fundamental do modo de produção capitalista perderia vigência, visto que não são mais os operários os principais responsáveis pela efetiva produção da riqueza material, mas sim as máquinas; IV) a mudança do papel da ciência, que teria se transformado em principal força produtiva, teria suplantado a lei do valor marxiana<sup>30</sup> – isto é, a de que o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário dispendido pelo operário para a sua produção –, já que, ainda, é um maquinário extremamente sofisticado que passa a determinar o ritmo (ou mais acelerado, ou menos intenso) da produção das mercadorias; V) por fim, como a atividade desempenhada pelo operário (trabalho) perdeu importância, ele, enquanto agente da mudança, não é suficientemente representativo, a mais-valia deixou de ser o critério decisivo de acumulação de riquezas, a Revolução Proletária – enquanto projeto alternativo de mu-

---

30 Ver a discussão sobre esse assunto desenvolvida por Antunes (2009) em *Os sentidos do trabalho* (cap. VII e VIII).

dança da sociedade – estaria condenada ao museu da história, posto que os principais pilares onde ela se sustentava teriam se derruído. Numa palavra, todo edifício de explicação marxista do funcionamento das sociedades capitalistas estaria arruinado – e, por conseguinte, um outro arcabouço teórico de explicação da realidade social se impunha como uma necessidade imperiosa.

O texto que se segue buscará apenas abordar como historicamente o conjunto dessas discussões foi se gestando em alguns de seus interlocutores. Para isso, irá se estruturar a partir de dois momentos: primeiro, buscaremos explicitar o significado da tese da centralidade do trabalho, aqui entendida também como *modelo da práxis social* (ou protoforma da vida social), algo muito mais amplo do que a diminuição do trabalho vivo na indústria. Em seguida, iremos abordar, de modo panorâmico, algumas das principais (e primeiras) teses que passaram a advogar a perda da importância decisiva do trabalho (e dos seus agentes) na reprodução da sociedade.

## **2. O TRABALHO ENQUANTO MODELO DA PRÁXIS SOCIAL: OU A CENTRALIDADE ONTOLÓGICA DO TRABALHO**

Em 1968, Georg Lukács prepara uma conferência para o Congresso Filosófico Mundial, realizado em Viena, porém, não consegue apresentá-la por não ter sido possível o seu comparecimento ao evento. No final daquela década, o filósofo húngaro encontrava-se mergulhado na redação daquela que seria a sua última grande obra, *Para uma ontologia do ser social*, a qual só viria a público depois do falecimento do autor, em 1971. A conferência que Lukács iria apresentar foi publicada

sob o título “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem<sup>31</sup>” e tem o mérito de conter, sinteticamente, algumas das principais teses que ele vinha desenvolvendo com o intuito de restaurar aquilo que entendia como o genuíno pensamento marxiano.

Nesse escrito, Lukács nos diz ser o *trabalho* a base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser. Para ele, a essência do trabalho consiste precisamente no fato dele ir além dessa estabilização dos seres vivos na competição biológica. O *momento essencial* da separação consiste no papel que passa a ter a *consciência*, e não a elaboração de produtos (algo distinto do que propugnava o determinismo-mecanicista); ela deixa de ser epifenômeno da reprodução biológica. Com o trabalho, argumenta o autor, dá-se, no plano ontológico, a possibilidade do desenvolvimento superior dos homens que trabalham. Já por esse motivo, continua, o trabalho se torna não apenas um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social; mas, precisamente no plano ontológico, ele se converte “no modelo de toda a nova forma do ser”. Diz ele: “Quanto maior for a precisão com que observarmos o seu funcionamento, tanto mais resultará evidente esse seu caráter”<sup>32</sup>.

O trabalho, enquanto *modelo da práxis social*, é constituído por posições teleológicas que, em cada caso concreto, põem em funcionamento séries causais. Numa sociedade tornada realmente social, diz ele, a maior parte das atividades sociais cujo conjunto põe o todo em movimento deriva certamente de posições teleológicas, mas a existência real delas é feita de conexões causais que em nenhum sentido podem

---

31 Disponível em: Lukács, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

32 Lukács, 2007, p. 230.

ser de caráter teleológico<sup>33</sup>. De acordo com o filósofo húngaro, como a *práxis* é uma decisão entre alternativas, todo ato social surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. Seria esse o sentido, para ele, da afirmação marxiana segundo a qual os homens são compelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo “sob pena de se arruinares”. Decorreria daqui, dessa ineliminável condição humana, todos os problemas reais daquele complexo de problemas chamado liberdade – liberdade de escolha entre alternativas, ou ainda, nexos entre trabalho e liberdade (aqui, já se nota o quão mais ampla é a visão que vê o trabalho enquanto modelo da *práxis* social).

O sujeito que realiza a posição teleológica, a põe de modo consciente, porém sem jamais ter a possibilidade de conhecer todos os condicionamentos (e mesmo as consequências) da própria atividade<sup>34</sup>. “É óbvio que isso não impede que os homens atuem” – assevera Lukács. “De fato, existem inúmeras situações nas quais, sob pena de se arruinar, é absolutamente necessário que o homem atue”<sup>35</sup>. No próprio trabalho, argumenta o autor, o homem muitas vezes tem consciência de que pode dominar apenas uma faixa de elementos circunstantes; no entanto, ele sabe também que é capaz de realizá-lo de algum modo, até porque o carecimento urge e o trabalho promete satisfazê-lo. Essa ineliminável situação teria duas importantes consequências. Primeiro, a partir da constante observação dos resultados do trabalho e, por conseguinte, do

---

33 Polêmica com as visões deturpadas acerca de Marx que afirmavam – erroneamente – ser este defensor de uma visão teleológica (e determinista) da história. Sobre a reprodução social, ver: Castro, R. *A reprodução social na Ontologia de Lukács: um escólio introdutório*. Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2011 (Dissertação de Mestrado).

34 Ver: Castro, 2011 (op. cit.).

35 LUKÁCS, 2007, p. 233.

aumento do conhecimento da faixa dos elementos circunstantes, o trabalho se aperfeiçoa, por meio de uma sua dialética interna. Em decorrência disso, o trabalho se torna cada vez mais variado, “abarca campos cada vez maiores, sobe de nível tanto em extensão quanto em intensidade”<sup>36</sup>. Por outro lado, na medida em que o fato de fundo do conhecimento total das circunstâncias não pode ser eliminado por esse processo de aperfeiçoamento, esse modo de ser do trabalho desperta a sensação de uma realidade transcendente (base objetiva para o surgimento da religião, do pensamento mágico, etc.).

[...] o trabalho é não apenas o modelo objetivamente ontológico de toda práxis humana, mas também (...) o modelo direto que serve de exemplo à criação divina da realidade, na qual todas as coisas aparecem como produzidas teleologicamente por um criador onisciente (LUKÁCS, 2007, p. 233).

Com o seu desenvolvimento, o trabalho gera produtos sociais de ordem mais elevada. Uma das mais importantes diferenciações é a crescente autonomização, sempre relativa, ainda no próprio trabalho concreto, das atividades preparatórias<sup>37</sup> (o conhecimento). Antes de se tornarem campos autônomos de conhecimento, prossegue o autor, a matemática, a química, a geometria, a física eram originariamente partes desse processo preparatório do trabalho; apesar desse seu

---

36 Ibidem, p. 233.

37 Visto do ponto de vista da *totalidade do ser social*, verifica-se aqui o nexo entre trabalho material e trabalho intelectual, cujo escopo transcende a vigilância e o controle e abrange também as atividades preparatórias de conhecimento da natureza – p. ex., a ciência. Do ângulo de vista da totalidade, a ciência genuína nunca pode ter um desenvolvimento independente das demandas postas pelo solo social (é o que, por razões outras, no mundo contemporâneo, se chama de “aplicabilidade” do conhecimento). Ademais, fica evidenciado o quão ofuscante é a tentativa de conhecimento da realidade que enfatiza na parte prescindindo-se do todo.

crescimento, argumenta, elas não perderam inteiramente essa função originária. “[...] quanto mais elas [ciências] crescem, se intensificam etc., tanto maior se torna a influência dos conhecimentos assim obtidos sobre as finalidades e os meios de efetivação do trabalho”<sup>38</sup> [nexo entre ciência e trabalho].

Tal diferenciação, para Lukács, é já uma forma relativamente aperfeiçoada de divisão do trabalho, divisão esta, contudo, que é a mais elementar consequência do desenvolvimento do próprio trabalho. Já na caça, diz ele, esse fenômeno é verificado. Como todo trabalho apenas pode ter uma finalidade principal unitária, faz-se necessário encontrar meios que “garantam esse caráter unitário da finalidade na preparação e na execução do trabalho”<sup>39</sup>. Aqui surgem, portanto, aquelas posições teleológicas que não visam mais a transformar um dado da natureza segundo finalidades humanas (posição teleológica primária), mas sim *induzir um homem a realizar algumas posições teleológicas segundo um modo predeterminado*<sup>40</sup> (posição teleológica secundária). “[...] com o nascimento das classes sociais com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica torna-se a base espiritual-estruturante do que

38 (Ibidem, p. 234). Basta pensarmos, a título de exemplo, na relação da química com algo tão elementar, como os produtos de limpeza, ou mesmo na relação entre a física newtoniana e a capacidade de lançar e manter satélites artificiais em órbita para os mais diversos fins humanos, etc. Por sua vez, vale registrar que, embora ninguém conteste o fato de a explicação sobre o mundo natural ganhar contornos racionais no âmbito da ciência, isto não significa dizer que esta possua também uma autonomia total em relação à sociedade no sentido dela, não raramente, estabelecer como pontos de partida (intuições, etc.), por meio da observação, fatos derivados da mera experiência prática, cotidiana, sendo estes muitas vezes já utilizados enquanto mecanismo, mas ainda não elevados a conceito (e desenvolvido).

39 Lukács, 2007, p. 234.

40 De acordo com o autor, toda a vida social humana pode ser reduzida a esses dois tipos de atos teleológicos: os de primeiro tipo, ou primários, e os de segundo tipo, ou secundários. Enquanto os atos teleológicos primários visam a transformação da natureza para a satisfação das necessidades materiais da sociedade (trabalho), os atos teleológicos secundários são todos aqueles que visam a convencer outros seres humanos (ou a sociedade) a se agir de um determinado modo, e não de outro (dever-ser), cujos exemplos podem ir da educação, ética, direito até a política, publicidade, filosofia, cinema, etc.

o marxismo chama de ideologia”<sup>41</sup>. Nota-se, uma vez mais, a relação do trabalho – por ele ser a base (com a divisão do trabalho) para o nascimento dessas novas posições teleológicas – com um complexo social puro, como é o caso da ideologia (significado mais amplo da centralidade do trabalho, ou o sentido de “o trabalho como modelo da práxis social”).

Lukács nos diz que a estrutura de base se conserva nesses conflitos que envolvem de modo cada vez mais profundo a totalidade da vida social. Ele diz que assim como o conhecimento real sobre os processos naturais em cada caso concreto, no trabalho, se faz necessário, para desenvolver com êxito o intercâmbio orgânico dos homens com a natureza, um certo saber sobre a natureza dos seres humanos, suas recíprocas relações sociais e pessoais, faz-se indispensável “para induzi-los a efetuar as posições teleológicas desejadas”. Escreve o autor húngaro:

Todo o processo através do qual, a partir desses conhecimentos surgidos por necessidade vital (que, no início, assumiram as formas do costume, da tradição, dos hábitos e também do mito), se desenvolveram em seguida procedimentos de tipo racional, até mesmo algumas ciências, todo este processo é, nas palavras de Fontane, um ‘campo imenso’ (LUKÁCS, 2007, p. 235).

Aqui se verifica a opção lukacsiana, de natureza metodológica, por mostrar geneticamente o caminho através do qual as formas mais elevadas se desenvolveram das mais simples. Lukács distingue os conhecimentos que influenciam o intercâmbio orgânico com a natureza dos que são dirigidos para influenciar outros homens ou grupos humanos pelo fato de o primeiro ser mais facilmente desvinculável das posições

---

41 Lukács, 2007, p. 234.

teleológicas que condicionaram o seu aparecimento. Essa diferenciação, contudo, que mostra o que seria uma distinção entre ciências humanas e naturais face aos objetos específicos de cada uma e as consequências do trato a partir dessa materialidade distinta para os resultados individuais de cada uma delas, de modo algum deve induzir ao que ele chama de exagero gnosiológico, que consistiria em “identificar ou diferenciar de modo absoluto os dois processos”<sup>42</sup>. “Trata-se de elementos ontológicos comuns ou diversos, que estão simultaneamente presentes e que podem encontrar solução somente numa concreta dialética histórico-social”<sup>43</sup>.

O filósofo húngaro afirma que o processo global da sociedade é um processo causal, possui leis próprias, mas não é jamais dirigido objetivamente para a realização de finalidades<sup>44</sup>. Ainda que um grupo de humanos consiga materializar as suas finalidades, os resultados muitas vezes produzem algo diverso ao que se havia intentado – basta lembrar, diz o autor, no modo pelo qual o desenvolvimento das forças produtivas na Antiguidade conduziu à destruição dessa sociedade, nas crises periódicas capitalistas provocadas pelo seu próprio desenvolvimento, etc. A proposta metodológica lukacsiana – a abordagem do ser social em sentido genético – se faz mais evidente quando o autor húngaro se propõe a esboçar no texto algumas linhas gerais sobre o desenvolvimento da sociedade. O seu objetivo é

---

42 (Ibidem, p. 235). Polêmica que inclui, p. ex., a visão dos positivistas que defendiam a aplicação do modelo das ciências da natureza para o estudo da sociedade, ou mesmo o que, unilateralmente, apartam rígida e antiteticamente o campo social da natureza, passando a designar os problemas que dele emergem como vinculados aos “domínios do espírito”.

43 Ibidem, p. 235.

44 Lukács está a tratar aqui da reprodução social – desdobramento do ato fundacional da sociedade, o trabalho. Ele trata desses dois complexos do ser social – trabalho e reprodução social – nos capítulos I e II, do volume 2, de sua *Para uma ontologia do ser social* (várias edições em: italiano, castelhano, português, inglês, etc.). Para uma apresentação sistemática da reprodução, ver: Castro, 2011 (op. cit.).

esclarecer “um pouco mais amplamente... o vínculo mais geral desse início genético da sociedade e da história com seu próprio desenvolvimento”<sup>45</sup>. Em primeiro lugar, diz ele, a necessidade econômica – posta por Marx – nada teria de “necessidade natural”. A razão ontológica fundamental – afirma Lukács – seria a *causalidade posta em movimento* por decisões teleológicas alternativas. Nessa direção, o autor de *Para uma ontologia do ser social* afirma que o desenvolvimento econômico que teve lugar até hoje (ano de 1968) teria sido perpassado pela presença de três orientações evolutivas, possíveis de serem apreendidas somente *post festum*. Tais tendências que teriam se realizado de modo evidente, embora de maneira desigual, seriam: 1º) uma tendência constante à diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da vida humana; 2º) um avanço daquilo que Marx denominou de “recuo das barreiras naturais”, que tornaria essa reprodução cada vez mais nitidamente social, cujos exemplos seriam o caráter cada vez mais social da sexualidade e da nutrição (aspectos naturais); 3º) a integração da sociedade via mercado mundial, que teria tirado do isolamento sociedades singulares, e unificado a humanidade, ao menos no sentido econômico mais geral<sup>46</sup> (aqui ele não deixa de salientar os ásperos conflitos oriundos dessa integração). Seriam através dessas tendências – com as respectivas transformações internas e externas do ser social – que o ser humano teria deixado a sua condição de ser natural e ascendido à condição de pessoa humana.

---

45 Lukács, 2007, p. 237.

46 O desenvolvimento histórico-universal da humanidade, severamente conflituoso, contraditório, não pode ser confrontado por visões de mundo abstratamente unilaterais; ele deve ser compreendido à luz do real processo histórico, que inclui todas as suas fases. Aqui, é válida a leitura da dialética entre o singular, o particular e o universal sob o prisma materialista constante no capítulo 3, “O particular à luz do materialismo dialético”, do livro *Introdução a uma estética marxista*, de Georg Lukács (São Paulo: Instituto Lukács, 2018).

Todo esse processo é o produto das séries causais que surgem no conjunto da sociedade, porém, sem nunca possuir uma finalidade. Por conta disso, o seu desenvolvimento no sentido de níveis superiores contém a ativação de contradições de tipo cada vez mais elevado. Nesse sentido, o progresso é com certeza uma síntese das atividades humanas, todavia não o aperfeiçoamento delas “de acordo com uma teleologia qualquer”. Não seria por outro motivo que tal desenvolvimento continuamente destrói resultados primitivos que, embora belos, seriam economicamente limitados: “[...] por isso, o progresso econômico objetivo aparece sempre sob a forma de novos conflitos sociais”<sup>47</sup>.

É assim que surgem, a partir da comunidade primitiva dos homens, antinomias aparentemente insolúveis, isto é, as oposições de classe, de modo que até mesmo as piores formas de inumanidade são o resultado desse progresso. Em seus incícios, a escravidão constitui um progresso em relação ao canibalismo; hoje, a generalização da alienação dos homens é um sintoma do fato de que o desenvolvimento econômico está em vias de revolucionar a relação do homem com o trabalho (LUKÁCS, 2007, p. 239).

Pelo que foi desenvolvido até aqui, fica claro que a centralidade ontológica do trabalho – ou o entendimento do trabalho enquanto *modelo da práxis social* –, na formulação lukacsiana, é mais amplo – e igualmente diverso – das teses que afirmam ser a importância do trabalho na sociedade subordinada ao número de trabalhadores manuais que executam a produção da riqueza material através da transformação da natureza nas fábricas<sup>48</sup>. Visto do ponto de vista da totalidade

---

47 Lukács, 2007, p. 239.

48 Kurz (1992), Jappe (2006); bem como, em outra direção: Antunes (2003, 2005, 2009), Lessa e Tonet (2012), Lessa (2007), Duayer (2011), Castro (2014), etc.

(e fazendo uso da metodologia genética, *post festum*<sup>49</sup>), o papel do trabalho enquanto fundante da sociabilidade humana se faz não apenas nítido (em todas as comunidades humanas, independentemente de suas culturas) enquanto troca orgânica com a natureza<sup>50</sup>, como também se faz revelar o nexó dele com outros complexos sociais<sup>51</sup>, conforme vimos aqui: trabalho e liberdade, trabalho e ciência, trabalho e ideologia, trabalho e dever-ser, etc. Em outras palavras, a tese lukacsiana vai afirmar que o trabalho é o *modelo da práxis social* porque problemas que em estágios superiores do desenvolvimento social irão se apresentar de modo desmaterializado, sutil e abstrato, tal como a liberdade, já estão contidos *in nuce* no mais simples ato de trabalho, como na simples escolha de uma pedra<sup>52</sup> (paleolítico). Revela-se, aqui, pois, o vínculo genético entre o trabalho e o dever-ser (ética, etc.) – problemas que em outras filosofias modernas aparecem de modo desenraizado.

Não é casual que já no primeiríssimo estágio do trabalho tenhamos dado tanto peso ao momento da liberdade na decisão entre alternativas. O homem deve conquistar sua própria liberdade através de sua própria

---

49 Princípio este baseado na assertiva marxiana segundo a qual “a anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco”, ou ainda, “a economia burguesa é a chave para a economia antiga”.

50 Independente do fato de, no curso do desenvolvimento, haver o que o marxismo chama de “recoo das barreiras naturais”; a questão para a qual se atenta é a da “troca orgânica com a natureza”. Não podemos esquecer, também, que a atividade humana (trabalho), enquanto práxis, transforma a natureza, mas também retroage sobre o sujeito que opera a transformação; logo, tal relação, sociedade-natureza, não cessa os seus efeitos com a diminuição do dispêndio de força física exercido pelos trabalhadores braçais.

51 Nexó este que, no curso do desenvolvimento, vai deixando de ser imediato e se tornando cada vez mais mediato.

52 Ver: Castro, R. *O trabalho como modelo da práxis social: os aspectos ‘in nuce’ do legado marxiano segundo o entendimento do último Lukács*. Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018 (Tese de Doutorado).

ação. Mas ele só pode fazê-lo porque toda sua atividade já contém, como parte constitutiva necessária, também um momento de liberdade. [...] Se esse momento não se manifestasse ininterruptamente no curso de toda a história humana, se não conservasse nela uma perene continuidade, não poderia naturalmente desempenhar o papel de fator subjetivo nem sequer durante a grande virada (Ibidem, p. 242-243).

Para finalizar, algumas palavras sobre a suposta contradição entre a diminuição do número de operários fabris e o marxismo. Conforme vimos, uma das tendências captadas por Marx, de acordo com a análise lukacsiana, foi a da diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da vida humana. Por sua vez, Marx irá afirmar, n’*O Capital*, que o “reino da liberdade” – aquele onde “o desenvolvimento das forças humanas ocorre como um fim em si mesmo” – tem que ter por base o “reino da necessidade” (reprodução econômico-social da humanidade). No entanto, aquele só pode florescer quando neste último a atividade humana tiver deixado de ser imposta de modo externo, ser tida “apenas [como] meio de vida” – ou seja, “só quando a humanidade houver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução<sup>53</sup>”. Ora, sendo este o critério para a humanidade poder atingir um patamar superior de desenvolvimento (“reino da liberdade”), assim como a ampliação do *tempo disponível* por intermédio da diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, não faz sentido buscar no alcance de umas dessas condições (a diminuição do tempo de trabalho) a causa para justificar a impossibilidade – e o suposto anacronismo – da teoria que propõe a superação do atual estado de coisas se efetivar.

---

53 Lukács, 2007, p. 242.

### **3. O “FIM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO” E A CHAMADA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL**

A partir de meados do século XX, analistas sociais começam a questionar a tese de ser o trabalho uma atividade central das sociedades. À luz das transformações na esfera da produção (indústria, etc.), eles estariam se convencendo da perda de relevância (ou de “centralidade”) do trabalho na dinâmica da sociedade. A diminuição dos trabalhadores manuais nas fábricas, em decorrência (parcial) do uso progressivo de maquinário altamente sofisticado e de tecnologia (automação, etc.), o crescimento das atividades de serviços com uma correspondente elevação de trabalhadores nesse setor, embasariam a sentença proferida por sociólogos de ingresso das sociedades contemporâneas na chamada era *pós-industrial* (D. Bell, etc.). A tese do trabalho enquanto transformação da natureza para satisfação das necessidades materiais da sociedade (reprodução) passaria a ser, assim, objeto de inúmeros questionamentos.

De Mallet a Lojkine, de Belleville a Ricardo Antunes, um amplo leque de teorias se apoiaram, implícita ou explicitamente, na tese de que o desenvolvimento tecnológico seria o momento determinante no desenvolvimento das forças produtivas [...] Em mais de um momento as hipóteses de que a classe operária estaria extinta ou em extinção, ou então de que estaria se fundindo com o conjunto dos assalariados, têm por fundamento a tese segundo a qual a introdução de novas tecnologias como a automatização ou a informatização alteraria o fundamento da relação entre as classes sociais (LESSA, 2007, p. 39-40).

As mudanças na esfera da produção levariam autores a observar uma diminuição do trabalho manual em relação ao intelectual – “a fadiga física se converte em fadiga nervosa” – e, com o avanço das novas tecnologias nos espaços fabris, o operariado tradicional estaria sendo substituído. Consequentemente, a luta de classes estaria superada, bem como os partidos e sindicatos tradicionais, uma vez que a classe operária estaria em processo de rápida transformação. Estaríamos caminhando rumo às “‘fábricas sem operários’ da automação, telecomandadas à distância e supervisionadas por telas de televisão dos escritórios técnicos da direção parisiense” (Mallet, 1963, p. 139-40 *apud* Lessa, 2007, p. 41). A partir de investigações em linhas de montagem (Bull, Refinaria Caltex, etc.), Serge Mallet chega a um entendimento de que estaríamos diante de uma “nova classe operária” (o título do seu livro chama-se “A Nova Classe Operária”, 1963). Nessa nova realidade, os critérios tecnológicos passam a determinar a situação de classe. Sendo assim, o engenheiro teria se tornado “proletário”, assim como os trabalhadores de escritório teriam sido transformados em produtivos, posto que “os serviços dos escritórios... preparam as condições da produção propriamente dita” (Ibidem, p. 13 *apud* Ibidem, p. 41).

Outro aspecto importante da “nova classe operária” destacado por Mallet seria o fato dela está deixando de viver “à parte”: “operários qualificados, quadros técnicos, assalariados do setor terciário e profissionais liberais” estariam ingressando em um “processo de homogeneização” (Ibidem, p. 9 *apud* Ibidem, p. 41). Essa “nova classe operária”, na visão de Mallet, estaria cada vez mais próxima da classe média, haja vista o fato dela possuir os mesmos carros, morar nos mesmos bairros, passar férias nas mesmas praias: “os jovens metalúrgicos compartilham os bangalôs ‘taitianos’ com as filhas dos diretores”, escreve ele.

Ainda em 1963, outro autor, Pierre Belleville, publica um outro trabalho com o intuito de dar conta das transformações: *Une Nouvelle Classe Ouvrière* (“Uma nova classe operária”). Belleville argumenta que tanto a tese que defende a homogeneização da classe operária com a classe média como a que propugna a sua proletarização (PCF) atenderiam a objetivos políticos específicos. Enquanto a primeira seria um instrumento da luta anticomunista, a segunda, ao contrário, serviria para defender a atualidade histórica dos PCs (Belleville, 1963, p. 10 *apud* Ibidem, p. 42). Belleville defendia que a classe operária estaria em processo de mutação não porque estaria em vias de desaparecer, mas, pelo contrário, porque estaria em expansão. No entanto, a diferença da sua tese em relação à de Mallet termina aí. Isso porque, em ambos, o trabalho manual teria deixado de ser o critério para definir a classe social: a “referência ao trabalho manual não é mais suficiente para delimitar a classe operária” (Ibidem, p. 11 *apud* Ibidem, p. 42). A explicação para isso estaria nas novas definições de trabalho produtivo e improdutivo determinadas pelo advento das novas tecnologias. “Os engenheiros teriam deixado de ser um corpo intermediário entre a direção e os trabalhadores para se tornarem assalariados produtivos” (Belleville, 1963, p. 18, 169 *apud* Lessa, 2007, p. 42). E prossegue:

“engenheiros, estudantes, pesquisadores (...) são tão assalariados como os outros, pagos por um trabalho que, acima de tudo, deve resultar em lucros. Eles descobrem a subordinação de suas exigências profissionais às exigências do capital” (BELLEVILLE, 1963, p. 194).

A “nova classe operária”, na leitura de Belleville, seria constituída por “todas as categorias de operários assalariados” (Ibidem, p. 316). Tanto em Mallet como em Belleville, as mudan-

cas na esfera produtiva, o uso crescente das novas tecnologias estariam dando origem à uma nova classe operária, de modo que as fronteiras entre o operariado tradicional e os demais assalariados estariam cada vez mais tênues, fluidas, quando não desaparecendo. O critério para designação do proletariado, portanto, para ambos, passa a ser o assalariamento<sup>54</sup>.

Os efeitos do processo de automação trariam mudanças significativas na organização fabril e reverteria até mesmo o fenômeno da alienação (Robert Blauner e Joan Woodward). Isso porque a automação nas fábricas teria suplantado das mesmas o parcelamento de tarefas, típico do taylorismo e, com isso, inclusive, suavizando o próprio processo de controle e vigilância visto no período anterior. As relações no interior do ambiente fabril estariam reordenadas porque a organização da produção se dava agora em pequenas equipes relativamente autônomas entre si, bem como o trabalho repetitivo estaria a cargo de máquinas automatizadas. De modo que: “estariam sendo superados não apenas o antagonismo do operário com a hierarquia da fábrica, mas a própria alienação do trabalho já que, agora, o trabalhador se reconheceria no produto final<sup>55</sup>”.

Outro autor importante que buscou se debruçar sobre os efeitos da automação no processo fabril foi Pierre Naville. Em *Vers la automatisme social? Machines, informatique, autonomie et liberte (Rumo ao automatismo social? Máquinas, informática, autonomia e liberdade)*, Naville defende que, ao contrário de Blauner e Woodward, a automação teria como consequência o aumento da alienação do trabalho. “A automação induz à ruptura final entre o produtor e o produto. Despoja o trabalhador de todo contato com a matéria-prima, e destrói qualquer sen-

---

54 Sobre a tese que diferencia trabalho proletário e demais assalariados, ver o livro *Porque o Serviço Social não é trabalho*, de S. Lessa. Sobre a noção ampliada de classe trabalhadora, ver o capítulo VI de *Os sentidos do trabalho*, de R. Antunes, ou ainda, sobre o chamado “proletariado de serviços”, *O privilégio da servidão*, do mesmo autor.

55 Lessa, 2007, p. 43.

tido residual de uma relação pessoal com a máquina” (Naville *apud* Gallie, 1978, p. 21). Fazendo um balanço da compreensão dessas transformações pelos autores, outro autor escreve:

Apesar das diferenças evidentes, todos estes autores compartilham de um núcleo teórico comum. O pós-guerra teria lançado a humanidade em um *novo patamar de desenvolvimento com transformações tão significativas na produção e no consumo* que as classes sociais estariam, ou em uma rápida e profunda transformação ou, mesmo, em desaparecimento (LESSA, 2007, p. 44-5; ênfase minha).

Ainda segundo a mesma investigação,

[...] as *novas tecnologias estariam convertendo engenheiros, cientistas, técnicos dos mais variados setores em “trabalhadores produtivos”* e abolindo as fronteiras entre o trabalho manual e o intelectual. E... [ainda] tais transformações tornavam necessário um novo conceito de classe, digamos, mais atual que o de Marx (Ibidem, p. 45; ênfase minha).

Analisando ainda tais mudanças, em 1974, Harry Braverman publica o seu *Trabalho e Capital Monopolista*. Nele, Braverman, além de destacar aspectos da degradação do trabalho no século XX (subtítulo da sua obra), busca analisar as consequências da taylorização do trabalho de escritório e do trabalho intelectual. A partir de uma nova leitura do significado de trabalho produtivo e improdutivo nas condições do capitalismo monopolista, Braverman conclui que tanto o trabalhador produtivo como o improdutivo são dominados pelas relações de produção capitalistas, ambos são explorados pelo capital. “[...] *quase toda a população transformou-se em empregada do*

*capital*. Quase toda associação trabalhadora com a empresa moderna, ou com seus ramos imitativos nas organizações governamentais ou ditas não lucrativas assumiram a forma de compra e venda da força de trabalho” (Braverman, 1987, p. 342; ênfase original).

A alienação e a incerteza que eram exclusividade do proletariado teriam se expandido para os novos assalariados. Ao invés da ascensão do proletariado para as camadas médias (Mallet), para Braverman estaria ocorrendo uma proletarização dos setores intermediários. Desse modo, o trabalho assalariado estaria em expansão para abarcar um número maior de atividades, da mesma forma como o proletariado estaria se ampliando e assumindo uma nova configuração. De modo que: “O operário que constrói um edifício de escritórios e o servente que o limpa toda noite produzem do mesmo modo valor e mais-valia” (Braverman, 1981, p. 374); ambos seriam igualmente produtivos, uma vez que a diferença de uma atividade e outra tornou-se secundária<sup>56</sup>.

Assim, de acordo com o autor, as condições de trabalho do trabalhador produtivo e do improdutivo seriam tão semelhantes (e ambos são explorados pelo capital) que o que “tem peso na sociedade [hoje] é o fato de o indivíduo ser, ou não, assalariado”. Diz Braverman:

["As 'massas' de trabalho produtivo e improdutivo"] não estão absolutamente em flagrante contraste e não precisam ser contrapostas uma à outra. *Elas constituem uma massa contínua de emprego* que, atualmente e diferentemente da situação nos dias de Marx, têm tudo em comum (BRAVERMAN, 1987, p. 357; ênfase minha).

---

56 Novamente, o debate de fundo aqui é em relação à diferença entre trabalho proletário e demais assalariados, trabalho produtivo e trabalho improdutivo, etc., ou ainda, se algumas dessas diferenças teriam deixado de existir – evidentemente, em função do incremento tecnológico nas fábricas.

Sergio Lessa chama a atenção para uma consequência desse entendimento de H. Braverman. De acordo com ele, há assalariados que não são trabalhadores, tal qual os executivos, e menos ainda proletários. Ciente da situação, Braverman observa que a remuneração dos dirigentes das empresas não é apenas uma troca de trabalho por dinheiro – “uma troca de mercadorias” –, mas representa “uma participação no ‘excedente’ produzido” (Ibidem, p. 343).

Outro autor influente do debate contemporâneo acerca das transformações na esfera produtiva é André Gorz. Ele lançou, em 1980, o livro *Adeus ao proletariado*. Nele, encontram-se as suas principais teses sobre os efeitos daquelas transformações no proletariado. À luz do debate ocorrido até os anos 1970, Gorz acredita que o proletariado europeu teria se integrado ao mundo burguês. Por ter se convertido em parte integrante do capitalismo, o proletariado teria perdido o seu caráter revolucionário enquanto classe social. Segundo Gorz, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, base para um outro modo de organização social, serve apenas à racionalidade capitalista, tal como a classe operária, outra condição para a efetivação daquele modo, teria se integrado ao capitalismo.

A lógica do Capital que levou a esse resultado ao final de dois séculos e ‘progresso’, ou seja, de acumulação de meios de produção cada vez mais eficazes, não pode dar nada mais e nada melhor do que isso. Mais exatamente, a sociedade industrial-produtivista só pode se perpetuar de agora em diante fazendo ao mesmo tempo mais e pior: mais destruições, mais desperdícios, mais reparações das destruições, mais programação dos indivíduos até o seu íntimo. O ‘progresso’ chegou a um limiar passado o qual muda de

sinal: o futuro é pleno de ameaças e desprovido de promessas. Os progressos do produtivismo conduzem aos da barbárie e da opressão (GORZ, 1980, p. 93).

O proletário, impedido de ter “autonomia” enquanto classe por estar organicamente vinculado ao modo de produção capitalista, buscaria, cada um de modo individual, uma saída para a sua situação particular. Esse fato “solapa a capacidade que teria o proletariado, se todos os seus membros se unissem, de enxotar a burguesia do poder e de pôr fim à sociedade de classes” (Ibidem, p. 47). Gorz irá defender que um novo sujeito histórico seria o portador da transformação social: a “não-classe” dos “não-trabalhadores”. Esta “não-classe” dos “não-trabalhadores” “não é produzida pelo capitalismo e marcada pelo selo das relações capitalistas de produção; *ela é produzida pela crise do capitalismo e pela dissolução, sob o efeito de técnicas produtivas novas, das relações sociais de produção capitalistas*” (Ibidem, p. 87; ênfase minha).

Essa “não classe” seria composta pelo “conjunto dos indivíduos que se encontram expulsos da produção pelo processo de abolição do trabalho, ou subempregados em suas capacidades pela industrialização (ou seja, pela automatização e pela informatização) do trabalho intelectual”, diz Gorz. Ela se estenderia a “todas as camadas da sociedade” e se oporia “à classe dos operários estáveis, sindicalizados, protegidos por um contrato de trabalho e por uma convenção coletiva”; esta última seria, então, uma “minoridade privilegiada” (Ibidem, p. 87-9). Afirma Gorz:

“O novo proletariado pós-industrial não apenas não encontra mais no trabalho social a fonte de seu poder possível, como vê nele a realidade do poder dos aparelhos e de seu próprio não-poder” (Ibidem, p. 91; ênfase minha).

Fazendo um balanço das mudanças iniciadas nos anos 1970-1980 – a reestruturação produtiva, o advento da acumulação flexível e do padrão toyotista, a chamada financeirização da economia – nesse início de século XXI, o sociólogo brasileiro, Ricardo Antunes, assevera que as teses de fim do trabalho e da classe operária defendidas no último quartel do século anterior foram refutadas pela história. No entanto, ao invés de uma inserção no mundo laborativo fundada numa legislação protetora do direito do trabalho, o que se tem assistido é o avanço de um brutal dismantelamento das relações de trabalho, que ele chama de precarização estrutural do trabalho.

Há algumas décadas, em meados dos anos 1980, ganhou força explicativa a tese de que a classe trabalhadora estava em franca retração em escala global. Com Estados Unidos e Europa à frente, a ideia de um capitalismo maquínico e sem trabalho se expandia e mesmo se consolidava, conseguindo ampla adesão no universo acadêmico, sindical e político em várias partes do mundo (ANTUNES, 2018, p. 26-27).

Considerando que as transformações na esfera da produção iniciadas na década de 1970 alteraram e geraram uma *nova morfologia do trabalho*, Antunes considera que a suposta diminuição do operariado tradicional nos países centrais fora compensada com uma expansão – notadamente no setor de serviços, mas não só – nos países asiáticos (China, Índia, Coreia), latino-americanos (Brasil, México), etc.

Apesar de parecer que o proletariado industrial, herdeiro da era taylorista e fordista, vem se reduzindo em várias partes do

mundo capitalista central, há também uma forte *contratendência*, dada pela expansão exponencial de novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no setor de serviços, mas também na agroindústria e na indústria, ainda que de modo diferenciado em vários países do Sul (Ibidem, p. 27; *itálico original*).

Para ilustrar a atual tendência do que denomina de precarização estrutural do trabalho, Antunes traz um exemplo da China, mais precisamente da Foxconn, empresa terceirizada que realiza a montagem de produtos eletrônicos para transnacionais como Apple, Nokia e outras. Citando um estudo da *Students and Scholars Against Corporate Misbehaviour (Sacom)*, Antunes informa que os operários da Foxconn, em 2010, trabalhavam em média 12 horas por dia, percebendo salários aviltantes. Além de relatar casos de suicídio, o autor informa que nesse período a companhia empregava, apenas na China, 1,4 milhão de trabalhadores. “[...] desde o final dos anos 1970, a China estabeleceu zonas econômicas especiais para atrair capital estrangeiro, o que levou a Apple a buscar essas grandes empresas de terceirização a fim de reduzir custos e ampliar mercados<sup>57</sup>”. Parece que, então, eis que se revela o segredo do chamado “milagre chinês”.

Nas últimas décadas, as empresas “lioofilizadas e flexíveis”, na leitura de Antunes, têm levado, impulsionadas pela expansão informacional-digital, a uma trípole destrutiva sobre o trabalho. Em escrito recente, assim ele descreve a atual situação:

---

57 ANTUNES, 2018, p. 28.

A terceirização, a informalidade e flexibilidade se tornaram, então, partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global. E, com elas, a intermitência vem se tornando um dos elementos mais corrosivos da proteção do trabalho, que foi resultado de lutas históricas e seculares da classe trabalhadora em tantas partes do mundo (ANTUNES, 2020, p. 11).

Citando exemplo dessas novas (e mais precárias) modalidades de trabalho anotadas no período mais recente, notadamente na aurora do século atual, ele escreve:

[...] O *zero hour contract* [contrato de zero hora – sic], por exemplo, nasceu no Reino Unido e se esparrama pelo mundo ao permitir a contratação de trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas atividades, que ficam à disposição de uma “plataforma”. Elas e eles ficam *à espera de* uma chamada por smartphone e, quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram esperando (Ibidem, p. 12).

Essa disponibilidade perpétua para o trabalho é acentuada pelo “trabalho on-line” e pelos “aplicativos”, que derrubou as antigas fronteiras existentes entre o tempo de vida *no* trabalho e *fora* dele. Tal fato ainda torna invisíveis as grandes corporações globais. Para Antunes, esses novos proletários dos serviços<sup>58</sup>, sujeitos a tal lógica de precariedade total, se encontram sob a trágica situação de terem de escolher entre

---

58 Note que Antunes não diferencia operário de demais assalariados, tal como Lessa. O autor de *O privilégio da servidão* adota, para a nova morfologia do trabalho, uma “noção ampliada de classe trabalhadora”.

o desemprego total ou o que ele chama de *privilégio da servidão* – caso, evidentemente, nada se interponha no sentido de deter essa tendência. Sobre uma das mais conhecidas dessas corporações que põem em prática essas novas modalidades de trabalho, ele escreve:

A Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza, etc., enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora<sup>59</sup> (ANTUNES, 2018, p. 34-35).

Esse cenário, na abordagem de Antunes, tende a piorar com o avanço da chamada *indústria 4.0*. Para ele, a produção caminha para se tornar cada vez mais predominantemente automatizada, robotizada, realizada por máquinas digitais e comandada de modo informacional-digital. Com isso, defende, como consequência dessa nova *empresa flexível e digital*, haverá expansão dos chamados *intermitentes globais*, bem como um incremento incalculável de força de trabalho sobrando e sem emprego.

---

<sup>59</sup> Aqui, o debate de fundo é sobre trabalho produtivo. Vale o registro de que, embora todo operário seja trabalhador produtivo, o inverso não é verdadeiro (ver exemplo do mestre-escola citado por K. Marx n’*O Capital*). Como vemos dizendo, Antunes não faz essa distinção. Ademais, aqui ele opta pelo termo “mais-valor” em substituição, mas com o mesmo sentido, a mais-valia.

Sua denominação, indústria 4.0, estampa, segundo seus formuladores, uma nova fase da automação industrial, que se diferencia da Revolução Industrial do século XVIII, do salto dado pela indústria automotiva do século XX e também da reestruturação produtiva que se desenvolveu a partir da década de 1970. A essas três fases anteriores sucederá uma nova, que consolidará, sempre segundo a propositura empresarial, a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e semelhantes controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI (Ibidem, p. 38).

À luz dessas novas realidades, como o uso recorrente de contratos de trabalho intermitente, *zero hour contract*, *turn over*, teletrabalho e/ou home office, pejetização, etc., o traço comum dessas novas modalidades de realização de atividades laborativas é, para Antunes, a “flexibilidade”.

O fundamento dessa pragmática que invade todo o universo global do trabalho se evidencia. Na empresa “moderna”, o trabalho que os capitais exigem é aquele mais *flexível* possível: sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até o sistema de “metas” é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior<sup>60</sup> (ANTUNES, 2018, p. 36; ênfase original).

---

60 “Um grupo cada vez mais minoritário estará no topo dos assalariados. Entretanto, a instabilidade poderá levá-lo a ruir face a qualquer oscilação do mercado, com seus tempos, movimentos, espaços e territórios em constante mutação. A esses se somam ainda uma massa de ‘empreendedores’, uma mescla de *burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo*” (Antunes, 2018, p. 34; itálico original).

Diante dessas mudanças, Antunes argumenta que, ao contrário dos que afirmam existir uma retração da lei do valor, esta estaria passando por uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente – tal como se verifica, de acordo com ele, no trabalho terceirizado, naqueles fundados na informalidade, etc. (não importando aqui se tais atividades são mais manuais ou mais intelectualizadas<sup>61</sup>). De acordo com o autor, no capitalismo financeirizado da era informacional estaríamos presenciando a uma simbiose cada vez maior entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, de modo que o desenho da classe trabalhadora poderia ser da maneira que se segue tracejado:

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem de venda da sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços, etc. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, *o conceito ampliado de classe trabalhadora*, em sua *nova morfologia*, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras... não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas (Ibidem, p. 31; itálico original).

---

61 Outro ponto latente aqui é uma possível aproximação entre trabalho manual e trabalho intelectual. A título de registro, esta não é uma questão cuja polêmica seja inexistente. Ademais, vale a pena se inteirar ainda sobre outra polêmica: a das diferenças entre trabalho material e trabalho imaterial. Ver: Antunes: 2009, 2018; Lessa, 2005.

Para finalizar, como se vê, a “noção ampliada” de classe trabalhadora de Antunes não distingue trabalho proletário e demais assalariados, como os do setor de serviços, trabalhadores improdutivos (serviço público, etc.), ou mesmo trabalhadores produtivos assalariados não-operários (mestre-escola, etc.). Isso porque, conforme a argumentação de Lessa, o trabalho manual teria deixado de ser o critério para designação da classe social – critério que faria diferenciar a classe operária dos demais assalariados<sup>62</sup> (no caso em tela, esse critério passou a ser o assalariamento). Vejamos segundo as palavras dele e de Tonet:

É correto afirmar que os proletários e os trabalhadores assalariados compartilham de uma finalidade comum, a luta pelo aumento de salários. [...] Todavia, como os trabalhadores assalariados vivem da riqueza produzida pelos operários [“o conteúdo material da riqueza social”, R. C.], como seus salários têm sua origem no capital produzido pelos proletários, eles compartilham com a burguesia o fato de serem integrantes da porção da sociedade que parasita o trabalho proletário (Lessa e Tonet, 2012, p. 43).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aqui apresentado abordou o *trabalho* sustentado nas teses defendidas pelo filósofo György Lukács, em sua *Para uma ontologia do ser social*, o qual afirma ser a atividade trabalho a necessária e indispensável mediação que o ser humano realiza com a natureza (intercâmbio orgânico) – e ainda: o *modelo da práxis social*. Vista do ponto de vista da totalidade,

---

62 Ver: Lessa: 2007, 2007a, Tonet e Lessa, 2012; Antunes: 2009, 2018; Castro, 2012.

essa inter-relação da sociedade com a natureza (denominada trabalho) persiste mesmo com a (suposta) diminuição do trabalho vivo, manual; uma vez que para a sociedade se reproduzir esta precisa transformar a natureza – e ela continua sendo transformada –, isto basta para confirmar o papel estruturante dessa atividade na organização social da sociedade. Ademais, o trabalho enquanto modelo da práxis social vai além do intercâmbio com a natureza, uma vez que, como vimos, nele está contido *em germe* momentos da vida social – como a liberdade, valor, etc. – que em estágios superiores de desenvolvimento social se apresentarão de modo abstrato, desmaterializado, etc. Sem a referência ao trabalho (visto do ponto de vista da totalidade), o nexos entre ele e a ciência, ou entre trabalho e valor, etc., estaria interdito ao entendimento humano.

A partir da segunda metade do século XX, autores como Serge Mallet, P. Belleville, André Gorz, Jean Lojkine – e outros, como Adam Schaff, Nicos Poulantzas, Claus Offe, etc. – passarão a oferecer reflexões distintas entre si acerca do papel do trabalho na sociedade, bem como irão analisar de diferentes modos os efeitos das transformações na produção na organização societária. Traço comum em todos eles é a perda de importância do trabalho (manual) na reprodução da sociedade e um aumento do papel tecnológico, informacional, na produção. A adoção de tais teses, por conseguinte, irá repercutir enormemente no edifício teórico mais imponente de explicação teórica do modo de produção capitalista (o marxismo), provocando-lhe fortes abalos (mas, ao que tudo indica, não fissuras).

Uma outra corrente de pensamento, com menos reverberação nesse início de século, igualmente infensa ao papel estruturante do trabalho, passou a advogar que este não dispõe de centralidade trans-histórica e, também no bojo da am-

pliação do trabalho morto (maquinário), passou a qualificá-lo como um “cadáver a ser sepultado” (R. Kurz, A. Jappe, etc.). Para eles, a contradição principal da época vigente seria agora entre valor e vida social.

O balanço feito por Ricardo Antunes no final da segunda década do século XXI é revelador. A partir de estudos que dão conta das novas zonas de produção de mercadorias (notadamente, a Ásia, com destaque para Índia e China), as teses defendidas no último quartel do século anterior de fim do trabalho derruem diante do cenário aterrador em que se encontram os operários dessas regiões (12h diárias de trabalho na China, etc.). Fazendo um levantamento das novas modalidades de trabalho – pautadas pela flexibilidade, terceirização, informalidade, intermitência, uberização, pejotização, numa palavra, pela precarização estrutural do trabalho –, Antunes chega a terrível constatação de que estamos afundando ainda mais no quesito desmantelamento dos direitos do trabalho que a crise capitalista iniciada nos anos 1970 nos empurrou. Tratada de modo alvissareiro, a chamada Indústria 4.0 promete piorar ainda mais as já caóticas condições de labor da classe trabalhadora. Como explica Antunes em artigo no livro *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*, a principal consequência da implantação da Indústria 4.0 para os trabalhadores será a ampliação do trabalho morto via maquinário digital – inteligência artificial, impressora 3d, *big data*, etc. De acordo com ele, o processo tecnológico-organizacional-informacional eliminará de forma crescente “uma quantidade incalculável da força de trabalho, a qual se tornará supérflua e sobranse, sem empregos, sem seguridade social<sup>63</sup>”. De modo que, restará ao trabalhador, parafraseando as palavras do próprio autor, o *privilégio da servidão*.

---

63 Antunes, 2020, p. 14.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. 10. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. (org.) **Uberização**, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

\_\_\_\_\_. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 9ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação). **Caderno CRH/UFBA**, n. 37. Salvador, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2005.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Sociologia e sociedade pós-industrial**: Uma introdução. São Paulo: Paulus, 2007.

CASTRO, R. **O trabalho como modelo da práxis social**: os aspectos 'in nuce' do legado marxiano segundo o entendimento do último Lukács. Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018 (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. **A reprodução social na Ontologia de Lukács**: um escólio introdutório. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2011 (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. O Serviço Social como processo de trabalho: Yamamoto x Lessa. **Revista Ideação**. V. 14. N. 1. Cascavel, PR, 2012.

\_\_\_\_\_. O debate sobre o trabalho em Marx. **Revista Praia Vermelha**. V. 24. N. 2. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

DUAYER, M. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. In: **Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas**. Número 17. Boitempo Editora, 2011.

ENGELS, F. O papel do trabalho na hominização do macaco. In: \_\_\_\_\_. **Dialética da natureza**. trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2020.

FERREIRA, C. O fordismo, sua crise e o caso brasileiro. **Cadernos do CESIT**, n. 13. Campinas, 1993.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOURNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

IAMAMOTO, M. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria**. Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é Trabalho**. Maceió: Edufal, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Para além de Marx? Crítica às teses do trabalho imaterial**. São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, S.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ontología del ser social: El trabajo**. Compilado por Antonino Infranca; Miguel Vedda. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2016.

\_\_\_\_\_. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. Tomos I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade** nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. 7ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 1987.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

# **ESTADO NEOLIBERAL, DEMOCRACIA RESTRITA E AUTORITARISMOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Estênio Ericson Botelho de Azevedo  
Maria Cristina de Queiroz Nobre  
Maria Elaene Rodrigues Alves

## **1. INTRODUÇÃO**

Neste artigo apresenta-se o Estado Neoliberal capitalista como expressão de projeto político-ideológico de classes que foi construído e articulado na perspectiva de renovação do poder de altos segmentos da burguesia mundial desde fins da década de 1970 (HARVEY, 2008). Esses elementos se acentuam nas condições de crise do capital e com ações para coibir as resistências da sociedade civil, o que ocorre com graus diferenciados de autoritarismos em cada contexto particular dos países, com conjunto de dispositivos de exceção e formas diversas de manifestação do poder de caráter totalitários.

De todo modo, atualmente são organizadas determinadas ações do Estado para alavancar a acumulação de capital, ao tempo em que se expressam suas limitações como poder político. A profundidade da crise do capital no Brasil está vinculada ao contexto histórico e político do desenvolvimento capitalista, que com medidas ultraliberais, vem empreendendo uma série de ataques brutais à classe trabalhadora e a seus direitos, principalmente para as mulheres e para a população negra.

Em consequência desse complexo quadro de crise é amplamente utilizado o recurso de formas fascistas e neofascis-

tas de intervenção, o que também expõem as limitações da democracia burguesa. De acordo com Gilberto Calil (2019) três elementos centrais são importantes para entendermos o fascismo: 1) um núcleo ideológico reacionário (anticomunismo, ultranacionalismo, antipolítica, militarismo, armamentismo, culto da violência, mitificação do Líder, misoginia, criação sistemática de inimigos, disseminação do ódio aos direitos humanos); 2) uma base social recrutada sobretudo na pequena burguesia (urbana e rural) e nos diversos setores constituintes das classes médias; 3) a mobilização destes adeptos no sentido da constituição de uma tropa de choque. Este último elemento é decisivo, pois distingue o fascismo de outros movimentos reacionários que preconizam a manutenção da ordem essencialmente pela desmobilização de seus adversários sem a necessidade de constituição de tropas de choque. É importante ainda distinguir três diferentes dimensões: a ideologia, o movimento e o regime.

Ademais, se o Estado foi central no século XX para reprodução da força de trabalho, as novas demandas do capital se voltam para a privatização da seguridade social, agravando a precária qualidade de vida da maior parte da população. E isto ocorre não sem manter e fortalecer traços históricos da cultura política brasileira marcada pelo clientelismo, patriarcado, racismo e o patrimonialismo, formas atrasadas de concretizar a política.

Essas expressões históricas se articulam com a lógica da exceção contemporânea que se caracteriza pela *des-aplicação* do direito, uma suspensão da condição de cidadania, o que conduz determinados sujeitos ao espaço da ação total de governos por sobre suas vidas, tornadas aqui matáveis. Isto se amplia sobremaneira no contexto neoliberal, que tem como uma de suas tendências a retração dos gastos públicos – me-

nos Estado para o social, o que só se faz possível, na atualidade por meio de determinadas medidas de exceção, seja no campo político, seja no campo econômico.

## **2. ESTADO NEOLIBERAL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E EXPRESSÃO CONTEMPORÂNEA**

O avanço do neoliberalismo no mundo ocorreu também como ação imperialista sob a liderança dos EUA (HARVEY, 2003) e apoio de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI, essas mesmas condutoras centrais das políticas neoliberais que foram sendo impostas a inúmeros países em situação de crise financeira. Em seu conjunto, esses poderes de Estado e institucionais criaram a hegemonia da máxima de “Estado mínimo”, o que resultou em ações reduzidas no plano produtivo e, principalmente, de responsabilidades sociais, a despeito de aprofundar as disparidades entre as classes sociais.

A expansão da fórmula neoliberal como ação imperialista dos estados centrais subjugou inúmeros países sob processos de espoliação em benefício das nações hegemônicas, com vantagens nos investimentos diretos e especulativos e apropriação de setores produtivos por meio de privatizações de áreas estratégicas e altamente rentáveis (aço, petróleo, gás, energia, água, etc.). Todos esses recursos de ganhos foram assegurados pela hegemonia do caminho único do projeto neoliberal: mais estado para o capital, menos estado para o social.

O movimento de realização do capital nos termos alcançados nesse período histórico, de forma geográfica desigual pelo mundo e internamente entre regiões de cada país, é ampliado pelos mecanismos institucionais e de poder de Estado

como projeto político construído e articulado por segmentos de classes da alta burguesia através de suas instituições ideológicas e formadoras de consenso (HARVEY, 2008). Isto porque, como advertiu Gramsci sobre o Estado em sua fase madura do capitalismo, a expansão mercantil também gerou alargamento e diversificação da sociedade, requerendo cada vez mais processos sofisticados de domínio e de hegemonia, de absorção ideológica do indivíduo e suas organizações de classe. Assim, o Estado se configura como complexo institucional e de políticas que sintetizam as relações dessa sociedade, expressando-se como domínio e consenso.

O triunfo do Estado Neoliberal ocorre nas condições requeridas pelo capital a partir da crise de acumulação dos anos 1970 e do desenvolvimento da forma de acumulação flexível, reduzindo crescentemente a necessidade de força de trabalho envolvida diretamente nos processos produtivos e, portanto, quebrando o pacto de pleno emprego e de amplo leque de seguridade social consolidado no pós-guerra na forma de *Welfare State*. Essa relação entre o econômico e o político não é direta, requer organizações e instituições que consubstanciam a perspectiva individual em interesses particulares de classe como projeto político unificado, construam meios para que essas ideias possam se expandir e ganhar adesão e, finalmente, se consolidar como interesses gerais da sociedade.

O neoliberalismo, como projeto de “restauração do poder econômico da classe alta” (HARVEY, 2008, p. 35), foi adquirindo a crescente capacidade de se tornar pensamento único que absorveu indivíduos e parte das organizações de classes. Para tanto, foi fundamental forjar intelectuais e criar organizações capazes de disseminar e consolidar ideias sobre as virtudes do mercado, da capacidade empreendedora dos indivíduos

com alcance sobre a melhoria da sociedade, das belezas da vida que gira em torno do consumo. Este “novo mundo” aparece como adverso ao do socialismo real, pregando a absoluta liberdade do indivíduo perante o Estado que tolhe sua condição imanente de ser livre. Diga-se de passagem, liberdade perante mundo que se expandia com flexibilidade do trabalho, consumo diferenciado, perspectiva de desenvolvimento global supostamente capaz de incorporar a todas e todos como empreendedores.

Quanto ao enfrentamento das expressões da questão social esse projeto político das elites avançou ao demarcar que a grande responsabilidade social do poder político é no máximo na esfera da assistência social aos mais necessitados, ainda que não responsabilidade exclusiva do Estado. Neste último caso, apela-se para formas de parcerias entre o setor público e o privado, articulação com o chamado terceiro setor (fundações e organizações não governamentais) e ações de empresas comumente denominadas de responsabilidade social. Como indica Behring (2018), esta lógica articula ainda, com vistas ao “disciplinamento da força de trabalho às novas condições de oferta” (p. 47), isto é, trabalhos precarizados, dessocializados, como diz Wacquant (2007, p. 16-17), para o qual o

Estado desempenha a função, econômica e moralmente inseparável, de impor a disciplina do trabalho assalariado dessocializado entre as frações superiores do proletariado e os estratos em declínio da classe média, através, particularmente, da elevação dos custos de escape ou de resistência, que empurram jovens do sexo masculino da classe baixa para os setores ilegais da economia de rua.

Se o caminho de hegemonia política e ideológica do neoliberalismo foi consolidado ao longo das décadas – sobretudo com a respeitabilidade acadêmica desde que seus principais pensadores foram agraciados com o Prêmio Nobel da economia: Hayek em 1974, Friedman em 1976 (HARVEY, 2008, P. 31) – esse projeto político só pôde alçar tal dimensão também pelo persistente uso da força, ao ponto de destroçar democracias de modo direto ou solapar seus alicerces. O caso mais emblemático, e que principiou a intervenção neoliberal no mundo, foi o golpe no Chile em 1974 conduzido pelo General Pinochet ao atender às elites econômicas do país e com apoio aberto dos Estados Unidos. Outras experiências em regimes democráticos se sucederam, como nos Estados Unidos a partir de Ronald Reagan e Margareth Thatcher na Grã Bretanha, mas com enfrentamento direto às organizações políticas e corporativas dos trabalhadores, quando não apoiados em ações totalitárias dos Estados, a exemplo da China a partir de 1978.

No caso brasileiro, o neoliberalismo aparece como projeto político a partir da redemocratização com Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito em 1989 e que sofreu processo de *impeachment*, seguiu com seu sucessor Itamar Franco e, depois, encontra seu ápice com Fernando Henrique Cardoso. Isto ocorreu com restrições políticas impostas desde a Ditadura Civil-Militar de 1964, mas sobretudo nelas apoiadas, uma herança autoritária não totalmente superada.

De fato, essa ditadura expressou os traços do capitalismo brasileiro em sua forma violenta, “A ditadura do grande capital” nos termos de Ianni (2019), encontrando nessas características a sua própria essência sob a forma de autocracia burguesa que, segundo Fernandes:

[...] desenvolve-se como uma contrarrevolução: uma resposta da grande burguesia financeira e monopolista (associada com setores de classe média, da Igreja, militares, policiais, latifundiários, burocratas, tecnocratas e outros grupos e frações de classe) à ascensão política da classe operária e do campesinato (1981, p.194).

Essa caracterização da ditadura brasileira como uma contrarrevolução se fez duplamente. De um lado, pelo golpe de Estado contra operários e camponeses que se organizam como classes políticas e nas lutas por ampliação da cidadania. De outro lado, no sentido de uma autocracia burguesa que se volta contra a democracia e a ainda incipiente cidadania conquistada no período de 1946-1964.

Os traços particulares da formação social, econômica e política brasileira tiveram consequências marcantes na cultura política. Coutinho (1988) analisa que esses fatores são decorrentes do caráter historicamente dependente e subordinado do país, voltado para a produção de excedente para o mercado internacional e que, posteriormente, residiu na internacionalização do mercado interno; do pouco dinamismo e capacidade de expansão do mercado interno, obstaculizado pelo não desenvolvimento pleno das forças produtivas; do caráter hipertardio, para Chasin (2000), da industrialização do país; das dificuldades de universalização do trabalho assalariado, que não foi capaz de generalizar-se nem tampouco de incorporar amplos segmentos da força de trabalho que se inseriram em atividades não reguladas pela relação capital-trabalho; das relações entre as classes sociais, Estado/Sociedade, caracterizadas pelo autoritarismo, racismo, paternalismo, pelo elitismo

das classes dominantes e pela exclusão das classes populares dos processos decisórios nacionais.

Assim, o Estado brasileiro se estabeleceu e vai se modernizando, limitando a sociedade civil e reconhecendo-a apenas nos estratos burgueses e seus movimentos políticos e sociais, excluindo politicamente a enorme massa popular e reprimindo a ascensão dos trabalhadores. Antes de tudo, isso é o resultado histórico da incapacidade burguesa de enfrentar, a contento, a pressão externa do imperialismo das nações capitalistas centrais e a pressão interna movida pelos estratos proletários urbanos e rurais cada vez mais socializados e ampliados em razão do próprio desenvolvimento capitalista.

Experimenta-se no Brasil mais um momento de inflexão histórica, evidenciando a expressiva sintonia fina entre processos econômicos, políticos e socioculturais que reatualizam traços autoritários da formação social brasileira. De fato, em um contexto de crise estrutural do capital (MARX, 2009; MANDEL, 1985) agudizam-se as expressões da questão social revelando a barbárie cotidiana que assola, sem trégua, a classe trabalhadora. Afinal, os processos contemporâneos de acumulação capitalista, em sua sanha para ampliar as taxas de lucros, se renovam incessantemente na tentativa de assegurar as bases sociais de reprodução do capital. De acordo com Mézáros (2002), o capitalismo procura edificar novos padrões de acumulação, através de uma reestruturação, aos novos modos de sobrevivência do capital e frente à sua crise estrutural, com novas expressões de controle e dominação da força de trabalho e do seu excedente.

### **3. A COTIDIANIZAÇÃO DA EXCEÇÃO COMO TÉCNICA TOTALITÁRIA DE GOVERNO**

Nos últimos tempos apareceram discursos com apologia às Ditaduras, inclusive requerendo um retorno da experiência já efetivada aqui no Brasil, o que significaria a suspensão da institucionalidade democrática que caracteriza o Estado democrático de direito moderno. De acordo com Carl Schmitt (2005), a ditadura ocorre de dois modos: como ditadura comissária “[...] que suspende a constituição para protegê-la [...]” em que aqui a mesma não se invalida; e a ditadura soberana que cria “[...] uma situação que torne possível uma nova constituição” (IDEM, p. 25). Portanto, nesta última, intenta-se novo modo de organização do Estado, com redefinição de suas funções, de suas prerrogativas, de suas responsabilidades e de seus deveres. De acordo ainda com as reflexões deste jurista e pensador alemão, “Diante de um caso excepcional o Estado suspende o Direito por virtude do direito à própria conservação” (p. 30). Para ele, não se trata de uma ruptura, de uma quebra da legalidade, mas ao contrário do uso mesmo dela, ainda que na forma da suspensão, com vistas à sua manutenção. Ou seja, diante de uma situação de emergência, que foge da normalidade, o poder do Estado pode recorrer a um instrumento chamado de estado de exceção, na forma de uma ditadura em que são suspensos inclusive os princípios fundamentais da liberdade, da igualdade, etc.

Interessante notar como os discursos, que requerem a ditadura, ainda que advindos do senso comum, trazem de certo modo esta compreensão: a ideia de que a violência institucionalizada - do Estado - se justifica diante da suposta necessidade de defesa da democracia, das liberdades, dos direitos do cidadão. E para estes discursos, diga-se, estavam explícitos a ideia de uma cisão na forma da ressalva aos chamados cidadãos de

bem, em contraposição aos que se apresentavam como ameaça, à cidadania, à democracia, ao Estado, às vidas e às liberdades individuais. Daí que a situação de exceção se caracteriza por ser

prática autoritária que persegue inimigos, o que por si só já retira a política como esfera de mediação de conflitos - perspectiva levantada por Mouffe (2015), para quem a política só tem lugar quando se faz a mediação de conflitos entre adversários, já que quando o adversário é transformado em inimigo, o objetivo torna-se outro, o seu extermínio, sua prisão etc., situação que inviabiliza os meios democráticos e, até mesmo, do Estado de Direito (SERACINSKIS JUNIOR, 2019, p. 55).

A exceção é, portanto, um dispositivo legal, presente nas experiências democráticas modernas que objetivam sua defesa e que ao ser acionado justifica a violência posta para essa defesa do Estado, da nação, do povo, como formas e expressões das soberanias modernas. E é, portanto, isto que passa a conduzir o poder na política contemporânea. Não por acaso, presenciamos a necessidade constante de os governos se referirem à condição de constante ameaça e insegurança em que vive o povo, a sociedade, a “ordem pública”, o Estado. O discurso fundado nesta produção do medo justifica justamente o uso dos dispositivos de exceção e autorizam o uso da força, da violência com o pretensão objetivo de salvaguardar e defender o povo, a soberania, ainda que esta defesa ocorra por meio da interrupção temporária da democracia. Quando isto ocorre, abre-se um espaço vazio de direito, um hiato em que a própria vida é tornada matável. Como afirma Paulo Arantes (2011, p. 222), isto ocorre com

a exceção soberana entrando em cena com todo o seu cortejo dramático de violência, segredo, razão incomensurável à compreensão ordinária dos governados, mas, sobretudo, em função de uma necessidade política maior — a salvação mesma do Estado —, a transgressão da forma jurídica por força de uma urgência extrema, uma necessidade de exceção enfim, uma conjuntura de emergência que requer do poder de Estado uma intervenção extraordinária, fora dos princípios do direito comum.

É mais precisamente no momento em que a democracia moderna se instaura, e quando ela chega a um período já de certa maturação, que a lógica da exceção se manifesta. Mesmo depois de já ter passado pelos períodos mais trágicos de sua existência, esta lógica não apenas se mantém, mas se torna sobremaneira ampliada. Quando o estado de exceção se normaliza, ampliando-se e manifestando-se como atos cotidianos de governamentalidade, a democracia passa a se conduzir para um limiar de aproximação e indistinção com o totalitarismo. As medidas excepcionais próprias ao estado de exceção, são caracterizadas por situações esvaziadas da observância da norma, do direito. Há aqui pois, uma substituição da observação à lei, à norma, ao direito, pela decisão soberana, expressa, por exemplo, nas abordagens cotidianas das polícias conduzidas prioritariamente à juventude negra e pobre; nas diversas violação de direitos ocorridas nas penitenciárias; nas ações do Estado nos processos de pacificação das UPP's etc.

Ocorre que esse tipo de modulação é àquela já típica dos debates sobre ditadura e democracia, porém, o Estado de Exceção Permanente, como aqui entendido, ocorre independente do regime ser democráti-

co ou ditatorial, ele faz parte do modo de produção capitalista porque é essencial para a manutenção da acumulação capitalista permanente. § Daí que o controle dos pobres e miseráveis, fruto da desigualdade do próprio capitalismo pode ocorrer dentro da forma social do direito ou fora dela, com características de legalidade ou ilegalidade, ilegítima ou legítima, não sendo essas características extraíveis da própria forma social do direito que lhes dão causa, mas seu caráter essencial para a manutenção do sistema de opressão (SERACINSKIS JUNIOR, 2019, p. 97).

Quando os diversos governos passam atualmente a desenvolver práticas e ações conduzidas pela lógica da exceção, isto é, quando se apresenta no contexto contemporâneo a lógica da normal-excepcionalidade, manifesta-se aqui um de seus elementos centrais: o intercruzamento entre técnica de governo militar e técnica de governo civil. O que ocorre aqui é a justaposição dessas técnicas, confundindo-se as funções de cada uma delas. Conforme Agamben (2004) Militar e civil passam a estabelecer uma relação de indeterminação, e os procedimentos civis e militares se confundem e se indistinguem. Como ressalta Behring,

Agamben fala ainda da sistemática abolição da distinção entre os poderes como prática duradoura de governo e de uma espécie de assimilação entre situação de guerra e situação de emergência econômica. O fato é que a 'democracia protegida' nos marcos de uma ditadura constitucional tende a levar ao fim da democracia, já que as leis permanecem em vigor, mas a sua suspensão por neces-

cidade imperiosa instaurando o Estado de Exceção revelam uma fratura essencial do Direito (2018, p. 48).<sup>64</sup>

Cabe dizer que o que se destaca como fundamento da técnica militar é a segurança. Daí que ao conduzir-se militarmente, ao confundir-se com os governos militares, as técnicas de governos civis passam a centrar-se atualmente por este paradigma da segurança. A se referir a isto, Agamben então apresenta sua consideração acerca do totalitarismo moderno. Para ele, o totalitarismo encontra sua base na medida em que o estado de exceção se torna regra e instaura “uma guerra civil legal que permite a eliminação de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (2004, p. 13). Essa eliminação tornou-se rotineira em nossos dias, seja em situações de guerra seja em situações cotidianas de confronto entre forças públicas de segurança e grupos sociais mantidos à margem do ordenamento político, expondo por isso mesmo uma manifestação excepcional da suspensão da lei. Nas palavras de Ruiz (2018, p. 47), compreende-se que “o que a exceção coloca em jogo não é só a defesa das vidas dignas, mas o controle de todas as vidas, em especial das consideradas perigosas ou indignas”.

A lógica da exceção é, pois, a lógica do controle do risco, do perigo iminente. O *perigo* latente é a própria existência da luta de classes. O grande conflito vivenciado pela ordem burguesa é a contraditória relação necessidade de manter e, ao mesmo tempo, de eliminar a classe desapropriada. Daí a busca per-

---

64 Em entrevista recente, cedida ao Instituto Humanitas da Unisinos, com o Título: Pandemia, novas reflexões, Agamben retoma esta afirmação, colocando-a da seguinte forma: “estamos acostumados há muito tempo com uma legislação por decretos de urgência por parte do Poder Executivo, que, desse modo, substitui o Poder Legislativo e, de fato, abole o princípio da divisão dos poderes no qual se fundamenta a democracia. E o controle que é exercido por meio das câmeras de vídeo e agora, como foi proposto, por meio dos telefones celulares excede em muito toda forma de controle exercida sob regimes totalitários como o fascismo ou o nazismo”.

manente daí decorrente de separar, de artificializar a distinção, entre as classes perigosas e as classes laboriosas que se expressa contemporaneamente em movimentos pacíficos e de vandalismo; a figura do cidadão e a do bandido etc.

Por isso há uma ampliação – para além das forças policiais tradicionais – da ação policialisca agora implementada pelos diversos empregados do Estado e das instituições burguesas que ganham força e voz por meio de discursos conservadores. Força-de-lei sem lei – ações soberanas, conduzidas pela lógica da normal-excepcionalidade, que sobretudo no contexto atual, em geral se apresentam muito fortemente nas ações da polícia.

De acordo com Seracinskis, na forma do capitalismo neoliberal há uma tendência ao crescimento da “produção maior desses inimigos” e isto porque neste contexto contemporâneo, observa-se uma

“ampliação da desigualdade, da precarização do trabalho, pelos problemas inerentes ao baixo crescimento econômico e constantes crises desse capitalismo, necessariamente, desregulado” (SERACINSKIS JUNIOR, 2019, 109-110).

Historicamente, conforme continua argumentando o referido autor, o estado de exceção manifesta-se mais precisamente, e nos termos atuais, no contexto de crise do Estado de bem estar social e no processo de uma sua substituição pela sua atualização neoliberal. Tal crise marca-se pela

transformação da própria economia, ao impor grande desindustrialização e exportando e influenciando a exploração capitalista industrial da fase da primeira revolução industrial, portanto totalmente desregulada

quanto preservação de ambiente, relações trabalhistas e “Controle da concorrência”, para países periféricos, sendo a centelha do Estado de Exceção sanguíneo (SERACINSKIS JUNIOR, 2019, 95).

O Estado Neoliberal é, pois, a forma contemporânea do poder estatal capitalista, resguardando e ampliando o caráter fundamental da dominação de classe, só possível de se realizar como hegemonia política e ideológica. Portanto, é forma de poder político que resultou de movimento expansivo do capital em seu processo de exploração do trabalho, consolidado e aprofundado nas últimas décadas do século XX como desenvolvimento geográfico e desigual. Assim, o estado de exceção, na sua forma de manifestação contemporânea, está em relação direta com o processo de reestruturação produtiva que tem suscitado no mundo inteiro o crescimento de desemprego, informalidade e precárias condições de trabalho e de salário. Em outros termos, é projeto político que amplia as condições de exploração do trabalho reduzindo seus custos para o capital, mas também os investimentos do Estado no campo da reprodução da força de trabalho ao reduzir a seguridade social, agravando sua qualidade de vida, não se efetiva se não por meio de modo particular de efetivação do Estado.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa forma contemporânea do poder estatal capitalista, considerada neoliberalismo que é uma restauração de um projeto econômico da burguesia onde resguarda e amplia o caráter fundamental da dominação de classe, só possível de se realizar como hegemonia política e ideológica. O neoliberalismo, em toda processo histórico, se comportou do mesmo

modo que estamos vivendo no Brasil, aproveitando-se do autoritarismo para impor as reformas de destruição social e se caracteriza pela destruição de direitos, e não pela manutenção. Enfim, no contexto de crise sistêmica, o estado neoliberal aprofundou seus traços de exploração, opressão, onde o racismo é um elemento de racionalidade, de “normalidade” e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos, violência, extermínio da juventude negra, encarceramento de massa, miséria, ausência de políticas sociais tornam-se cada vez mais agudos (Almeida, 2020).

A crise, que hoje se vivencia, traz elementos importantes para serem analisados como o conservadorismo, que se expressa em discursos e práticas que defendem o retorno à ditadura, mas, também, através da xenofobia, violência, do racismo, da homofobia, do machismo. Nesse sentido, o esfacelamento da sociabilidade regida pelo trabalho abstrato e pela “valorização do valor” resulta em terríveis tragédias sociais, haja vista que o movimento da economia e da política não é mais de integração ao mercado (há que se lembrar que na lógica liberal o “mercado” é a sociedade civil). Como não serão integrados ao mercado, seja como consumidores ou como trabalhadores, jovens negros, mulheres, pobres, moradores de periferias, minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente (e.g. corte nos direitos sociais) pelo Estado (ALMEIDA, 2020).

É preciso entender que não existe democracia sem o diálogo com o racismo estrutural que permeia e atravessa todo nosso processo da história brasileira.<sup>65</sup> Ora, a formação social brasileira nos deixou profundas marcas políticas no sentido de

---

65 Podemos destacar o levante negro iniciado após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos pelo policial e o levante antirracista massificou a demanda pelo direito dos negros e negras a uma vida mais digna, livre da violência e da brutalidade policial.

uma classe dominante violenta, antidemocrática, individualista, preconceituosa e autoritária. Os traços herdados da escravidão constituíram marcas indelévels em seu comportamento e história de nosso país. A violência, a intolerância se volta com frequência contra a população negra, ainda mais quando eles experimentam algum direito mesmo que seja bem limitado. Mas essa intolerância racista é também, fundamentalmente, classista e de relações patriarcais de gênero. Analisar os aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil é necessário compreender os traços da formação histórica. Isso porque muitos elementos do passado continuam presentes na sociedade.

O cenário regressivo dos últimos anos impacta especialmente as políticas sociais no quadro da frágil democracia brasileira, sobretudo no pós-golpe de 2016, com as medidas de congelamento de gastos e a Emenda Constitucional 95, implantadas no governo Temer, que foi responsável pela aprovação de um pacote de medidas de austeridade como a instituição da Emenda Constitucional 95 que estabelece um teto para os gastos públicos, incluindo os investimentos em saúde e educação, a aprovação de mudanças na legislação trabalhistas causando a sua flexibilização e a intensificação da atuação militar nas periferias brasileiras como a intervenção militar no Rio de Janeiro, agravando o genocídio da população negra.

Parece-me bastante óbvio que os países periféricos, como o Brasil, que há muito conhecem regimes ditatoriais, cujas instituições representativas são mais recentes, estão ainda mais expostos às mudanças autoritárias neoliberais.

Enfim esse modelo neoliberal é destrutivo para todos/as e a destruição envolve os direitos conquistados e as liberdades individuais/coletivas em construção, empobrecendo a maioria enquanto enriquece poucos.

São grandes os desafios postos aos movimentos sociais e às organizações de esquerda em relação aos processos de lutas da classe trabalhadora frente à atual conjuntura do país, em especial, aos ataques aos direitos sociais trabalhistas desse projeto neofacista do governo atual.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, G. **Pandemia, novas reflexões**. Entrevista com Giorgio Agamben. Trad. Moisés Sbardelotto. In: IHU On-line. Revista do Instituto Humanas Unisinos. Data: 23 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598295-pandemia-novas-reflexoes-entrevista-com-giorgio-agamben>. Acesso em 28 jun de 2020.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólem, 2020.

ARANTES, P. O alarme de incêndio no gueto francês: uma introdução à Era da Emergência. **Revista Discursos sediciosos**: Crime, Direito e Sociedade, Ano 15, Nos. 17/18 (2010). Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

BEHRING, E. **Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente**. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. L (Orgs). São Paulo: Cortez, 2018.

CALIL, G. **Percursos do fechamento político no Brasil atual**. Esquerda On-line. Publicado em: 20/03/2019 05h14. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/20/percursos-do-fechamento-politico-no-brasil-atual/>. Acesso em: 27 jun 2020.

CHASIN, J. Manifesto editorial. In: **A burguesia e a contra-revolução**. São Paulo: Editora Ensaio, 2000.

COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (Org.) **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

ESCORSIM, Leila. **O pensamento conservador clássico**: caracterização e crítica. Cortez Editora, 2011.

FAGNANI, E. **O reajuste que retrocede e ainda rasga a Constituição**. Entrevista concedida a João Vitor Santos. IHU On-line. Revista do Instituto Humanas Unisinos. Nº 473, Ano XV 28/09/2015. Disponível em: <http://www.ihuonline.uniinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao473.pdf>. Acesso em 28 jun de 2020.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2006.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IASI, M. L. **De onde vem o conservadorismo**. Blog da Boitempo. São Paulo: Boitempo, 15 abril 2015. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/> >. Acesso em: 10 de outubro. 2018.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultura, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. Vol.1. 2 ed. Trad.Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

RUIZ, C. A exceção como dispositivo de governamentalização da vida. In: AZEVEDO, E. e MOTA BRASIL, G. (Org.). **Estado de exceção e políticas punitivas na sociedade contemporânea**. Campinas: Pontes/ Fortaleza: EdUECE, 2018.

STRECK, W. **Tempo Comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Tradução Marian Toldy, Teresa Toldy. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

SCHMITT, C. **Teologia política**. Trad. arg. Francisco Javier Conde. Buenos Aires, Argentina: Editorial Struhart & Cía., 2005.

SERACINSKIS JUNIOR, R. E. **Estado de Exceção como realidade permanente do processo de acumulação de capital**. FGV, 2019. (Tese de doutorado)

WACQUANT, L. **Punir os pobres**. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. Trad. bras. Sérgio Lamarão. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

# **A SEGURIDADE SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL E SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-CE**

Adinari Moreira de Sousa  
Taís Ingrid Pinheiro Rodrigues

## **1. INTRODUÇÃO**

Este ensaio foi um recorte da pesquisa referênciada ao projeto de Iniciação Científica intitulado “Mapeando as políticas de Seguridade Social (Assistência Social, Previdência Social e Saúde) no município de Maracanaú – CE”, iniciado em agosto de 2018 e concluído em junho de 2019, desenvolvido no LAPSS, sob a coordenação da professora Adinari Moreira, apresentado neste livro em comemoração aos 10 anos do Laboratório, para publicizar à comunidade acadêmica e sociedade as pesquisas que foram desenvolvidas neste período. Teve como objetivo central o mapeamento dos equipamentos, programas e projetos que integram a Política de Seguridade Social na referida cidade. Surgiu após o encerramento da investigação que analisou as supracitadas políticas em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, ocorrido em julho de 2018. Após a coleta de dados, os pesquisadores decidiram aplicar os mesmos procedimentos, agora para compreender a realidade da Região Metropolitana de Fortaleza, neste o município de Maracanaú, o segundo em renda per capita após a capital Fortaleza.

A presente pesquisa adotou como método de investigação, a teoria marxista. Esta, por sua vez, foi escolhida por permitir uma análise da realidade com base nos princípios de historicidade, contraditoriedade, criticidade e, por fim, totalidade.

Diante disso, a realidade de Maracanaú será apreendida em sua essência, nos mais variados aspectos, considerando suas particularidades, mas inserindo-a dentro do contexto nacional de exploração do trabalho, acumulação privada de riquezas socialmente produzidas e de cortes orçamentários nas políticas públicas – que contribuem com o aumento da desigualdade social (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Além disso, será interpretada a partir de seu desenvolvimento histórico e das contradições existentes dentro de sua própria população.

A primeira etapa realizamos pesquisa virtual nos sites das respectivas secretarias, como as que estão vinculadas às políticas de Saúde e de Assistência Social, no intuito de obter o máximo de informações possíveis sobre a localidade; construindo, assim, um perfil acerca de sua população e dos equipamentos públicos, programas, projetos e serviços oferecidos. O segundo momento, por sua vez, realizamos visitas a essas secretarias para analisar documentos impressos referentes ao município. Tal procedimento, de acordo com Minayo (2001), caracteriza-se como pesquisa de campo, visto que há o deslocamento dos estudiosos até o local para analisar – embora trate-se de uma visita estritamente institucional e voltada à obtenção de material documentado, sem a aplicação de questionários ou entrevistas – o que é típico das pesquisas de campo.

As categorias trabalhadas na pesquisa: Assistência Social, Previdência Social e Saúde; análise dos documentos obtidos nas secretarias do município de Maracanaú, a construção de mapas que descreverão os resultados alcançados e a elaboração do relatório final. Os mapas, por sua vez, objetivaram materializar os dados coletados e servir de método de divulgação da realidade estudada, através de sua exposição na Universidade, na semana Universitária e em conselhos e assembleias

que ocorreram em Fortaleza e na região maracanaense, no intuito de auxiliar a população na luta coletiva pela conquista dos direitos, bem como sua efetivação ainda lutando para pressionar o Poder Público (municipal, estadual e federal) quanto aos investimentos no setor social.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Como destacado por Martinelli (2000), o século XVIII foi marcado pela primeira Revolução Industrial, e as consequências desta foram favoráveis ao enriquecimento daqueles que, desde o período feudal, detinham terras férteis para produzir. Em contrapartida, a população “servil” continuava na condição de subalternidade, porém agora tendo que migrar para os centros urbanos em busca de trabalho nas fábricas que, enriquecidamente, assolavam o cenário capitalista industrial, recentemente instalado e fortalecido. Desde então, a massa trabalhadora passava a ocupar moradias insalubres, carga horária excessiva no que condiz aos seus afazeres profissionais dentro das fábricas, que, por conseguinte, ofereciam instalações deficientes; tudo isso proporcionava aos trabalhadores elevados índices de adoecimento e mortalidade.

Seguindo para o contexto da chamada segunda fase da Revolução Industrial, ocorrida na transição do século XIX para o século XX, vale salientar que as condições de vida da população trabalhadora tenderam-se a piorar. Na Europa, principal cenário destes acontecimentos, é válido mencionar que crianças e mulheres foram alocadas ao trabalho fabril, submetendo-se a cerca de 16 horas diárias de labuta, em locais extremamente insalubres, recebendo salários inferiores aos dos homens e estando mais suscetíveis à ocorrências de aci-

dentos, aquisição de doenças e, conseqüentemente, estando entre a população mais atingida pelos altos índices de mortalidade. O modo de produção capitalista definia, assim, uma forma específica e peculiar de relações sociais entre homens, e entre estes e as forças produtivas.

Diante de uma situação de pobreza extrema e miséria generalizada, os trabalhadores e, mais ainda, a massa pauperizada (composta por aqueles que não detinham trabalho), passaram a ocupar as ruas, clamando por melhores condições de vida, assim como a primeira categoria, possuidora de trabalho, utilizou-se também de greves e destruições de máquinas como forma de mostrar sua indignação. Os donos das fábricas, então, em consonância com o Estado, vendo que suas contenções truculentas (o uso da força policial para conter a população empobrecida) não surtiam mais tanto efeito no controle de tais movimentações, foram obrigados a ceder, e o Estado passa a regulamentar o trabalho no final do século XIX, junto com a construção dos seguros sociais.

É a partir dessa relação contraditória e desse conflito de interesses entre os grandes empresários, o Estado e a classe trabalhadora que nascem as primeiras ações de cunho social – estas, posteriormente, vieram a se configurar como *políticas sociais*. Como visto acima, o desenvolvimento do modo capitalista de produção acirrou a precarização das condições de vida das camadas populares e isso, por conseguinte, culminou em inconformismo por parte desses sujeitos oprimidos e fortes pressões para conseguir usufruir de recursos que os assegurassem uma existência menos massacrante. O capitalismo, como afirma Netto (2009), trouxe consigo uma pobreza diferente daquela vivenciada no chamado *feudalismo* – nesse, as pessoas conviviam com escassez de alimentos, por exemplo,

enquanto que no capitalismo, conviviam com abundância de riquezas – a pobreza da grande maioria das pessoas era oriunda da apropriação privada desses bens produzidos.

Posteriormente, no ano de 1942 (período pós Segunda Guerra Mundial e pertencente à segunda fase da Revolução Industrial), de acordo com Behring e Boschetti (2006), a Inglaterra passa a ser precursora de uma nova forma de proteção social, que objetivava garantir o acesso às políticas sociais de maneira universal, através do chamado *Plano Beveridge*. Este, por sua vez, visava complementar o *Sistema Bismarckiano*, surgido na Alemanha e que trazia consigo a pauta das políticas sociais apenas para determinado público de pessoas aquelas inseridas no mercado de trabalho regulado. Estas para quem está no mercado de trabalho, mercadorizáveis e um amplo sistema de proteção social, foi caracterizado por *Estado de Bem-Estar Social*. Essa perspectiva, que tinha como pensador o economista britânico John Maynard Keynes, referência na criação do *keynesianismo*, tinha como horizonte a discussão em torno de uma menor intervenção do Estado no setor social, depois, entretanto, de este ter garantido condições de vida mais dignas à população, por meio do acesso a direitos sociais, como o direito ao trabalho, materializado na política do *Pleno Emprego*. Assim, garantindo trabalho a todos, acreditava-se que essas pessoas tornar-se-iam cada vez menos dependentes do Poder Público, que, por conseguinte, poderia se dedicar ao apoio integral ao desenvolvimento do capital (POLANYI, 2000). Diante dessas informações, é válido observar como o desenvolvimento das políticas sociais ocorreu no Brasil – assunto que será tratado logo abaixo.

## 2.1. As políticas sociais no contexto brasileiro: o surgimento da Seguridade Social e sua relação com a Constituição Cidadã

As políticas que compõem a Seguridade Social brasileira (Assistência Social, Previdência Social e Saúde) precisam ser compreendidas a partir de um marco histórico: a *Constituição Federal de 1988*, que é também conhecida como *Constituição Cidadã*. Tal documento serviu para regulamentar a responsabilidade do Estado para com a garantia de acesso da população do país, em especial aquela que historicamente sempre esteve à margem do usufruto dos direitos sociais, a serviços que permitam-lhe sobreviver com determinado grau de dignidade, ou seja, que assegurem-lhe a *reprodução* – a perpetuação de sua existência para que, desta forma, tenha condições de permanecer ou adentrar a esfera da *produção* – que é o mercado de trabalho.

Behring e Boschetti (2006), afirmam existir a necessidade de caracterizar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de conhecer seus impactos na formação das relações sociais, para só então conseguir compreender a origem das políticas sociais na realidade da população, seu significado e sua atuação no combate às expressões da *questão social*.

Portanto, fica perceptível que o Brasil é um país de capitalismo tardio e, em virtude disso, as mudanças trazidas pelo sistema de produção supracitado ocorreram primeiramente nos países ditos “centrais”, como é o caso dos Estados Unidos e da Inglaterra, chegando em solo brasileiro somente tempos depois e, ainda assim, não ocasionando transformações muito efetivas na base da estrutura social, econômica e política da sociedade; isso significa dizer que, embora o capitalismo seja movido pela lógica da produção coletiva de riquezas e da

apropriação privada destas também nos países centrais, estes permitiram que sua população rompesse com relações trabalhistas e econômicas de cunho escravocrata, agrário e dependentes do capital estrangeiro.

O Brasil, por sua vez, ao invés de romper com tais relações, as associou e as adaptou às transformações trazidas pelo modo de produção capitalista. Os direitos sociais de sua população pobre e explorada só vieram a ser regulamentados, através de políticas como a Assistência Social e a Saúde, por exemplo, na década de 80 – como mencionado no início desta obra (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Foi somente no período pós ditadura civil-militar (evento que ocorreu no intervalo dos anos 1964 até 1985, totalizando vinte e um anos) que a população brasileira pôde contar, ainda que de maneira limitada – pois a Seguridade Social só contempla três políticas sociais, onde uma delas é contributiva, ou seja, exige contribuição prévia para seu usufruto (a Previdência Social) -, com o acesso a direitos necessários à sua qualidade de vida e ao exercício mais pleno de sua cidadania. É possível associar tal conquista ao fato do regime ditatorial ter sido caracterizado por forte repressão às classes empobrecidas – que viram sua condição de pobreza ser criminalizada e contida por meio das forças policiais, bem como tiveram seus meios de subsistência ainda mais precarizados -, e por intensa restrição da democracia – esta, por sua vez, significa maior participação popular nas decisões do país. O desejo por voltar a viver em um local cujas liberdades de escolha e de expressão são respeitadas e a busca por melhores condições de trabalho e de vida, fizeram com que a classe trabalhadora e os mais variados movimentos sociais se mobilizassem – o que culminou no fim do regime e na regulamentação de direitos civis, políti-

cos e sociais, que tiveram como marco a constituição de 1988.

Deste modo, é possível perceber os direitos, em especial os direitos sociais, e as políticas e serviços que os efetivam, como fruto das lutas sociais e caracterizá-los a partir de um caráter contraditório, tendo em vista que estão envoltos a interesses de classe diferenciados. Durante o processo inicial de desenvolvimento do capitalismo no Brasil somente uma parte da população teve acesso a direitos – a outra parcela, por sua vez, foi excluída dos processos decisórios e sua única função era vender, de maneira explorada, sua força de trabalho, em troca de um salário que garantisse sua sobrevivência. Assim, as classes empobrecidas não contavam com apoio do Estado para garantir suas condições de vida – eram apenas elas mesmas e a solidariedade de alguns setores da sociedade (como igrejas e entidades filantrópicas) que permitiam que continuassem existindo. Portanto, “[...] esse movimento é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006.). porque o conceito de “cidadão”, aqui, era restrito, ou seja, não abrangia toda a população, mas somente aqueles que detinham poder político e econômico.

Voltando um pouco no tempo é possível verificar que aos trabalhadores, ainda na chamada “Era Vargas”, que compreendeu os anos de 1930-1945 e que marcou o governo de Getúlio Vargas, conhecido por muitos como o “pai dos pobres”, foram “concedidos” alguns direitos trabalhistas e previdenciários; tais “benefícios”, entretanto, só eram garantidos enquanto essas pessoas estavam empregadas e podiam contribuir – a partir do momento em que perdiam seus postos de trabalho, perdiam também a assistência por parte do Estado e retornavam à condição de miséria que abalava a população excluída

do mercado de trabalho. Não obstante, se a Política Social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social. É nesse quadro que se devem observar as medidas esparsas e frágeis de proteção social no país até a década de 1930, embora tais características sejam persistentes.

Ademais, nada mais simbólico que a figura de Vargas como “pai dos pobres” assim, a imagem que o então presidente repassava à população empobrecida, que extremamente grata ficava quando conseguia acessar algum serviço assistencial, era a de que ele os “concedia” porque era solidário, ou seja, era tudo muito compreendido a partir da ótica de uma relação clientelista (onde o povo fazia sua parte, trabalhando e contribuindo para o desenvolvimento do país, e o governante, por sua vez, o recompensava com serviços sociais) e situado na esfera do “favor”; enfim, tinha qualquer simbologia, exceto a que realmente deveria prevalecer – a de que tudo aquilo era direito do povo e obrigação do Estado.

Tais concepções acerca das políticas sociais prevaleceram até o final da década de 1980 – quando a Constituição Cidadã responsabilizou as três esferas de poder governamental (municipal, estadual e federal) pelo financiamento e administração dos recursos que viabilizam as três políticas que compõem a Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social). É válido salientar que, dentre elas, somente a Saúde é universal, ou seja, pode ser acessada por todas as

pessoas, sem distinção, e não exige contribuição prévia para usufruí-la; a Assistência Social é somente para quem dela necessitar, a partir do cumprimento de requisitos de renda, apesar de também não exigir contribuição prévia para acessá-la; e a Previdência Social, por conseguinte, é apenas para quem contribui mensalmente com ela, conforme previsto no art.194 do supracitado documento. O tópico abaixo, por conseguinte, trará algumas informações referentes à caracterização destas políticas em um município da Região Metropolitana de Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

### 2.1.1. A seguridade social em Maracanaú

Caracterização da cidade, das condições de trabalho e renda da população e de indicadores referentes às políticas de Assistência Social, Previdência Social e Saúde.

A cidade de Maracanaú está localizada no Estado do Ceará e é um dos municípios que compõem a chamada região metropolitana de Fortaleza, capital do Estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Maracanaú tornou-se um município independente no ano de 1983, tendo em vista que antes era distrito de Maranguape. No entanto, desde a década de 1960 vem sendo alvo da chamada “especulação imobiliária” (investimento na construção de imóveis), que culminou na criação de inúmeros conjuntos habitacionais, como Pajuçara, Jereissati e Timbó, que a priori foram utilizados como forma de manter os trabalhadores afastados da capital do Ceará (na perspectiva de uma política de higienização, retirando do local a população pauperizada), mas que, posteriormente, serviram para abrigar as variadas

indústrias que foram instaladas na região – o que contribuiu para torná-la um “polo industrial” (campo de concentração da indústria de transformação).

O município, possuía em 2019, uma estimativa de 209.057 habitantes, que estava inserida, majoritariamente, em virtude do desenvolvimento industrial local, nas atividades profissionais vinculadas à indústria de transformação (50% dos empregos formais) e, assim como Fortaleza, apresenta elevado índice de urbanização, pois cerca de 99,31% de seus moradores ocupam domicílios urbanos em 2019, conforme dados do IPECE possuía um Produto Interno Bruto Per Capita (PIB por pessoa – média da renda de seus ocupantes) equivalente à R\$ 28.723, ao mesmo tempo em que cerca de 14.738 famílias convivem com rendimentos mensais inferiores a R\$ 70,00. Diante disso, observa-se que o desenvolvimento industrial – que é responsável pela maior parte da geração de empregos formais de Maracanaú e por tê-lo tornado um dos municípios mais ricos do Estado do Ceará -, bem como o intenso crescimento econômico e o desenvolvimento social de alguns grupos maracanauenses nos revelou a concentração das riquezas coletivamente produzidas -, possuindo uma relação inversamente proporcional. Ou seja, quanto mais cresce a riqueza socialmente construída no local, mais se aumenta também o empobrecimento de grande parcela de sua população.

Acerca das condições de contratação da população que trabalha para produzir esse desenvolvimento econômico no município, de acordo com informações do último Censo do IBGE (2010), e IPECE (2018) é válido mencionar que 52,1% tinha carteira assinada; 25,0% não tinha sua carteira de trabalho assinada; 18,0% atuava de maneira autônoma – sem

vínculo com instituições e, portanto, também sem carteira de trabalho assinada -; os servidores públicos somavam 2,8% da população ativa e 1,5% representava a porcentagem de pessoas sem rendimentos e de sujeitos que produziam o próprio consumo; vale enfatizar, ainda, que esses dados analisaram o universo de 94.324 trabalhadores ativos no município. Essas pessoas recebiam, em média, R\$ 680,00, onde, entre os homens, o rendimento mensal era de R\$ 788,00; entre as trabalhadoras, por sua vez, esse valor era de R\$ 555,08 – o que representava uma diferença salarial entre os gêneros.

No que concerne aos equipamentos que viabilizam a Política de Saúde no município, de acordo com informações obtidas através do site da Prefeitura de Maracanaú (2018), e as visitas realizadas nas secretarias do município no não de 2018, 2019 é possível afirmar que essa população conta com 31 Unidades de Atenção Primária em Saúde (UAPS's) que caracterizam-se como pertencentes à *Atenção Primária em Saúde*, ou seja, que fornecem atendimentos básicos à população, atuando na prevenção de doenças e promoção da saúde; possui ainda 07 unidades de *Atenção Secundária* – estas, por sua vez, realizam procedimentos mais especializados na área da saúde; e, por fim, é válido informar que a cidade não conta com equipamento de *Atenção Terciária* – nos casos que envolvem gravidade, como acidentes ou doenças altamente complexas (como o câncer, por exemplo), os maracanauenses são encaminhados a hospitais de referência, como o Hospital Geral de Fortaleza – HGF. Abaixo, o detalhamento das unidades que compunha o SUS em 2019 no município de Maracanaú, que compreendia em 2019, uma cobertura de 64% de sua população atendidos pelo Sistema único de saúde- SUS.

31 Unidades de Atenção Primária em Saúde (UAPS's);

- 03 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS's), sendo 1 do tipo II (Geral), 01 voltado para quem faz uso de álcool e outras drogas (AD) – que funciona em regime 24 horas -, e 01 CAPS Infantil;
- 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA);
- 01 hospital Municipal;
- 01 Centro Integrado de Reabilitação;
- 01 Centro Especializado em Reabilitação (deficiência intelectual e visual);
- 07 Núcleos de Atenção à Saúde da Família (NASF's);
- 06 áreas de Vigilância em Saúde (AVISA's).

Os dados referentes aos profissionais atuantes na Política de Saúde de Maracanaú (2019) São 284 Agentes Comunitários de Saúde; 1500 profissionais atuando no Hospital Municipal de Maracanaú; 64 profissionais atuando na equipe de saúde da família; 38 profissionais compondo a equipe de saúde bucal.

À margem da população que ocupava postos no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, estavam as pessoas desempregadas, que não detinham rendimento algum (os sujeitos englobados no percentual de 1,5% descrito pelos dados acima mencionados) e que eram caracterizadas, portanto, como extremamente pobres – isso representava 6,3% da população total de Maracanaú, que, como supracitado, é de 209.057 habitantes. Em consulta à plataforma SAGI, do Ministério do Desenvolvimento Social, foi constatado que, em novembro de 2018, essa população em situação de pobreza e extrema pobreza compunha o total de 39.547 famílias inscritas no *Cadastro Único* (instrumento necessário para mapear o perfil de pessoas em condições de usufruir dos serviços viabilizados pela Política de Assistência Social) e, até o mês

de dezembro do referido ano, somavam 17.954 das famílias beneficiadas pelo *Programa Bolsa Família* (MDS, 2018), que é um programa de transferência direta de renda, com valores que vão desde R\$ 89,00 até R\$ 205,00 (por família), de acordo com o perfil socioeconômico dos indivíduos e de seus núcleos familiares. Quanto aos equipamentos sociais da política de Assistência Social o município conta com onze Centros de Referência da Assistência Social (CRAS's); 01 Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop); 01 Centro Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); 04 Unidades de Acolhimento. Considerando o nível de pobreza no município, os equipamentos sociais desta política é considerado razoável para o atendimento da política, cujo público usuário em 2019, perfaziam 18.310 famílias beneficiárias do PBF Bolsa família em Maracanaú o que representa um percentual de 21,08% do município e, dentre esses beneficiários, 6.038 famílias estariam caso não recebessem o benefício, em situação de extrema pobreza. As famílias maracanaúenses receberam em 2019, em média, R\$ 167,78 pelo PBF; No mês de abril de 2019 o Governo Federal fez um repasse de R\$ 3.072.040,00 ao PBF, perfazendo uma cobertura do PBF em Maracanaú a 87,08% de sua população pobre. Na condicionalidade para permanência no PBF referente à educação, 22.519 crianças e adolescentes maracanaúenses apresentam idade escolar. Desse total, 22148 foram acompanhadas – o que representa um percentual de 98,35%, sendo que a média nacional, até então, é de 93,81%; na condicionalidade para permanência no PBF referente à saúde, houve um acompanhamento de 11.226 beneficiários no último semestre – o que corresponde a um percentual de 71,07%, onde a média nacional, até então, é de 77,15%;

A Política de Previdência Social, por conseguinte, é viabilizada através de apenas uma agência do Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS, e nos foi negado pela instituição, os dados detalhados dos benefícios previdenciários que a população dispõe para seu acesso. Como o município tem uma urbanização acima de 99%, os benefícios previdenciários urbanos, como auxílio doença, aposentadorias urbanas e pensões devem predominar.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, a partir das informações expostas nos parágrafos anteriores, que o município de Maracanaú não difere muito da capital cearense no que se refere à concentração privativa de uma riqueza que é socialmente construída. São cidades que se desenvolvem economicamente e, ao mesmo tempo, vivenciam intensos processos de empobrecimento da classe trabalhadora – que vale ressaltar, é a principal responsável pelos bens produzidos, através da venda de sua força de trabalho. O intenso contingente de famílias convivendo com situações de pobreza e extrema pobreza revelam, também, a insuficiência das políticas públicas, em especial da Política de Assistência Social, que é a única das políticas que compõem o tripé da Seguridade Social, segundo os arts. 194 a 204 da Constituição Federal de 1988, a oferecer recursos monetários para garantir a subsistência de seus beneficiários. Se a Política de Assistência Social estivesse recebendo investimentos públicos suficientes, certamente estaria conseguindo atender às demandas da população; o quantitativo de famílias vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza. Embora ainda persista a pobreza, as políticas da seguridade no município,

onde em 2019, 64% da população utilizam o sistema único de Saúde e 87% da população pobre, recebem o Bolsa família, principal programa de transferência de renda da política de assistência social, tais políticas minimizaram as condições de vida desta população.

Não obstante, com a recessão econômica pela qual o país estava passando em 2019 configurada pela crise capitalista e o modelo neoliberal do Estado, onde a principal pauta e estratégia política tem sido a redução de recursos para o financiamento das políticas públicas, a tendência é que elas sejam cada vez mais focalizadas e, através dos critérios para acessá-las, voltem-se somente para as pessoas consideradas extremamente pobres, cujos rendimentos mensais não atingem meio salário mínimo (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Estratégia prevalecendo nos anos 2020, onde condições de vida de muitos maracanaenses, por exemplo, podem piorar bastante; tendo em vista a ausência de programas, projetos e serviços que minimizem e evitem que composições familiares consideradas, hoje, “apenas” pobres, tenham a existência ainda mais precarizada, tornando-se extremamente pobres.

As políticas públicas, tomando como base essa focalização, tendem a atuar somente em situações de pobreza extrema, ou seja, como paliativo, quando as condições de vida já estão altamente prejudicadas, e não no sentido de prevenção. Caso houvesse maior investimento público nos serviços sociais, as pessoas não precisariam chegar a situações extremas no que concerne à posse de recursos necessários à manutenção de sua existência, estando suscetíveis à falta de alimentação e moradia, pois o Estado interviria antecipadamente, evitando tais malefícios. Entretanto, se analisada a realidade atual a partir dos primórdios da formação histórica brasileira,

é possível perceber que a Política Social sempre foi posta em uma situação de dependência perante a Política Econômica, na qual a segunda sempre foi a prioridade de intervenção dos governantes e, quando esta passa por momentos de crise, a primeira estratégia a ser tomada por eles é reduzir o orçamento destinado à área social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 07 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsafamilia>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

CEARÁ. Prefeitura de Maracanaú. In: Portal da Transparência. Maracanaú, 2018. Disponível em: < <http://www.maracanau.ce.gov.br/portal-da-transparencia-acesso-ainformacao/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Maracanaú. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. In: Portal da Transparência. Maracanaú, 2018. Disponível em: < <http://www.maracanau.ce.gov.br/portal-da-transparencia-acesso-a-informacao/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Maracanaú. Secretaria de Saúde. In: Portal da Transparência. Maracanaú: 2018. Disponível em: < <http://www.maracanau.ce.gov.br/portal-datransparencia-acesso-a-informacao/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. In: Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2016. 146p.

(Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000, 168 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: < [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf)>. Acesso em: 06 abri. 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-201804131301011456100.pdf>>. Acesso em: 06 abri. 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

# **AGRICULTURA FAMILIAR, SUCESSÃO HEREDITÁRIA E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DE COLONOS DO PERÍMETRO CURU-PARAIPABA- CEARÁ E SEUS DESCENDENTES**

Virzângela Paula Sandy Mendes

## **1. INTRODUÇÃO**

O objetivo desse artigo é discutir sobre processos sucessórios e descontinuidades do modelo tradicional de agricultura familiar, salientando os significados de trabalho nesse contexto. Apresento, desse modo, os projetos de vida de jovens, filhos/netos de colonos residentes no Perímetro Curu-Paraipaba, analisando a sua interface com a agricultura familiar e a influência do acesso às políticas de educação. A formulação deste objeto de estudo<sup>66</sup> se deu a partir de observações vivenciadas em um longo período de inserção da pesquisadora em campo, inicialmente como técnica em organização de produtores vinculada ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no início dos anos 2000.

Neste período, foi possível observar o envelhecimento dos colonos assentados pela autarquia, além da “venda”<sup>67</sup> e/

---

66 As reflexões aqui apresentadas são parte da tese de doutorado em Sociologia (PPGS/UFC da autora, intitulada “Trajetórias de jovens do perímetro Curu-Paraipaba: histórias de rupturas e continuidades ao longo de gerações”.

67 Coloco o termo “venda” entre aspas, porque trata-se de uma comercialização informal, que não é reconhecida pelo DNOCS, que aponta que o lote é intransferível. Além disso, parte desses colonos não adquiriram formalmente seus lotes, fato que é questionado pelos mesmos.

ou abandono das unidades agrícolas motivadas por um possível desinteresse pela continuidade da exploração do lote por parte de seus descendentes. Seria o fim da agricultura familiar no Perímetro estudado?

Para compreender esse impasse, considere inicialmente o lócus territorial em que esses agricultores foram assentados, um espaço rural<sup>68</sup> implantado pelo DNOCS na década de 1970, no auge da autocracia burguesa (NETTO, 2009), período de grandes mudanças na ordem capitalista vigente, notadamente caracterizada pela modernização conservadora. Para contextualizar este período, trago narrativas de colonos e filhos de colonos sobre o tempo da cana e o tempo do coco, que representa o tempo das rupturas (MENDES, 2018). Desse mesmo modo, quando trato aqui sobre o “tempo da cana” e o “tempo do coco” entendo que esses períodos demarcaram as sociabilidades das famílias de colonos. Esse tempo é aqui tomado como categorias nativas.

Estudar as trajetórias e práticas juvenis no âmbito do Perímetro me levou a adotar uma abordagem geracional. Através das narrativas dos velhos colonos foi possível apreender o processo de socialização inicial mobilizado pelo poder autoritário do DNOCS. No âmbito familiar, essas sociabilidades caracterizavam-se pelo intenso trabalho agrícola de todos seus membros, incluindo a participação de mulheres, jovens e crianças, aproximando-os de um modelo camponês tradicional (MENDRAS, 1978; WOLF, 1976; SABOURIN, 2009).

---

68 Para Wanderley (2000, p. 29), espaço rural pode ser considerado enquanto [...] “singular espaço de vida, socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto, tanto ao nível da vida cotidiana, quando dos ritmos dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar [...]”.

Analisar o presente tomando como referência o passado, me possibilitou apreender que esse modelo de socialização por meio do trabalho agrícola vem apresentando sinais de descontinuidade, ou seja, este modo de “ser agricultor” vem se modificando. Uma das possíveis razões para esta descontinuidade está no tamanho da área do lote (3,72 hectares). As famílias numerosas do início, à medida que os filhos iam crescendo, surgia a necessidade que estes buscassem outras fontes de subsistência.

Por outro lado, à medida que os colonos iam envelhecendo e, conseqüentemente, perdendo a sua força de trabalho, parte dos seus sucessores pressionavam pela “divisão do patrimônio”, o que demandava a “venda” da propriedade ou a divisão das “carreiras”<sup>69</sup> de coqueiro”. Esses aspectos permeiam as sociabilidades do Perímetro, repercutindo nas trajetórias e projetos (VELHO, 2013).

Na primeira parte desse estudo de inspiração etnográfica, apresento considerações sobre a agricultura no “tempo da cana” através de narrativas biográficas de três colonos, todos velhos, acima de 70 anos de idade: o Seu Augustinho, o Seu Evan e a Dona Teresa. De forma complementar, trago as narrativas de um filho de colono.

A narrativa biográfica foi utilizada enquanto dispositivo metodológico que possibilitou ao sujeito narrador significar a sua experiência de colono, evidenciando sua trajetória de vida, as marcas da memória, os sentimentos, as desventuras, as frustrações e as alegrias. A esse respeito, Rocha e Eckert (2013, p. 120) salientam:

---

69 Trata-se de uma linguagem nativa e significa a fileira de coqueiros plantados. Cada carreira tem cerca de 14 coqueiros.

no método etnográfico, os relatos de vida são apreendidos como a maneira singular do sujeito cognoscente de interpretar experiências de vida numa ordenação temporal que lhes faça sentido, exteriorizando valores encarnados no cotidiano em sua forma singular de interagir nos diversos processos de socialização, de se relacionar nas redes múltiplas, evidenciando a complexidade das tramas cotidianas de inserção nos contextos sociais, da negociação dos papéis e performances demandados, da estruturação do eu (self) e no desempenho no ato comunicativo/vivido”

É oportuno salientar que as narrativas apresentadas foram colhidas através de entrevistas abertas, realizadas na casa do entrevistado. As escolhas foram aleatórias e em função da disponibilidade do colono. Todos os entrevistados foram originalmente selecionados e assentados pelo DNOCS, ainda têm lote no Perímetro e estão lúcidos.

Na segunda parte do artigo apresento o “tempo do coco”, o tempo vivido pelos jovens entrevistados. Através de suas narrativas biográficas, analiso como os seus projetos de vida foram construídos e efetivados (ou não) ao longo de sua trajetória. A escolha dos sujeitos que fizeram parte deste tópico se deu no decorrer da pesquisa de campo, mais precisamente entre os anos de 2016 e 2017. Assim, trago um pouco das trajetórias dos jovens Joabe, Marquim e Bruna. Não são histórias com um encadeamento lógico e linear, marcadas por início, meio e fim (BOURDIEU, 2005), são trajetórias em construção, irregulares, instáveis e inacabados.

## **2. A AGRICULTURA NO TEMPO DA CANA: HISTÓRIAS E NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE VELHOS COLONOS E FILHOS DE COLONOS**

A chegada ao Perímetro em 2001 foi marcada por muitas descobertas. Lembro que desci do ônibus com muitas expectativas e curiosidades em relação aquela paisagem de coqueirais. O contato inicial com os colonos<sup>70</sup> foi marcado por certo desconforto; eles queriam saber o que nós, equipe técnica contratada com recursos do DNOCS, pretendíamos fazer. Fui entender essa desconfiança com o passar dos dias, entre uma conversa e outra, a medida em que estreitava minhas relações com esses atores. Estávamos integrando a proposta governamental de “emancipação dos Perímetros Irrigados”<sup>71</sup> e os colonos não acreditavam (ou não achavam vantajoso) serem emancipados. Até porque, um dos critérios desse processo seria a aquisição dos lotes e eles não aceitavam ter que pagar “novamente” pela propriedade que deixaram de pagar em função da desvalorização da moeda, no início dos anos 1980.

Além disso, eles foram selecionados pela autarquia com promessas de dias melhores: “[Os técnicos do DNOCS diziam:] Não é o céu, mas terão direito a trabalhar para vocês, em terras de vocês, vão ganhar financiamento, vai ter uma cooperativa e o lote é irrigado” (MENDES, 2011, p. 40). O sonho de ter uma

---

70 Denominação imposta pelo DNOCS aos agricultores assentados no Perímetro. Para ser colono, assinava-se um contrato experimental com validade de dois anos. Neste período, o colono passaria por uma avaliação. Caso fosse aprovado, assinar-se-ia um contrato de promessa de compra e venda. Com este contrato, o DNOCS, num prazo de 05 anos passaria o título definitivo, após o pagamento de um determinado valor. Esse contrato venceu sem que o DNOCS assinasse um título.

71 O Programa de Emancipação (PROEMA) tratava-se da “terceira tentativa do DNOCS para concretizar a emancipação [e] previa a transferência da gestão do Perímetro para a organização dos produtores, tornando-os, como num passe de mágica, independentes administrativa e financeiramente. Esse modelo administrativo, no caso do Perímetro Curu-Paraipaba, não obteve êxito por diversas questões, sendo a principal delas a descontinuidade administrativa (MENDES, 2011, p. 73).

terra própria com água em abundância mobilizou o deslocamento de centenas de famílias de agricultores. Geralmente os técnicos do órgão iam até a sede do Sindicato em busca de agricultores que tivessem perfil para adentrar à condição de colono, ou seja, ser agricultor, possuir família numerosa, gozar de saúde e se adequar às normas rígidas do DNOCS.

As narrativas dos colonos remontam ao tempo da chegada, ao contexto da implantação do Perímetro; trata do estranhamento e da adaptação, das vivências do passado em relatos de lembranças: “a lembrança é a sobrevivência do passado” (BOSI, 1987, p. 15), embora esses fatos narrados sejam ressignificados pelas lentes do tempo presente.

Cheguei à casa de Seu Augustinho, um colono de 94 anos, por volta das dezesseis horas do dia trinta de janeiro de dois mil e dezesseis. Na abordagem, agradei por sua disponibilidade e expliquei sobre o interesse em ouvir as “histórias do começo do Perímetro”. Ele disse que chegou “aqui em primeiro de março de 1977. Vim pra essa casa aqui e num sai não. Era eu, a mulher e cinco filhos”. A conversa seguiu: Era tudo criança? E ele disse: “Não, tudo já trabalhava! Nós trabalhamos na cana. Era todo mundo”.

Nesse momento da conversa a sua filha “entra no assunto” e diz: “eu tinha 12, o Liuma tinha 10, o outro tinha 11, o compadre Osmar tinha 16, tinha o Ismar e tinha o Sonca, que era pequeno. Esse era neto, mas veio como filho”. Pelo relato da mesma, observo que seus filhos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente hoje seriam caracterizados como crianças ou adolescentes (BRASIL, 1990). Pelos relatos, no entanto, é possível notar que, no tempo da cana, o trabalho de crianças e adolescentes era considerado natural e fazia parte do modelo educacional dos pais. Outrossim, a legislação vigente à época, o Código Mello Mattos, de 1927, estabelecia aspectos financeiri-

ros, familiares e sociais que caracterizava crianças e adolescentes como menores. Para o objeto desse artigo interessa observar o art. 28, que qualifica os vadios como os menores que:

- a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, **porém, se mostram refractarios a receber instruccão ou entregar-se a trabalho sério e util**, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros publicos;
- b) tendo deixado sem causa legitima o domicilio do pae, mãe ou tutor ou guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguem por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros publicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou prohibida (BRASIL, 1927. Grifos nossos.).

Pode-se inferir, do ponto de vista legal vigente à época, que havia o estímulo ao trabalho para que as crianças não fossem qualificadas como “vadias”. Talvez isso explique, em parte, a forma incisiva com a qual Seu Augustinho fez questão de frisar que seus filhos trabalhavam, logo, “não eram vadios” ou delinquentes. Esse código terá validade até 1979, através da Lei 6.697/1979, que irá dispor “sobre assistência, proteção e vigilância a menores: I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular; II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei” (BRASIL, 1979).

A doutrina da situação irregular considerava crianças e adolescentes não como pessoas sujeitos de direito, mas como objetos de tutela e intervenção dos adultos. Era como se houvessem duas infâncias e duas adolescências: a “regular”, que era qualificada como “normal” e, portanto, não precisava de regulamentos e outra “irregular”.

Já em relação ao trabalho “do menor”, o art. 83 aponta: “A proteção ao trabalho do menor é regulada por legislação especial”. Observando a Constituição Federal de 1967, no art. 158, item X temos a “proibição de trabalho a menores de doze anos e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a estes e às mulheres” (BRASIL, 1967). Essa Constituição representou um retrocesso em relação à anterior, que proibia trabalho de menores de 14 anos. O artigo 170, parágrafo único impõe que “As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores” (Ibid.).

Vale destacar que, no âmbito da agricultura familiar, o envolvimento de crianças e adolescentes na produção agrícola é tida como algo positivo e faz parte da transmissão de saberes, conforme salientou Neves (1999, p. 226) quando afirmou que há modalidades de trabalho infantil que são “[...] fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e construção do herdeiro, principalmente, do sucessor”.

Na lida dos agricultores, os filhos, desde crianças eram socializados por meio do trabalho. Os relatos de outros colonos e de seus filhos apresentaram cenas que traduzem esta perspectiva. A narrativa de Seu Augustinho reflete sobre a rotina de trabalho no início do Perímetro, quando não havia espaço para divertimentos. Fala de um corpo cansado pelo desgaste natural do tempo, por uma vida dedicada ao ofício de agricultor. Dona Teresa, outra interlocutora de 84 anos, também me reclamou do corpo cansado que a impossibilita de realizar as tarefas cotidianas. Apesar de sentir no corpo as marcas do tempo vivido e do desgaste natural em decorrência da velhice, ela tem uma relação afetiva com a agricultura:

Ah, eu toda vida fui dos mato! Não gostava de tá deitada. Ia todo dia. Quando ele [seu esposo] ia plantar a cana lá pra baixo, ia *tudim* [inclusive os filhos]. Quando nós fomos plantar tomate, era nós *tudim* trabalhando! Quando o pai morreu aí foi uma tragédia. O [filho] mais velho foi embora, foi pra São Paulo. Depois um estudou, estudou e terminou os estudos aí [o ensino médio]. Aí foi embora que não ia mais ficar aqui. Num tinha emprego, num tinha nada, não ia ficar aqui. Pra que? Pra puxar enxada? Ele detesta enxada desde criança! Não gostava e não gosta!

Observando atentamente sua narrativa, é possível notar a sua estreita interação com a natureza: “eu toda vida fui dos mato!”. Ser agricultora é trabalhar com o manuseio da terra, é ser parte da natureza, “dos matos”. Na perspectiva de Marx (2004), o trabalho é a relação metabólica do homem com a natureza, onde este extrai da natureza o essencial para a sua sobrevivência. O homem transforma a natureza e, ao mesmo tempo, se transforma. Por meio do trabalho o homem se distingue dos animais à medida que dá sentido ao seu fazer:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela (MARX, 2004, p. 85).

A referida agricultora revela ainda um dado importante sobre os colonos: eles, geralmente, tinham muitos filhos (ela têm nove). No começo, enquanto crianças e adolescentes, eles ajudam os pais no trabalho no lote. À medida que foram crescendo, alguns resolveram “tentar a sorte em São Paulo”. Foi o caso de um dos filhos de Dona Teresa. Vale destacar que a área do lote só é suficiente para o sustento de uma família. Esse fator limitante pode incentivar os filhos a buscarem oportunidade fora da agricultura. Apesar de sua afeição pela agricultura, ela acredita que “num tem valor não [risos]. Ninguém dá valor à agricultura, mas eu gosto”. Para ela os jovens que moram no Perímetro não se vinculam mais à agricultura como no passado: “Antigamente eles trabalhavam tudo com os pais. Todo mundo trabalhava. Hoje eles num vão mais não. Vão nada! Eu tenho uma neta aqui que num faz nada. É só estudo. No computador direto. Ela passa o dia todo no colégio”.

Dona Teresa é uma mulher que ama a terra, que ama o seu ofício. Por outro lado, apresenta a agricultura como profissão desvalorizada socialmente. Os jovens de hoje, para ela, não querem mais seguir esse ofício, diferentemente do seu tempo, quando os mesmos, desde criança, eram socializados por meio do trabalho com os pais. Os colonos mantiveram esse modelo moral em relação aos seus filhos. O jovem que tem dedicação exclusiva aos estudos, para ela, “num faz nada”, como é o caso de sua neta que estuda no ensino médio em escola de tempo integral, não sobrando tempo para os afazeres domésticos. O acesso à educação parece ter colaborado para que os jovens vislumbrassem outras opções de acesso ao mercado de trabalho.

Conversei com Seu Evan, um colono de 69 anos em sua casa, na sede do município de Paraipaba, no dia 21 de abril

de 2016. Ele ainda preserva o seu lote, mas preferiu vender o quintal<sup>72</sup> para comprar a moradia atual. Ele conta que resolveu morar na cidade em decorrência da infraestrutura, especialmente a facilidade de acesso aos serviços de saúde. Seu Evan carrega em sua trajetória a experiência do pai agricultor. Ajudar o pai no trabalho agrícola teve um preço: “Por isso é que eu não sei de nada! Porque meu tempo foi só pra ajudar o papai. Com menos de 10 anos eu comecei a trabalhar. Eu nunca estudei. Porque eu sempre morei nos matos e nesse tempo as escolas era mais difícil e eu me preparei só em ajudar o papai”.

O narrador recorda uma vida mobilizada pelo trabalho, pela necessidade de garantir a sobrevivência. Retrata ainda as dificuldades que os filhos de agricultores tinham em relação ao acesso ao ensino escolar. O analfabetismo, nesses termos, é uma das marcas do Brasil, conforme observa-se nos estudos de Braga e Mazzeu (2017). Em 1920 havia uma taxa de analfabetismo em 65,0%. Esse indicador começa a decair na década de 1980 (25,9%), embora ainda sejam índices altos e mesmo no Censo Demográfico de 2010 ainda somamos quase quatorze milhões de analfabetos.

Trata-se de um problema que persiste, pois segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2019)<sup>73</sup>, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6%, o que representa 11 milhões de analfabetos, sendo que a Região Nordeste con-

---

72 Cada colono recebeu do DNOCS um quintal (0,72 hectares) e um lote (3,0 hectares). No primeiro se localizava a casa, o estábulo e uma área de meio hectare para plantação de capim ou outra cultura. O foco principal da produção era desenvolvido no lote. No tempo da cana, a metade era destinada a essa cultura. A outra metade possuía culturas como feijão, laranja, macaxeira, tomate, dentre outras.

73 Para mais informações, consultar: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 18 jul. 2021.

centra os piores índices, com 13,9%, significando uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul.

Voltando à trajetória do Seu Evan, tem-se que o mesmo transferiu aos filhos a mesma educação recebida do seu pai: “Eu deixei meus filhos tudo formado na agricultura. Noutra coisa não. Meus filhos tudo é formado, tanto faz o homem quanto a mulher, tudo aprendeu a trabalhar”. Ser agricultor está relacionado ao trabalho, simbolizando que os filhos são trabalhadores e, portanto, não são “preguiçosos”. O trabalho vincula-se a um valor. Ele preparou os filhos para uma vida dedicada ao trabalho desde muito cedo. Aparece em suas narrativas, diferentemente de outras, o prazer em identificar a agricultura como sua profissão.

Nas lembranças do colono tem os filhos presentes no tempo da cana, um tempo demarcado pela sociabilidade autoritária do DNOCS. Tratava-se de uma época em que todos os membros da família estavam envolvidos na dinâmica produtiva do lote e do quintal. Esse modelo de socialização por meio do trabalho na agricultura foi se modificando em relação aos netos de colonos. O filho do Seu Evan, o Branco, de 44 anos, lembrou de sua experiência no tempo da cana:

Com uns 7, 8 anos a gente já tava na roça. Nós já ia pequenininho, mas a gente não fazia nada. Só malinava. A gente ia pra passar o dia. A mãe levava as panelas velhas. Aí já tinha a mais velhinha que já ficava olhando a panela e o pai trabalhava. Aí nós fomos crescendo e fomos acompanhando ele. Na limpa da cana, quando chegava a limpa da cana era eu e três irmãs. Trabalhava tudo. Num tinha esse negócio não de ir só homem não! Ia era tudo.

Assim como para os demais entrevistados, levar os filhos ao lote era uma forma de socializá-los no trabalho agrícola, continuando a tradição dos seus antepassados. Todos os membros da família se envolviam nas atividades do lote. No decorrer da conversa, ele explicou que os rendimentos advindos do trabalho no lote familiar era insuficiente e à medida que os filhos tornavam-se adultos e, conseqüentemente, buscavam a sua autonomia financeira, eram levados a procurar um trabalho fora do lote. O pai, no caso do Branco, incentivou o filho: “meu filho se você arranjar um trabalho pra ganhar o seu dinheiro você vá, porque eu não tenho condições de lhe dá nada”.

Branco têm dois filhos, um deles tem 18 anos e cursa o ensino médio em tempo integral: “Antes eu levava ele comigo pra fazer uma coisinha ali. Hoje não. Ele estuda os dois períodos. Eu digo: estude, porque o que eu tenho, o que eu faço dá pra nós sobreviver”. Através de seu trabalho na produção e comercialização do coco, principal cultura explorada atualmente no Perímetro, ele oferece as condições financeiras para que o filho estude. Sobre a sucessão hereditária no Perímetro ele informa:

Não. Aqui não existe [a preocupação em formar um sucessor]. Porque aqui cada um procura a coisa que quer ser. Então eu acho que é assim, Virzângela. Porque hoje um aluno, um filho que nem o meu, tenta se formar pra não ir pra roça, mas se ele tiver o seu sustento numa melhores condições, pra ele é bom. Porque hoje a roça é complicado. A roça não é fácil. Mas a roça tem sempre que existir. Porque se não existir quem é que vai alimentar? Tem que alguém preparar alguém pra tomar conta, mas ele é o meu mais velho e ele tá nesses estudos. E Deus queira que ele continue, porque se não estudar vai

pra roça. Na rua eu não vou deixar. Porque eu sou criado na roça desde 7 anos. Eu sei o que é a roça, mas eu gosto. É pesado, mas eu gosto. Pra pessoa gostar tem que tá dentro.

Algumas questões importantes são levantadas nesta narrativa: a primeira delas é que não havia uma preocupação dos pais em formar sucessores para o trabalho agrícola. Parece que a preocupação maior das famílias, desde o início, era garantir a sobrevivência imediata de seus membros. Embora este narrador seja um homem “da roça”, formado na agricultura, ele entende que esta atividade não é simples: “serviço de roça não é fácil”. Para o filho ele deu a “opção” de estudar e buscar um futuro “melhor”. A escola, desse modo, abre uma oportunidade para que os jovens formulem projetos de vida (VELHO, 2013) para além da agricultura.

### **3. OS JOVENS E O TEMPO DO COCO**

A história do Perímetro não pode ser entendida numa perspectiva linear, como se o tempo do coco abruptamente tivesse substituído o tempo da cana, embora exista características peculiares em um e outro momento. Quando cheguei em Paraipaba, em 2001, parte dos colonos ainda produziam cana e vendiam para a Ypióca, agroindústria produtora de aguardente e que estava instalada na região. Essa produção, contudo, era insignificante em relação ao que o Perímetro produzia nos anos 1980: “O auge da exploração da cana-de-açúcar foi até 1988, quando esta detinha 43% do total da área irrigada na primeira etapa do Perímetro” (MENDES, 2011, p. 38).

O seu declínio está relacionado ao fim da Ditadura Militar e sua política de modernização agrícola, a elevação da pro-

dução de petróleo e finalmente com a extinção do Programa Nacional do Álcool<sup>74</sup> em 1990 (MARTINS, 2008). “No Vale do Curu, nesse contexto, temos a gradativa falência da Agrovale” (MENDES, 2018, p. 133), uma agroindústria que nos tempos áureos da autocracia burguesa produziu álcool a partir da cana comercializada com os colonos.

Assim, quando os colonos optaram por continuar a produzir a cana e entregar a Ypióca era muito mais porque a agroindústria garantia o pagamento antecipado da produção, que por sua vez era destinado ao pagamento da energia elétrica que garantia o bombeamento da água para a irrigação. Com isso, “a banda que produzia a cana garantia o pagamento da energia que trazia água para os coqueiros”, que era mais rentável para o colono, além de garantir uma produção mensal, ao contrário da cana que era anual. Além da energia, a Agroindústria garantia o adubo, que também era “desviado para o plantio do coco”.

O tempo do coco significa, nesse sentido, a liberdade do colono em relação ao DNOCS, pois agora era ele quem decidia o que produzir e a quem vender. Ou seja, se o tempo da cana representou o tempo das cancelas, das guaritas habitadas por funcionários da autarquia que delimitavam quem poderia ou não transitar pelo Perímetro e, inclusive, controlar o fluxo da produção e comercialização local (MENDES, 2018), o tempo do coco é marcado pela construção da estrada Sol Poente:

---

74 O Proálcool foi instituída pelo Decreto nº 76.593, de 14 de Novembro de 1975. Segundo o art. 2º: “a produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo será incentivada através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras” (BRASIL, 1975). Para mais informações, consultar: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 jul 2021.

Sua construção está intimamente ligada à expansão do coco no Perímetro e sua comercialização. Isso ocorreu porque a abertura da estrada inviabilizou definitivamente o controle exercido pelas cancelas do DNOCS: não havia mais como impedir que os colonos e demais irrigantes criassem suas estratégias de produção, comercialização e mobilidade. Esse empreendimento fez parte dos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur) no estado do Ceará, possibilitando a ampliação do potencial turístico de vários municípios ao longo do litoral Oeste do Estado (MENDES, 2018, p. 139).

A estrada modificou inicialmente um dos Setores do Perímetro (o D2), transformando-o em um “corredor comercial”, o que ampliou o potencial turístico da região e supervalorizou suas terras, chegando a custar cerca de R\$200,00 o metro quadrado. Além disso, com a duplicação da estrada, concluída em 2017, tem-se uma verdadeira “urbanização” de todo o Perímetro, quando a expansão das construções e vendas de lotes e terrenos fugiu totalmente ao controle do DNOCS. Essas casas foram construídas nas áreas de quintais, lotes de colonos ou em áreas mortas<sup>75</sup>, por seus filhos, descendentes e/ou “por pessoas de fora”.

Sem alongar essa discussão, é importante sinalizar que todas essas transformações repercutiram na sociabilidade dos jovens do Perímetro e interferem nos seus projetos e sua relação direta com a agricultura familiar. Isso não quer dizer que os jovens em sua totalidade tenham optado por caminhos contrários ao de seus pais, mas sim que a agricultura como pa-

---

<sup>75</sup> Na linguagem nativa são denominadas áreas mortas aquelas áreas não irrigadas e que foram cedidas pelo DNOCS para os colonos plantarem culturas de inverno (feijão, milho e macaxeira) e assim complementar a renda familiar.

trimônio educativo/moral repassado aos descendentes, vem se modificando.

Joabe, um jovem de 20 anos era (e ainda é) coordenador da Juventude do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Paraipaba, filho de Zé Barroso (hoje falecido), um colono de 70 anos, fruto de seu segundo casamento (sua mãe tinha 48 anos). Ele e seus três irmãos foram criados “ajudando o pai no lote”, da mesma forma que ele criou os filhos do primeiro casamento.

O patriarca mantém o modelo educativo dos tempos da cana, quando os filhos acompanhavam o pai nos tratos culturais no lote, conservando valores pautados no “caráter familiar do trabalho”, que “seria o elemento central de uma lógica econômica própria do modo de produção camponês” (WOORTMANN, 1990, p. 24). O fato de seus filhos o acompanharem no lote e na feira de domingo, quando ele vendia sua produção, chamou a atenção do Conselho Tutelar por se configurar, do ponto de vista institucional, como trabalho infantil:

É assim, quando eu era mais pequeno eu vendia acerola, eu vendia macaxeira, eu vendia coco, eu ajudava o pai no lote também. Eu ia até aquela mulher do queijo, meu irmão também ia. Aí o Conselho Tutelar bateu lá em casa, porque o Estatuto do Adolescente diz que a gente não pode trabalhar. Mas é aquela questão: ou trabalha ou morre de fome.

Para Joabe, a intervenção do Estado pode contribuir de alguma forma para o distanciamento dos filhos em relação às atividades agrícolas no lote, assunto recorrente nas falas de outros colonos e seus filhos durante a pesquisa de campo. Ele faz uma crítica sobre isso: “Porque ele [O Estado] chega e diz

[que o jovem não pode trabalhar], mas o que o Governo faz para que os jovens permaneçam no campo? Não tem cursos acessíveis ou programas. [...] Não tem incentivo”. Ele salientou que não se arrepende de ter ajudado o pai.

Ele ressaltou que faz faculdade de matemática à distância e que custeia os seus estudos com muitas dificuldades: “[...] Eu pago o meu, mas acho que se eu não trabalhasse eu não fazia essa faculdade, não”. O sonho de cursar uma faculdade não é acessível a todos. Não há universidade pública na cidade e muitos, quando podem, pagam um curso particular, muitas vezes de qualidade duvidosa.

Para Joabe a situação financeira da família veio a melhorar quando os pais se aposentaram: “Lá em casa, às vezes, era só arroz, feijão e rapadura. Lá em casa nunca teve merenda à tarde. Quando o pai se aposentou as coisas melhorou. A mãe também se aposentou por invalidez”. As aposentadorias rurais assumem grande relevância para a economia local e, sobretudo para os agricultores familiares, os quais convivem com diversas intempéries, tais como escassez hídrica e os baixos valores advindo da comercialização de seus produtos em detrimentos dos altos custos de produção, dentre outros. Colaboraram, desse modo, para a redução da pobreza no campo, segundo Schwarzer (2000) e Delgado (2015).

O acesso a esses direitos numa perspectiva de universalidade para a população do campo (homens e mulheres) adveio da promulgação da Constituição Federal de 1988 (DELGADO; CARDOSO JR, 1999). Para Brumer (2014), é como se a Previdência Social assumisse parte das atribuições dos filhos que se incumbiam de permanecer na propriedade da família para cuidar dos pais na velhice e em contrapartida recebiam a terra como herança.

No caso da família do Joabe, o acesso à Previdência Social possibilitou melhorias de condições de vida, sobretudo à alimentação, mas atualmente eles estão endividados e parte dos recursos da aposentadoria serve para honrar o pagamento do financiamento bancário. Na época o Perímetro estava sem irrigação, o que comprometia a produção do coco. Mesmo diante das dificuldades, Joabe sonhava com um futuro próspero: terminar o nível superior e ser professor de matemática.

Outro interlocutor da pesquisa foi Marquim, um jovem de 28 anos que entrevistei em 2017 e que, segundo ele, faz “de tudo um pouco”. Ele é casado e seu filho tinha seis meses. Sua filosofia de vida é que “a pessoa tem que fazer mais de uma coisa, porque quando não dá certo uma, dá certo a outra. E se você só tem uma coisa e se ela não dá certo, aí você fica sem nada”. É com essa ideia que ele vai vivendo. Marquim aprendeu com o pai a “se virar”.

O jovem explicou que o pai vendia cerca de 10.000 (dez mil) cocos por semana, mas quando o Perímetro do Baixo Acaraú<sup>76</sup> começou a produzir coco ele não teve mais como concorrer. Com isso, o Perímetro vem perdendo espaço no mercado, especialmente em relação ao coco in natura, ficando refém das agroindústrias. Em uma das conversas que tive com o Branco (que é produtor e atravessador de coco) ele me relatou que o coco de Paraipaba é “dependente das fábricas”, que ditam os preços, à exemplo da Paraipaba Agroindustrial<sup>77</sup>.

Marquim sempre trabalhou na agricultura e iniciou acompanhando seu pai, quando moravam na Serra da Ibiapaba e

---

76 O Perímetro Irrigado Baixo-Acaraú está localizado na região norte do Estado do Ceará, no trecho final da bacia do Rio Acaraú, abrangendo áreas dos municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco (DNOCS). A pesquisa realizada por Cavalcante (2015) apontou que o Baixo Acaraú é um dos perímetros que produzem coco no Ceará, com cerca de 1.302 hectares.

77 O Perímetro sedia essa grande agroindústria processadora do fruto, que exporta água de coco envazada para países da Europa.

o mesmo arrendou um terreno para plantar hortaliças. Para ele, é importante que o filho acompanhe o pai na roça, para ir “pegando o macete, vai vendo como as coisas funcionam”. Desse modo, quando estiver adulto estará mais preparado e a agricultura seria uma espécie de “plano B”: “Porque as vezes o cabra tenta estudar, tenta arrumar um emprego, mas não dá certo, né?”. Ele diz que seu pai o “ensinou a viver e a trabalhar”.

Seu projeto é ter uma agroindústria familiar certificada, apta a fornecer seus produtos para a merenda escolar e para outros compradores. Como destacou Machado (2001, p. 15), “a realização do que se projeta exige certo nível de organização, de planejamento das ações”. Nesse sentido, o narrador vem “costurando” seu projeto “sem deixar de mão” as suas outras atividades: vender coco, fazer suas polpas (ainda artesanalmente) e comercializar a carne dos porcos que cria. A família de Marquim segue um modelo tradicional de agricultura familiar.

A terceira interlocutora, a Bruninha, tinha 20 anos e fazia faculdade de pedagogia, em Fortaleza, na Universidade Federal do Ceará, quando a conheci em 2016. À época morava na residência universitária desde março daquele ano. Na ocasião expôs a sua preocupação com os meninos que não querem estudar e acabam vislumbrando no coco a única possibilidade de ganhar o sustento. A juventude, para Bruna, é uma etapa em que se deve aproveitar para estudar, para construir as bases de um futuro.

Bruna, desde cedo, foi incentivada a estudar e a família ofereceu as condições necessárias para que ela cursasse um curso superior, embora sejam pessoas simples: “Principalmente minha mãe, sempre me incentivou”. Ela explicou que sua “mãe nunca teve condições, aliás a minha família. A minha mãe é agricultora, meu pai é agricultor. Minha família sobrevi-

ve da agricultura. Somos quatro filhos no total, contando comigo, tenho três irmãos”. Bruna teve acesso a uma universidade pública por meio da política de cotas, instituída mediante aprovação da Lei Nº 12.711/2012,

Bruna, diferentemente de Joabe e Marquim (e de tantos outros jovens do Perímetro) viveu o tempo de moratória juvenil. O acesso às políticas públicas inclusivas possibilitou vivenciar um período que, segundo Margulis e Uresti (2008), são mais vivenciados por jovens pertencentes à burguesia e setores da chamada classe média. Para eles, “Los jóvenes de sectores medios y altos tienen, generalmente, oportunidad de estudiar, de postergar su ingreso a las responsabilidades de la vida adulta [...]” (2008, p. 2).

Esse período de adiamento das responsabilidades inerentes ao mundo dos adultos (trabalhar, sustentar-se e casar-se, por exemplo) trata-se de uma realidade vivenciada atualmente por alguns jovens das classes populares e, especificamente por jovens do interior que vão cursar uma universidade.

O projeto de vida de Bruna é concluir o curso superior e “seguir na área de gestão educacional, fazer mestrado e doutorado”. A narradora vem trilhando os passos para alcançar os seus objetivos: faz parte de um grupo de pesquisa, é bolsista e faz curso de inglês. Conforme destacou os estudos de Freitas (2015, p. 190),

a inserção no mundo universitário se apresenta “como ação significativa na (re) elaboração de visões de mundo e projetos de vida”. Viver da agricultura nunca passou pela cabeça dessa menina, filha e neta de agricultores. A valorização dos estudos, somada às oportunidades trazidas pelas políticas inclusivas, viabilizou o seu acesso a um novo mundo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trilhar por narrativas e percursos, envolvendo os velhos colonos, os jovens de ontem (seus filhos) e os jovens de hoje (seus netos), possibilitou ao leitor um caminhar por trajetórias de vida, marcadas por idas e vindas, como bem salientou Bourdieu (2005, p. 81), enquanto “alocações e [...] deslocamentos no espaço social”. As narrativas aqui apresentadas, desse modo, são “testemunhos da experiência vivida [...], orientado pela intenção de conhecimento do pesquisador que a registra” (BERTAUX, 2010, p. 65).

As narrativas dos colonos sobre a sua trajetória no Perímetro demonstram que eles passaram por um processo de socialização fomentado pelo poder autoritário do DNOCS. No âmbito da família, as sociabilidades eram marcadas pelo intenso trabalho agrícola, com o envolvimento de todos os membros (inclusive as mulheres, jovens e crianças), aproximando-os de um modelo camponês tradicional. O “trabalho na agricultura” tratava-se de um modelo educativo essencial na formação e transmissão de saberes dos pais para os seus filhos (CANDIDO, 1979).

O trabalho em seu aspecto moral vem apresentando características de descontinuidades em se tratando das relações entre os filhos de colonos com os seus respectivos filhos, os netos de colonos. Para alguns interlocutores, a exemplo do filho de Branco, empenhar-se nos estudos se apresentou como uma possibilidade de “escapular da roça”.

Por outro lado, a agricultura é exposta pelos narradores como uma atividade desgastante e pouco valorizada socialmente, sendo que o distanciamento dos jovens em relação a esse tipo de trabalho podem estar relacionados a doxa dominante, que a classifica como uma atividade inferior: “quem

não estuda vai pra roça!”. A roça, no discurso do Branco aparece em tom ameaçador, imposta como um castigo para o filho, caso este não se dedique aos estudos.

Assim, resguardadas as suas limitações, as narrativas aqui apresentadas demonstraram que a organização familiar em torno da agricultura sofreu profundas modificações, se compararmos ao modelo inicial da família do colono e o que temos hoje. Os jovens que estão estudando (como Bruna e Joabe) pretendem seguir outras profissões. Embora pretendam permanecer no espaço rural, as suas expectativas estão direcionadas para o assalariamento.

Alguns narradores, a exemplo de Joabe, destacaram que não basta o Estado impedir (via Conselho Tutelar) que as crianças e adolescente trabalhem com os pais no lote ou ajudem no sustento familiar, é necessário que essas famílias tenham condições de viver dignamente na roça, de permanecer no campo. Assim, os pais que acreditam na dimensão educativa/moral do trabalho, subvertem a ordem legal e continuam adotando esse modelo particular e tradicional de transmissão de saberes.

Por outro lado, a agricultura ainda oferece possibilidades de futuro, conforme destacou Marquim, é uma alternativa para aqueles que não conseguem acessar ao mercado formal de trabalho ou mesmo para aqueles jovens que não conseguem vivenciar a moratória juvenil e acabam entrando precocemente no mercado de trabalho. De todo modo, os jovens, interlocutores deste estudo, apresentaram projetos que mobilizam suas intencionalidades, os quais, como já mencionei, estão em devir, em movimentos incessantes, até porque não tratamos com realidades fixas.

## REFERÊNCIAS

BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Tradução: Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gurgel Levallée. São Paulo: Paullus, 2010.

BOSI, E. **Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed. 1987.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas/São Paulo: Papirus, 7ª ed. 2005.

BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 24-46, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL, Constituição Federal (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília - DF: Senado, 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Brasília - DF: 12 de outubro de 1927. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF: 10 de outubro de 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123)>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 10 de outubro de 1979. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF: 10 de outubro de 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123)>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRUMER, A. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, M. A. de; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. n. 1. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. p. 215-233.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 5ª ed. 1979.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 1999.

DELGADO, G. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FREITAS, Isaurora C. Martins de. **Destinos improváveis: Trajetórias de Jovens Egressos de uma Experiência de Arte-Educação**. Ceará, UFC. 2006. Tese de doutorado.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Conheça o Brasil**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>> Acesso em: 18 jul. 2021.

MACHADO, Nilson José. **Educação: projetos e valores**. São Paulo: Editora Escrituras, 2001.

MARGULIS, M. y URRESTI, M. **“La juventud es más que una palabra”**. En Margulis M. (Ed). La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 2008.

MARTINS, Mônica D. **Açúcar no Sertão: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENDES, V. P. S. **Os Projetos de Vida da Juventude do Perímetro Curu-Paraipaba: entre o sonho e a realidade**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.

MENDES, Virzângela P. S. **Trajetórias de jovens do Perímetro Curu-Paraipaba: histórias de rupturas e continuidades ao longo de gerações**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009.

NEVES, D. P. **A perversão do trabalho infantil**: lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói, RJ, INTERTEXTO, 1999.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. **Etnografia da Duração**: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. Porto Alegre: Ed. PalloTTi. 2013.

SABOURIN, E. Trad.: Leonardo Milani. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2009.

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil** - evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2000.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

WANDERLEY, Maria Nazareth. "A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo". **Estudos - Sociedade e Agricultura**, n. 15, 2000.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMAN, K. "Com Parente Não se Neguecia" O Campesinato Como Ordem Moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990.

# **IMPLICAÇÕES DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE NO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DE PESSOAS COM DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL**

Camila da Costa Brasil Brasileiro  
Lídia Pereira Batista  
Elainny Albino da Silva  
Lucia Conde de Oliveira

## **1 INTRODUÇÃO**

O Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (LAS-SOSS) tem o prazer de participar desta obra que comemora os dez anos do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (LAPeSS), apresentando uma parte de suas pesquisas na área da saúde.

O debate em torno do processo saúde doença tem uma centralidade nas profissões da área da saúde e o Serviço Social como uma profissão que atua na área, precisa se apropriar dessa questão. No Brasil, assim como no Serviço Social, a base teórica marxista contribuiu para a crítica da saúde pública e construção da Saúde Coletiva como campo de saberes e práticas. Esse campo emerge no movimento de reforma sanitária que luta pelo direito à saúde e a construção do Sistema Único de Saúde.

Entre as conquistas do movimento está o conceito ampliado de saúde apresentado no artigo 3º da Lei Orgânica da Saúde que estabelece:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990)<sup>78</sup>.

Esta definição deixa clara a compreensão do processo saúde-doença na sua historicidade, que deve ser analisado nos marcos do capitalismo. O estudo ora apresentado emerge no campo da Saúde Coletiva analisando os determinantes e condicionantes do processo saúde-doença das pessoas com hipertensão arterial e diabetes mellitus. O crescimento destas doenças é consequência da transição demográfica, que tem como um de seus indicadores o crescimento da população idosa, que sinaliza também uma transição epidemiológica<sup>79</sup> evidenciada pelo crescimento exponencial de indivíduos com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Entretanto, estas doenças não estão vinculadas apenas ao envelhecimento, mas também a condição de vida da população no capitalismo. Conforme Melo et al. (2021), as DCNT possuem relação direta com os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), pois o influxo desses determinantes na vida das pessoas as coloca em distintos contextos socioeconômicos, influenciando no acesso aos recursos básicos, como os relacionados à promoção e prevenção da saúde.

Em 2019, segundo dados do boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, o número de óbitos no estado em decorrência das DCNT foi de 53,6% em relação

---

78 Redação modificada pela Lei 12.864/2013.

79 No Brasil, a transição epidemiológica revela um aumento das doenças crônicas degenerativas, não transmissíveis, com a persistência de doenças transmissíveis.

a outras doenças, ou seja, mais da metade das mortes registradas no referido ano. Vale ressaltar que essa proporção de óbitos dentro do grupo das principais DCNT foi de: 52,0% das doenças do aparelho circulatório; 31,3% das neoplasias; 6,9% da diabetes mellitus e 9,8% das doenças respiratórias crônicas (CEARÁ, 2020). Assim, o crescente índice de mortalidade em decorrência desses agravos impulsionam a necessidade de um olhar ampliado sobre suas causas pela perspectiva das determinações sociais.

O debate em torno da determinação social do processo saúde doença nasce no campo da epidemiologia social que busca ultrapassar a visão biologicista e trazer para análise “uma relação indissociável entre aspectos biológicos e sociais (nestes, inclui-se aí aspectos culturais, políticos etc.), [desta forma] a saúde humana ganha seus contornos individual e coletivamente” (SOUZA 2020, p. 176). Contudo, a terminologia mais usada na Saúde Coletiva é Determinantes Sociais da Saúde (DSS)<sup>80</sup>. Nesta seara, surgiram vários modelos de análise que visam descrever e interpretar o processo saúde doença. Um dos modelos mais conhecidos é o de de Dahlgren e Whitehead 1991, citado por Carvalho e Buss (2008).

Por outro lado, a estratégia neoliberal “tratou a saúde como um bem privado, criou condições pouco propícias para a ação sistemática de melhorar a saúde mediante a intervenção sobre os determinantes sociais” (GEIB, 2012, p. 124). Assim, o crescimento das desigualdades e iniquidades em saúde fez com que a OMS em 2005, criasse a Comissão de DSS,

---

<sup>80</sup> No campo marxista há uma crítica a essa terminologia, mas nesse texto não iremos entrar nesse debate, pois o modelo utilizado na pesquisa foi o de Dahlgren e Whitehead mas, mesmo assim, partimos do pressuposto de que a saúde e a doença é um processo dialético, consequência da produção social em uma sociedade de classes, na qual os trabalhadores sofrem maior risco de adoecer e morrer por condições que poderiam ser evitadas.

com objetivo de promover em âmbito internacional uma tomada de consciência sobre a importância dos determinantes sociais na situação de saúde [...] também, sobre a necessidade do combate as iniquidades em saúde (CARVALHO; BUSS, 2008, p.161 ).

O Brasil aderiu a proposta da OMS e criou a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) que os define como: “fatores sociais, econômicos, culturais, étnico/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (BUSS; FILHO, 2007, p. 78). Ao final, foi produzido um relatório com um diagnóstico e várias recomendações. E nos governos do Partido dos Trabalhadores foram criadas algumas políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades sociais. Mas com o golpe de 2016, a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, e a eleição de um presidente de extrema direita, temos assistido a retrocessos na garantia dos direitos sociais expressos na Constituição de 1988 e, conseqüentemente, o agravamento das condições de saúde da população.

Portanto, para compreender a ocorrência de DCNT e seus possíveis agravos, é fundamental analisar os DSS e suas implicações na realidade, principalmente em um cenário marcado pela desigualdade social e agudização das expressões da questão social, como evidente no Brasil. Este cenário vem sendo agravado com a pandemia de covid-19

Nesse sentido, partimos de uma análise crítica dos Determinantes Sociais da Saúde, relacionando-os com a ordem societária vigente, em suas bases fundantes. Consideramos conforme Adeodato, Rolim e Andrade (2019, p. 163) que as

“desigualdades decorrentes das condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham estão determinadas socialmente pela divisão de classes, resultado do processo de exploração”. Compreendemos que os determinantes sociais expressam concretamente as formas pelas quais a sociedade se organiza e materializa suas condições de vida e trabalho. Com base neste viés de análise, partimos do pressuposto que os DSS são desdobramentos da questão social.

Frente a essa relação intrínseca entre questão social, DSS e agravos crônicos, destacamos neste estudo duas condições específicas: diabetes mellitus (DM) e hipertensão arterial sistêmica (HAS). A escolha foi realizada com a participação de trabalhadores de saúde e gestores por se tratarem de problemas de saúde que possuem prevalência no quadro epidemiológico de Maracanaú/CE e de difícil controle. Esses agravos são considerados relevantes e desafiantes no contexto mundial e, particularmente, no municipal, tendo em vista que em 2017, de acordo com o Plano Municipal, a incidência de DM e HAS na população do referido município foi, respectivamente, de 30,07% e 75,49% (MARACANAÚ, 2017).

Teixeira et al. (2020) afirmam que os DSS colaboram para o agravamento das DCNT e as complicações que decorrem destas. Diante disso, sabendo que as Doenças Crônicas Não Transmissíveis estão intimamente vinculadas a nossa sociabilidade e a condição de vida e trabalho dos sujeitos, surgem os seguintes questionamentos: como os determinantes sociais de saúde interferem no processo de adoecimento dos indivíduos frente à diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica? O que são Determinantes Sociais da Saúde? Quais DSS incidem em pessoas com DM e HAS? Qual o perfil socioeconômico de sujeitos com DM e HAS?

Observamos que diferentes fatores reverberam na situação de saúde da população e na forma como geram impactos em suas vidas. Assim, discutimos neste artigo os DSS e DCNT, tendo como substrato dessa discussão a questão social, definida como um conceito que expressa às desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista. Partindo dessa perspectiva, buscamos analisar como os determinantes sociais de saúde interferem no processo saúde-doença de usuários com DM e HAS de um município cearense. E, para isso, inicialmente vamos: compreender o que são os DSS; identificar os DSS que incidem em pessoas com as condições crônicas supracitadas; além de analisar o perfil desses usuários com DM e HAS.

As DCNT são resultantes de uma série de fatores que interferem na saúde e, para entendê-los, aprofundamo-nos tanto nos estudos sobre os Determinantes Sociais da Saúde, como também desvelar o modo como a estrutura capitalista determina e condiciona a vida dos indivíduos e potencializa o processo de adoecimento. Afinal, as “[...] iniquidades em saúde [...] são evitáveis, injustas e desnecessárias” (CARVALHO; BUSS, 2008, p. 157), ou seja, a ocorrência de agravos – como as DCNT – precisa ser entendida em sua totalidade, distanciando-se da visão de naturalização das doenças.

Logo, o estudo em questão oferece importantes contribuições no campo da saúde, pois essa não se restringe a ausência de doença ou fatores biológicos, mas sim abrange diversos elementos sociais e econômicos que precisam ser evidenciados. Com base nisso, a existência de um índice elevado de usuários com HAS e DM em Maracanaú/CE, torna-se relevante conhecer os determinantes sociais mais presentes nas duas condições. Sendo assim, o presente artigo fornece elementos que colaboram para que o gerenciamento, financiamento e

atendimento nos serviços de saúde possam ser direcionados por uma visão mais sensível e holística frente aos aspectos que influenciam os agravos aqui estudados, proporcionando um cuidado mais adequado e ampliado à saúde para além de práticas medicamentosas.

## 2 METODOLOGIA

Esse artigo é um recorte dos resultados obtidos na pesquisa “Avaliação da qualidade da atenção à saúde a usuários com agravos crônicos em duas regiões de saúde no Ceará”<sup>81</sup>, financiada pelo Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde/PPSUS da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo empírica, cujo um dos cenários foi a Unidade de Atenção Básica de Saúde (UBS) do município de Maracanaú, denominada Centro de Saúde Prefeito Almir Dutra, sendo este o campo de pesquisa desse recorte. Para a escolha desta unidade de saúde, levamos em consideração alguns critérios, tais como: ter equipes de referência consolidadas com atuação de longo prazo; ter uma coordenação acessível; e dispor de áreas consideradas de vulnerabilidade social no território adscrito.

Os resultados aqui discutidos foram obtidos por meio de entrevistas com usuários, profissionais de saúde e gestores, os quais, serão identificados ao longo do texto com o nome do grupo de interesse a qual pertencem seguido do número de identificação (USUÁRIO 1; USUÁRIO 2; TRABALHADORA DE SAÚDE 1; TRABALHADORA DE SAÚDE 2; GESTORA).

---

81 Que teve por objetivo avaliar a qualidade da atenção à saúde voltada a usuários com condições crônicas numa metrópole, um município de grande porte e um de pequeno porte da 1ª e 3ª Coordenadoria Regional de Saúde do estado do Ceará.

Para os fins desse artigo foram analisadas entrevistas de cinco sujeitos, sendo dois usuários (ambos com HAS e DM), duas trabalhadoras de saúde e uma integrante da equipe gestora municipal. Das trabalhadoras de saúde entrevistadas, uma pertencia à equipe de saúde da família da unidade e a outra era integrante da equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF).

Quanto à escolha dos usuários, os mesmos foram identificados pelos próprios trabalhadores da UBS, que sugeriram usuários com casos considerados complexos. Após a indicação da equipe, entramos em contato com estes usuários e os convidamos a participar do estudo. Referente aos trabalhadores de saúde e gestores, a escolha ocorreu por meio de indicação. Entrevistamos o primeiro sujeito e pedimos indicação do próximo respondente, com a ressalva de que indicassem pessoas com pontos de vista diferentes, visando alcançar uma maior abrangência nas construções coletivas a partir de olhares plurais.

Como mencionado anteriormente, a técnica de produção de dados foi a entrevista do tipo aberta, por meio da qual, os participantes foram convidados a comentar a temática inicial, mediante uma questão de partida, a qual foi adequada a cada segmento respondente. Para os usuários utilizamos a seguinte pergunta de partida: fale da sua saúde, onde você recebe os cuidados e como ele acontece? Aos trabalhadores de saúde, indagamos: fale como a equipe de saúde tem cuidado das pessoas de seu território que convivem com HAS e DM? Já aos gestores, perguntamos: fale sobre a situação de saúde da população com HAS e DM e como o município tem enfrentado essa situação?

Após a primeira entrevista, analisamos as informações obtidas de maneira a identificar temáticas obtidas na fala do

entrevistado, assim ao realizarmos a segunda entrevista, pedimos ao convidado a comentar a questão de partida, assim como as temáticas elencadas no discurso do primeiro entrevistado, e assim sucessivamente. Nesse sentido, a entrevista que se iniciou mais aberta (com os respondentes iniciais), seguiu ganhando forma para os demais respondentes, com informações mais elaboradas, visto que incluiu temáticas abordadas pelas entrevistas antecedentes.

Após a realização das entrevistas, confrontamos o material empírico sistematizado com o referencial teórico, utilizando as seguintes categorias analíticas: determinantes sociais de saúde; questão social; processo saúde doença. A análise tomou como referência o modelo de Dahlgren e Whitehead 1991, este identifica as condições socioeconômicas, culturais e ambientais; as condições de vida e trabalho e o acesso aos serviços de saúde; as redes sociais e comunitárias; estilo de vida dos indivíduos e os fatores individuais, como idade, sexo, hereditariedade como determinantes do processo saúde doença (DAHLGREN; WHITEHEAD apud CARVALHO; BUSS, 2008)

Esta pesquisa iniciou em janeiro de 2018 e finalizou em novembro de 2020, sendo submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, de forma que o estudo obedeceu às normas que regem a pesquisa com seres humanos, conforme resolução 466/2012 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao analisarmos o perfil socioeconômico dos entrevistados usuários, já conseguimos identificar que as condições sociais e econômicas interferem no processo saúde-doença desses

sujeitos. Ambos os usuários de Maracanaú entrevistados possuem DM e HAS, esse dado corrobora com estudos epidemiológicos que apontam que diabetes e hipertensão são condições comumente associadas (YURGIN; SECNIK; LAGE, 2007 *apud* WINKELMAN; FONTELA, 2014). A possibilidade de associação é da ordem de 50%. Quando associadas, a hipertensão arterial e o diabetes mellitus potencializam o dano micro e macro vascular e são relevantes causas de morbidade e mortalidade cardiocerebrovascular (SANTOS; MOREIRA, 2012).

Além disso, os dois usuários entrevistados estão na fase adulta (56 e 41 anos), sendo um do sexo masculino e outra do sexo feminino. Referente a esses dados, torna-se inviável fazer inferências mais amplas, tendo em vista o tamanho da amostra da pesquisa. Entretanto, ao analisarmos os estudos realizados acerca do perfil da população com DM e HAS, identificamos que estas incidem, majoritariamente, na população idosa. Os estudos de Winkelman e Fontela (2014) identificaram que 63,5% dos pacientes com DM eram idosos e os estudos de Roediger *et al.* (2018) também revelaram que 85,7% dos diabéticos são da faixa etária de 60 a 74 anos. No tocante a HAS, os resultados das pesquisas são semelhantes, Daniel e Veigas (2013) observaram que 68,12% dos hipertensos estudados tinham mais de 60 anos, assim como o estudo de Salcedo-Barrientos, Siqueira e Egry (2013), observou que 83,3% dos hipertensos tem mais de 50 anos.

De acordo com Almeida *et al.* (2017), há relação direta e linear da pressão arterial com a idade, visto que a mesma possui uma fisiologia própria ao envelhecimento. Dessa forma, há prevalência de HAS superior a 60% na faixa etária acima de 65 anos, que é quando a pressão arterial sistólica e a pressão arterial diastólica aumentam progressivamente em ambos os sexos.

Quanto a questão do gênero, pesquisas têm revelado que a DM e HAS incidem mais na população feminina. Os estudos de Roediger *et al.* (2018) e Cruza, Leitão e Ferreira (2016) identificaram que mais de 54% das pessoas pesquisadas com diabetes eram mulheres. Quanto a Hipertensão Arterial, os estudos têm revelado que mais de 56% da população com esta condição crônica de saúde é do sexo feminino (ALMEIDA *et al.*, 2017; SALCEDO-BARRIENTOS; SIQUEIRA; EGRY, 2013; DANIEL; VEIGA, 2013).

Segundo Almeida et al. (2017, p.4832) este elevado número de:

[...] pacientes pertencentes ao sexo feminino pode ser explicado pelo fato de as mulheres se preocuparem mais com a própria saúde. Assim, elas acabam buscando os serviços de saúde com uma frequência maior do que os homens e são diagnosticadas antes deles.

Ainda segundo o referido autor, os homens são mais propícios à hipertensão do que as mulheres até 50 anos de idade, sendo o número de casos bem menor em mulheres antes da menopausa, tal situação pode ser decorrente da situação dos hormônios femininos a protegerem, aumentando as chances das mulheres apresentarem HAS a partir de 60 anos. Além disso, a diminuição dos “estrógenos na menopausa, mudanças no perfil lipídico, aumento de peso e sedentarismo são considerados fatores de risco importantes para HAS em mulheres durante a menopausa, se comparadas àquelas que ainda não entraram nela”. (ALMEIDA et al., 2017, p. 4832).

No tocante a questão étnico-racial, um usuário se autodeclarou negro e o outro pardo. Alguns estudos revelam que a incidência de HAS é maior na população negra, conforme o estu-

do de Salcedo-Barrientos, Siqueira e Egry (2013) que identificou que 70,8% dos hipertensos têm a cor da pele parda e negra.

Francisco *et al.* (2018, p.3836) relatam que “dados nacionais e internacionais revelam desigualdades de escolaridade e raça em relação à presença de doenças crônicas, o que pode decorrer da associação com a falta de acesso a oportunidades sociais ao longo da vida”. Os autores relatam que a cor da pele/raça se mostra como uma relevante variável na análise da desigualdade social e aspectos de saúde.

Segundo Gonçalves (2018), a questão racial é o nó da questão social. Enquanto esta é produto do modo de produção capitalista, a questão racial é seu mais grave subproduto, fazendo parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa. A sociabilidade capitalista favoreceu-se da escravidão e sustentou as bases da opressão racial, permitindo que esta se mantenha e continue a amparar a reprodução do capital.

No Brasil, a questão racial faz parte da nossa formação social tendo em vista que “ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (GONÇALVES, 2018, p. 515). Assim, é a partir deste contexto de desigualdade que compreendemos como a questão racial reverbera consideravelmente na saúde dos sujeitos.

Quanto à escolaridade, um dos usuários entrevistados possui o ensino fundamental incompleto e outro possui o ensino médio. Esse perfil vai ao encontro de outros estudos que também identificaram que pessoas com DM e HAS possuem baixa escolaridade. Quanto ao diabetes, a pesquisa de Roediger *et al.* (2018) observou que 80,5% dos diabéticos relata-

ram ter menos de 8 anos de estudo, assim como o estudo de Cruza, Leitão e Ferreira (2016) que também identificou que 72,6% da população diabética estudada tinha, no máximo, a escolaridade obrigatória (9.º ano). No que diz respeito a HAS, o estudo de Almeida et al. (2017) observou que 56,25% dos hipertensos apresentavam entre quatro e seis anos de estudo e 21% apresentavam escolaridade entre sete a nove anos. E o estudo desenvolvido por Daniel e Veiga (2013) identificou que 63,8% dos hipertensos estudou só até o ensino fundamental e 21,7% eram analfabetos.

Essa baixa escolaridade pode interferir no processo de saúde doença dos sujeitos, pois devido ao menor nível de escolaridade podem aderir ao tratamento com menos frequência, devido à falta de compreensão sobre a doença e as exigências do tratamento.

Segundo Barros et al. (2006), o segmento de menor escolaridade da população adulta brasileira apresentou 62% a mais de prevalência de doenças crônicas, se comparado aos de melhor nível. Outras pesquisas, em diferentes países, também têm identificado a maior presença de morbidade crônica nos segmentos de menor escolaridade ou renda.

Uma das trabalhadoras de saúde entrevistadas até elenou essa questão da escolaridade. Segundo a entrevistada: “tem uns que são bem né, que não aceita, que são literalmente ignorantes no sentido da palavra, desconhece e quando a gente fala, não acredita tanto [...] é mais fácil a adesão pelo nível de escolaridade, e pelo nível também de poder aquisitivo” (TRABALHADORA DE SAÚDE 2).

O nível de escolaridade impacta no modo como os sujeitos percebem a própria saúde. Além disso, a escolaridade apresenta relação significativa com o estilo de vida e comporta-

mentos dos indivíduos em relação à saúde. A população com maior tempo de educação formal apresenta maior capacidade para o autocuidado, para se inserir em ações de prevenção e na resolução de problemas de saúde-doença (SOUZA, 2012). Ademais, a baixa escolaridade está fortemente associada a condição econômica dos sujeitos. A baixa formação escolar incide sobremaneira nas populações de baixa renda, sendo que este é outro fator que vai impactar, muitas vezes, negativamente na saúde da população.

Quanto a essa questão da condição econômica, observamos que os dois usuários entrevistados possuem renda familiar de até um salário mínimo. Esse dado se alinha ao estudo de Almeida et al. (2017) que observou que a renda per capita de 68% dos hipertensos prevaleceu entre meio a um salário mínimo.

A classe social e fatores socioeconômicos podem estar associados à hipertensão e a diabetes, uma vez que a baixa renda dificulta o acesso ao tratamento e a mudanças no estilo de vida. A condição socioeconômica pode ser um fator determinante para a adesão ao tratamento, quando traz dificuldade para os indivíduos terem acesso à alimentação adequada, a atividades físicas, aquisição de medicamentos entre outros (ALMEIDA et al. 2017).

Inclusive um dos usuários entrevistados destacou sua limitação financeira para comprar alimentos integrais, frutas e verduras, mesmo sabendo que seria importante para a estabilidade da sua condição de saúde. Segue sua fala:

[...] como eu não tenho muita condição de estar comprando fruta, verduras essas coisas assim que é pra mim comer tudo integral, eu como normal, não é pra mim comer normal, mas eu não tenho como, realmente as coisas não deixam. (USUÁRIA 2)

Isso condiz com o que a trabalhadora de saúde 2 afirma acerca da adesão ao tratamento na unidade Almir Dutra, a qual considera ser menor que nas outras unidades em que trabalha, e acrescenta que a questão financeira e escolar estão inclusas na determinação desse processo:

Porque a alimentação vai toda uma mudança no estilo de vida, e as vezes o poder aquisitivo não é tão bom, e a gente sabe que pra fazer uma reeducação alimentar, uma dieta exige dinheiro [...] o poder aquisitivo, principalmente aqui no Timbó, ele é um poder aquisitivo mais baixo [...] a população daqui é mais... financeiramente desprovida [...] a nutricionista sempre diz o preço de um “xilito” é o preço de uma fruta né mais assim eles dizem o “xilito” enche mais do que a fruta, eles vêem não pela propriedade do alimento, mais da saciedade que ele dá, aí as vezes dificulta por conta disso. (TRABALHADORA DE SAÚDE 2)

De acordo com Carvalho e Buss (2008), as iniquidades em saúde no contexto brasileiro são agravadas pela condição de pobreza em que os sujeitos vivem, visto que essa cria barreiras em relação ao acesso às condições e bens básicos para saúde. Percebe-se na fala que, apesar de serem orientados pela equipe de saúde sobre a necessidade de manter uma alimentação saudável, os usuários não conseguem arcar com as despesas da dieta.

Segundo Pitombeira e Oliveira (2020, p.1700), as relações entre pobreza e saúde podem ser identificadas no cotidiano da população brasileira e notadas nos serviços de saúde. “Por estarem historicamente e estruturalmente forjadas na sociedade, a pobreza e as desigualdades constituem faces de um

contexto social perverso, estando implicadas no campo da saúde”. Vivenciamos o avanço das desigualdades no contexto brasileiro e o recrudescimento da pobreza no país. Há um aprofundamento da condição de empobrecimento da maioria da população e das desigualdades sociais resultantes da concentração de riquezas por uma parcela mínima da população.

Assim, a pobreza se impõe como um desafio aos processos de cuidado, principalmente para os usuários que vivem “cotidianamente nessa situação e que trazem em seus corpos e subjetividades as marcas de uma vida atravessada pelo “sofrimento social” (PITOMBEIRA; OLIVEIRA, 2020, p.1700). As expressões da questão social, das desigualdades construídas na estrutura da sociedade brasileira estão imbricadas com a dimensão do cuidado nas práticas em saúde. A pobreza e as desigualdades condicionam os cuidados em saúde e têm tido repercussões ainda mais duras com as tensões entre os direitos e a austeridade em curso no país.

As políticas de ajustes neoliberal influenciam no acesso aos serviços de saúde. Na pesquisa, constatamos que o SUS representou um grande avanço para a garantia do direito à saúde, mas o desfinanciamento crônico impacta negativamente, representando a insuficiência de serviços, especialmente de atenção secundária e terciária, o que contribui para a existência de longas filas de espera para esses serviços. Ao mesmo tempo em que as ações intersetoriais, necessárias para promoção da saúde, estão sendo cada vez mais reduzidas por problemas de gestão e pela estratégia neoliberal que reduziu os gastos com as políticas sociais.

Com relação à ocupação dos usuários, uma das entrevistadas não exerce nenhuma atividade profissional, mas relatou ter trabalhado como diarista – sem vínculo – há três anos

atrás. O outro usuário trabalha em uma empresa de plásticos como auxiliar de produção com carteira assinada, mas no momento da entrevista estava afastado há mais de seis meses por motivo de doença, recebendo seu benefício pelo INSS. De acordo com a entrevista deste, a condição de trabalho foi um fator contribuinte para o processo de adoecimento. Segue sua fala: “É... muito quente a empresa também, várias vezes eu passei mal lá dentro, entendeu? por causa da quentura. Aí eu, devido a saúde eu tô afastado.” (USUÁRIO 1)

Um dos gestores de Maracanaú entrevistados também elucidou a relação entre o processo de adoecimento com as condições de trabalho. Esta gestora relatou um caso de um usuário acompanhado em uma unidade básica que alegava para a enfermeira que seguia o tratamento, mas apesar disso não havia controle na pressão, e posteriormente, isso foi relacionado com a condição da água de seu ambiente de trabalho. Segue fala dela:

[...] ele disse: ‘Em casa, eu faço tudo do jeito que deve’. Aí quando ela chegou no ambiente de trabalho dele, descobriu que a água não era de abastecimento público, e sim do poço. Quando foi feita a análise da água, era a quantidade de sódio elevada (GESTORA).

A mesma gestora também relata outro usuário que sofreu influência em sua saúde pelas condições de trabalho. “[...] O outro era a quantidade de gordura na alimentação, porque eles não tinham empresa contratada para fazer aquele balançamento”.

Levando em consideração a dimensão dos determinantes sociais da saúde e com base na narrativa destes usuários, é possível observar uma associação do processo de adoecimen-

to com as condições de trabalho dos sujeitos. Identificamos por meio das falas que as condições precárias de trabalho – falta de fornecimento de água e alimentação adequada aos trabalhadores – repercutiu diretamente na saúde destes sujeitos.

A relação entre trabalho e o processo saúde/doença é de fundamental importância na discussão sobre os DSS, pois as condições e os processos de trabalho que os sujeitos desenvolvem no seu cotidiano reverberam diretamente na sua saúde. Segundo Minayo-Gomez; Thedim-Costa (1997, p.24)

[...] as inserções diferenciadas dos indivíduos nos processos produtivos, quer no meio urbano, quer no rural, definem padrões também diversificados de morbi-mortalidade, para os quais contribuem outros fatores decorrentes das condições de vida a que estão submetidos. Dessa forma, no mundo do trabalho, revela-se a imensa gama de diferenças presentes na sociedade.

As condições de trabalho também podem influir na adesão ao tratamento, pois as jornadas de trabalho excessivas podem dificultar o acompanhamento de saúde do usuário, pela falta de disponibilidade de horas livres. Essa questão da disponibilidade para o acompanhamento é relatada pela trabalhadora de saúde 1 de Maracanaú ao tratar dos motivos que os usuários dão para não realizarem os acompanhamentos:

[...] eu já recebi a informação de alguns que, porque trabalham... e não, na verdade, uma boa parte é porque trabalham e não vão faltar o emprego para poder vir para consulta, porque o emprego não aceita declaração, porque em primeiro lugar vem o emprego. (TRABALHADORA DE SAÚDE 1)

No âmbito do trabalho, estamos vivenciando um intenso processo de precarização, com altos índices de terceirização, subcontratação, flexibilidade nos contratos laborais e a progressiva exclusão de trabalhadores do mercado formal.

[...] multiplicam-se formas paralelas, com contratos parciais (tempo determinado, jornada parcial ou alongada), terceirizações em vários níveis (subcontratações), subordinação sem contrato (bolsistas, estagiários etc.), salário por peças, trabalho a domicílio, pessoa jurídica (quando o trabalhador cria uma empresa cujo objetivo é vender sua força de trabalho, uma das modalidades do empreendedorismo, na qual o próprio trabalhador torna-se 'empresa', para a qual não estão previstos direitos trabalhistas, ou ainda 'trabalho voluntário', quando trabalhadores aceitam realizar tarefas 'sociais' com a expectativa de posteriormente conseguirem empregos) (FONTES, 2017, p. 52).

Essas formas de trabalho são estratégias criadas pelo modo de produção capitalista para continuar explorando, ao máximo, a força de trabalho, expropriando ao máximo os trabalhadores de seus direitos e de defesas frente ao grande capital.

Relacionado a questão familiar, identificamos que os dois usuários vivem com seus companheiros(as). A respeito disso, estudos mostram que a maioria dos diabéticos e hipertensos vivem com companheiros. O estudo de Roediger *et al.* (2018) corrobora este fato ao identificar que mais de 80% dos diabéticos pesquisados viviam acompanhados e, a exemplo de estudos relacionados a hipertensão, podemos citar a pesquisa de Almeida *et al.* (2017) que analisou que 66% dos pacientes com HAS viviam com companheiro(a).

O estudo de Daniel e Veiga (2013) identificou que os pacientes portadores de HAS, que vivem com companheiros, apresentam uma melhor adesão ao tratamento quando comparados aos que não são casados. A pesquisa de Alves e Calixto (2012) ao analisar a adesão de usuários com DM e HAS ao tratamento, observaram que 75,6% dos pacientes referiram receber apoio de familiares, principalmente no quesito orientação (60,7%) e que a família desempenha um papel crucial no processo de tratamento dos pacientes, tendo em vista que quando os membros familiares demonstram preocupação com o tratamento correto e a saúde do paciente, este por sua vez se mostra mais comprometido e envolvido com a sua própria saúde.

A família é de fundamental importância para a promoção do cuidado a seus familiares, “constituindo um sistema de saúde para seus membros, com seus valores, crenças, conhecimentos e práticas que guiam as ações na promoção da saúde” (SILVEIRA et al., 2009, p. 670)

É no âmbito familiar onde ocorrem as funções de apoio afetivo, socializadora e cuidadora. Principalmente, no contexto das doenças crônicas, que muitas vezes exigem mudanças no estilo de vida e na rotina familiar. A família assume um papel relevante nas alterações de vida desses sujeitos, pois a família pode intervir em certos comportamentos da pessoa com DM e HAS, como a alimentação, o exercício físico, a adesão ao tratamento de saúde ou o uso dos serviços de saúde (FAQUINELLO; MARCON; WAIDMANN, 2011).

A família se constitui em um dos pontos primordiais da rede social dos usuários. As redes sociais são o conjunto das relações que os indivíduos consideram como importantes e significativas na sua vida, de forma que a

[...] rede social, quando estável, ativa e confiável protege a pessoa na vida cotidiana, atuando como agente de ajuda [...] acelera os processos de cura e recuperação [...] é geradora de saúde, tanto nos aspectos físicos como nos psicológicos e afetivo-emocionais. [...] O efeito positivo das redes sociais pode ser compreendido pela convivência entre as pessoas em que os envolvidos cuidam-se uns dos outros, além de exercerem o aconselhamento e incentivo mútuo (SILVEIRA et al., 2009, p. 668).

A rede social também pode ser composta por pessoas que não pertencem ao grupo familiar, como por exemplo, amigos e vizinhos com os quais os indivíduos podem desenvolver relações de interdependência e afetividade.

Entretanto, da mesma forma que esses sujeitos podem contribuir positivamente no processo saúde-doença dos indivíduos, eles também podem impactar negativamente. É o caso que identificamos na fala da usuária 2. Esta relata que sua vizinhança é bastante hostil. Seque fala da usuária ao ser questionada se esses conflitos com a vizinhança implicavam em sua saúde: “É implica tanto, tanto. Chuta minha porta, empurra minha porta”. Por meio dessa fala e dos dados mostrados acima, percebemos como as relações familiares e comunitárias impactam na saúde dos sujeitos.

Outro ponto identificado nas entrevistas que vai ter uma determinação social de extrema importância na vida das pessoas com diabetes e hipertensão arterial é a condição de habitação. A usuária 2 relata que sua moradia foi viabilizada pelo programa do Governo Federal “Minha casa minha vida” e que a mesma possui um ambiente muito quente, além de relatar

que não foi levado em consideração a sua condição de saúde no momento de inscrição para o programa. “Aqui é quente, é quente pense, desde o dia que eu cheguei aqui que eu vivo doente”.

A respeito da determinação do meio ambiente, ela (usuária 2) relata que a queimada que existe no bairro afeta ela e sua família, segue fala a respeito dessa poluição: “[...] o pessoal tem mania de queimar coisa aqui nesse terreno baldio em frente ao bandeirantes ai vem a fumaça toda para cá.”

O contexto social, habitacional e geográfico da população vai trazer variações nos níveis de saúde. As características dos espaços onde as pessoas vivem são resultantes de uma acumulação de situações históricas, ambientais, sociais que promovem condições particulares para o processo saúde-doença (SANTOS, 2008).

A usuária 2 considerou ainda outras dimensões no seu processo saúde-doença. Ela destacou sua inserção em diversas práticas de atividade física existentes no território, como é o caso da hidroginástica e da zumba, além de espaços para a realização de caminhadas. Percebemos sua intenção de buscar manter-se ativa, chegando inclusive a mencionar que desejava comprar uma bicicleta para pedalar e melhorar seu deslocamento. Contudo, essa disposição é minoritária.

As atividades físicas são excelentes estratégias de promoção e prevenção de saúde. Inclusive, as trabalhadoras de saúde de Maracanaú entrevistadas relataram que desenvolvem atividades físicas nos grupos da UBS. A trabalhadora 1 ressaltou as atividades físicas proporcionadas por atividades grupais conduzidas pela equipe NASF no território da UBS como uma das estratégias de promoção e prevenção de saúde. Vejamos a fala da trabalhadora de saúde acerca desses grupos: “[...] esses

grupos que são mais ou menos né da parte de atividade física e a gente estimula, encaminha, repassa horários, encaminha para o NASF [...]”. Também foi mencionada a existência de um grupo no território do Novo Maracanaú, voltado para tabagistas que tenham interesse em parar de fumar.

Segundo Ribeiro *et al* (2018), os DSS são condições sociais e econômicas que “influenciam a saúde dos indivíduos, das comunidades e jurisdições como um todo. DSS determinam também se os indivíduos se mantêm sãos ou se tornam enfermos” (p. 641). Conforme o modelo de Dahlgren e Whitehead, no qual dispõe os DSS em camadas proximais e distais, a trabalhadora de saúde 1 destaca em sua fala alguns determinantes proximais que condicionam a condição crônica dos sujeitos, como a “atividade física” e o controle do “tabagismo”, entendidos – conforme o modelo – a camada que corresponde ao estilo de vida dos indivíduos.

A partir desses DSS discutidos, reafirmamos que a dimensão social é intrínseca ao processo de produção da saúde e da doença, não podendo ser vista desarticulada desta. As determinações sociais são basilares para compreensão dos processos saúde-doença. Desta forma, as doenças crônicas, mais especificamente a diabetes mellitus e a hipertensão arterial, precisam ser compreendidas a partir desses determinantes sociais elencados ao longo deste artigo, entrelaçando-os ao nosso processo sócio-histórico e ao modo de produção capitalista vigente. Somente assim, conseguiremos realizar um cuidado que toma os sujeitos na sua totalidade, apreendendo as diversas dimensões que fazem parte da sua realidade.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a relação entre os DSS e as condições crônicas supracitadas torna-se relevante na medida em que conhecendo os determinantes sociais mais presentes em uma dada condição, o gerenciamento, financiamento e o atendimento dos serviços de saúde podem ser direcionados por uma visão mais sensível aos aspectos que influenciam naquele problema, proporcionando assim um cuidado mais adequado e ampliado a saúde desse público.

Os Determinantes Sociais da Saúde e das doenças são um reflexo da nossa ordem societária. As condições de trabalho e vida da população interferem na produção de saúde, que atrelados ao processo de exploração e acumulação capitalista impactam no adoecimento dos sujeitos.

Dessa forma, a incorporação dos DSS na análise das condições crônicas é imprescindível para construção do trabalho em saúde e da organização do cuidado integral e transversal, ultrapassando ações imediatistas.

Assim, o enfrentamento das expressões da questão social que interferem no processo saúde doença exige uma ação intersetorial. E a própria Constituição Federal brasileira reconhece que o direito à saúde deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que reduzam os riscos, promovam a saúde, previnam as doenças e seja garantido o acesso às ações e serviços de saúde. Contudo, com o aprofundamento da política neoliberal com um governo de extrema direita isto tem se tornado cada vez mais difícil, necessitando portanto, de mobilização social para garantia dos direitos fundamentais.

## 5 REFERÊNCIAS

- ADEODATO, A. I.; ROLIM, G do N.; ANDRADE, M. D. Determinantes Sociais da Saúde como Desdobramentos da Questão Social: Análise da Entrevista Social no Transplante Hepático social. **Qualitas Revista Eletrônica**, v.20, n.2, mai./ago. 2019, p.157-156.
- ALMEIDA, A. S. de et al. Estilo de vida e perfil socioeconômico de pacientes hipertensos. **Revista de enfermagem UFPE**, Recife, v.11, n.12, p.4826-37, dec. 2017.
- ALVES, B. A.; CALIXTO, A. A. T. F. Aspectos determinantes da adesão ao tratamento de hipertensão e diabetes em uma Unidade Básica de Saúde do interior paulista. **Journal of the Health Sciences Institute**. v. 30, n.3, p.255-260, 2012.
- BARROS, M. B. de A. et al. Desigualdades sociais na prevalência de doenças crônicas no Brasil, PNAD-2003. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.11, n.4, p.911-926, 2006.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.77-93, maio 2007.
- CARVALHO, A.; BUSS, P. Determinantes Sociais na Saúde, na Doença e na Intervenção. In: GIOVANELLA, L. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- CEARÁ. SECRETARIA DA SAÚDE. Boletim epidemiológico. 2020. Disponível em: [https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/DOENCAS\\_CRONICAS\\_NAO\\_TRANS\\_25\\_11\\_2020.pdf](https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/DOENCAS_CRONICAS_NAO_TRANS_25_11_2020.pdf). Acesso em: 23 jul. 2020.
- CRUZA, R. S.; LEITÃO, C. E.; FERREIRA, P. L. Determinantes do estado de saúde dos diabéticos. **Revista Portuguesa Endocrinologia Diabetes e Metabolismo**, v.11, n.2, p.188- 196, 2016.
- DANIEL, A. C. Q. G.; VEIGA, E. V. Fatores que interferem na adesão terapêutica. **Einstein**, v. 11, n.3, p.331-337, 2013.
- FAQUINELLO, P.; MARCON, S. S.; WAIDMANN, M. A. P. A rede social como estratégia de apoio à saúde do hipertenso. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v.64, n.5, p.849-856, 2011.
- FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, v.5, n.8, jan./jun. 2017.

FRANCISCO, P. M. S. B. *et al.* Prevalência simultânea de hipertensão e diabetes em idosos brasileiros: desigualdades individuais e contextuais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n.11, p.3829-3840, 2018.

GEIB, Lorena Teresinha Consalter. Determinantes sociais da saúde do idoso. **Ciência & Saúde** v. 17, n. 1, p. 123-133, 2012.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**, Florianópolis, v.21, n.3, p.514-522, set./dez. 2018.

MELO, S. P. da S. de C.; et al. Determinantes socioeconômicos do diabetes mellitus em um contexto de desigualdades no nordeste brasileiro. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 5, p. 6863, maio 2021.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. da F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 21-32, 1997.

PITOMBEIRA, D. F.; OLIVEIRA, L. C. de. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p.1699-1708, 2020.

RIBEIRO, K.G. et al. Determinantes sociais da saúde. In: ROUQUAYROL, Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia & saúde**. Rio de Janeiro: Medbook, p. 635-647, 2018.

ROEDIGER, M. de A. *et al.* Diabetes mellitus referida: incidência e determinantes, em coorte de idosos do município de São Paulo, Brasil, Estudo SABE – Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n.11, p. 3913-3922, 2018.

SALCEDO-BARRIENTOS, D. M.; SIQUEIRA, E. de F. G.; EGRY, E. Y. Determinantes Sociais e Hipertensão Arterial: um desafio na saúde coletiva. **Avances en Enfermería**, v.31, n. 1, jan./jun. 2013.

SANTOS, J.F.dos; MOREIRA, T.M.M. Fatores de risco e complicações em hipertensos/diabéticos de uma regional sanitária do nordeste brasileiro. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 1125-1132, oct. 2012.

SANTOS, Simone Maria dos. **A Importância do Contexto Social de Moradia na Auto-Avaliação de Saúde**. Tese. Rio de Janeiro, 2008.

SILVEIRA, C. L. et al. Rede social das cuidadoras de familiares com doença crônica incapacitante no domicílio: implicações para a enfermagem. **Ciência Cuidado e Saúde**, v. 8, n.4, p. 667-674, Out./Dez. 2009

SOUZA, D. E. de. **Determinação social da saúde**: associação entre sexo, escolaridade e saúde autorreferida. Tese (doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

SOUZA, Diego de Oliveira. O caráter ontológico da determinação social da saúde. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 174-191, jan./abr. 2020

TEIXEIRA, Carla Regina de Souza et al. Os determinantes sociais e a mortalidade prematura por doença crônica não transmissível: um scoping review/social. **Ciência, Cuidado e Saúde**, [S.L.], v. 19, p. 1-10, 20 ago. 2020. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/50398/751375150572>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

WINKELMAN, E. R.; FONTELA, P. C.. Condições de saúde de pacientes com diabetes mellitus tipo 2 cadastrados na Estratégia Saúde da Família, em Ijuí, Rio Grande do Sul, 2010-2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n.4, p.665-674, out./dez. 2014.

## **SOBRE OS/AS AUTORES/AS E ORGANIZADORES/AS**

### **Ariel Cristina de Araújo Nascimento.**

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará; membro do LAPRESS desde 2019; atualmente bolsista de extensão no projeto “Na luta é que a gente se encontra: formação política, cultura e arte no movimento docente”, vinculado ao Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social - LAPRESS.

Email: ariel.cristina@aluno.uece.br/

### **Adinari Moreira de Sousa**

Doutora em Política Social pela UnB, professora adjunta na Universidade Estadual do Ceará, membro do Laboratório de Pesquisa e Estudo em Serviço Social (LAPRESS), vinculada a linha de políticas sociais e Serviço Social.

E-mail: adinari.sousa@uece.br

### **Ana Samilly Alexandre Moreira**

Mestre em Serviço Social, trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professora do curso de Serviço Social também na UECE, pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Estudo em Serviço Social (LAPRESS), na linha Estado e Sociedade, no LAPRESS, coordena o grupo de estudos Conservadorismo e Realidade Brasileira.

E-mail: assamilly@gmail.com

### **Camila da Costa Brasil**

Mestre em Serviço Social pelo Mestrado Acadêmico de Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará, membro do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (LASSOS), colaboradora do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social.

E-mail: camiladacostabrasil@hotmail.com

**Estênio Ericson Botelho de Azevedo**

Doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará, vinculado ao curso de graduação em Serviço Social, professor do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social e do Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisador do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social (LAPESS), na linha Estado e Sociedade.

E- mail: estenio.ericson@uece.br

**Elainny Albino da Silva**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, membro do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social(LASSOS), colaboradora do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social.

E-mail: lanyalbino0@gmail.com

**Francisco Jorge Nogueira Severo**

Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Membro efetivo do Laboratório de Pesquisa em Serviço Social - LAPESS. Bolsista do Projeto de Pesquisa Serviço Social em Libras: a importância da criação de Sinais Termos na Formação Profissional. Email: jorge.severo@aluno.uece.br

**Gabriela Holanda Vieira**

Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bolsista de Iniciação Científica Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social (LAPESS), na linha: na linha Serviço Social, História, Formação e Trabalho.

Email:gabriela.holanda@aluno.uece.br

**Gisele Caroline Ribeiro Anselmo**

Doutora em Serviço Social pela Università degli Studi Roma TRE (Roma/Itália), professora visitante do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), colaboradora do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social.

E-mail: gribeiroanselmo@gmail.com

**Ivna de Oliveira Nunes**

Doutoranda no Programa de Política Social pela Universidade de Brasília, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero, Política Social e Serviços Sociais (GENPOSS). Docente do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Contribui na coordenação do grupo de estudos Conservadorismo e Realidade Brasileira do Laboratório de Pesquisa e Estudo em Serviço Social (LAPRESS).  
E-mail: ivnanunes@gmail.com

**Juliana Frota Dourado**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE e mestranda em Serviço Social pelo Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social - MASS.  
Email: julianadourado05@hotmail.com

**Laura Maria Cunha**

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora efetiva do Curso de Serviço Social e do Mestrado Acadêmico de Serviço Social, Trabalho E Questão Social da Universidade Estadual do Ceará da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Vice coordenadora e Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Estudo em Serviço Social (LAPRESS), nas linhas Serviço Social, História, Formação e Trabalho; Estado, Questão Social e Serviço Social.  
Email: laura.cunha@uece.br

**Letícia Pequeno**

Graduada em Serviço Social (UECE), Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (UECE), Doutoranda em Serviço Social e Política Social (UEL). Assistente social Judiciária do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)  
Email: leticiasampaiu@gmail.com

**Liana Brito**

Doutora em Educação (UFC). Graduada em Serviço Social pela UECE. Professora Aposentada da Universidade Estadual do Ceará. Docente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS), pesquisadora do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPRESS).  
Email: liana.brito@uece.br

**Lidia Pereira Batista**

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, membro do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social(LASSOS), colaboradora do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social.  
Email: lidiapereira@aluno.uece.br

**Lucia Conde de Oliveira**

Doutorado em Saúde Coletiva, Professora Associada do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e do Mestrado Acadêmico de Serviço Social, Trabalho E Questão Social da Universidade Estadual do Ceará, coordenadora do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social(LASSOS), colaboradora do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social.  
E-mail: lucia.conde@uece.br

**Karina Claudia Mendes Simões**

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Membro efetivo do Laboratório de Pesquisa em Serviço Social - LAPRESS. Bolsista do Projeto de Pesquisa Serviço Social em Libras: a importância da criação de Sinais Termos na Formação Profissional.  
Email: karina.mendes@aluno.uece.br

**Maria Cristina de Queiroz Nobre**

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará, professora associada da Universidade Estadual do Ceará, vinculada ao Curso de Graduação em Serviço Social e ao Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Coord. Pesquisadora e coordenadora do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPRESS), na linha de Estado, Questão Social e Serviço Social.  
E-mail: cristina.nobre@uece.br

**Maria Elaene Rodrigues Alves**

Doutora do Curso de Pós-graduação de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professora adjunta da pós graduação de Serviço Social na UERJ (2018), professora adjunta da Universidade de Brasília (UNB), membro do TRASSO (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho Sociabilidade e Serviço Social), pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social (LAPRESS).  
E-mail: elaeneceara@gmail.com

**Rogério Castro**

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professor vinculado ao Mestrado Acadêmico em Serviço Social – MASS-UECE. É membro do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social – LAPRESS-UECE.

E-mail: rcastro.liceu@gmail.com

**Salyanna de Souza Silva**

Doutora em Serviço Social pela Università degli Studi Roma TRE (Roma/Itália), professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, colaboradora do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social (LAPRESS).

E-mail: salyanna.silva@ufes.br

**Stéphanie Cavalcante Barros**

Graduada em Letras Libras e professora do Departamento de Letras Libras e Estudos Surdos (DELLES) - Universidade Federal do Ceará. Membro efetivo do Laboratório de Pesquisa em Serviço Social - LAPRESS. Pesquisadora voluntária do Projeto de Pesquisa Serviço Social em Libras: a importância da criação de Sinais Termos na Formação Profissional.

Email: stephanie.cavalcantebarros@uece.br

**Taís Ingrid Pinheiro Rodrigues**

Residente em transplante no Hospital Universitário Walter Cantídio, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará e membro do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social na linha de política social e Serviço Social.

E-mail: taisingridpinheiro@gmail.com

**Vitória Carolina Lima**

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Membro efetivo do Laboratório de Pesquisa em Serviço Social - LAPRESS. Bolsista do Projeto de Pesquisa Serviço Social em Libras: a importância da criação de Sinais Termos na Formação Profissional.

Email: vitoria.carolina@aluno.uece.br

**Vitória Régia Mesquita Café**

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, bolsista da pesquisa de Estética Marxista e Literatura vinculada ao Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social.

E-mail: [vitoria.cafe@aluno.uece.br](mailto:vitoria.cafe@aluno.uece.br)

**Virzângela Paula Sandy Mendes**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará(UFC), com pós doutorado em curso na UFC docente externa da Universidade Federal do Ceará, membro do Laboratório das Artes e das Juventudes (LAJUS), é professora colaboradora do mestrado acadêmico em Serviço Social e Sociedade (MASS), da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e professora substituta do curso de Serviço Social (UECE) e Faculdade Cearense (FAC), membro do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social (LAPESS) na linha Serviço Social, trabalho e políticas sociais.

E-mail: [virzangela.sandy@uece.br](mailto:virzangela.sandy@uece.br)

**Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo**

Mestre em Serviço Social pelo Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social na Universidade Estadual do Ceará, professora e pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Estudo em Serviço Social (LAPESS) na linha Serviço Social, História, Formação e Trabalho.

E-mail: [yashimin.ribeiro@uece.br](mailto:yashimin.ribeiro@uece.br)

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**  
**LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SERVIÇO SOCIAL**

**RELAÇÃO DOS(AS) PROFESSORES(AS), BOLSISTAS,**  
**COLABORADORES(AS) E PROJETOS DO LAPRESS**

**2011 – 2021**

**PROFESSORES (AS)**

- Adinari Moreira de Sousa
- Cristiane Porfirio de Oliveira Rio
- Estênio Ericson Botelho de Azevedo
- Laura Maria Cunha
- Liana Brito de Castro Araujo
- Maria Cristina de Queiroz Nobre
- Virginia Márcia Assunção Viana

**BOLSISTAS**

- Agatha Creston Guedes;
- Alania Mara do Nascimento Almeida;
- Amanda Oliveira Bastos Ferreira;
- Amanda Silva de Oliveira;
- Amanda Thaina De Oliveira Freitas;
- Amanda Vitória dos Reis Moraes;
- Ana Caroline Freire Fróes;
- Ana Cleide Alves da Silva;
- Ana Flor de Alcantara;
- Ana Gabrieli de Deus Casimiro;

- Ana Jéssica Santos Leite;
- Andrezza Gomes Xavier;
- Antonia Paulyane Lima Reboucas;
- Antonio Israel Carlos Da Silva ;
- Antônio Sijone Silva de Oliveira;
- Ariel Cristina de Araújo Nascimento;
- Aurislane Abreu Paula;
- Bruna Larissa Rodrigues Marques;
- Bruna Lena Carneiro;
- Bruna Leticia Correia Santos;
- Bruna Mateus;
- Carla Alcyone da Silva Almeida;
- Carmem Caroline Martins Holanda;
- Cristiane Maria Mesquisa de Moura;
- Daniele Da Silva De Lima;
- Danielle De Menezes Vieira;
- Débora Pereira Gomes;
- Elidiane Ferreira Serpa;
- Elizabete Da Silva;
- Emanuel Lucas de Sousa Nobre;
- Emanuella da Costa Lopes;
- Estelita Machado de Sousa;
- Estênio Guedes De Assis Júnior;
- Fabiana Andrade Almeida;
- Fabiana Moreno de Lima;
- Fernanda Anselmo Duarte;
- Fernanda Isa Alves Silva;
- Fernanda Maranhão Lopes;
- Filipe Monteiro;
- Flávia Lima da Silva;

- Francisca Alana de oliveira Silva;
- Francisco Ítalo Queiroz Silva;
- Francisco Jorge Nogueira Severo;
- Francisco Marcelo Farias de Oliveira Júnior;
- Gabriel da Silva Gois;
- Gabriela Holanda Vieira;
- Girlane Medeiros da Silva;
- Hermano Araújo da Silveira;
- Iara Vanessa Fraga de Santana;
- Ingrid Melyna Dantas Da Silva;
- Iris Luz Landim Alcantara;
- Isabel Cristina Domicinao Braga;
- Ivna de Oliveira Nunes;
- Jaiane Santos Alves;
- Jamilye Carvalho de Souza;
- Jayron Maciel Gomes;
- Jonas Augusto Da Silva Freitas;
- José Wellington Coelho Neto;
- Joyciana Sousa do Nascimento;
- Júlia Batista Rodrigues;
- Júlia Davila Santiago Cavalcante;
- Juliana Frota;
- Juliany Siqueira Rhein
- Karina Claudia Mendes Simões;
- Karoliny Sousa Castro;
- Kessya Steicy Batista Silva;
- Ketiane Vanderlei Barros;
- Lady Ellen Dos Santos Silva;
- Larissa Feitosa Sousa;
- Larissa Renara Sales Herculano;

- Leina Freitas Freire;
- Lidiane Vale Cordeiro;
- Lígia Gomes de Moura;
- Luan Melo Cavalcante;
- Luana Karisa Medino Malveir;
- Lucas Costa Farias;
- Lucas Vieira Lima;
- Luz Elena dos Santos Marin;
- Maiara Ferreira da Silva ;
- Manuela De Sousa Abreu;
- Marcelo Pereira Rebouças;
- Maria Ercilia Mendonça Maia;
- Maria Isabella Epifânio de Sousa;
- Maria Marília Alves Da Silva;
- Maria Soledade de Lima Gomes;
- Melissa Elizabeth Praciano de Castro Pinto;
- Millana de Sousa Ramos;
- Mizaél Menezes da Silva;
- Moacir Breno da Silva Mendes;
- Naianna Silva Duarte Cavalcante;
- Najla Walerya Costa Pereira;
- Natália Ferreira Nascimento;
- Natalia Mikaely da Silva Cavalcante;
- Nathalia Martins;
- Nayara Cesar de Carvalho;
- Pablo Matheus Santos Oliveira Alcântara;
- Pamela Santos Da Silva;
- Pâmella Maria Soares Paulino;
- Pedro Luis Lima Martins;
- Pedro Vicente de Assis Neto;

- Priscila da Costa Silva;
- Rafaela Gomes Oliveira;
- Rafaela Silveira Aguiar;
- Raimundo Rocha Ferreira Filho;
- Raniely Costa da Silva;
- Rayanne Pires Xavier;
- Rebeca Da Silva Costa;
- Renata Mariano Cardoso de Oliveira;
- Sâmia Bessa de Moraes;
- Sara Martins Alves;
- Sara Raquel Batista Lima;
- Sarah Jéssica de Oliveira;
- Sarah Suyane Carneiro Silva;
- Simone Almeida Mendes;
- Tais Ingrid Pinheiro Rodrigues;
- Talita Spósito Oliveira;
- Tamara Machado;
- Thatiane Nunes Da Silva;
- Thayná Colares Firmiano;
- Ticiane Gomes de Siqueira;
- Tuany Abreu De Moura;
- Vaneska Tavares Leite Andrade;
- Vinélia Braga Pinto;
- Vitoria Carolina Lima;
- Vitoria Régia Mesquita Café;
- Viviane de Araújo Menezes;
- Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo;
- Yasmim Moura de Lima;
- Yuri Ramos Rodrigues;

## **COLABORADORES (AS)**

- Ana Rochelly Silva Costa Cavalcante;
- Ana Samilly Alexandre Moreira;
- Anderson Nayan Soares de Freitas;
- Aroldo Peixoto da Justa Junior;
- Cinthia Fonseca Lopes;
- Daniele da Silva de Lima;
- Fabiana Moreno de Lima;
- Felipe de Lima Souza;
- Germana Maria de Araújo Lima Rodrigues;
- Inaê Soares Oliveira;
- Jana Alencar Eleutério;
- Jessica Cleophas do Carmo Lima;
- José Filho Araújo Santos;
- Lenha Aparecida Silva Diógenes;
- Luciana Pinheiro de Alencar;
- Maria Elaene Rodrigues Alves;
- Maria Ercilia Mendonça Maia
- Maria Érica Ribeiro Pereira;
- Maria Goretti de Almeida Pontes;
- Maria Isabel Ivonilde Costa da Silva;
- Mariana Marques da Hora;
- Naianna Silva Duarte;
- Poliana Machado Gomes da Silva;
- Raí Vieira Soares;
- Raimundo Rocha Ferreira Filho;
- Rogério Santos de Castro;
- Salyanna de S. Silva;
- Soleane Mazza Nunes Bezerra;
- Stéphanie Cavalcante Barros;
- Virzângela Paula Sandy Mendes;
- Yashmin Michelle de Araújo.

## PROJETOS DE PESQUISA

- A ascensão do estado penal no contexto do capitalismo neoliberal e criminalização da questão social (2015 – 2016);
- A Força Eleitoral dos Clãs Políticos Familiares no Ceará: estudo das décadas de 1970 a 2010 (2012 – 2017);
- A gênese e o processo de laicização do Serviço Social no Estado do Ceará e o debate com a área da saúde (2019);
- A cidade do espetáculo e o espetáculo na cidade: os impactos das obras da copa nas comunidades no entorno do Estádio do Castelão em Fortaleza (2012 – 2016);
- “Bionecropolítica e Estado de Exceção: práticas punitivas na cidade de Fortaleza” (2019 – 2020);
- Biopolítica, segurança e estado de exceção na política contemporânea (2018 – 2019);
- Biopolítica, soberania e estado de exceção no pensamento de Giorgio Agamben (2015 – 2016);
- Biorremediação Vegetal do esgoto Domiciliar em Comunidades Rurais do Semi-Árido: Água Limpa, Saúde e Terra Fértil (2008-2012);
- Clãs Políticos Familiares na República Brasileira: 1889 a 2019 (2019 – 2021);
- Condições de Vida e de Trabalho em Áreas de Assentamentos Rurais: um estudo a partir do Assentamento Rural de Santana-Ce (2017- 2011);
- Do direito à moradia popular ao acesso às políticas públicas: movimentos sociais e necessidades básicas dos/as moradores no residencial Cidade Jardim Fortaleza (2019-2020);
- “Do rio que tudo arrasta e das margens que o oprimem”: sobre a luta de classes e a violência repressora/punitiva do estado (2017 – 2019);
- Entre biopolítica e necropolítica: segurança, exceção e morte na política contemporânea (2020 – 2021);

- Estado penal e criminalização das lutas sociais no capitalismo contemporâneo (2014 – 2015);
- Estética Marxista, história e literatura: existência e resistência do ser do trabalho (2016 - 2017);
- Expressões Históricas e Contemporâneas da Questão Social no Ceará.(2014 – 2016);
- Formação em Serviço Social para Áreas de reforma agrárias;(2011 – 2016);
- História dos 60 anos do Curso de Serviço Social no Ceará: particularidades da formação profissional na Universidade Estadual do Ceará (2010 – 2016);
- História e estética: as faces da classe trabalhadora espelhadas nas obras literaturas realistas (2021);
- História e literatura: a existência e a resistência do ser do trabalho espelhadas nas obras realistas (2020);
- História e literatura: existência e resistência do ser do trabalho à luz do realismo (2019);
- História e literatura: existência e resistência do ser do trabalho à luz da estética Marxista (2018);
- Impactos sociais e econômicos da política de seguridade (assistência, previdência e saúde): mapeando no território de Fortaleza a seguridade (2017);
- Impactos sociais e econômicos da política de seguridade: assistência, previdência e saúde no município de Fortaleza- CE (2016);
- Mapeamento e avaliação da política social de seguridade (saúde, previdência e assistência) no bairro da serrinha (2014);
- Mapeamento e avaliação da política social de seguridade (saúde, previdência e assistência) no bairro da serrinha (2015);
- Mapeando as políticas de seguridade social (assistência social, saúde e previdência social) no município de Caucaia-CE (2019);

- Mapeando as políticas de seguridade social assistência social, saúde e previdência no município de Maracanaú-CE (2018);
- Moradia popular, movimentos sociais urbanos e (re)existência humana no residencial cidade jardim fortaleza II (2020-2021);
- Movimentos sociais do campo e a luta pelo acesso a educação superior: Análise da turma de Serviço Social da terra na UECE (2015-2019);
- O campo como paradigma do poder na modernidade e a crise da dignidade (2018 – 2019);
- O Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará: da gênese aos desafios contemporâneos (2015 – 2019);
- Os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza-CE (2016- 2018);
- Participação Popular e Práticas Emancipatórias: história recente dos movimentos populares em Fortaleza (2014-2015);
- Particularidades da formação profissional do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará: implantação e consolidação do projeto pedagógico (2018 – 2019);
- Questão Social, Movimentos Sociais e Resistências; (2014-2017);
- Serviço Social em Libras: a importância da criação de sinais termos na formação profissional (2020- 2021);
- Serviço Social em Libras: Construção à lexicografia e terminologia da Libras e à emancipação da comunidade surda (2019 – 2020);
- Trabalho do Assistente Social na Sociedade Contemporânea: um estudo a partir das áreas de reforma Agrária no Ceará; (2008 – 2011);
- Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social.(2017-2018).

## **PROJETOS DE EXTENSÃO**

- Direitos sociais da seguridade (saúde, previdência e assistência social): socializando conhecimentos dos mapas da desigualdade e seguridade do município de Fortaleza, no bairro da Serrinha (2019);
- Direitos sociais da seguridade (saúde, previdência e assistência social) socializando saberes na comunidade da Serrinha (2016);
- NA LUTA É QUE A GENTE SE ENCONTRA: formação política, cultura e arte no movimento docente (2021-2022);
- “Nada para nós sem nós”: autonomia, liberdade e garantia de direitos das crianças e adolescentes surdos (2018);
- “Nada para nós sem nós”: autonomia, liberdade e garantia de direitos das crianças e adolescentes surdos (2021);
- Projeto de Extensão: Educação Ambiental: Afagando a Terra e Semeando Vidas (2011 – 2012);
- Projeto de Extensão: PALAVRAS E OLHARES DA SERRINHA: memória socioambiental da Lagoa da Itaperaoba (2012 – 2014);
- Protagonismo popular e práticas emancipatórias: fortalecendo as relações de comunidade em Fortaleza (2013-2014);
- Serviço Social/UECE e a Comunidade da Serrinha: troca de saberes (2011 – 2015);
- UECE/Serviço Social e as Comunidades no Entorno do Estádio do Castelão: os impactos das obras para a copa de 2014 (2012 – 2014).